

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S678	A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-535-8 DOI 10.22533/at.ed.358191408 1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 300
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A **Sociologia e as questões impostas ao desenvolvimento humano**, coletânea de dezoito capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute o desenvolvimento humano e seus desdobramentos por meio da sociologia.

Partindo para as temáticas impressas nos capítulos aqui reunidos, temos desde contribuição que versa sobre o pensamento de Weber, passando por cultura e tradução e alcançando análises sobre literatura, língua, linguagem, discurso, regionalismo e nacionalidade. As relações sociais também encontram espaço na presente obra a partir da figura do casamento, bem como da relevância da dança como recurso para o ensino infantil.

Permanecendo nos discursos, mas agora na denúncia de abusos, decorrentes do não reconhecimento das outridades, há colaborações que evidenciam a violência perpetrada por meio de práticas machistas, da exploração de crianças devido a invisibilidade social e da denúncia ao assédio sofrido. O papel da mulher no espaço público, notadamente no cenário político, é apresentado como condição de autonomia feminina que, movida pelos seus interesses, pelo seu querer, dita as regras de suas ações, de sua vida.

Convidamos a todos a experimentar as leituras deste volume que é composto pelas seguintes participações:

- **MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECCIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS**, de Márcio José Rosa de Carvalho;
- **CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA**, de Paulo Gerson Rodrigues Stefanello;
- **COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS**, de Maressa de Jesus Evangelista e Glória Dias Soares Vitorino;
- **MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS**, de Danúbia Aline Silva Sampaio e Jairo Venício Carvalhais Oliveira;
- **DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS**, de Carla Andréia Schneider e Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti;
- **DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO**, de Deborah Gomes de Paula e Regina Célia Pagliuchi da Silveira;
- **NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA**, de Daniele de Oliveira;
- **O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES**

DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO, de Adriana do Carmo Figueiredo;

- **CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE**, de Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis;
- **O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS**, de Olga Valeska Soares Coelho;
- **LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN**, de Carolina Casarin Paes;
- **A TURMA CAIPITA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**, de Lays Matias Mazoti Corrêa;
- **CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**, de Laís Marina de Souza;
- **A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, por Carlos Alexandre Borges de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Moraes;
- **RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS**, por Loriane Trombini Frick, Bruno Barbosa de Souza, Leidyane Tiberio Neves, Karianny Aparecida Gerotto del Mouro, Alysson Mateus Rabelo Kiessow, Ígor Prochnow e Joyce Coldebella;
- **POLÍTICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN) VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT**, por Leila Chaban;
- **#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO**, por Magall Simone de Oliveira; e
- **RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA**, por Vanderson de Gois Santos.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS	
Márcio José Rosa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3581914081	
CAPÍTULO 2	16
CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	
Paulo Gerson Rodrigues Stefanello	
DOI 10.22533/at.ed.3581914082	
CAPÍTULO 3	24
COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS	
Maressa de Jesus Evangelista Glória Dias Soares Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.3581914083	
CAPÍTULO 4	36
MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS	
Danúbia Aline Silva Sampaio Jairo Venício Carvalhais Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914084	
CAPÍTULO 5	52
DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS	
Carla Andréia Schneider Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti	
DOI 10.22533/at.ed.3581914085	
CAPÍTULO 6	64
DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO	
Deborah Gomes de Paula Regina Célia Pagliuchi da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914086	
CAPÍTULO 7	76
NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA	
Daniele de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914087	

CAPÍTULO 8	88
O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO	
<i>Adriana do Carmo Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3581914088	
CAPÍTULO 9	101
CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE	
<i>Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3581914089	
CAPÍTULO 10	110
O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS	
<i>Olga Valeska Soares Coelho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140810	
CAPÍTULO 11	118
LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN	
<i>Carolina Casarin Paes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140811	
CAPÍTULO 12	128
A TURMA CAIPIRA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
<i>Lays Matias Mazoti Corrêa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140812	
CAPÍTULO 13	142
CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	
<i>Laís Marina de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140813	
CAPÍTULO 14	153
A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Carlos Alexandre Borges de Lima</i>	
<i>Maria do Perpetuo Socorro Bandeira Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140814	
CAPÍTULO 15	165
RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS	
<i>Loriane Trombini Frick</i>	
<i>Bruno Barbosa de Souza</i>	
<i>Leidyane Tiberio Neves</i>	
<i>Karianny Aparecida Gerotto del Mouro</i>	
<i>Alysson Mateus Rabelo Kiessow</i>	
<i>Ígor Prochnow</i>	
<i>Joyce Coldebella</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35819140815	

CAPÍTULO 16	179
POLITICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN)VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT	
Leila Chaban	
DOI 10.22533/at.ed.35819140816	
CAPÍTULO 17	193
#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO	
Magali Simone de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.35819140817	
CAPÍTULO 18	209
RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA	
Vanderson de Gois Santos	
DOI 10.22533/at.ed.35819140818	
SOBRE O ORGANIZADOR	224
ÍNDICE REMISSIVO	225

MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECCIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS

Márcio José Rosa de Carvalho

Mestre em Sociologia Política e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Este trabalho foi desenvolvido com apoio CNPq/CAPES.

RESUMO: As obras completas de Max Weber, bem como a parcela de seus escritos traduzidos no Brasil, não têm recebido atenção ampla nas teorias de recepção e circulação das ideias. Apesar de termos acesso a algumas das principais ideias teóricas e metodológicas de Weber, ainda estamos longe de abarcar domínio sistemático sobre esse corpus teórico e seguimos acostumados a ler seus escritos de modo fracionado e por vias secundárias de tradução (majoritariamente, inglês, espanhol e francês). Com base em nossa pesquisa de longo prazo (com subsídios CNPq/CAPES), apresentamos apontamentos que demonstram: i) As condições de chegada das ideias intelectuais de Weber para o Brasil; ii) Como as ideias de Weber foram importadas de maneira pontual e seccionada; iii) A relevância da discussão sobre a importação das ideias intelectuais de Weber; e iv) O problema de estarmos trabalhando com materiais seccionados e fontes desatualizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Importação de ideias intelectuais. Circulação das ideias intelectuais.

Max Weber. Teoria sociológica.

MAX WEBER FRAGMENTED: ANALYSIS ABOUT THE SECTIONED IMPORTATION OF INTELLECTUAL IDEAS

ABSTRACT: The complete works of Max Weber, as well as the portion of his writings translated in Brazil, have not received wide attention in the theories of reception and circulation of ideas. Although we have access to some of Weber's main theoretical and methodological ideas, we are still far from encompassing the systematic mastery of this theoretical corpus and we are accustomed to reading his writings in a fragmented and secondary way (mainly English, Spanish, and French). Based on our long-term research (with CNPq / CAPES grants), we present notes that demonstrate: i) The conditions of arrival of the intellectual ideas of Weber for Brazil; ii) How Weber's ideas were imported in a punctual and sectioned way; iii) The relevance of the discussion about the importation of Weber's intellectual ideas; and iv) The issue of working with section materials and outdated sources.

KEYWORDS: Importation of intellectual ideas. Circulation of intellectual ideas. Max Weber. Sociological theory.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe abordar – a

partir de uma *sociologia de recepção* das obras intelectuais – o caso da entrada da obra de Max Weber no Brasil, que tem recebido pouca atenção quanto à aparente naturalidade de seu acontecimento. Intensiona-se compor uma ancoragem que privilegie tanto fatores substantivos (conteúdos), quanto formais (questões institucionais) da recepção da obra de Weber no Brasil. Toma-se como referência elementar na constituição dessa observação traços da sociologia de Pierre Bourdieu – sobretudo a noção de “campo intelectual” (BOURDIEU, 1989, p. 65) – e da discussão perpetrada pelo sociólogo francês acerca do problema da “circulação internacional das ideias” (BOURDIEU, 2002a; 2002b). Se o primeiro conceito dá suporte para lidar com o campo científico-acadêmico como um campo com relativa autonomia e demandas e regulações internas (autonormativas), o segundo empresta todo um conjunto de proposições de natureza sociológica para a observação do fluxo de “importação e exportação intelectual” como algo não *necessário*, mas *contigente*, propondo observar as “operações sociais” de mediação às quais as ideias estão sujeitas em meio ao deslocamento do seu “campo de origem” e em adaptação ao “campo de chegada” (BOURDIEU, 2002a, p. 6-10).

Para compreendermos o Brasil como um “campo de chegada” das ideias intelectuais de Weber, propõe-se lançar mãos de duas perspectivas que têm discutido teórica e empiricamente como analisar esse processo de recepção e de demandas pelas ideias weberianas, uma delas, a perspectiva histórica, a outra, a sociológica, respectivamente apoiadas nas pesquisas de Mata (2013), Villas Bôas (2014) e Sell (2014).

A partir deste referencial, elencamos os principais marcos temporais (cobrindo da década de 30 ao início da década de 90) e as principais demandas teóricas que elevaram as ideias de Weber ao patamar de clássico das ciências sociais também no Brasil, perguntando-nos: “existe um Weber brasileiro?” Além disso, realizamos uma breve introdução ao problema das fontes weberianas utilizadas por autores brasileiros, com o intuito de descobrir o “quanto” de Weber já se recebeu por nossas terras.

Partes dos dados aqui apresentados compõem um trabalho de pesquisa maior que não caberia neste artigo (CARVALHO, 2016), de modo que o que se traz nessa ocasião são subsídios recortados transversalmente, a partir de um sentido comum. Essa pesquisa foi realizada com apoio do CNPq e segue em curso, recebendo apoio da Capes.

1 | A ENTRADA DE WEBER NO BRASIL E AS DEMANDAS TEÓRICAS BRASILEIRAS

A percepção de que as obras de Weber chegaram ao Brasil embaladas por “ondas” pontuais, atendendo a demandas teóricas específicas não é novidade. Embora não haja consenso quanto às quantidades, intensidades e aos conteúdos destas ondas, pesquisadores brasileiros têm se dedicado à questão das formas de recepção das

ideias de Weber no país. Nesta seção, propõe-se uma interpretação própria a cerca do tema, apresentando-se algumas das questões que são evidenciadas por essas pesquisas, e organizando-as conjuntamente.

Ao estudar a entrada da sociologia de origem alemã no Brasil, Gláucia Villas Bôas (1997; 2014) oferece pistas consistentes sobre a recepção da obra de Max Weber no nosso cenário intelectual. O recorte, *longue durée*, pelo qual a pesquisadora opta privilegia o espaço de tempo entre as décadas de 1940 e 1980, anexando a presença de Weber no Brasil à própria consolidação institucional das Ciências Sociais e da Sociologia no país, exatamente no momento “em que [a Sociologia] se define sua identidade cognitiva, social e histórica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 6).

Embora concorde com a questão da entrada de Weber demandada pela consolidação do estatuto científico das Ciências Sociais no Brasil, sobretudo da Sociologia, o historiador Sérgio da Mata (2013) compõe uma abordagem intertemporal para o período.

Se Villas Bôas (2014) propõe um corte esquemático em um período específico (1940–1980) para compreendermos a recepção de Weber em dois momentos, duas ondas, como um parâmetro de compreensão de uma lógica de seleção na apropriação que fizemos de Weber, Mata (2013), por sua vez, pensa a recepção de Weber desde seus primórdios, citando as primeiras leituras feitas *no* Brasil e *sobre* o Brasil que podem ser consideradas são marcos iniciais de uso da metodologia weberiana em território nacional. De qualquer modo, ambos levam em conta os períodos dos autores *ensaístas*, a temática do *atraso* brasileiro frente à modernização, a institucionalização da sociologia e a consolidação do seu *status* científico em nosso território, este último ponto, corroborado por Sell (2014) que indica focos de estudo e propagação do pensamento weberiano até a década de 1990.

1.1 Intelectuais exilados: Karl Loewenstein e Emílio Willems

Ao pensar e pesquisar os primórdios weberianos no Brasil, o historiador Sérgio da Mata (2013) demonstra que os primeiros registros da presença de Weber no país se dão através de Emílio Willems, sociólogo e filósofo que no Brasil dedicou-se a processos de aculturação e comunidades rurais, e de Karl Loewenstein, jurista e cientista político, dedicado, sobretudo, a estudos de temas constitucionalistas. Ambos, estrangeiros migrados para as Américas por ocasião da ascensão do regime nazista na Alemanha – o primeiro desloca-se para o Brasil, em 1931, residindo em Brusque, cidade do estado de Santa Catarina, e o segundo, desloca-se para os Estados Unidos em 1933.

Willems é citado por Sérgio da Mata como “o primeiro cientista social a falar em Weber no Brasil” (MATA, 2013, p. 203). Natural de Colônia, Emílio Willems dá prosseguimento de seus estudos de formação acadêmica em Berlim. Lá, conforme Villas Bôas (2006), teve como professores Alfred Vierkandt, Theodor Geiger e Werner

Sombart, tomando, também, contato mais profundo com o pensamento de Weber e Simmel. Também em Berlin, mais tarde, defendeu uma tese de doutorado em Filosofia. No Brasil, sua primeira atividade como docente se deu em seminário de padres no Rio Grande do Sul, em seguida, tornou-se professor de Antropologia na USP e de Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política, interessando-se e produzindo pesquisa sobre o tema da aculturação dos alemães no Brasil e dos japoneses no estado de São Paulo (VILLAS BÔAS, 2006, p. 81-103).

Em sua vivência de 18 anos no Brasil, acentua Sérgio da Mata (MATA, 2013), Willems opta por outra via epistemológica, já que passou a se concentrar mais em estudos “sobre a estrutura social de pequenas comunidades rurais”, tema no qual “a sociologia de Weber lhe oferecia menos instrumentos heurísticos e conceituais que a antropologia social norte-americana”. Ainda assim, o historiador brasileiro nos lembra da grande relevância de Willems, para nosso conhecimento da entrada de Weber no país, destacando que, em 1945, o pesquisador alemão publica na revista *Administração Pública* um trabalho seminal, lavrado com a típica marca da abordagem de Weber, *Burocracia e patrimonialismo*, o qual lançaria as bases daquelas “que viriam a ser as categorias clássicas do weberianismo brasileiro” (MATA, 2013, p. 203).

Villas Bôas (2014, p. 5) considera Willems o marco inicial do que seriam os primeiros anos de institucionalização da sociologia no Brasil (ao menos da sua primeira onda). Marco sinalizado pela criação da revista *Sociologia*, editada pelo alemão, em 1939, orientando “uma primeira modalidade de recepção da obra de Max Weber que se impõe e se caracteriza pelo interesse no uso do instrumental teórico e metodológico weberiano na pesquisa empírica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 5).

Diferentemente de Emílio Willems, Karl Loewenstein não promove exatamente uma pesquisa “no” Brasil, mas, sim, uma pesquisa “sobre” o país. Loewenstein, um frequente participante do círculo intelectual habituado aos saraus na residência do casal Weber, em Heidelberg, traz fortes tintas weberianas em suas pesquisas pela América Latina (Mata, 2013, p. 193-98).

Em 1931, ao deslocar-se para os Estados Unidos e tornar-se professor da Universidade de Amherst, em Massachusetts, Loewenstein inicia uma inesperada carreira como colaborador do Dep. de Estado Norte-Americano, interessado em dados qualificados sobre as condições dos regimes políticos que compunham a região da América Latina. Essa função leva o pesquisador a viajar pela região, elaborando um volumoso relatório de campo. Peculiarmente, sua pesquisa dedicada ao Brasil acabou por render-lhe um volume à parte. Esse registro foi publicado nos EUA, em 1941, sob o título *Brasil under Vargas*.

Sobre a publicação, Sérgio da Mata destaca que Loewenstein, desenvolve seus estudos sobre o Brasil conforme uma agenda de pesquisa típica de um programa weberiano, com foco na organização política e jurídica do Estado, na dominação e na burocracia e, afirma, “não obstante os objetivos a que serviu e o cronograma espartano em que foi redigido, este livro é provavelmente o primeiro estudo weberiano *avant la*

lettre sobre o Brasil” (MATA, 2013, p. 193). O pesquisador alemão faz observação acerca da repressão, do “caudilhismo” e do “domínio personalista” – “costumeiros desde sempre” (LOEWENSTEIN, 1942, p. 4 apud MATA, 2013, p. 194); pensa papel da burocracia em Vargas, na figura dos interventores, que “confirmava a tendência geral de perda de importância relativa dos políticos profissionais” (MATA, 2013, p. 194); e aponta uma cultura jurídica brasileira “curiosamente marcada não apenas pelo probabilismo, mas igualmente pelo seu oposto, o judicialismo”, que seguiria a tendência de impor, de um lado, “uma eterna dúvida sobre a efetividade do dispositivo legal e, de outro, a crença cega em seus superpoderes” (MATA, 2013, p. 195). Além desses pontos, Loewenstein deu ênfase a uma “baixa competência e integridade” do funcionalismo público brasileiro, bem como a insuficiência de formação técnica e profissional, os baixos salários e “a ausência de um sistema racional de admissão”, como contribuições – assim como a “indiferença da opinião pública” – a vicissitudes como “a corrupção, a venalidade e o nepotismo” (LOEWENSTEIN, 1942 p. 98 apud MATA, 2013, p. 194-196).

1.2 Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues: Os historiadores juristas e as teorias do “atraso”

Para Villas Bôas (2014), a recepção de Weber no Brasil seu deu entre “problemas, recusas e disputas” que estabeleceram critérios seletivos por conta de interesses específicos de pesquisa dos intelectuais brasileiros balizando a agenda teórica, negligenciando, de início, por exemplo, os pressupostos da construção ideal típica weberiana em privilégio de proposições classificatórias e generalizantes, dirimindo o sentido da ciência e o papel do sociólogo em Weber (VILLAS BÔAS, 2014, p. 9). A pesquisadora chama atenção para o imaginário intelectual que compunha o *zeitgeist* daqueles dias, tomado por ideias que gozavam larga atenção entre pensadores. Destas ideias, a que mais nos importa, nesse momento, é a ideia do *atraso brasileiro* (cf. VIANNA, 1999), que tomava o país por comparação às grandes nações mundiais que já haviam passado pelo processo de modernização. Conforme Villas Bôas (2014), essa chave de leitura – assentada em pressupostos, que remontam ao fim do séc. XIX – influenciou preocupações aos intelectuais brasileiros, tornando-se presos às supostas *peculiaridades* do Brasil como nação, centralizando a discussão na dualidade do *tradicional vs. moderno* (VILLAS BÔAS, 2014).

É nesse momento e com esse mote que surge o que Sérgio da Mata considera como primeira onda de expansão da obra de Weber para fora da Alemanha (incluindo o Brasil), aquela que privilegiou seus estudos históricos. Em nosso país, os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, dois historiadores e também juristas de formação (MATA, 2013, p. 190) foram os pioneiros desse movimento. Holanda – após estada como correspondente jornalístico em Berlin – retorna tomado pela influência weberiana, evidentemente reverberada em *Raízes do Brasil*, cuja

primeira edição é de 1936. Já Rodrigues – formado em direito, como Holanda – publica, em 1946, o artigo de lavra weberiana *Capitalismo e protestantismo* (MATA, 2013, p. 199).

Traço comum destas duas obras é a discussão em torno do problema do *atraso brasileiro*, espírito do clima intelectual daquele tempo. Weber, teórico da modernidade por excelência, apresentou-se como uma referencia forte, com um repertório teórico útil aos dois autores, contudo, apesar de ambos tomarem o autor alemão como um *norte* na discussão, acabariam por protagonizar a primeira querela epistemológica em torno da obra de Weber no Brasil, em uma disputa pública na forma de críticas e réplicas que se estenderam até o final dos anos 50. Rodrigues, por um lado, concentrava sua atenção no problema do crédito e proibição da usura por parte da igreja católica para explicar o “atraso” econômico referenciado nos países ibéricos; em outra via, Holanda encontrava na má administração de recursos e manutenção das riquezas a razão perdulária de nosso debilitado desenvolvimento econômico. Essa oposição, (MATA, 2013), ainda levaria José Honório Rodrigues a sustentar que o problema central do nosso “atraso” não tem fundamento em uma suposta má formação de ética profissional (*Berufsethik*), nos moldes de como foi preconizada por Weber e reverberada em Sérgio Buarque, mas sim um problema de crédito que remonta à metrópole portuguesa. O antagonismo de posições levou Buarque a publicar uma resposta a Rodrigues em forma de artigo, o qual fora incorporado à segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1948, rendendo, ainda, uma última publicação de Rodrigues nesta direção, em 1951 (MATA, 2013).

2 | WEBER COMO MÉTODO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Apenas em 1958 apareceria “uma primeira grande obra sociológica brasileira que mais claramente revela a influência de Weber” (MATA, 2013, p. 204), e, mais uma vez, é um pelas mãos de um jurista de origem que Weber ganha projeção, trata-se de Raymundo Faoro e *Os donos do poder*. Obra na qual seu autor desenvolve o argumento sobre as origens e o desenvolvimento do “estamento burocrático” brasileiro, culminando em suas teses sobre o *patrimonialismo* (MATA, 2013, p. 204).

Redigido originalmente como uma tese de doutorado, em 1964, e publicado em 1969, outra obra relevante nos primeiros usos de uma metodologia weberiana no Brasil é o livro *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Escrito como tese de doutorado em 1964 e publicado em 1969, esse livro é apontado por Sérgio da Mata como o que seria “uma espécie de correlato” de *Os donos do poder*, apesar de tomar outra direção explicativa (MATA, 2013, p. 204). Ainda sobre a recepção de Weber no meio acadêmico, Sérgio da Mata cita o círculo de Júlio Barbosa, da Universidade Federal de Minas Gerais, Simon Schwartzman, José Murilo

de Carvalho e Fábio Wanderley Reis, nas Ciências Políticas e no campo dos Estudos de História Urbana, Mata faz referência a um estudo de 1964, *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*, de Nestor Goulart Reis, que toma Weber como “âncora teórica” (MATA, 2013, p. 206).

Conforme Sell (2014, p. 6), ao tomarmos o histórico de um dos mais antigos cursos brasileiros de pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo (USP), perceberemos que é nesse contexto institucional que, em 1959, “Florestan Fernandes, na busca dos *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*”, de 1959 colocava Weber ao lado de Durkheim e Marx “como uma das soluções possíveis para o problema da indução na sociologia” (FERNANDES, 1959 apud SELL, 2014, p. 6). Obra basilar na formação metodológica de todo o círculo de formação na Universidade de São Paulo em torno dessa geração – destacam-se os nomes de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Juarez Brandão Lopes, Roberto Cardoso de Oliveira e Gabriel Cohn (MATA, 2013, p. 204).

Em 1979, um trabalho lança a fundo as raízes das categorias weberianas em um estudo inédito no Brasil, trabalho que, segundo Sell (2014), inaugura “um novo patamar de discussão” (SELL, 2014, p. 6). Trata-se da tese de livre-docência de Gabriel Cohn, *Crítica e resignação*, que esmiúça as influências intelectuais diretas de Weber, revelando mais de suas bases epistemológicas e colocando ênfase na análise nos conceitos metodológicos centrais do arcabouço weberiano.

Ainda no estado de São Paulo, conforme Sell (2014), destaca-se a reflexão sobre Max Weber nos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na qual emergem os nomes Héctor Sant-Pierre, Maurício Tragtenberg, Marco Aurélio Nogueira e Edmundo Fernandes (SELL, 2014, p. 8-9). Seguindo “sempre acompanhando o próprio processo de expansão e institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras” conforme Sell (2014, p. 9), ao longo das décadas de 1980 e 1990 começam a figurar com comentários à obra weberiana a Universidade de Brasília (UnB), com destaque para os nomes de Vamireh Chacon e Bárbara Freitag, Eurico Cursino dos Santos e Jessé Souza (SELL, 2014, p. 9-10).

Nos anos 90, Sell (2014) aponta a emergência de uma leitura crítica de Weber “à luz da Escola de Frankfurt e de interesse de estudiosos do campo do Direito em Santa Catarina, com destaques para os nomes de Edmundo Lima de Arruda Jr., Aluizio Bezerra de Amorim e Katie Argüello. Seguindo essa tendência, em Minas Gerais, destaca-se o nome de Leonardo Avritzer, e em outra linha, mas também em MG, destaque Renarde Freire Nobre (SELL, 2014).

3 | FONTES ORIGINAIS

O processo de reorganização e de respectiva republicação das obras de Max Weber na Alemanha está provocando uma dramática renovação na compreensão exegética

das ideias intelectuais desse autor. Desse processo, iniciado há cinco décadas, pouco sabemos ou temos explorado no Brasil. Nesta seção, pretende-se demonstrar que não somente temos lido Weber de maneira seccionada (fragmentos esparsos de partes teóricas majoritariamente traduzidas a partir de traduções secundárias), como, também, temos realizado essas leituras a partir de fontes e chaves interpretativas datadas e obsoletas, ainda que canônicas.

Podemos dividir a história editorial da obra de Weber em dois grandes blocos ou fases de publicações. O primeiro ciclo foi iniciado com a sua monografia para obtenção da habilitação em direito comercial, *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter*² (em Stuttgart, 1889) e finalizado com a publicação dos dois últimos títulos da Coleção de Ensaio³, em 1924, *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*⁴ e *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*⁵. Foi exatamente nesse ciclo que Marianne Weber e Melchior Palyi publicam a primeira edição de *Wirtschaft und Gesellschaft (WuG)*⁶.

3.1 Primeira fase: *wirtschaft und gesellschaft (wug)*⁷, *grundriss der sozialökonomik (gds)*⁸ e os “*gesammelte*”⁹

As circunstâncias de primeira organização das obras de Max Weber são controversas, quanto ao sentido da coerência sincrônica de seu conteúdo. Nesta ocasião, não será esgotada a temática dessas controvérsias internas, ponto que trabalhamos exaustivamente em outra ocasião (CARVALHO, 2016). Esta obra, de largo prestígio entre os cientistas sociais brasileiros é, apesar de sua defasagem, um dos pontos fortes dos volumes organizados por Marianne Weber, ao lado dos volumes de “Ensaio Reunidos”. Antes de avançar nesta temática, lancemos um olhar panorâmico (Quadro 1) sobre o conjunto da obra de Weber publicada neste primeiro ciclo, quase que inteiramente de maneira póstuma.

-
- 1920-1: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião, **GARS**). Três volumes (1920 e dois de 1921).

Escritos publicados após a morte de Weber (1920)

- 1921-1924: Continuação das coletâneas de “Ensaio Reunidos”:
- 1921: *Gesammelte Politische Schriften* (Escritos políticos). **GPS**.
- 1922: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Ensaio Reunidos da doutrina da ciência). **GAW**.
- 1924: *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* (Ensaio Reunidos de história social e econômica). **GASW**.
- 1924: *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik* (Ensaio Reunidos de sociologia e política social). **GASS**.

- 1921: *Die rationalen und soziologischen Grundlagen der Musik* (Fundamentos sociológicos e racionais da música) (Incluídos como apêndice à **WuG**)
 - 1921-2: *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade). **WuG**
 - 1922: *Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft* (Os três tipos puros de dominação legítima).
 - 1923: *Wirtschaftsgeschichte* (História econômica).
-

Quadro 1 – Publicações organizadas por Marianne Weber entre 1921 e 1924.

Fonte: Carvalho (2016).

3.1.1 Os “Ensaio Reunidos” e “Economia e sociedade”

A organização e edição das quase 5.000 páginas, de materiais deixados por Weber em um legado organizado por Marianne Weber assessorada por Sigmund Hellmann e Melchior Palyi, em torno de chaves temáticas que foi um esforço “decisivo” para a “consagração intelectual” (WAIZBORT, 2012, p. 09). Grande parte desse material temático tornou-se o que se convencionou chamar “Ensaio Reunidos”. Neste trabalho, não será aprofundada a questão da elaboração dos “Ensaio”. Por hora, basta saber que esse material, em nossos tempos, também foi todo reeditado para elaboração de maior coerência de seus significados, como veremos na próxima seção. Nesta ocasião, tomaremos como exemplar da necessidade dessa empreitada de reedição a obra “Economia e Sociedade”¹⁰ (**EeS**) (WEBER, 2012 [1921]).

De grande relevância no Brasil, a produção organizada que conhecemos em nosso mercado editorial como “Economia e sociedade” esteve desde sempre muito longe de ser um todo coeso e unificado (LEPSIUS¹¹, 2012). A respeito dessa massa de materiais descontínuos, Marianne Weber comenta no “Prefácio” à primeira edição alemã (2012 [1921]) da sua dificuldade de estabelecer um ponto de partida para aqueles escritos, pois “para a estruturação de todo o material não existiu plano algum”, e o plano original”, que oferecia alguns pontos de referência, “fora abandonado” quanto às questões substanciais (WEBER, Mariane, 2012 [1921], p. xxxix).

Por sua natureza editorial, **EeS** é uma coletânea de textos ora correlatos, ora contraditórios e, nas palavras, de Gabriel Cohn em prefácio à edição brasileira, “é em grande medida uma obra póstuma”, que sofre da “carência de uma unidade terminológica, resultado de uma associação escritos de períodos diferentes da produção weberiana, definida pela ordem dos temas e não pela ordem cronológica da redação” (COHN, 2012 [1991], p. xiii-xiv). O que nos leva a problemas embaraçosos como o fato de a *tábua de conceitos* trabalhados por Weber ser elaborada em dois momentos diferentes – em *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, de 1913, e em *Conceitos sociológicos fundamentais*, de 1918 –, serem apresentadas invertidamente, provocando indiscrepâncias terminológicas e conceituais (ibidem). Lepsius (2012) também trata a questão com cautela, pois os “Conceitos sociológicos fundamentais”

deve ser considerado um texto típico de sociologia que “constitui fundamentação da sociologia compreensiva de Weber, que tem seu ponto de partida nas orientações da ação”, passando por progressiva revisão e sistematização, “passando pelas relações e ordenações sociais, até as associações”, de modo que se o tomarmos em comparação com o texto de 1913, *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, veremos que “Esta última, utilizada em parte nos manuscritos do espólio, precisa ser vista como superada” (LEPSIUS, 2012, p. 138-140). Além disso, conforme Lepsius (2012), Johannes Winkelmann realizou alterações à 4ª edição, em 1956, acrescentando arbitrariamente ao volume uma “Sociologia do Estado” tornando “*Economia e sociedade*”, definitivamente, um livro que “não existe”, nem em sua “versão tradicional”, e nem “na versão de estudo difundida pela quinta edição de 1972” (LEPSIUS, 2012, p. 140).

3.1.2 A Max Weber- Gesamtausgabe

O que podemos considerar como a segunda fase de organização e (re)publicação do legado de weberiano, foi iniciado em 1984. São as “Obras Completas de Max Weber”, a *Max Weber- Gesamtausgabe* (**MWG**). Um projeto gestado no fim da década de 70, que reinaugura o conjunto de escritos de Weber elevando-o ao status de uma *magnum opus*, reordenando-os formal e substantivamente, reestabelecendo uma nova coerência interna interpretativa a partir de leituras comparadas entre os escritos do autor e documentos adicionais, como correspondências, registros, anotações de aulas, escritos inacabados e textos avulsos.

Conforme Edith Hanke (2012)¹², o projeto da **MWG** funda-se sobre um tripé institucional envolvendo três frentes protocolares, com papéis organizacionais diferentes. A **MWG** está vinculada: i) à Academia de Ciências da Baviera (ACB); ii) a uma comissão científica especializada permanente, encarregada das análises filológicas, revisão técnica e edição, (HANKE, 2012, p. 100); e iii) a Editora J. C. B. Mohr, da cidade de Tübingen, que detém os direitos de publicação. Toda essa movimentação desde os anos 80 tem aquecido o interesse público e o debate em torno do nome de Max Weber, provocando um verdadeiro *renascimento* do autor, a partir, já da então Alemanha Ocidental (HANKE, 2012).

MWG I	25 Volumes - 34 tomos (1 não publicado [sem previsão])
MWG II	11 volumes - 13 tomos (1 não publicado [sem previsão])
MWG III	7 volumes - 7 tomos (1 não publicado [sem previsão])
TOTAIS	43 volumes - 54 tomos (3 não publicados)

Quadro 2 – Partes publicadas da MWG (2018).

Fonte: Carvalho (2016), atualizada em 2018.

A **MGW** é uma obra gigante e monumental, com a primeira publicação de 1984 e

prevista para ser encerrada em 2015. Com uma pequena prorrogação em seus prazos, seus 43 volumes estão publicados, restando apenas três tomos para o encerramento (Quadro 2). O material está organizado em três seções: **MWG I: *Schriften und Reden*** (Escritos e Discursos); **MWG II: *Briefe*** (Cartas); **MWG III: *Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften*** (Palestras e notas de aulas).

4 | FONTES ORIGINAIS EM PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

A maior parte dos trabalhos weberianos traduzidos no Brasil é tributária de traduções secundárias. Pouco tem sido elaborado em termos de traduções diretas da língua vernácula de Weber. Devido à restrição deste trabalho, não será possível escrutinar o todo nosso levantamento (CARVALHO, 2016), apontando capítulos, fontes, editoras, tradutores e bibliografias completas e conjunto completo das obras traduzidas e seus referentes publicados em português, de modo que ficaremos restritos a indicar parte das fontes-base utilizadas pelos tradutores com a massa grossa de dados excluída dessa exposição.

Iniciando-se pelas **fontes em inglês**, destacamos quatro bases: **1)** *The Power of the State and the Dignity of the Academic Calling in Imperial Germany*, de 1973, ed. Minerva; **2)** *On Universities: The power of the state and the dignity of the academic calling in imperial Germany* (ed. Chicago Press, 1974, reimpressão de ed. Minerva, 1973); **3)** A coletânea *From Max Weber: Essays in Sociology*, organizada por H. Gerth, e C. Wright Mills, publicada pela Oxford University Press (reimp, Galax Book, 1963 [1946]); e **4)** e a tradução da conhecida versão inglesa de Talcott Parsons (pela ed. Harvard University) para *Die Protestantische Ethik und der Geits des Kapitalismus* (1904-5 e 1920).

Sobre **fontes em espanhol**, temos três bases: **1)** a famosa tradução de “Economía e Sociedad”, publicada no México, pela ed. Fondo de Cultura, em 1944; **2)** a tradução da versão mexicana de *Los fundamentos Racionales y Sociológicos de la música*, publicada em 1964, como parte “Economía e Sociedad”, e cotejada por Leopoldo Waizbort com a versão norte-americana *Rational and Social Foundations of Music*, de 1958; e **3)** a versão espanhola de *Romische agrargeschichte* (“História agrária romana”, de 1892).

Sobre **fontes em francês**, citamos uma base: **1)** a coleção de artigos publicados entre 1904 e 1917 [**GaW**], traduzidos do alemão e introduzido na França por Julien Freund (ed. Librairie Plon), 1965.

Sobre **fontes em alemão**, citamos algumas bases: **1)** *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (“A Ética Protestantestante e o Espírito do Capitalismo”, varias edições), ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1947. [**GARS I**]; **2)** *Wirtschaftsgeschichte* (“História geral da economia”, Mestre Jou, 1968 e Centauro, 2006), Compilação por Sigmund Hellmann e Melchior Palyi de notas de Weber e as transcrições de seus alunos das suas últimas palestras realizadas em 1919-20 (Berlin,

1923); **3)** Tradução dos textos originais: *Wissenschaft als Beruf* (1917-1919) / *Politik als Beruf* (1919) (“Ciência como Profissão/Vocação” e “Política como Profissão/Vocação”, respectivamente). Edições editadas a partir das versões de 1967 e 1968, da ed. Dunker & Humblot, de Berlim (várias edições, inclusive com traduções de Maurício Tragtenberg); **4)** *Parlament und Regierung im Neugeordneten Deutschland* (Parlamento e Governo em uma Alemanha Reordenada) originalmente publicado nos *Gesammelte Politische Schriften*, ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1958 [1921], [GPS]; **5)** *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen, I: · Konfuzianismus und Taoismus*, (1915-1919), 1921. [GARS I], no Brasil, “Ética Econômica das Religiões Mundiais, I: Confucionismo e Taoismo (ed. Vozes, 2016); **6)** Os *Gesammelte Politische Schriften* [GPS], os “Escritos políticos”, editados pela ed. Martins Fontes, em 2013, lançada em 2014 (536p.), com relançamento em 2015 para o Werbeta “Weber”, da coleção “Grandes nomes do Pensamento”, da Folha de São Paulo; e **7)** *Wirtschaft und Gesellschaft* [WuG], recebida entre nós como “Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (EeS)” (de 1921-2), a coletânea de textos foi publicada pela editora da Universidade de Brasília e finalizada na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo UNB, em 1991. Essa primeira edição foi, originalmente, publicada em volume único, e equivale à quinta edição alemã de 1976 (direitos autorais de 1972, da editora da cidade de Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), a tradução é de Régis Brabosa e Karen E. Barbosa, com revisão técnica de Gabriel Cohn e, atualmente, é vendida em dois volumes separados; **8)** “Conceitos básicos de sociologia”, publicada pela Editora Moraes, em 1987 tendo como fonte e edição de WuG (EeS) de 1925; **9)** “Ensaio sobre a teoria das ciências sociais”, Ed. Martins Fontes, 1979 (com impressão em Lisboa), com dados editoriais insuficientes, mas, fundamentados nos *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* [GaW] (os “Ensaio Reunidos da doutrina da ciência”); **10)** Outra publicação baseada em GaW é “Metodologia das ciências sociais”, publicado em duas partes pela ed. Cortez e Ed. da UNICAMP, com Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg e tradução Augustin Wernet (partes 1 e 2); **11)** Um terceiro texto com base em GaW é publicado pela Ed. Ática, em 2006, trata-se de “A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais”, com tradução autoria secundária, apresentação e comentários Gabriel Cohn; e **12)** “Os fundamentos racionais e sociológicos da música”, edição da EdUSP, de 1995, com Prefácio de Gabriel Cohn e tradução e notas de Leopoldo Waizbort.

5 | CONSIDERAÇÕES

O problema de estarmos trabalhando com materiais seccionados e fontes em processo de obsolescência

Neste trabalho, elencamos alguns pontos importantes, identificados na literatura brasileira especializada no autor alemão, quanto às condições de sua recepção, a saber, i) o problema das ideias condicionantes que balizam o ordenamento da leitura

no campo de chegada, como no caso do *atraso brasileiro*, de leitura; ii) o problema das demandas específicas, como no caso da manutenção metodológica da Sociologia e das Ciências Sociais que, no caso específico de Weber, alavancou um olhar direcionado e selecionado sobre a obra do autor, mas legou à obscuridade partes irreconhecidas pelo público brasileiro, como a maior parte dos Ensaio Reunidos, que nunca chegaram à audiência brasileira; iii) o problema das fragmentação. Não conseguimos identificar um Weber brasileiro. O que pudemos perceber é uma importação fracionada e estanque da obra weberiana, como no caso de seus escritos políticos, que foram importados em condições e momentos diferentes, dificultando a aquisição pública das concepções políticas de Weber de forma total; iv) o problema das traduções de segunda mão, como no caso do nosso consumo inevitável das traduções não realizadas de fontes originais alemãs; e v) o problema das fontes desatualizadas. Não bastando os problemas de coerência externa, os leitores brasileiros de Weber ainda precisam enfrentar os problemas de coerência interna da obra, como no ilustrativo caso de “Economia e Sociedade”, fontes desatualizadas e textos organizados de maneira incidental conduzem os leitores mais desavisados a desencontros embaraçosos pelos caminhos epistemológicos da obra de Weber. A constatação de que nem mesmo um dos 43 volumes da **MGW** – uma bibliografia com quase meio século de existência – ainda não chegou ao Brasil é alarmante. No Brasil, mal saímos do chão para explorar o cosmos intelectual weberiano. A alegoria pode ser imperfeita, mas empresta uma analogia válida para o problema de um século de defasagem e desencontros de fontes dentro da recepção brasileira de Max Weber, um teórico lido em quase todos os cursos dos Programas de Ciências Humanas pelo país.

6 | NOTAS

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado no GT04 de Teoria Sociológica no I Seminário de Sociologia e Política da Universidade Federal de Sta. Catarina, em Setembro de 2018, sob o título “Max Weber fragmentado: Apontamentos para análise da importação seccionada das ideias intelectuais¹” e possui pequenas alterações em relação ao material original.

² “Sobre a história das sociedades comerciais, na Idade Média” (**GASW**, p. 312-443), tradução livre nossa, assim como as demais notas de tradução para títulos de obras em alemão não publicadas em português.

³ Publicados entre 1921 e 1924.

⁴ *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1493-1 **GASW** (Ensaio Reunidos de história social e econômica).

⁵ *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1494-X **GASW** (Ensaio Reunidos de sociologia e política social).

⁶ No Brasil: “Economia e Sociedade” (**EeS**)

⁷ “Economia e Sociedade” (WEBER, Marianne, 2012 [1921]).

⁸ *Fundamentos de economia social* (WINCKWLMANN, J., 2012 [1976], p. xviii).

⁹ Os “*Ensaio reunidos*”, como em *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [1920-1921], os chamados “Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião”.

¹⁰ *Wirtschaft und Gesellschaft* (**WuG**)

¹¹ Mario Rainer Lepsius (1928-2014) foi um dos especialistas responsáveis técnicos pela edição da coleção *Max Weber- Gesantasgauben* (**MWG**), que atualiza e reordena os escritos de Max Weber. Os outros especialistas são Horst Baier, Gangolf Hübinger, Wolfgang J. Mommsen (1930-2004), Wolfgang Schluchter e Johannes Winckelmann (1900-1985) (HANKE, 2012).

¹² Edith Hanke é uma das colaboradoras do círculo de editores da **MWG** (cf. HANKE, 2012).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. (Org.). Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 11-35.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.

_____. As condições sociais da circulação internacional das ideias. Trad. Fernanda Abreu. **Rev. Enfoques**. PPGSA/IFCS/UFRJ [on-line], Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 04-15, dez. 2002a.

_____. A causa da ciência: como a história das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 1, p. 143-161, set. 2002b.

CANDIDO; Antonio. Introdução à parte II. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 119-129.

CARVALHO, Márcio J. R. de. **Caminhos da compreensão**: condicionantes sócio-intelectuais da recepção das obras de Max Weber no Brasil. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Prog. de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167721>>. Acesso em: 05 set 2018.

COHN, G. Alguns problemas conceituais de de tradução em Economia e Sociedade. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: UnB, 2012 [1991], p. xiii-xiv.

HANKE, E. A obra completa de Max Weber - MWG: um retrato. Trad. Sibebe Paulino. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-118, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

HOLANDA, Sérgio B. de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995 [1936]. 22ª reimpressão.

LEPSIUS, M. R. “Economia e sociedade”: a herança de Max Weber à luz da edição de sua obra completa (MWG). **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137-145, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MATA, S. da. Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica: Max Weber e o historicismo. **História da Historiografia**, v. 6, p. 64-80, 2011.

_____. Weberianismo tropical: caminhos e fronteiras da recepção da obra de Max Weber no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 460, p. 77-108, 2013.

VILLAS BÔAS, G. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **BIB – Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, p. 73-80, 1997.

_____. (2006), **A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil**. Rio de Janeiro, Topbooks.

_____. A Recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Rev. Dados** [on-line], v. 57, n. 1, p. 5-33. 2014.

SELL, C. E. **Max Weber no Brasil**: a interpretação do pensamento weberiano na pesquisa brasileira. Relatório de bolsa de produtividade em pesquisa 2010-2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014. 51 p.

WAIZBORT, L. Apresentação: Max Weber hoje. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-18, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012.

WEBER, Marianne. Prefácio à primeira edição. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xxxix-xli.

_____. Prefácio à segunda edição. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xii.

CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Paulo Gerson Rodrigues Stefanello

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Dourados/MS

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a relação que se instaura entre o fenômeno tradutório e a cultura. A teoria da semiosfera (LOTMAN, 1996), difundida pelos postulados da semiótica de linha russa, é creditada como imprescindível para perceber as fronteiras que delineiam os discursos que caracterizam os contatos culturais. Nessa perspectiva, entende-se a tradução como uma atividade constante e responsável pela simbolização e representação das formas de estar no mundo, isto é, de todas as práticas sociais que caracterizam e configuram nossos processos de significação.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; fronteira; representação; semiosfera; tradução.

ABSTRACT: This work aims to discuss the relationship between the translational phenomenon and the culture. The semiosphere theory (LOTMAN, 1996), disseminated by the postulates of Russian-line semiotics, is credited as essential to perceive the borders outlining the discourses which characterize cultural contacts.

In this perspective, translation is understood as a constant and responsible activity for the symbolization and representation of the ways of being in the world, that is, of all social practices that characterize and configure our processes of signification.

KEYWORDS: Border; culture; representation; semiosphere, translation.

INTRODUÇÃO

A imprescindibilidade do *outro* constitui a condição de sujeito social do eu, haja vista que o primeiro é tão imprescindível quanto o eu para a minha condição de sujeito social (BAKHTIN, 2006 [1929]). A lógica bakhtiniana aponta para a alteração do sujeito a partir da interação, no momento em que ele próprio é constituído.

Ao considerar o processo de interação pela linguagem, mesmo que para além de um sistema linguístico estruturado, não dominado por um ser humano recém-nascido, por exemplo, que, mesmo assim, não deixa de se comunicar, o filósofo português Miguel Pereira (2003, p. 3) infere que “o berço iniciou a abertura do mundo dos homens”, vinculando a necessidade de interação ao fenômeno da globalização, amplamente compreendida, dessa forma, como a questão de ser-no-mundo-com-outros, opondo-se à visão nascida da tecnicidade.

Ainda para Pereira (idem, p. 34), o dialogismo é essencial à globalização, num sentido humanizado do termo, reiterando a necessidade da interação de modo dialógico, pois “só aprofundando o que somos, podemos dar ao outro o melhor de nós, sem imposição nem submissão”. Não fosse assim, com a insistência em uma globalização de imposição de modelos de civilização, o resultado seria a perda de costumes desconhecidos ou não compreendidos.

Dessa maneira, o presente trabalho, que compreende parte da teorização que se propôs ao longo de minha tese de doutorado (STEFANELLO, 2018), promove uma discussão a respeito do fenômeno tradutório como elemento inerente à condição humana e cultural, a partir das contribuições da Semiótica da Cultura, de forma a vislumbrar sua indissociabilidade das práticas sociais.

Particularmente neste texto, optou-se por não organizá-lo em subdivisões. O leitor acompanhará toda a discussão ora proposta em um item temático único. Tal decisão na produção do trabalho repousa na percepção de que todas as noções aqui mobilizadas estão imbricadas e constituem um todo de sentidos.

CULTURA E SEMIOSFERA

A semiótica de vertente russa, conhecida como Semiótica Da Cultura, advinda da Escola de Tártu-Moscú (doravante ETM), mostra-se relevante às questões de pesquisa, em especial porque propõe a teoria da *semiosfera*, tratando fenômenos culturais como acontecimentos dependentes de um espaço fortemente semiótico.

Lotman e Uspenskij (1981) propõem que a cultura, em sua totalidade, está imersa em um espaço semiótico e descontínuo, e os temas a ela relacionados somente funcionam quando há interação com esse contexto. Os pesquisadores da ETM e Lotman, o mais influente entre eles, consideram a cultura, de uma maneira bastante ampla, como linguagem, e a pertinência dessa compreensão repousa na relação *cultura X expressão*, ora, a cultura só se constitui a partir dos fenômenos de expressão dos membros de uma comunidade num espaço reservado ao funcionamento de signos (LOTMAN; USPENSKIJ, 1981), expressão que se manifesta nas mais diversas formas: a arte, a religião, as leis que regem a própria comunidade, a arquitetura, a literatura, a ciência, as interações dentro desse contexto, enfim, tudo o que está regido por um sistema linguístico. É uma memória não-genética, a qual passa por transformações à medida que se transformam as necessidades da comunidade.

A esse espaço de funcionamento sígnico, em artigo homônimo datado de 1984, Lotman denomina *semiosfera*. Contudo, a complexidade desse conceito provém de outro com maior dimensão no processo de evolução do universo, a biosfera, conceituada pelo biogeoquímico russo-ucraniano Vladimir Ivanovich Vernadski (1929) como uma película única, existente na geosfera (o primeiro estágio de evolução do universo) com o propósito de conservar toda a matéria viva a partir da conversão da energia do sol em energia química e física. Vida conservada, Vernadski teorizou,

ainda, a possibilidade da existência de um terceiro estágio de evolução universal: a noosfera, a princípio, o espaço integrador do pensamento racional, das ideias humanas e, conseqüentemente, da consciência humana. Izzo (2009, p. 3) aponta a noosfera como o espaço onde se constituem as “ideias gerais acerca da vida engendrada pela coletividade e pelo indivíduo. Tais ideias são intrínsecas ao homem, que cria individualmente e coletivamente imagens, conceitos, seres imaginários, mitos e significados”. Nesse plano, institui-se a cultura, e de acordo com Henn (2010), Lotman propõe a existência da semiosfera, que confere materialidade ao ambiente conforme a cultura se manifesta em textos ou em sistemas sígnicos. É possível compreender a semiosfera, portanto, como um espaço em que texto e contexto são inseparáveis e interdependentes. A semiose, portanto, só pode ocorrer dentro desse espaço, tal como a vida só ocorre dentro da biosfera.

Teóricos da cultura, Homi Bhabha e Stuart Hall se posicionam frente às discussões acerca do hibridismo cultural e da necessidade inerente da tradução em contextos híbridos.

Bhabha (2010), fundamentando seus estudos na relação colonizador e colonizado, propõe o hibridismo como se tratando de um processo agonístico e antagonístico, que só é determinado pelo caráter tensional da diferenciação cultural. O autor situa um discurso hegemônico sendo subvertido pelo discurso do colonizado, que faz questão que suas diferenças culturais em relação ao colonizador sejam consideradas, concretizando, assim, um discurso híbrido.

No entanto, sob o ponto de vista do autor, o hibridismo não deve ser encarado como um novo item, que surge ao passo que duas culturas compartilhem de um mesmo contexto espacial, por exemplo, em que ambas devessem passar por um processo de adaptação e conseqüente ressignificação, sem que houvesse qualquer embate.

Hall (2011, p. 88-89), por sua vez, vincula o hibridismo não aos indivíduos de uma ou mais culturas, mas ao processo de tradução cultural por que passam o tempo todo, isto é, uma negociação entre novas e antigas matrizes culturais, que limita os indivíduos a uma cultura que não os assimila, mas que, em contrapartida, esses indivíduos não perdem suas identidades por completo, de modo que precisam articular e dialogar com duas realidades, gerando um processo de embate cultural e, com ele, novas formas de significação que se opõem a suas características identitárias e motivam uma crise.

Laraia (2004) reúne em sua obra *Cultura: um conceito antropológico*, concepções de cultura que partem dos estudos antropológicos, que auxiliam a compreensão geral sobre o desenvolvimento do conceito de cultura, sobretudo com o amadurecimento e a consolidação das pesquisas etnográficas que têm se voltado para o todo complexo das sociedades contemporâneas.

O autor compreende o determinismo geográfico como uma vertente que se manteve por muito tempo servindo de explicação para a variedade cultural existente nas sociedades, que a viabilizava hierarquizar-las como mais ou menos desenvolvidas em relação a outras. Só a partir da década de 1920 essa abordagem passa por

transformações, reconhecendo a importância do processo histórico das culturas, e concebendo-o como um processo constante de reconstrução. Menciona, Laraia, ainda, a dinamicidade do pensamento de Franz Boas no tocante ao particularismo histórico, inferindo que “cada cultura segue seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (LARAIA, 2004, p. 36)

Levi-Strauss é trazido para a apresentação laraiana, demonstrando enxergar que “a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma” (LARAIA, 2004, p.54), enquanto Leslie White, ao tratar o fenômeno da cultura como exclusividade do homem, “considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos” (*ibidem*, p. 55).

Importa notar que, apesar de definições já consolidadas na Antropologia, Laraia realça a dificuldade em conceituar a cultura, uma vez que ela é dinâmica, móvel, sem estaticidade, o que lhe admite mudanças contínuas com o avanço dos tempos, e chama atenção para dois tipos convencionais dessas mudanças culturais: “uma, que é resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda, que é resultado do contato de um sistema cultural com outro” (*idem*, p. 98). Agregando dinamicidade, admite-se que há influências externas, portanto, de umas culturas sobre outras, o que não leva à compreensão de tal característica como algo negativo, depreciativo, mas pelo contrário, à aceitação, a partir dessa gama de influências que reconstrói a cultura a todo momento, e conseqüentemente as identidades a ela vinculadas, que a etnicidade se constitui nesse processo de interferência e de reconstrução cultural.

Em alusão às abordagens desenvolvidas por Lotman a partir da teoria da semiosfera, questões concernentes ao hibridismo cultural e ao papel da tradução como parte integradora do processo de compreensão de uma dada mensagem, no qual inscrevem-se ambos, receptor e emissor desta, tornam-se fundamentais para a perspectiva desenvolvida neste trabalho.

A noção de fronteira é relevante também para o ponto de vista de Bhabha. No início de sua renomada obra *O local da cultura*, o autor cita Martin Heidegger quando atesta que “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual, algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2010, p.19). E como conseqüência dessa concepção, tudo o que atravessa uma fronteira teria um impacto imprevisível, possibilitando que o diálogo intercultural ocorresse pacificamente ou tensionado por um embate cultural gigantesco.

No bojo dessa discussão, é da máxima importância observar que a semiosfera lotmaniana divide-se em núcleo e periferia (LOTMAN, 1996), sendo que no primeiro se manifesta a essência dos sistemas semióticos. No entanto, à medida que um dado sistema atravessa os limites do núcleo de uma semiosfera *a*, saindo em direção às periferias de outra semiosfera *b*, tem-se um outro espaço em que aqueles signos que constavam em *a* não mais tenham a mesma carga de significados.

Para o teórico, isso significa que há um conjunto de pontos concomitantemente

pertencentes ao interior e ao exterior da semiosfera. Essa fronteira é o espaço de maior tensionamento na semiosfera, pois é o espaço onde ocorre a tradução de um mundo para o outro (interior e exterior).

Osimo (2008) assegura que a noção de fronteira é o que constrói a necessidade da tradução. “Onde não há fronteiras, não há necessidade de tradução” (p. 29). A função da fronteira, conforme sua concepção, é a de filtrar o que acessa o espaço semiótico. Ela serve como um mecanismo que garante

uma distinção entre o próprio e o alheio; um filtro das comunicações externas e sua tradução para a própria língua, assim como a transformação da não-comunicação externa em comunicação, ou seja, a semiotização do que provém de fora e sua transformação em informação. Segundo este ponto de vista, todos os mecanismos de tradução a serviço dos contatos com o exterior pertencem à estrutura da semiosfera. (OSIMO, 2008, p. 29).

Tendo o conhecimento de que a semiose só pode acontecer em um espaço específico, cria-se, automaticamente, uma oposição entre o que está dentro e o que está fora desse sistema de significação. Toda atividade humana se consagra na diferença espacial que fazemos do próprio e do alheio e na tradução dos vínculos sociais que matemos com o próprio ao alheio (*ibidem*). Nesse sentido, Lotman atribui dois traços distintivos e caros à semiosfera: o caráter delimitado e a irregularidade semiótica. O primeiro equivale “a determinada homogeneidade e individualidade semióticas” (LOTMAN, 1996, p. 24), quer dizer, há alguma coerência do que se inscreve na semiosfera, tornando-se possível, assim, relacionar o que está dentro e fora de seu espaço operativo.

Não obstante, ao tomar em consideração seus limites, sua fronteira, a semiosfera pode estipular relação entre seus elementos internos, bem como entre todo texto encontrado fora dela. É na fronteira que ocorre a tradução do sistêmico (semiótico) com o extrassistêmico (extrassemiótico), é nela que há certa mediação entre a semiosfera e os textos culturais externos, e nunca exclusivamente dentro de uma mesma semiosfera já constituída.

No que respeita ao aspecto tradutório existente na semiosfera, Lotman explica que

a fronteira semiótica é a soma dos tradutores – “filtros” bilíngues passando através dos quais um texto se traduz a outra linguagem (ou linguagens) que se encontre fora da semiosfera dada. O “caráter fechado” da semiosfera se manifesta em que esta não pode estar em contato com os textos alossemióticos ou com os não-textos. Para que estes adquiram realidade para ela, é indispensável traduzi-los a uma das linguagens de seu espaço interno ou semiotizar os fatos não-semióticos. Assim pois, os pontos da fronteira podem ser equiparados aos receptores sensoriais que traduzem os estímulos externos à linguagem de nosso sistema nervoso, ou aos blocos de tradução que adaptam a uma determinada esfera semiótica o mundo exterior respectivo a ela (LOTMAN, 1996, p. 24-25).

Os mecanismos de tradução não necessariamente se manifestam de maneira única no espaço entre a semiosfera e o extrassistêmico. Lotman (1996, p. 30) alerta ainda para a possibilidade de divisão em níveis do todo semiótico, ou seja, “a divisão em núcleo e periferia é uma lei da organização interna da semiosfera³”, assim chegando ao que denomina de subsemiosfera, termo será de grande valia para a interpretação dos dados em momento mais à frente. Pode-se dizer que há tanto um diálogo como algo de distinto entre as fronteiras internas da semiosfera, mas que é o todo semiótico que responde pela existência da esfera, uma vez que se reflete em todas as subsemiosferas, conforme descreve:

todos os níveis da semiosfera – desde a pessoa do homem ou do texto isolado até as unidades semióticas globais – representam semiosferas como se postas uma dentro da outra, cada uma delas é, por sua vez, tanto o participante do diálogo (uma parte da semiosfera) como o espaço do diálogo (o todo da semiosfera) (LOTMAN, 1996, p. 42).

Entende-se, a partir dessa concepção, que todo fato não constante de descrição pertence ao mundo extrassemiótico, devendo ser traduzido para um código específico, a fim de receber sentido para além de sua individualidade. Assim contextualizado, pode-se confirmar a importância do papel do tradutor ao lidar com as essências culturais do processo de comunicação.

Roman Jakobson, um dos precursores da ETM, em seu texto *Aspectos Linguísticos da Tradução*, publicado originalmente em 1959 e posteriormente, no Brasil, constante do volume *Linguística e Comunicação*, já trazia postulações de Jakobson para o escopo teórico-metodológico desenvolvido por Lotman. Na ocasião desse texto, o autor definiu três diferentes categorias de tradução de signos linguísticos: 1) a tradução intralingual, que admite que qualquer usuário de um sistema linguístico proposto a passar pelo fenômeno da tradução, possa fazê-lo, e só o possa por meio dessas três possibilidades, ou seja, vai traduzir um dado conceito por meio de elementos existentes na própria língua; 2) a tradução interlingual, possivelmente aquela que remete a um conceito mais convencional de tradução, que compreende a construção equivalente de dada expressão de uma língua para outra; 3) a tradução inter-semiótica, que pode traduzir uma linguagem verbal em outra linguagem (JAKOBSON, 2007[1959], p. 64-65).

Com base nessas características, pode-se inferir que, a partir da noção de tradução, o significado para Jakobson está mais para um fato linguístico e semiótico do que para as relações gramaticas existentes de uma língua, contudo, a ideia de tradução para Lotman não está limitada às três categorias jakobsonianas.

Ao passo que Jakobson concatena uma abordagem semiótica da comunicação, Lotman o faz no sentido de uma semiótica da cultura, na qual a comunicação é manifestada por variados sistemas culturais responsáveis pela produção de signos, pois é a cultura o espaço semiótico “fora do qual nem a comunicação nem a semiose são possíveis” (LOTMAN, 1996, p. 24), funcionando, então, como um conjunto de

textos inscritos em diferentes linguagens.

É seguindo por essa linha de pensamento que a Semiótica da Cultura concebe o texto como um todo constituído por subtextos que se inter-relacionam, tornando-se híbridos em de seu sistema funcional.

Lotman (1998) apresenta três funções textuais: 1) a função comunicativa, em que a linguagem articula a transmissão da mensagem entre emissor e receptor em um espaço em que pode haver ruído, transformação de mensagem, posto que não se trata de uma linguagem artificial; 2) a função geradora de sentidos, que admite a heterogeneidade do texto que manifesta linguagens distintas, adquirindo caráter poliglota e, portanto, justifica a geração de sentidos, pois “se no primeiro caso, toda mudança de sentido no processo de transmissão é um erro e uma desfiguração, no segundo ela se converte em um mecanismo de geração de novos sentidos” (*ibidem*, p. 88); 3) a função mnemônica, que diz respeito à memória cultural, capaz de atribuir autonomia a símbolos de um texto, permitindo-os transitar com alguma carga de significação entre distintas estruturas, como explica o autor: o símbolo separado atua como um texto separado que se transporta livremente no campo cronológico da cultura e que cada vez mais se correlaciona de uma maneira complexa com os cortes sincrônicos da cultura, mas também na diacronia desta” (*ibidem*, 1998, p. 89).

A partir dessas abordagens, parece improvável, por exemplo, deixarmos de refletir sobre as práticas de leitura e de produção textual como modos de ler e agir no mundo, admitindo, para isso, não apenas a influência da cultura sobre nós, mas sua determinância em nossa construção como sujeitos sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, com amparo nas questões que envolvem e que se desenrolam a partir da teoria lotmaniana da, esperou-se que a fundamentação ora mobilizada realce a complexidade de nossas práticas sociais.

O campo dos Estudos do Letramento, por exemplo, ao qual será dado ênfase em trabalho posterior, assumindo, sobretudo, as abordagens de Street (1984; 2003), já trazem no cerne de suas contribuições a ideia de práticas de leitura e escrita situadas não convém ser reduzidas a textos graficamente produzidos, mas a todo um conjunto de compreensões derivadas da cultura de inserção dos sujeitos e do contato com outras culturas, o que concretiza a interlocução. À medida que se transforma a cultura que determina nossa leitura e nossa produção, nós nos transformamos e transformamos nossa prática tradutória.

Nessa esteira, igualmente não nos convém reduzir qualquer compreensão acerca da noção de texto. Ela é, provavelmente, uma das mais conflitantes nos dias atuais, devido à sua dimensão ser ressignificada constantemente, de modo que nos aproximamos da borda que se perfaz entre o *texto* e o *tudo*, haja vista que toda leitura e toda produção humanas não são menos do que produtos que se constituem a partir de todas as experiências ao longo da vida, e são passíveis de transformação a todo

tempo, ao passo que reconhecemos que o produto pode estar, sempre, inacabado – em processo.

Em contrapartida, contudo, não parece razoável, do ponto de vista teórico-acadêmico, unirmos essas duas expressões (texto e tudo) sem qualquer ponderação. Isso nos levaria ao caos, pois traria luz à afirmação de que tudo é texto, bem como este trabalho defende, e de que texto é tudo, o que não faz sentido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929]

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HENN, Ronaldo. Memória e arte na semiosfera midiaticizada. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**. ICC, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul/dez 2010, p. 103-115.

IZZO, João Artur. **Noosfera e midiosfera**: o imaginário humano e o engenho da mídia. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC. Rio de Janeiro: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-noosfera-joao.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2007.

LARAIA, Roque de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera I**. Trad. Desidério Navarro. Madri: Catedra, 1996.

_____. e USPENSKIJ, Boris. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Trad. V. Navas e S. T. de Menezes. Lisboa: Horizonte, 1981.

OSIMO, B. **Logos group**: curso de Tradução, Modena. 2008. Disponível em: <http://courses.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_1_28?lang=bp>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PEREIRA, Miguel Baptista. Alteridade, linguagem e globalização. **Revista Filosófica de Coimbra**, vol. 12, n. 23, 2003.

STEFANELLO, Paulo Gerson Rodrigues. **Práticas de letramento na Terra Indígena de Dourados/MS**: um olhar sobre a circulação dos discursos. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, 2018.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.

_____. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**. Londres, 2003, vol. 5, n.2.

COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS

Maressa de Jesus Evangelista

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
(UNILESTE)
Ipatinga – MG

Glória Dias Soares Vitorino

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
(UNILESTE)
Ipatinga – MG

RESUMO: As palavras e expressões da língua simbolizam e produzem sentidos por e para sujeitos afetados ideologicamente e culturalmente. Desse modo, constroem-se os chamados mitos da linguagem, evidenciados em diferentes instâncias. No entanto, tais mitos não são impermeáveis a contestações e críticas. Não se considera, pois, a língua como um simples instrumento que “transporta” uma mensagem estável, mesmo reconhecendo que o modelo mitológico ainda esteja muito presente na língua em geral e em textos publicitários, em especial. Os principais objetivos deste estudo são investigar a analogia “mito / mito ideológico / mito cultural e sua implicação sobre a constituição dos sentidos, em especial, do ponto de vista da produção, buscando compreender o olhar do usuário sobre a língua na esfera publicitária. Este estudo se inicia por meio de revisão bibliográfica básica sobre princípios teóricos que explicam a atribuição

de sentidos a certas palavras e expressões da língua portuguesa situadas na condição de mitos, supostamente impermeáveis a críticas e contestações. Procede-se, a seguir, à seleção de textos publicitários que evidenciem o fenômeno abordado. Por fim, tendo, como base, o “corpus” constituído, buscam-se respostas que expliquem por que os mitos dificultam o avanço do conhecimento na área da linguagem e quais seriam as implicações desse fenômeno na esfera publicitária no processo de produção / recepção de textos. Foi possível obter algumas respostas para as questões propostas, sobretudo, no que se refere a dimensões teóricas do processo de produção do sentido, do ponto de vista da produção/recepção, na esfera publicitária. Para a escolha das peças a serem analisadas, considerou-se, em especial, a relação mito / mitos da linguagem / Publicidade. Pela seleção feita, já se pôde antever que, na esfera publicitária, têm sido utilizadas palavras e expressões mitificadas na constituição de peças e campanhas, geralmente, com o intuito de aproximar empresa/consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Mitos. Mitos da Linguagem. Ideologia. Texto publicitário. Sentido.

UNDERSTANDING THE USER'S LOOK ON LANGUAGE: IDEOLOGICALLY AND CULTURALLY LOCATED MYTHS

ABSTRACT: The words and expressions of language symbolize and produce meanings for and for subjects ideologically and culturally affected. In this way, the so-called myths of language are constructed, evidenced in different instances. However, such myths are not impervious to contestation and criticism. Language is not considered as a simple instrument that “carries” a stable message, even though it recognizes that the mythological model is still very present in the language in general and in advertising texts, in particular. The main objectives of this study are to investigate the mythological myth / ideological myth / cultural myth and its implication on the constitution of the senses, especially from the point of view of production, seeking to understand the user 's view of the language in the advertising sphere. This study begins with a basic bibliographic review of theoretical principles that explain the attribution of meanings to certain words and expressions of the Portuguese language situated in the condition of myths, supposedly impermeable to criticism and contestation. We then proceed to the selection of advertising texts that evidence the phenomenon addressed. Finally, based on the constituted corpus, answers are sought that explain why myths make it difficult to advance knowledge in the language area and what would be the implications of this phenomenon in the advertising sphere in the production / reception process of texts. It was possible to obtain some answers to the questions proposed, above all, regarding the theoretical dimensions of the process of production of meaning from the point of view of production / reception in the advertising sphere. In order to choose the pieces to be analyzed, the relation myth / myths of the language / Advertising was considered in particular. By the selection made, it has already been foreseen that, in the advertising sphere, words and expressions have been used in the constitution of pieces and campaigns, usually with the purpose of approaching company / consumer.

KEYWORDS: Myths. Myths of Language. Ideology. Advertising text. Sense.

1 | INTRODUÇÃO

As palavras e expressões da língua simbolizam e produzem sentidos por e para sujeitos afetados ideologicamente e culturalmente. Dessa perspectiva, que se situa no âmbito dos estudos discursivos, constroem-se os chamados mitos da linguagem, evidenciados em diferentes instâncias. No entanto, tais mitos não são impermeáveis a contestações e críticas. Não se considera, pois, a língua como um simples instrumento que “transporta” uma mensagem estável, mesmo reconhecendo que o modelo mitológico ainda esteja muito presente na língua em geral.

Com base nesse quadro teórico, este trabalho busca refletir sobre os seguintes questionamentos que se configuram em mitos da linguagem: Saudade só existe em português? O português é difícil? O Brasil tem só uma língua? Pessoas cultas usam a norma culta? Só há uma gramática no Brasil? Com base nessas perguntas, foram analisados mitos como um dos fatores determinantes da atribuição de sentidos a

textos veiculados na esfera publicitária.

Para a realização do estudo proposto, procedeu-se, inicialmente, à seleção de textos publicitários que evidenciem o fenômeno abordado, para, desse modo, buscar respostas que expliquem por que os mitos dificultam o avanço do conhecimento na área da linguagem e quais seriam as implicações desse fenômeno na esfera publicitária no processo de produção/recepção de textos.

Em seguida, analisaram-se cinco peças publicitárias, com base nas concepções de estudos sobre mito (BENOIST, 1977; ELIADE, 2002; MIRANDA, 1976, entre outros). Realizou-se, a partir daí, a seleção de dados para a construção do *corpus* (peças publicitárias coletadas em revista online, além de um texto não publicitário).

Após, examinou-se, teoricamente, a noção de mito, proposta no campo dos estudos sobre ideologia, numa perspectiva discursiva (ORLANDI, 2007). Pela análise feita, pôde-se concluir que, na esfera publicitária, têm sido utilizadas palavras e expressões mitificadas na constituição de peças e campanhas publicitárias, geralmente com o intuito de aproximar empresa/consumidor, o que contribui, de forma significativa, para a perpetuação dos chamados “mitos da linguagem”.

2 | MITOS DA LINGUAGEM: NOÇÕES CONCEITUAIS

2.1 Os mitos na visão de Benoist

Segundo Benoist (1977, p. 80), “mito e rito são de fato as expressões complementares de um mesmo destino”. Assim, denomina-se “o rito o seu aspecto litúrgico, e o mito, a sua realização através dos episódios de uma história vivida”. Partindo desse princípio, Benoist afirma que

o desenvolvimento de uma verdade doutrinal em mito é uma fábula, e tanto menos se lembrarmos que a palavra fábula provém de uma raiz que significa fala (fábula), enquanto a palavra mito provém de uma outra raiz que significa mudo e silencioso (mutus). Essa ideia de silêncio diz respeito às coisas que são inexprimíveis a não ser por meio de símbolos. Mito e mistério saíram, portanto, da mesma ideologia esotérica, cuja natureza se acha na sua primordialidade e na sua necessidade. (BENOIST, 1977, p. 81).

Esse autor considera também que “as tendências relevadas pelos mitos são modelos presentes no cenário de todo o espetáculo”, e, assim, “o mito se apresenta como um exemplo lógico de ação, de paixão ou de espiritualidade”. Seu objetivo é permitir a distinção de vias metafísicas que são ação, amor e conhecimento. (BENOIST, 1977, p. 81). Para Benoist (1977, p. 81), ainda assim, “a lógica dos mitos é denominada por uma mentalidade arcaica que persiste na atitude e na consciência dos ‘civilizados’, felizes ao poderem projetar suas paixões na pessoa de um herói”, porque, “se o herói é permutável, o mito impõe sempre sua exemplaridade, muitas vezes, velada pelo

romanesco”. (BENOIST, 1977, p. 81).

Segundo esse teórico, “nesse imenso desdobramento de triunfos e de catástrofes, nenhum destino esgotará um tema mítico e sua totalidade, o que podemos constatar, reduzindo alguns mitos célebres à sua significação de origem”. (BENOIST, *op.cit.*).

2.2 Ideologia: uma visão discursiva

Neste estudo, defende-se que o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na sua relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2007, p. 46). A autora afirma que “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”, e “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. (ORLANDI, 2007, p. 46). De acordo com Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2007, p. 46), a característica da ideologia

é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade - em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 46).

De acordo com esse ponto de vista, a evidência do sentido é “a que faz com que uma palavra designe alguma coisa”, ou seja, “apaga o seu caráter material e faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante”. (ORLANDI, 2007, p. 46). Assim, Orlandi (2007, p.46) aponta que “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações”, e, “este é o efeito da determinação do interdiscurso”. Já a evidência do sujeito diz “que somos sempre já sujeitos”, e “apaga o fato de que o indivíduo é sempre interpelado em sujeito pela ideologia”, pois “esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia”. (ORLANDI, 2007, p. 46).

Orlandi (2007, p.47) defende ainda que “são essas evidências que dão aos sujeitos a realidade como sistema de significação percebidas, experimentadas”, e “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo”. Dessa forma, a linguagem e o mundo “se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”. (ORLANDI, 2007, p. 47). De acordo com esse ponto de vista, “a relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, como dissemos, é preciso que a língua como sistema sintático passível de jogo – de equívoco, sujeita a falhas – se inscreva na história. (ORLANDI, 2007, p. 47).

Nessa visão, o sentido é, assim, “uma relação determinada do sujeito afetado pela língua, com a história”, e “é o gesto da interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos”. (ORLANDI, 2007, p. 47). Orlandi

(2007) afirma ainda que “esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade”, ou seja, “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia” (*op cit*).

Sendo assim, a autora (2007, p.47) defende que, “para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação”, afinal, “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante”. É daí que resulta “que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições”. (ORLANDI, 2007, p. 47). Portanto, a língua não é apenas, mero gesto de decodificação e de apreensão do sentido, assim “a interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo) (ORLANDI, 2007, p. 48). Considera-se, ainda, “o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória construtiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). (ORLANDI, 2007, p. 48).

Desse ponto de vista, pode-se afirmar que “o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso)”, e desse modo, “podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos”. (ORLANDI, 2007, p. 48).

A ideologia, por conseguinte, nesse modo de concebê-la, “não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade”, embora não exista realidade sem ideologia, “a prática significativa a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que se haja sentido” (*op. cit.*).

Portanto, Orlandi acrescenta que “nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade”, nesse sentido, “eles se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (*op. cit.*).

3 | CONSTRUÇÃO DO CORPUS

3.1 Mitos da linguagem

Neste estudo, a construção do corpus foi baseada em uma matéria publicada na Revista Língua (www.revistalingua.com.br, 2014). Nesse texto, foram apresentadas 100 proposições sobre mitos da linguagem referentes a um levantamento de 2014. Esses mitos foram classificados em mitos ideológicos, mitos culturais, mitos gramaticais, mitos pedagógicos e mitos etimológicos. Para esse estudo, foram selecionados 5 questionamentos sobre os mitos ideologicamente e culturalmente situados. O critério de escolha pautou-se na seleção de mitos que fossem mais relevantes para a

compreensão da significação na esfera publicitária.

4 | MITOS DA LINGUAGEM - ANÁLISE DO CORPUS

4.1 Mito 1: saudade só existe em português?

Neste estudo, como já vimos, a noção de mito está sendo concebida conforme Benoist (1977), Eliade (2000) e Miranda (1976), para os quais mitos são respectivamente algo que impõem uma crença a serviço de uma ideologia. Desse ponto de vista, os mitos não têm poder para alterar a realidade, apenas para mitificá-la, e sua realização dá-se por meio dos episódios de uma história vivida. Dessa forma, o mito diz realmente o que aconteceu.

O primeiro mito a ser analisado, neste estudo, refere-se ao seguinte questionamento: “Saudade só existe em português?”. Segundo dados da Revista Língua (2014), “a palavra “saudade” não é uma particularidade da língua portuguesa, porque deriva do latim, existe em outras línguas românticas”, como em inglês. Nesse sentido, “a originalidade portuguesa foi ampliação do termo a situações que não a solidão sentida pela falta do lar: saudade é a dor de uma ausência que temos prazer em sentir” (JUNIOR, 2014). Tendo isso como base, considerando-se o período de 2011 a 2015, foi realizada uma investigação para entender tal questionamento, por meio do qual foi possível obter alguns resultados. Utilizou-se como fonte o site da internet Youtube (www.youtube.com). Nesse período, foram constatadas 13 campanhas publicitárias com a palavra saudade.

A análise a seguir trata-se da campanha “Saudade”, da empresa de telefonia Oi. De acordo com informações no site da empresa (www.oi.com.br), a Oi é uma empresa pioneira na prestação de serviços convergentes no Brasil. A empresa oferece serviços de internet banda larga, telefonia móvel, TV por assinatura, planos de recarga e entre outros. (OI, 2015, *on line*).

A campanha em análise foi criada pela agência AlmapBBDO e trata-se de um vídeo comercial, de 30 segundos, que foi veiculado em outubro de 2014 na TV, jornal, rádio e no canal de vídeos do Youtube, na internet (<https://www.youtube.com/watch?v=XcRJLYKaVxk>). O vídeo refere-se a uma campanha para promover um produto específico, e não para simplesmente promover a marca Oi. Na primeira cena do vídeo, aparece a dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, e os irmãos estabelecem um diálogo.

Na sequência, os irmãos sertanejos estão vendo fotos antigas no celular e conversam: “- Luciano, olha nossa casinha lá no sertão, lembra? ; - Como eu ia esquecer?; -Tempo bom esse, né?; - Bota bom nisso; - A gente não tinha nada, mas era feliz; - Ô saudade”. Logo em seguida, Luciano responde: “- Ôh se lembro Zezé!”. Zezé, por sua vez, acrescenta: “-Tempinho bom era aquele né?”. Luciano diz: “- Bota bom nisso, Zéze”, e Zezé continua: “- A gente tinha pouco, mas era feliz viu, Luciano”. Luciano suspira: “- É, ôh saudade!”.

A voz de um locutor anônimo finaliza: “- Sinta você também saudade da pindaíba. Promoção sorte na palma da mão”. E, no rodapé, abaixo, aparece a seguinte frase: “Imagens meramente ilustrativas”. Logo em seguida, o locutor acrescenta: “-Recarregue seu pré da Oi com qualquer valor e concorra a 5 mil reais por dia, e um milhão no fim da promoção, cada recarga é uma nova chance”.

Na parte inferior do vídeo, contém as seguintes informações: “Títulos de capitalização da modalidade incentivo emitidos por Sul América capitalização SA-SULACAP. CNPJ 83.558.896/0001-04 e processo susep 15414.908874/2013-05. Período da promoção: 28/07/2014 a 01/02/2015. O vídeo se encerra com a logo da empresa e a seguinte frase: “Mais Oi, mais vantagens”. Na parte inferior, o site para consulta juntamente com a frase: “Saiba mais e veja o regulamento em oi.com.br/sorteio. Por fim, uma criança diz: “- Oi”. Essa campanha protagonizada pela dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, de nome “Sorte na palma da mão”, na realidade, promove o plano de recarga da Oi, com o intuito de distribuir prêmios para os clientes, por meio da estratégia persuasiva “sinta também saudades dos tempos de “pindaíba”. Conforme visto, do ponto de Vista de Sant’anna (1998, p. 75), “anunciar visa promover vendas e para vender é necessário, na maior parte dos casos, implantar na mente da massa uma ideia sobre o produto”. E, assim, “despertar na massa consumidora, o desejo pela coisa anunciada, ou criar prestígio ao anunciante”. (SANT’ANNA, 1998, p. 76).

4.2 Mito 2: o português é difícil?

O próximo mito analisado trata-se do seguinte: “O português é difícil?”. Pode-se dizer que “nenhum idioma é complicado para seu falante nativo. A dificuldade depende de várias variáveis” (SCHMITZ, 2014). Dessa forma, “podemos dizer que uma língua é mais fácil a um dado falante se o idioma a ser aprendido é mais próximo linguisticamente de seu idioma nativo”. Assim, “outro fator na dificuldade de um idioma é o sistema ortográfico”, portanto, “a ideia de que o português é um dos idiomas mais difíceis não passa de um mito, tudo depende do contexto e do interlocutor” (SCHMITZ, 2015).

De acordo com Bakhtin (2000, p. 279), conforme visto anteriormente, “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua”. A língua, para Bakhtin, “se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de interiorizar-se”. (BAKHTIN, 2000, p.289).

Já na visão de Orlandi (2007, p.47), “esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade”, ou seja, “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia”. (ORLANDI, *op. cit.*). Portanto, “nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade”. Nesse sentido, “eles se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente”. (ORLANDI, 2007, p.48).

4.3 Mito 3: o brasil tem só uma língua?

Outro mito analisado foi o seguinte: “O Brasil tem só uma língua?”. Para se ter uma noção, “fora as línguas de fronteira, as quilombolas e as variantes de estrangeiras, como o alemão e o italiano, o Brasil tem ao menos 180 línguas indígenas, entre 225 etnias”. (LINGUA, 2014). O resultado da primeira investigação, que compreende o período de 2009 a 2015, teve como fonte o site da internet Youtube (www.youtube.com). A outra investigação abrangeu o período de 2000 a 2011, e, como fonte, também foi utilizado o site Propaganda em Revista (www.propagandaemrevista.com.br). Nesses ambientes virtuais, foram constatadas 288 campanhas impressas com palavras estrangeiras. Mas registros em outras línguas foram constatados em outras instâncias também.

O vídeo descrito a seguir, por exemplo, traz um registro do Hino Nacional Brasileiro cantado em Tupi Guarani, uma língua oficializada no Brasil. O vídeo contém 03 minutos e 30 segundos e foi veiculado no site da internet Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=rUUGHa4Nwa8>). No vídeo, o cacique Robson Miguel canta o hino juntamente com a Polícia Militar de São Paulo.

O Hino Nacional, com suas particularidades comuns a outros hinos, é um dos gêneros do discurso. Pode-se, assim, dizer que “para falar utilizamo-nos sempre de gêneros do discurso”, em outras palavras, “todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo” (BAKHTIN, 2000, p.301). Logo, “se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala”, e, “se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível”. (BAKHTIN, 2000, p.302).

A campanha que se aborda a seguir é uma peça publicitária criada pela Agência Leagas Delaney e veiculada na Revista Veja, em junho de 2011. Seu principal intuito é motivar as pessoas para a preservação do meio ambiente. Essa campanha se apropria de muitos termos do inglês, que, mesmo não sendo uma língua oficial do Brasil, tem sido utilizada, em larga escala, nas esferas comercial e publicitária. Devido ao amplo emprego, a população se familiariza com alguns termos e passa a utilizá-los normalmente, no dia a dia, como se fossem parte da língua nativa: *baby look*, *diet*, *mouse*, *hamburguer*, *bye*, *bacon*, *shopping center*, *pircieng*, entre muitas outras.

Do ponto de vista de Sandmann (2007), viu-se que “é um fato muito importante no português de hoje a incorporação de empréstimos linguísticos, sendo os de origem inglesa os mais numerosos”. Pode-se, dessa maneira, destacar que “o que é patente, no entanto, acima de tudo, é que a xenofilia ou o xenofilismo é um fato bem vivo em nossa cultura”. (SANDMANN, 2007, p.40).

Nessa campanha, pode-se observar uma bota em cima de uma garrafa pet em uma pedra. Na parte superior à direita, o site da marca: “timberland.com.br”. Logo

abaixo, observam-se os seguintes dizeres: “NATURE NEEDS HEROES, cada par de botas Timberland 2.0 é confeccionado usando PET’s recicladas, sendo 50 % no forro e 100% nos cadarços. Para se ter uma ideia do que isso representa, a cada 100 pares produzidos, cerca de 150 PET’s deixam de ser jogadas no Planeta”.

Em seguida, contém informações sobre a obtenção do aplicativo leitor de código: “Baixe o leitor do código em phdmobl.com”, e, no rodapé inferior, a seguinte informação: “*NATURE NEEDS HEROES, que significa A NATUREZA PRECISA DE HERÓIS, é o tema da campanha GLOBAL da Timberland, Central do Atendimento ao Consumidor 0800-707-0566”.

4.3 Mito 4: pessoas cultas usam a norma culta?

O quarto mito em análise, neste estudo, nos propõe a seguinte interrogação: “Pessoas cultas usam a norma culta?”. Com isso, “qualquer manifestação linguística vem marcada pelo fenômeno da variação” (CASTILHO, 2014). E, assim, “curiosamente, persiste entre nós a ideia de que a variedade padrão, a norma culta, escapa a essa heterogeneidade”. (*op cit*).

Mas “não é o que as pesquisas têm demonstrado”, e, “desde os anos 1970, maiormente depois de 1978, os pesquisadores do Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta”, também, “passaram a constatar que a norma do português brasileiro é heterogênea”. E, “depois disso, o Projeto de Gramática do Português Culto Falado no Brasil procedeu a uma descrição”, mais “minuciosa da norma, com base nos materiais levantados pelo projeto anterior, identificando diferenças por toda parte” (CASTILHO, 2014). Assim, “elas não impedem a intercompreensão, mas existem” (CASTILHO, 2014). A partir disso, foi realizada uma investigação da confirmação ou não de tal mito, considerando o período de 2014 a 2015. Utilizou-se como fonte o site do acervo digital da Revista Veja (veja.abril.com.br/acervodigital, 2015). Nesse período, foram constadas 8 campanhas publicitárias com palavras em linguagem coloquial. Esse mito será analisado a partir de um anúncio publicitário da empresa Vivo, parte da campanha “Não deixe a vida para depois”. Com base em algumas informações no site da empresa (www.vivo.com.br, 2016), a Telefônica é uma marca mundialmente reconhecida. No Brasil, os produtos são comercializados sob a marca Vivo. Assim, a marca Telefônica desempenha um papel corporativo e institucional em muitas localidades. A Vivo e as outras marcas comerciais materializam a oferta integrada de produtos e serviços, simplificando e padronizando a experiência do cliente. A campanha foi criada pela Agência Ogilvy, responsável por todas as criações das campanhas da Vivo. (VIVO, 2015, *on line*).

Na campanha anterior, podem ser observados os seguintes dizeres, na parte à direita da campanha: “Não deixe a vida pra depois”. E, logo abaixo, diz: “A vida não espera nem volta atrás. A claro tem a internet 4G mais rápida do mundo, TV que tem tudo e mais um pouco, telefone fixo e celular e está sempre ao seu lado. Afinal, é

você quem faz seus amigos, é você quem faz suas viagens, é você quem faz o agora. Faça valer a pena”. E, em seguida, o logotipo da empresa Vivo, junto com a frase: “É você quem faz o agora”. Como se observa, há várias marcas de coloquialidade nessa campanha: “pra, volta atrás, tudo e mais um pouco, é você quem faz”, por exemplo.

4.4 Mito 5: só há uma gramática no Brasil?

Para muitos, “só há uma gramática no Brasil” (LÍNGUA, 2014). Assim, a língua se resumiria “à gramática tradicional, de caráter normativo que estabelece a forma como se deve falar ou escrever. Mas há mais de uma gramática circulante nas bocas e páginas brasileiras” (*op. cit.*). Dentre as várias gramáticas existentes no Brasil, pode-se citar a gramática descritiva que é “o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona como meio de comunicação entre os seus falantes”. (ARAÚJO, 2015). Tal gramática “estuda a estrutura formal da língua e descreve regras, tanto da língua escrita como da língua falada”. (ARAÚJO, 2015). Há também a gramática funcional cuja finalidade é “verificar como se processa a comunicação nas diversas línguas”. (NEVES, 2015). Desse ponto de vista, “uma gramática funcional é, necessariamente, uma gramática do uso linguístico”, mas deve-se levar em consideração que “ela não assume como tarefa descrever a língua enquanto sistema autônomo, não desvinculando, portanto, as peças do sistema das funções que são preenchidas”. (NEVES, 2015). Já a gramática interativa pode ser definida “mediante a combinação de traços linguísticos referentes a nove parâmetros de análise”. Esses parâmetros podem ser definidos como “autonomia comunicativa, que possui traços comunicativamente autônomos e comunicativamente não autônomos”. (PENHAVEL, 2015).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, neste estudo, o primeiro mito analisado tratou-se de um questionamento acerca da palavra saudade. Compreendeu-se a importância de escolher a dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano para explorar o mito “saudade” porque os irmãos, no Brasil, estão entre os grandes nomes da música sertaneja. Na campanha selecionada, a dupla revive um momento nostálgico de suas vidas antes de sua carreira como cantores sertanejos, com o provável intuito de que o público sinta também saudades dos tempos de “pindaíba”. Essa campanha publicitária tem o intuito de estimular os clientes a aderirem à promoção e terem a chance de concorrer a prêmios para mudar de vida, valendo-se, para isso, de um dos mitos da linguagem. Já analisando o segundo mito, “o português é muito difícil”, observou-se que o idioma não é difícil para quem fala. Compreendeu-se, por meio da peça analisada, que, na verdade, o mito “o português é uma língua muito difícil” é apenas um jargão que satiriza esse questionamento. Com isso, conclui-se que a língua portuguesa não é um idioma difícil para seus falantes nativos. Para Bakhtin (2000, p.296), “as pessoas

não trocam orações, assim como não trocam palavras numa acepção rigorosamente linguística, ou combinações de palavras, trocam enunciados”, e esse fenômeno ocorre naturalmente com todos os falantes tidos como fisiologicamente normais.

Ao analisar o terceiro mito “o Brasil só tem uma língua”, foi possível compreender que o Brasil não possui apenas uma única língua oficial. No vídeo analisado, por exemplo, observou-se que o Hino Nacional Brasileiro tem registro em língua indígena brasileira em que ele é cantado por um grupo de militares, juntamente com alguns índios da tribo Guarani. Com a campanha analisada sobre o mito “pessoas cultas usam a norma culta”, constatou-se que a norma padrão nem sempre é utilizada em peças publicitárias. Para Castilho (2014), “qualquer manifestação linguística vem marcada pelo fenômeno da variação. E, assim, curiosamente, persiste entre nós a ideia de que a variedade padrão, a norma culta, escapa a essa heterogeneidade”. Na última peça analisada sobre o mito “só há uma gramática no Brasil”, observou-se que no Brasil há muitas gramáticas. Cada gramática possui sua particularidade. Segundo dados da revista *língua* (2014), “há mais de uma gramática circulante nas bocas e páginas brasileiras. Não só divergências entre gramáticos sobre os casos que analisam as doutrinas que adotam”.

Com a análise das peças publicitárias, em geral, foi possível compreender que o usuário da língua, na instância de produção (em agências de publicidade, em especial), se apropria de vários mitos da língua (agências de publicidade, por exemplo), para produzir / significar textos na esfera publicitária, contribuindo, dessa forma, para sua manutenção, divulgação e estabilidade dos chamados “mitos da linguagem”. O fenômeno foi perceptível também em outras esferas sociais, como é o caso do Hino Nacional, em Tupi Guarani, bem como a existência comprovada de outras gramáticas, além da normativa. A relevância dessa constatação resulta do fato de contribuir para que se compreenda o contexto sócio-histórico e demais fatores extratextuais como sendo constitutivos do sentido, o que é decisivo no processo de elaboração/ produção/recepção e significação de peças publicitárias, já que tais textos mitificados são facilmente assimiláveis como “verdade” pelo público consumidor menos atento a esse processo.

REFERÊNCIAS

ACERVO DIGITAL DA VEJA. **Revista Veja Ed. 2832**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Gramática normativa**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/linguistica/gramatica-normativa>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Gramática descritiva**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/linguistica/gramatica-descritiva>>. Acesso em: 14 Dez. 2015.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENOIST, Luc. **Signos, símbolos e mitos**; Tradução de Anna Maria Viegas. Belo Horizonte, Intertelivros, 1977.

BLOGSPOT. **O português é uma língua difícil**. Disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com>>. Acesso em: 06 set. 2015.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Pesquisas mostram que norma culta é variável**. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/96/pesquisas-mostram-que-norma-culta-e-variavel-300182-1.asp>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; SILVEIRA, Alzira Malaquias da; FERREIRA, Marina Baird. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

JACOBSON, R. A Dominante. In: L. Matejka e K. Pomorska (eds). *Readings in Russian Poetics*, 1971 (145-151). Cambridge e Londres.

JÚNIOR, Luiz Costa Pereira. **“Saudade” só existe em português**. Disponível em: <<file:///C:/Users/CASA/Documents/PIC/100-mitos-da-linguagem.pdf>>. Acesso em 20 fev. de 2016.

KOCH, Villaça. **A inter-relação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.

LAGE, N. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Ática, 1985.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Funcionalismo e descrição do português**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo53.pdf>>. Acesso em 03 Dez. 2015.

MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS

Danúbia Aline Silva Sampaio

Universidade Federal de Minas Gerais –
Faculdade de Letras
Belo Horizonte – Minas Gerais

Jairo Venício Carvalhais Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais –
Faculdade de Letras
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: A mídia impressa brasileira, ainda na atualidade, tem sustentado a ideia de que as formas linguísticas de prestígio são as únicas corretas do ponto de vista do funcionamento de uma língua. Dessa forma, muitos veículos de comunicação acabam agindo de maneira perniciosa e prestando um desserviço à sociedade, haja vista que, ao trabalharem com a dicotomia certo/errado, tais veículos reforçam a divisão entre classes e a exclusão social. Partindo dessas constatações, apresentamos uma análise relacionada ao tema da desigualdade social, tomando como objeto de investigação a questão do preconceito linguístico na mídia impressa, sobretudo no que diz respeito à legitimação da dicotomia “certo/errado” no tratamento dispensado à linguagem. De forma mais específica, investigamos o gênero discursivo “capa de revista” em diferentes edições do maior periódico semanal de informação do Brasil, tomando como referencial

teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD), de Fairclough (1992, 2003, 2006) e a abordagem da Multimodalidade, de Kress e Van Leeuwen (2006). A perspectiva transdisciplinar da ACD atribui relevância à compreensão da linguagem em relação à vida social, examinando, de forma crítica, as relações estabelecidas entre linguagem, poder, dominação e desigualdade. A multimodalidade, por sua vez, sinaliza a importância dos diferentes modos semióticos colocados em funcionamento no processo de construção de sentidos. Os resultados obtidos demonstram como a maior revista semanal de informação do país representa os diferentes usos linguísticos dos brasileiros, privilegiando uns e excluindo outros, de forma que tal exclusão se estende, inevitavelmente, aos grupos sociais economicamente desfavorecidos e linguisticamente estigmatizados.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia impressa. Desigualdade social. Análise Crítica do Discurso. Multimodalidade.

MEDIA, LANGUAGE AND EXCLUSION: SOCIAL INEQUALITY THROUGH FAVOURING LINGUISTIC USAGE

ABSTRACT: The Brazilian print media still currently supports the idea that prestige linguistic forms are the only correct ones from the perspective of a language's functions. As a

result, many mass media vehicles act perniciously, constituting a disservice to society because, when reinforcing the right/wrong dichotomy, these vehicles strengthen the class divide and validate social exclusion. From these facts, we present an analysis related to the theme of social inequality, choosing as our object of investigation the issue of linguistic prejudice in print media, especially regarding the validation of the right/wrong dichotomy in the treatment dispensed to language. More specifically, we investigated the discursive genre of magazine covers, in different issues by the largest weekly informational magazine in Brazil, with a theoretical background of Critical Discourse Analysis (CDA) by Fairclough (1992, 2003, 2006), with Kress and Van Leeuwen's (2006) Multimodality approach. CDA's transdisciplinary approach attributes relevance to an understanding of language in relation to social life, examining critically the relationships established among language, power, domination and inequality. As for Multimodality, the approach signals the importance of diverse semiotic modes functioning in the process of building meaning. The results show how the largest weekly informational magazine in Brazil represents differing linguistic usages by Brazilians, privileging some over others so as to perpetuate exclusion for social groups that are economically disfavoured and linguistically stigmatized.

KEYWORDS: Print media. Social Inequality. Critical Discourse Analysis. Multimodality.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a partir do avanço dos estudos linguísticos, um número crescente de publicações especializadas - tais como Bagno (2001, 2012), Faraco (2012), Sscherre (2005) - tem apresentado reflexões consistentes sobre o estudo da língua em suas diversas manifestações, abrindo espaço para o fenômeno da variação linguística e reconhecendo a sua importância na constituição e no funcionamento dos diferentes grupos sociais. No interior dessa produção, emerge o entendimento de que a supremacia absoluta atribuída à Gramática Tradicional, muitas vezes incorretamente associada à ideia do “bem falar” e do “bem escrever”, é um fato que precisa ser repensado, haja vista que esse imaginário social, ainda presente na atualidade, tem servido de âncora para a manutenção da desigualdade social, costumeiramente praticada por meio da exclusão de usos linguísticos que, em maior ou menor escala, distanciam-se das normas preconizadas pela “língua-padrão” das elites que controlam o poder econômico e social.

No cerne dessa discussão e, diferentemente do que tem mostrado os estudos linguísticos mais atuais, uma parcela considerável dos meios de comunicação continua reproduzindo a ideia de que o português falado no Brasil é uma língua homogênea (BAGNO, 2001, 2012) Esse tipo de postura diante dos fenômenos linguísticos revela uma visão limitada, senão deturpada sobre a língua e sobre seus falantes, baseando-se apenas no conhecimento de gramáticas prescritivas que, por sua vez, não levam em conta os usos efetivos da língua em seus variados contextos e em suas diversificadas formas de manifestação.

Nesse sentido, a mídia brasileira tem privilegiado a língua escrita como modelo padrão ou, em outras situações, identifica-se determinada variante diacrônica ou geográfica como o português correto. Essa visão rígida e preconceituosa em relação aos fenômenos linguísticos valoriza o registro de apenas uma variedade da língua, desconsiderando, por sua vez, qualquer outra modalidade linguística. Em outros termos, os meios de comunicação mantêm um nível doutrinário, a partir da defesa do uso de uma língua pura, correta e calcada exclusivamente na tradição gramatical, estipulando uma estreita relação entre o domínio dessa variante linguística e a obtenção de sucesso na vida pessoal e profissional. No entanto, por outro lado, acabam por legitimar um expressivo preconceito em relação às variedades populares que não se enquadram nesse modelo.

O discurso difundido pela mídia de que língua e norma-padrão são conceitos correlatos tem servido, muitas vezes, para (re)produzir uma visão uniforme e padronizada dos usos da língua(gem). Esse pressuposto traz consigo uma perspectiva essencialmente normativista, dogmática e arbitrária, a partir da qual são banidas da língua “homogênea e pura” todas e quaisquer formas consideradas empobrecedoras, desviantes ou indignas de uma língua bem falada e bem escrita. No bojo dessas considerações, é importante destacar que essa postura difundida pelos meios de comunicação acaba por afastar do debate sobre o tema não apenas as formas linguísticas consideradas indesejáveis, mas, sim, os cidadãos que as produzem, uma vez que tais formas linguísticas são produzidas em maior número pelos indivíduos das camadas economicamente menos favorecidas e, portanto, com menor prestígio social.

Para refletir sobre essas questões, tomamos como objeto de investigação o gênero **capa de revista** em diferentes edições da revista **Veja**, cuja temática abordou, de forma direta, a dicotomia entre “certo” e “errado” no trato com a língua portuguesa e a relação desses conceitos com a ascensão na vida pessoal e profissional. A opção por capas desse veículo da mídia impressa justifica-se em função de **Veja** ser o periódico semanal brasileiro de maior circulação na atualidade. Produzida pela Editora Abril, é a revista de informação com maior tiragem do país, superando 1 milhão de exemplares. Segundo os dados mais recentes disponíveis, obtidos por meio da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a circulação média mensal da versão impressa no ano de 2014 foi de 1.167.928 exemplares por edição, sendo 84% desse total por meio de assinaturas e 16% através de vendas avulsas. Quanto ao perfil socioeconômico de seu público leitor, foi possível observar que 71% pertencem às classes A (30%) e B (41%) e que um total de 88% do leitorado apresenta curso superior completo, conforme atestam dados oficiais divulgados pela Associação Nacional dos Editores de Revistas.

A fim de alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1, são apresentados os pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam o presente trabalho, evidenciando, de forma específica, a articulação entre a Análise Crítica

do Discurso (ACD) e a Teoria da Multimodalidade. O capítulo 2 trata das análises efetuadas e encontra-se subdividido em três itens. No primeiro item (3.1), analisa-se a metafunção interpessoal nas capas da revista Veja selecionadas para este trabalho. O item (3.2), por sua vez, procura apresentar a análise diretamente relacionada à metafunção textual do gênero textual investigado. No item (3.3), procuramos realizar uma articulação entre os aspectos multimodais das capas analisadas ao princípio da interdiscursividade proposto pela Análise Crítica do Discurso. Por fim, são tecidas as considerações finais, etapa em que são apresentadas algumas reflexões acerca do tema investigado.

2 | A ARTICULAÇÃO ENTRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) E A MULTIMODALIDADE

O presente trabalho apresenta suas análises a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) - ora também denominada Análise do Discurso Crítica (ADC) -, considerando essa teoria e método na visão de Fairclough (1989, 1992, 1995, 2001, 2003), o qual percebe, inicialmente, o discurso como prática social e, a partir do desenvolvimento de suas pesquisas, em 2003, toma o discurso como um dos elementos da prática social.

A Análise Crítica do Discurso se constitui a partir de uma tradição crítica da linguagem, que articula, de maneira elaborada, a ciência social crítica e a linguística com uma estrutura analítica e teórica, estabelecendo entre elas um diálogo. Essa abordagem transdisciplinar atribui grande importância à compreensão da linguagem em relação à vida social. Estudos em ACD analisam criticamente a relação entre a linguagem, o poder, a dominação e a desigualdade, em suas diversas formas de manifestação, sejam da mais explícita a mais velada, por meio de textos.

Para a ACD de Fairclough, em todos os níveis da vida social, desde aqueles mais fixos (**estruturas sociais**), àqueles mais flexíveis (**eventos sociais**), passando pelo nível intermediário (**práticas sociais**), a linguagem está sempre presente. Por meio dessa perspectiva teórica, as *estruturas sociais*, apesar de mais rígidas e relativamente fixas, são passíveis de transformações e mudanças. Assim, as *estruturas sociais* interferem e condicionam os diferentes *eventos sociais*, os quais, por sua vez, também vão proporcionar modificações nas estruturas, por meio da intermediação realizada pelas diferentes *práticas sociais* (FAIRCLOUGH, 2003).

A partir desse ponto de vista, Fairclough apresenta três focos analíticos no estudo crítico da linguagem: o **sistema semiótico** (nível mais fixo), O **texto** (nível mais flexível - uma reportagem de revista, por exemplo) e a **prática discursiva** (nível intermediário), a qual compreende as **ordens do discurso**, ou seja, o **gênero**, o **discurso** e o **estilo**.

Nessa perspectiva, as **práticas discursivas** se constituem pelas **práticas do agir** (*gênero* – significado acional), pelas **práticas do representar** (*discurso* – significado representacional) e pelas **práticas do identificar** (*estilo* – significado identificacional).

A ACD considera que os textos que circulam socialmente apresentam um papel

fundamental na busca de se compreender as diferentes relações entre os vários grupos sociais, a forma como esses grupos representam o mundo e a maneira como a identidade desses grupos é apresentada e construída na e pela linguagem. Os textos são aqueles que, de forma muito rica e diversificada, irão oferecer “pistas” para a compreensão das práticas sociais estudadas pelo analista.

A partir desse mesmo ponto de vista, Trajano (2013, p. 25), retomando a premissa de que o discurso se define como o “uso da linguagem na forma de prática social, modo de ação e de representação, de prática de significação”, aponta que o discurso se materializa por meio dos diferentes gêneros de texto, os quais, segundo Fairclough (2003), configuram-se como formas diferentes de ação e interação entre pessoas e grupos sociais.

Assim, é por meio da análise dos diferentes gêneros que circulam e funcionam socialmente – as propagandas, os anúncios publicitários, as notícias, reportagens, artigos de opinião, capas de revistas, dentre tantos outros – que o pesquisador analisa, criticamente, a relação entre a linguagem e a sociedade, a partir de suas várias formas de manifestação, nas mais diversas situações comunicativas.

Considerando, portanto, a relevância dos gêneros textuais enquanto maneiras distintas de ação e interação, é fundamental destacar o caráter multimodal que todos eles apresentam. Em cada gênero de texto, situado em um determinado contexto de interação, são exploradas diferentes linguagens, ou diferentes *modos semióticos*, tais como a escrita, a imagem, a cor, o som, dentre outros. Uma vez que cada um desses modos exerce um papel importante para a construção de sentidos, é de grande relevância que os diferentes gêneros sejam analisados por meio de uma abordagem multimodal.

De acordo com a abordagem da *Multimodalidade* (KRESS, 1995, 1997, 2003, 2008, 2010; KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, 2002, 2006), quando se unem diferentes *linguagens* ou *modos semióticos* se alcança a melhor forma de comunicar aquilo que se deseja. Uma vez que cada um desses modos exerce uma determinada função no processo de construção de sentidos, ao se pesquisar as formas de comunicação utilizadas, se determinada análise se prender a apenas um modo semiótico, como à escrita ou à fala, por exemplo, chega-se a um significado parcial, incompleto. Isso porque cada modo, a partir de suas peculiaridades e recursos, gera um significado diferente que, associado aos outros, constrói e amplia a rede de sentidos dos diferentes textos multimodais.

A Gramática do Desing Visual (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006), apresenta uma descrição das principais categorias para a análise do sentido em imagens e textos multimodais. Como apontado pelos próprios autores, a GDV é uma espécie de expansão da *Gramática Sistêmico-Funcional* (GSF) de Halliday e Matthiessen (2004): tal expansão se justifica uma vez que Kress e Van Leeuwen (1995, p. 8) mostram como as funções propostas por Halliday podem ser utilizadas como categorias gerais e abstratas e, assim, podem ser aplicadas não apenas à linguagem verbal, mas também

a todos os tipos de modos semióticos.

A partir desse mesmo ponto de vista, Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 533) destacam que assim como a linguagem verbal, a linguagem visual permite construir representações de mundo – o que caracteriza a sua **função de representação** -, permite que participantes representados nas imagens – pessoas, objetos, instituições – assumam determinados papéis e estabeleçam relações entre si e com os leitores do texto – **função de interação** -, além do fato de que a linguagem visual permite organizar os vários sentidos na forma de um todo coerente, que compreendemos como texto – **função de composição**.

Considerando os pressupostos teóricos acima elencados, encontra-se, a seguir, a análise desenvolvida para o presente artigo.

3 | ANÁLISE DOS DADOS: A A BORDAGEM MULTIMODAL E OS INTERDISCURSOS

Este capítulo tenciona apresentar e discutir algumas características multimodais das capas da revista **Veja** selecionadas para este trabalho, considerando, de acordo com a GDV, a *metafunção interpessoal* e a *metafunção textual*. Feita essa abordagem multimodal das capas, será analisada a *interdiscursividade*, com o intuito de descrever e discutir o processo de construção de sentidos por meio da articulação entre *aspectos multimodais* e os *interdiscursos* ali materializados. A partir desses apontamentos, o tema da desigualdade social será investigado com o foco sobre a maneira como a mídia impressa representa e legitima os diferentes usos linguísticos, privilegiando um e omitindo/excluindo outros, de maneira que essa exclusão se estende, inevitavelmente, aos grupos sociais que utilizam as formas linguísticas estigmatizadas. Na sequência, apresentamos as capas de três edições da revista **Veja** selecionadas para a presente análise. As capas selecionadas correspondem às seguintes edições da revista **Veja**: “Falar e escrever bem”, edição 1275, ano 34, nº 44, de 07 de novembro de 2001; “Falar e escrever certo”, edição 2025, ano 40, nº 36, de 12 de setembro de 2007 e “Falar e escrever bem: rumo à vitória”, edição 2177, ano 43, nº 32, de 11 de agosto de 2010.



Fig.1 - Capa de 2001



Fig. 2 - Capa de 2007



Fig. 3 - Capa de 2010

3.1 A metafunção interpessoal

A metafunção interpessoal trata da relação entre os falantes e as modalizações presentes em um evento comunicativo. De acordo com Kress e van Leeuwen (2006), na perspectiva da metafunção interpessoal, as imagens podem ser classificadas em três dimensões: *olhar* (contato), *enquadramento* (distância social) e *perspectiva* (poder).

Considerando o *olhar* do participante representado na capa de 2001, observamos que este olha diretamente para o leitor. Constitui-se, assim, uma *imagem de demanda*, na qual há uma relação direta desse participante com aquele que lê, de forma a se estabelecer certo “vínculo” entre eles, uma espécie de relação mais pessoal. Essa proximidade atrai o leitor, convidando-o a se “conectar” com a mensagem que está sendo apresentada.

Em contrapartida, os participantes presentes nas capas de 2007 e de 2010 não se relacionam diretamente com os leitores da capa. Na capa de 2007, a mulher não estabelece contato algum com o leitor, não olha para ele, está em uma posição, praticamente, de costas. No entanto, essa mulher se movimenta e dirige seu olhar para um determinado foco, o qual se encontra em uma posição nitidamente superior, muito acima, praticamente “nas nuvens”. Nessa perspectiva, na capa de 2007, há uma *imagem de oferta*, de maneira que o participante representado não “observa” o leitor, mas, ao contrário, é observado por ele. Assim, a partir da imagem da mulher que sobe a escada e se movimenta em direção a um alvo, o leitor é levado não a se relacionar com ela, mas a “contemplá-la”, a observar seu movimento em ascensão. Como será discutido posteriormente, esse “movimento de ascensão”, conectado a outros elementos do processo de construção de sentidos, busca uma avaliação bastante positiva por parte do leitor que “contempla” a imagem.

Na capa de 2010, o participante representado, apesar de estar de frente para o leitor, também não olha para ele, mas sim para aqueles que, supostamente, são seus ouvintes. Nessa capa, portanto, também podemos perceber que, por meio de uma imagem de oferta, o leitor é levado a observar a ação do participante e não a se relacionar com ele. É importante destacar ainda que, levando em conta todas as linguagens ali materializadas, essa ação, essa atitude que o leitor contempla é construída de modo a ser vista positivamente, muito “desejável” pelo leitor.

No que se refere à *dimensão do enquadramento*, a imagem do homem presente na capa de 2001 encontra-se em um plano mais próximo do leitor, efetivando-se, novamente, um vínculo, uma “intimidade” maior entre eles, já que o participante representado estabelece um contato mais direto com quem lê.

Na capa de 2007, a mulher da imagem encontra-se a uma distância média, o que, segundo Kress e van Leeuwen (2006), remete-nos à ideia de uma relação de “respeito”, de “credibilidade”, entre participante representado e leitor, já que nesse relacionamento não se configura uma relação de muita intimidade, mas também não

se configura uma relação muito distante. Por sua vez, o homem representado na capa de 2010 é aquele que se encontra em um plano mais longo, mais distante, em relação ao leitor, configurando-se, mais uma vez, como objeto de “contemplação” deste último. A escolha da capa em colocar esse participante em um plano bastante longo será mais bem analisada e discutida posteriormente.

A partir da *dimensão da perspectiva*, Kress e van Leeuwen (2006) afirmam que sob o ângulo vertical, são estabelecidas ou ratificadas as *relações de poder* e, sob o ângulo horizontal, são definidas as relações de maior ou menor *empatia*. Como pode ser percebido, na capa de 2001, leitor e participante se entreolham no mesmo nível do olhar, de forma que não se constitui entre eles uma relação de superioridade ou inferioridade, mas uma relação que se estabelece com “igualdade de poder”. Além disso, o homem da imagem está bem de frente para o leitor, demonstrando bastante “empatia”.

Como já apontado anteriormente, tanto na capa de 2007 quanto na capa de 2010, a visão do leitor não alcança diretamente o olhar dos participantes representados. Assim, estes não se relacionam diretamente, uma vez que os participantes das imagens se colocam ali como “objetos de contemplação”, para que o leitor observe suas atitudes, suas ações e as avalie, neste contexto, de maneira positiva. Dessa forma, não se constitui, claramente, uma “relação de poder” entre eles.

Além disso, nessas duas últimas capas, não há nem mesmo uma relação de empatia entre leitor e os participantes, já que estes últimos, além de não estarem colocados em uma posição de proximidade com o leitor – na capa de 2010, apesar de estar de frente, o homem está em um plano bem longo -, há um deles que está praticamente de costas, como é o que acontece com a mulher da capa de 2007.

A partir das capas de 2007 e 2010, é interessante apontar que, apesar de não se estabelecer uma relação de poder entre os participantes das imagens e o leitor, tanto a mulher quanto o homem encontram-se em uma posição superior no que se refere a qualquer outro elemento presente na capa como um todo. É possível considerar que na capa de 2007, por exemplo, a mulher está em uma parte superior da escada, remetendo-nos à ideia de sua ascensão e sucesso na carreira, o que a coloca em uma posição mais favorável, numa relação de “superioridade” no que se refere aos outros. Na capa de 2010, o orador que discursa, de forma firme e enérgica -conforme pode ser observado pela maneira como este gesticula o braço e se posiciona - olha para seus ouvintes – representados pelas teclas de computador – de cima para baixo, exercendo certo “poder” sobre eles.

A seguir, considerando ainda as capas de 2001, 2007 e 2010 da Revista *Veja*, estão as considerações realizadas a partir das categorias de análise da *metafunção textual*, de acordo com a GDV, de Kress van Leeuwen (2006).

3.2 A metafunção textual

De acordo com a GDV, é por meio da *metafunção textual* - seja a partir da relação

das diferentes partes dentro da própria composição, seja a partir da relação entre imagens ou, até mesmo, da relação entre texto e imagem, vistos de forma integrada -, que se percebe que cada elemento da composição não está no lugar escolhido por acaso, que há sempre um significado construído por meio de determinada escolha. Dessa forma, em uma dada composição textual, se seus respectivos elementos forem modificados espacialmente, as relações entre eles serão, conseqüentemente alteradas, assim como novos significados serão construídos e efetivados. Segundo Kress e van Leeuwen, uma composição se apresenta por meio de três sistemas relacionados entre si: *o valor da informação* (dado/novo, real/ideal, centro/margem), a *saliência* e a *moldura*.

Na capa de 2001, na parte inferior – espaço do *real* – a revista aponta, assertivamente, a “realidade linguística” do brasileiro: “o brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente”. Observa-se, aqui, que a revista não dá aberturas para uma possível discussão sobre o assunto, um possível questionamento sobre o fato de o brasileiro saber ou não se expressar “corretamente”. Essa assertiva é apresentada como uma *verdade*. Ainda no campo do real, a revista destaca que esse mesmo brasileiro – apontado aqui de maneira bastante generalizada – tem consciência desse “mal” e está, decididamente, buscando melhoras, já que reconhece a importância de “falar e escrever bem” para o êxito em sua vida profissional e social.

Em contrapartida, na parte superior – espaço do *ideal* – o homem branco que interage diretamente com o leitor aponta o ideal a ser alcançado pelo brasileiro que não sabe se expressar: “falar e escrever bem”. O ideal é apresentado pela revista de maneira interessante, já que o participante representado retirada própria boca – fazendo alusão à ideia de se expressar – a “meta linguística” do brasileiro. A palavra “bem” recebe o maior destaque, escrita em letras maiores e colocada em um plano mais próximo do leitor, confirmando e enfatizando que “falar” e “escrever” são atividades que precisam de uma atenção especial daqueles que almejam o sucesso.

Além disso, a imagem do homem branco que traz em si mesmo o falar e escrever bem está na parte central da capa, ocupando, praticamente, sua totalidade – há uma pequena “divisória” na parte superior, por meio da qual a revista apresenta outra reportagem do interior da própria publicação, mas que, claramente, recebe menor destaque. Além disso, a cor clara da camisa social utilizada contribui para o destaque do participante em relação ao fundo amarelo da capa. Diante desses apontamentos, é possível afirmar que a imagem do homem retirando de sua boca o “falar e escrever bem” são os elementos de maior saliência, os principais utilizados para chamar a atenção do leitor.

Na capa de 2007, o lado esquerdo – espaço da informação *dada* – a revista, por meio da linguagem verbal, aponta algumas informações já compartilhadas entre os leitores, como a ideia de que dominar a língua é fator decisivo para o sucesso profissional; a ideia de que “errar” por sua vez, representa o próprio fracasso, além da ideia de que a reforma ortográfica não foi recebida pelas pessoas de maneira positiva,

causando ansiedade diante da possibilidade de errar – já que o “erro” é associado à ideia de “ruína”, isto é, fracasso total.

Já no lado direito – espaço da informação *nova* – encontramos uma imagem bastante interessante: uma mulher branca, vestida com uma roupa profissional – provavelmente um vestuário que representa mulheres que trabalham em ambientes formais, como na área jurídica, financeira ou em grandes corporações -, carregando uma pasta, está se movimentando em direção ao topo de uma escada, de forma que já se encontra na altura das “nuvens”. Essa escada está apoiada em uma grande letra “A”. Na parte inferior dessa grande letra há a expressão “falar e escrever certo”.

Essa imagem, metaforicamente construída, destaca uma informação importante para o leitor: o sucesso profissional, o “topo” da carreira pertence àqueles que “falam e escrevem certo”, àqueles que fizeram do domínio da “boa língua” um dos principais “instrumentos” para impulsionar e, finalmente, alcançar o mais alto nível profissional. É interessante observar que a escada, o instrumento de ascensão, está apoiada na letra A, a qual pode, inicialmente, ser apenas entendida como a representação da língua, isto é, a língua posta como aquela que “apoia”, que “promove” a ascensão e o sucesso profissional. No entanto, há outra consideração interessante: a letra A, além de ser a primeira letra do alfabeto, a partir de uma perspectiva sociocultural, representa também avaliações de cunho bastante positivo: “ele tirou um conceito A na etapa” – representação da maior nota, da melhor avaliação da instituição de ensino -, “ela pertence à classe A” - representação da classe social de maior poder econômico, de maior prestígio. Assim, pode-se perceber que não é simplesmente por uma escolha aleatória que a letra escolhida para apoiar a escada é a letra “A” e não a letra “C”, “F” ou “Z”, por exemplo.

Para corroborar essa discussão, considerando a conexão entre a parte inferior (real) e superior (ideal), observamos uma relevante relação de causa e efeito: para se alcançar o sucesso na carreira profissional – o topo, as nuvens, “o ideal” – é necessário “falar e escrever certo” – informação destacada na parte inferior, no “real”.

A imagem, composta pela mulher que sobe a escada apoiada na letra A e a expressão “falar e escrever certo” são os elementos de maior saliência presentes na capa, saliência que é favorecida pelo fundo quase que totalmente branco. É para este conjunto de informações que o leitor tem a sua atenção voltada, de forma que a capa o “convida” a participar desse elaborado processo de construção de sentidos, levando-o a associar tanto os elementos da linguagem verbal quanto os elementos da linguagem visual.

Na capa de 2010, assim como acontece na capa de 2007, a linguagem verbal ocupa o espaço da informação dada, enquanto que a imagem encontra-se no espaço da informação nova. A partir dessa construção, é possível considerar que a linguagem verbal, presente no lado esquerdo, é preferencialmente utilizada para tratar de informações que, em geral, já são bastante comuns e aceitas entre os leitores, como a informação presente nesta terceira capa: “expressar-se com clareza e elegância

é essencial para avançar na vida”. Apesar de, na capa de 2010, a revista, no lado esquerdo, apresentar uma informação como supostamente nova –“a boa notícia é que há mais ferramentas para o aprendizado” -, é a informação já compartilhada que inicialmente “conduz” o leitor ao processo de construção de sentidos, associando e articulando o modo semiótico da escrita e da imagem.

O lado direito é ocupado pela imagem de um homem branco que, assim como acontece com a mulher da capa de 2007, está vestido com roupa executiva, representando, provavelmente um homem de negócios, bem sucedido na carreira, remetendo-nos à ideia daqueles que, supostamente, alcançaram a “vitória” por “falar e escrever bem”. É relevante perceber que a capa da revista ainda aponta para o leitor o que ela está considerando como falar e escrever bem, isto é, “expressar-se com clareza e elegância”. Ao observarmos a imagem, temos a impressão de que este homem, por trás de uma espécie de tribuna, utilizando um microfone, dirige-se aos seus ouvintes olhando de cima para baixo, gesticulando o braço e falando energicamente. Os ouvintes, por sua vez, são representados por teclas de computador, fazendo alusão às novas tecnologias disponíveis para se aprender a falar e escrever bem.

Interessante ainda observar que das primeiras teclas do computador – aquelas que estão no plano mais curto em relação ao leitor - até à tribuna onde está situado o homem, delineia-se uma espécie de pirâmide. O homem branco, executivo de sucesso, que fala e escreve bem, é quem está no topo dessa pirâmide, confirmando e enfatizando a sua ideia de sucesso, de êxito máximo, assim como acontece com a mulher da capa de 2007 que, na busca de ascensão profissional, por meio do domínio da “língua correta”, alcança a altura das “nuvens”.

Dessa forma, a informação nova, por meio do conjunto de elementos presentes na imagem, é a própria materialização do “futuro vitorioso” – identificado aqui como o sucesso profissional, o êxito máximo na carreira - daqueles que escrevem e falam bem, daqueles que se expressam com clareza e elegância, conforme informação compartilhada no lado esquerdo.

No que diz respeito à *saliência*, percebemos que o participante representado se destaca em relação aos outros elementos presentes na imagem. É possível perceber que as margens da capa apresentam um amarelo misturado com laranja, formando um tom de cor mais escura e, conforme dirigimos o nosso olhar para a parte mais central, esse tom de amarelo escuro vai se tornando cada vez mais claro, tornando-se praticamente branco no centro. Assim, além de ocupar a posição central da capa, o homem por trás da tribuna parece estar sob um foco de luz, situado em um centro mais iluminado em relação às margens do texto, sobressaindo-se nitidamente em relação aos outros componentes do texto.

3.3 Interdiscursividade: a legitimação da desigualdade social por meio da exclusão de usos linguísticos

Para a ACD, a interdiscursividade tem como foco os discursos articulados ou não nos textos, assim como também é seu objeto de análise as formas como esses discursos são articulados e entrecruzados com outros discursos. Em princípio, a interdiscursividade é uma categoria representacional, relacionada a maneiras particulares de representar o mundo. De acordo com Fairclough (2003), é possível identificar discursos diversos observando as diferentes formas de “lexicalizar” aspectos do mundo. Assim, a identificação das diferentes escolhas lexicais presentes nas capas estudadas mostra-se como uma importante estratégia para a análise empreendida neste trabalho.

Considerando ainda alguns pressupostos teóricos, é importante destacar que Fairclough (1997, 2001), baseado em Gramsci (1988), caracteriza a *hegemonia* como um domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, poder esse construído e definido muito mais no consenso que no uso da força.

No entanto, essa dominação de um grupo sobre o outro apresenta um equilíbrio instável: para a ACD, o poder é temporário. Assim, relações assimétricas de poder são passíveis de mudança e superação. A instabilidade da hegemonia é o que caracteriza o conceito de “luta hegemônica”, isto é, a luta pela instauração, pela sustentação, pela universalização de discursos particulares (FAIRCLOUGH, 2003). Nessa perspectiva, por meio da análise da interdiscursividade é frequente a investigação dos discursos articulados em textos e suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas.

A partir da análise realizada por meio da abordagem multimodal, é possível identificar um “discurso de superioridade linguística” predominante e bastante recorrente nas três capas da revista *Veja*. Esse discurso se constrói e se organiza por meio de “verdades” apresentadas como indiscutíveis para os leitores, aos quais não é permitido contestar: existe uma língua “certa” e uma língua “errada”; há uma língua relacionada ao se expressar “bem” e uma língua relacionada ao se expressar “mal”; há uma língua relacionada ao “sucesso” e outra relacionada ao “fracasso”; há uma língua que é instrumento de ascensão profissional e social e outra que não permite crescer, avançar; há uma língua relacionada à “vitória” e uma língua relacionada à “ruína”. Dessa forma, as escolhas lexicais presentes nas capas nos levam a identificar dois “polos linguísticos” essencialmente antagônicos: um extremamente positivo, portanto, “superior”, e outro extremamente negativo, logo, “inferior”.

Não podemos deixar de destacar que a “língua superior” apontada nas capas de *Veja* refere-se às formas rígidas prescritas pela gramática normativa. Nessa perspectiva, assim como explica Scherre (2005, p. 42), “confunde-se gramática normativa com língua”. Nessa perspectiva, a palavra “língua”, muito presente nas três capas da revista, refere-se apenas à “codificação de uma norma-padrão escrita”, a qual tem como base textos de escritores consagrados, além do registro de aspectos

linguísticos pertencentes às variedades de prestígio, isto é, “as variedades associadas à fala da elite urbana dominante, que gozam de aceitação social” (SCHERRE, 2005, p. 43).

A partir dessas considerações, percebemos que as outras variedades linguísticas, que não gozam desse mesmo prestígio, não são, nem mesmo, definidas como “língua”, ou são apontadas como a “língua errada”, a qual deve ser abandonada pelos falantes em busca da “língua certa”. É exatamente essa a realidade possível de ser observada nas capas analisadas: a norma-padrão, associada à elite urbana dominante, é apontada como a única aceitável, como a “língua” que garante o sucesso e que, portanto, configura-se como a meta a ser alcançada por todos os falantes. Na capa de 2001, por exemplo, afirma-se que “o brasileiro está fazendo de tudo para melhorar”, já que a norma-padrão é essencial “na profissão, nos negócios e na vida social”. Sobre essa questão, Scherre (2005, p. 15) faz uma importante afirmação:

De forma geral, as pessoas creem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra, e poucos percebem que as formas consideradas certas e/ou de prestígio são as que pertencem à língua, aos dialetos ou às variedades das pessoas ou grupos que detêm o poder econômico ou cultural. Mesmo pessoas que analisam de forma objetiva os fenômenos linguísticos frequentemente emitem enunciados que revelam esse tipo de crença. Uma das consequências dessa crença se reflete no preconceito linguístico, que estigmatiza direta ou indiretamente as pessoas que não dominam formas linguísticas consideradas certas por uma dada comunidade.

Como já parcialmente apontado, essa relação de poder de uma língua sobre a outra se refere às relações de poder entre os respectivos grupos que essas “línguas” representam, ou seja, que essas diferentes “línguas” identificam. Por meio das discussões anteriores, nas três capas da revista, os participantes representados que “dominam a língua superior”, a língua de *status* e prestígio, são homens e mulher brancos – nas três capas em análise, o homem negro ou a mulher negra não são representados e/ou associados ao grupo que domina a “língua de prestígio” -, os quais estão vestidos formalmente – provavelmente executivos -, representantes de uma classe profissional de sucesso, desfrutando, em relação aos demais, de *status* e poder. Assim, essa língua “correta”, elemento essencial do “expressar-se com clareza e elegância”, pertence a um grupo urbano dominante na sociedade, que exerce poder sobre os demais, isto é, um grupo que se posiciona em uma camada hierárquica superior, em uma dada estratificação social.

Retomando o conceito de luta hegemônica de Fairclough (2003), na busca de legitimar e universalizar o ideal de “única língua correta” ou de “única língua aceitável”, esse grupo dominante, detentor da “língua certa”, da “língua de sucesso” é quem “dita as regras”: essa elite urbana dominante, que também se apresenta como uma “elite linguística”, impõe aos outros grupos a sua maneira de falar, o seu padrão de sucesso linguístico. Assim, esse grupo de prestígio define e determina para os outros

grupos de falantes o ideal a ser alcançado para se expressar “de forma correta e com elegância”. A elite social representada nas capas de *Veja* não considera a existência da diversidade linguística, omite e exclui por completo os usos linguísticos pertencentes às outras variedades diferentes da variedade padrão. Na verdade, no contexto das capas analisadas, a variedade padrão nem é apresentada como uma das variedades linguísticas, posta, linguisticamente, no mesmo patamar que as demais, mas sim como a única que deve existir e, por isso, a única língua aceitável.

Esses dois grupos representados – aqueles que falam e escrevem bem e aqueles que falam e escrevem mal – convivem e se organizam dentro de uma sociedade desigual: essa elite social que exerce poder sobre os demais - em especial, por meio da linguagem - consequentemente, é quem desfruta das melhores oportunidades, têm melhores resultados, e “avança mais na vida”. Em contrapartida, aqueles que não dominam a “língua superior”, mas se expressam por meio da língua do “erro”, do “fracasso” e da “ruína”, não têm acesso às oportunidades de crescimento, não apresentam bons resultados, não avançam na vida. Scherre (2005, p. 43), nessa mesma perspectiva, argumenta:

Em nome da *boa língua* pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade – da qual a escola é reflexo ativo – fazem associações perversas, sem respaldo linguístico estrutural, entre domínio de determinadas formas linguísticas e beleza ou feiúra; entre domínio de determinadas formas linguísticas e elegância ou deselegância; entre domínio de determinadas formas linguísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas linguísticas e inteligência ou burrice (...). Sabe-se que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação.

É importante lembrar que o gênero de texto denominado *capa de revista* é um poderoso instrumento de formação de opinião na sociedade. Entre os pesquisadores, é consenso que esse é um gênero que apresenta significativo “poder” em influenciar seus interlocutores. A partir desse ponto de vista, de maneira bastante efetiva, ao colocar a norma-padrão como a única língua correta e aceitável, as capas da revista reproduzem e legitimam o estigma que marca as variedades linguísticas que não gozam de prestígio.

Ao se estigmatizar, desfavorecer e desacreditar variedades linguísticas, faz-se o mesmo com os grupos sociais que se identificam e se constituem por meio dessas variedades. A partir de determinações categóricas de “certo” e “errado”, a elite urbana dominante, por meio de um poder construído e definido muito mais no consenso que no uso da força, desacredita e exclui socialmente indivíduos e comunidades inteiras, promovendo-se, assim, através de instrumentos que vão muito além de aspectos puramente linguísticos, a desigualdade e a injustiça social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos característicos da espécie humana que, supostamente, a distingue de outras espécies animais é exatamente o domínio de um sistema de comunicação articulado, no sentido de que unidades menores do sistema linguístico se combinam para formar unidades de nível mais alto (orações, textos, discursos) de forma recursiva, possibilitando um número expressivo de combinações e permitindo, assim, o atendimento a diferentes necessidades comunicativas.

A mídia impressa, aqui representada pela revista *Veja*, ao ignorar tal fato e ao estabelecer uma identidade entre gramática normativa e idioma de um povo, revela desconhecimento do assunto e evidencia o seu caráter de objeto de consumo (em detrimento do seu ofício primordial de objeto de saber). Nesse sentido, em vez de contribuir com a formação linguística da sociedade brasileira, os meios de comunicação de massa acabam por legitimar a dicotomia certo/errado, contribuindo, de forma categórica, com o preconceito linguístico e com a manutenção das desigualdades sociais por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 179-199.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

_____. **Discourse and social change**. Cambridge: Polite Press, 1992.

_____. **Discourse analysis**: The Critical Study of Language. England: Pearson, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T. A. **Discourse studies. A multidisciplinary introduction**. vol. 2. Discourse as social interaction. London: Sage, 1997, p. 258-284.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 p. 35-55.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN. **An introduction to functional grammar**. London: Hachette UK Company, 2004.

KRESS G. **Writing the future**: English and the Making of a Culture of Innovation. 1995.

_____. **Visual and verbal modes of representation in electronically mediated communication: the potentials of new forms of text** in I. Snyder (ed.) Page to Screen, London: Routledge, 1997.

KRESS, G. VAN LEEUWEN, T. **Colour as a semiotic mode: notes for a grammar of colour**. Sage publications, London, v.1 p.343-368. 2002.

KRESS, G. **Literacy in the new media age**. London/NY: Routledge, 2003.

_____. **Multimodality**. A social semiotic approach to contemporary communication. New York: Routledge, 2010.

_____. Genres and the multimodal production of Scientificness. In: JEWITT, C.; KRESS, G. (Ed.). **Multimodal literacy**. New York: Peter Lang, 2008. p. 173-186.

_____. **Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

_____. **Reading images: the grammar of visual design**. London; New York: Routledge, 2006.

NASCIMENTO, F. S.; BEZERRA, F. A. S.; HEBERLE, V. M. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, 2011. p. 529-552.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TRAJANO, Izabella da Silva Negrão. **A imagem como agente de representação social e ideológica no discurso multimodal**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS

Carla Andréia Schneider

Universidade Federal da Grande Dourados,
Fazenda Exp. de Ciências Agrárias
Dourados – Mato Grosso do Sul

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
Unidade de Jardim
Jardim – Mato Grosso do Sul

RESUMO: O uso de plantas medicinais sempre ocorreu em nossa sociedade, as quais foram e são usadas pelos povos indígenas de forma ampla; tal conhecimento faz parte da cultura, do conhecimento tradicional dos povos, como um saber do senso comum, empírico, o qual, por consequência, polariza-se em relação ao saber científico. Este trabalho tem como objetivo descrever, a partir de uma abordagem teórica da Semiótica greimasiana, os discursos científicos produzidos pela comunidade acadêmica de Dourados-MS em relação ao conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais. O *corpus* constitui-se de 13 resumos científicos provenientes de Trabalhos de Conclusão de Curso e de pesquisas publicadas *online* em anais ou em revistas científicas do Brasil. Os resultados mostram que o discurso produzido pela ciência sobre as plantas medicinais apresenta-se como legítimo e apropriado, ora impositivo - pelas suas próprias características

-, ora sutil - quando atua apenas como inventariante, que resgata, registra, cataloga e preserva o conhecimento tradicional. Desta forma, o discurso construído pela ciência sobre as plantas medicinais revela o conflito dos conhecimentos (tradicional x científico), assim como a busca pela agregação das culturas. A assimilação promovida pelo conhecimento científico, contudo, é preponderante, gerando desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade. Discurso científico. Plantas Medicinais.

INEQUALITY AND SCIENCE: THE SCIENTIFIC DISCOURSE ON MEDICAL PLANTS

ABSTRACT: The use of medicinal plants always occurred in our society, which were and are used by Indians in several ways; that knowledge belongs to culture, the traditional knowledge of people, as a learning of common sense, empirical, which, as consequence, polarizes in relation to scientific knowledge. This study has as aim to describe, from Semiotic greimasian approach, scientific discourse produced by academic community of Dourados-MS in relation to traditional knowledge on medicinal plants. *Corpus* was established by 13 scientific abstracts from monographs and online researches published in annals or scientific

magazines in Brazil. Results showed that produced discourse by science on medicinal plants presents itself as a hard evidence and proper, sometime it is authoritative – by its own characteristics -, sometimes it is subtle – when it acts as official register and becomes that registers, catalogues and preserves the traditional knowledge. This way, the constructed scientific discourse on medicinal plants reveals the conflict of knowledges (traditional x scientific), as well, a pursuit of culture aggregation. However, the assimilation promoted by scientific knowledge prevails, causing social inequality.

KEYWORDS: Inequality. Scientific discourse. Medicinal Plant.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que o uso de plantas medicinais sempre ocorreu em nossa sociedade, as quais foram e são usadas pelos povos indígenas de forma ampla e constituem-se como fonte de conhecimento, cujos detentores orientam seu emprego, assim como orientam os rituais que fazem parte do tratamento. Desta forma, tal conhecimento faz parte da cultura, do patrimônio tradicional dos povos, como um saber do senso comum, empírico, o qual, por consequência, polariza-se em relação ao saber científico. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo descrever, a partir de uma abordagem teórica da Semiótica greimasiana, os discursos científicos produzidos pela comunidade acadêmica de Dourados-MS em relação ao conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais. O *corpus* constitui-se de 13 resumos científicos provenientes de Trabalhos de Conclusão de Curso e de pesquisas publicadas *online* em anais de eventos científicos em Dourados-MS e em outras regiões do país ou publicadas em revistas científicas *online* do Brasil.

2 | DESIGUALDADE E CIÊNCIA

Nas estruturas narrativas ocorrem as articulações dos elementos que a compõem, em que os sujeitos (actantes) se relacionam entre si e com o objeto de valor, de forma que ocorrem transformações por modalizações que modificam essas relações. Este processo é essencial na produção dos discursos: “a existência semiótica é dada pela relação do sujeito com um objeto. Em outras palavras, um sujeito só tem existência na medida em que está em relação com um objeto” (FIORIN, 2000, p. 178).

Portanto, o valor se estabelece na relação entre o sujeito e o objeto: “o valor que se investe no objeto visado semantiza de alguma forma o enunciado inteiro e assim, de súbito, se torna o valor do sujeito que o alcança ao visar o objeto, de modo que o sujeito se acha determinado em sua existência semântica por sua relação com o valor” (GREIMAS, 2014, p. 36). Qualquer sujeito, imerso no universo semiótico, encontra-se envolto por uma imensa quantidade de objetos semióticos passíveis de manifestar valores. Ao relacionar-se com outros sujeitos, por meio de discursos, que também encontram-se cercados de objetos passíveis de manifestação de valores, estabelece-

se uma relação entre eles em que valores são colocados em posição de objetos, trazendo-os à existência (existência semiótica). Uns sujeitos desejam e buscam valores que estão em posse de outros sujeitos, outros promovem/estimulam a busca de certos valores, já outros proíbem esta busca.

Greimas (2014) ressalta que outros valores podem ser agregados ao objeto de valor, tornando-o pretexto, “um alhures que mediatiza a relação do sujeito consigo mesmo” (GREIMAS, 2014, p. 33). Desta forma, em um determinado momento da história, as substâncias farmacológicas sintéticas, em comparação com as plantas medicinais, receberam outros investimentos de valores, além de o de combate às doenças, como o de prestígio social e financeiro (final do séc. XIX e início do séc. XX), mesmo que tais substâncias não fossem tão eficientes. Conseqüentemente, as plantas medicinais, por atender a sociedade com menos recursos financeiros, receberam investimentos de valores negativos pela sociedade abastada.

Conforme a história nos mostra, as plantas medicinais constituem objeto-valor para a sociedade desde a antiguidade e, por ser um meio de se ter acesso à saúde, objeto-valor positivo. Por muito tempo, foi objeto-valor compartilhado comum da sociedade, até que outro objeto fornecesse o mesmo valor desejado, a saúde, o que ocorreu a partir do século XVII, por meio de outras substâncias. Nesse processo, o componente funcional das plantas medicinais foi alterado, representando desprestígio, limitação de recursos financeiros (pobreza), limitação de poder (classe social menos favorecida).

A circulação dos valores desencadeada pela manipulação dos sujeitos, segundo Greimas (2014), ocorre de forma constante entre sujeitos iguais pertencentes ao mesmo universo isotópico e fechado, como também ocorre entre os sujeitos que transcendem seu universo. Exatamente como ocorreu com as plantas medicinais: enquanto tesouro escondido na natureza, foi encontrado e doado pelos anciãos, pelos raizeiros, pelos pajés ou xamãs aos integrantes da própria comunidade, como também a outras comunidades (não-índios e pesquisadores), sujeitos externos ao universo da própria comunidade.

A transferência do objeto plantas medicinais (conhecimento sobre as plantas e seu respectivo uso) e a comunicação entre os sujeitos, isto é, a evolução sintagmática dos estados narrativos pelo sujeito desse fazer transformador, que garante a passagem de um estado a outro, ocorre solidariamente. A transferência do objeto-valor (conhecimento do emprego de plantas medicinais) de um sujeito destinador a um sujeito destinatário se dá por meio da *partilha*, ou seja, sem que o sujeito destinador tenha necessariamente que renunciar aos valores que, ao transmitir, continua a possuir. Isso ocorre porque se trata de um *saber* do destinador que, “uma vez transferido, é ‘partilhado’ com o destinatário sem que o destinador se veja privado dele” (GREIMAS, 2014, p. 57).

Nas relações que ocorrem entre os sujeitos com o objeto de valor estabelecem-se sistemas de significação que são construídos pelos relacionamentos de linguagem,

relações de sentidos com efeitos múltiplos e variados que se refletem na construção da realidade. Os sujeitos se relacionam em encadeamentos lógicos, em que um busca transformar o outro em relação a um dado objeto, promovendo sua união com ele ou sua separação dele, por modalizações do *ser* e do *fazer*, em decorrência dos valores inscritos nos objetos. As estruturas narrativas que decorrem destas relações são essenciais na produção dos discursos e é por meio da enunciação que há a conversão do nível narrativo em nível discursivo.

De acordo com Fiorin (2014, p. 75), “o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite”. O enunciador produz o discurso, organizando as estruturas narrativas em categorias de pessoa, tempo e espaço, e se coloca no texto, deixando marcas linguísticas que possibilitam que a enunciação seja reconstruída. Nos processos de argumentação, de subjetivação e de construção da realidade, o sujeito se coloca como individual, mas também se coloca como integrante de uma comunidade por partilhar experimentações similares a outros sujeitos. Assim, cada enunciação feita pelo sujeito traz consigo elementos de outras enunciações, apreendidas de forma única, caracterizada pela sua particularidade que a torna diferente das demais enunciações com as quais se relaciona - práxis enunciativa -, e que, desta forma, “recupera formas esquematizadas pelo uso, ou, ainda, estereótipos e estruturas cristalizadas. Ela as reproduz tais como são ou as desvirtua e lhes fornece novas significações” (FONTANILLE, 2007, p. 271). Esse conceito estabelece um domínio no qual a experimentação da significação é realizada pelos sujeitos e o diálogo entre as concepções culturais ocorre, de forma que a práxis se torna o domínio em que o discurso particular se sobrepõe a outros.

No diálogo entre as culturas, o mundo ganha sentido por meio das diferenças e a identidade do sujeito se instaura quando confrontado com outro. As relações entre os sujeitos podem se estabelecer pela percepção de uma diferença (princípio da alteridade), que faz com que o indivíduo olhe para si mesmo em busca das semelhanças e das diferenças, desencadeando o movimento de atração ou rejeição em relação ao outro. Em um grupo, este movimento (atração ou rejeição) produz efeito de quatro ordens (CHARAUDEAU, 2015, p. 20): a inclinação do grupo para si mesmo; a abertura do grupo para outros grupos; a dominação de um grupo pelo outro; e a mescla do grupo. Destes efeitos, os discursos produzidos são de exclusão, de assimilação, de segregação e de agregação (LANDOWSKI, 2002).

Segundo Barros (2015, p. 62), o discurso da assimilação “se apresenta como racional, procura transformar ‘o outro’ em nós, baseado na certeza de que o nosso modo de vida e a nossa visão de mundo são melhores e mais razoáveis do que os do outro”. Já o discurso da exclusão

apresenta-se como marcadamente passional e propõe a negação do outro, do estrangeiro, do diferente. Há afinidade entre os dois discursos, o da exclusão e o da assimilação, já que estão fundamentados nos mesmos valores: é preciso preservar o ‘nós’, garantir-lhe a integridade, seja pela assimilação, seja pela exclusão do

'outro' que representa uma ameaça a nosso modo de ser, de pensar, de agir. (BARROS, 2015, p. 63).

O discurso da agregação se apresenta como aquele em que as diferenças são conservadas e coexistem, mantendo-se as identidades, enquanto o da segregação mantém as diferenças, porém evita que se misturem, ou seja, há uma disjunção, segundo Landowski (2002), uma espécie de *apartheid*.

Com relação às plantas medicinais, o conhecimento produzido faz parte da cultura, frequentemente associado pela ciência ao conhecimento tradicional dos povos, como um saber do senso comum, empírico, como um conjunto de opiniões baseado nas tradições de um grupo social e que são aceitos, geralmente sem critérios, como verdades. É nesse sentido que ocorre uma polarização dos saberes, uma vez que a identidade social construída pela ciência caracteriza-se pela investigação científica. Esta é exercida por sujeitos que desempenham uma atitude cognitiva a partir de condutas que observam um sistema de regras. Ou seja, uma deontologia científica que, segundo Greimas e Courtés (2016), compreende a modalidade do *dever-fazer* pelo sujeito dotado da modalidade do *querer-fazer*.

Segundo Greimas e Courtés (2016, p. 58), o discurso científico é a forma de expressão da investigação científica e, portanto, por se tratar de um fazer cognitivo, “se define como um processo produtor de saber”, e muda para discurso referencial enquanto um fazer-saber, uma vez que passa por avaliação epistêmica e passa a servir de suporte para um outro discurso cognitivo, como um algoritmo. Este processo, porém, conforme apontam Greimas e Courtés (2016), apresenta um ponto fraco que reside justamente na prática científica: ao candidatar-se ao discurso social, ou seja, ao submeter-se à apreciação epistêmica, apresenta-se o discurso individual para ser declarado e sancionado como apto a fazer parte desse discurso social. Uma das condições para que seja sancionado como apto, segundo Greimas e Courtés (2016),

consiste em dar ao discurso científico uma forma tal que o sujeito científico, instalado no discurso-enunciado, possa funcionar como um sujeito qualquer (o qual, como actante, cobre uma classe indefinida de atores substituíveis), suscetível, em último caso, de ser substituído por um autômato. Para isso, esse sujeito deve pôr em jogo uma linguagem “limpa” (ou seja, uma metalinguagem) cujos termos estejam definidos e sejam unívocos; além disso, ele deve ser dotado de um saber-fazer formulado em termos de procedimento e/ou regras suscetíveis de serem ordenadas em sequências algorítmicas. (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 59).

Desta forma, o discurso científico, por se tratar de um discurso social, possui um estatuto singular, no qual são encontradas zonas de fala em meio a outras falas que possuem a intenção de preponderar sobre todas as outras. A cientificidade, portanto, enquanto atitude científica, pode ser considerada como uma ideologia, ou seja, um conjunto de valores organizados e partilhados.

O *corpus* de análise desta pesquisa foi composto pelos seguintes resumos

científicos produzidos pela comunidade acadêmica de Dourados-MS (Trabalhos de Conclusão de Curso, pesquisas publicadas *online* em anais de eventos científicos em Dourados-MS e em outras regiões do país ou publicadas em revistas científicas *online* do Brasil), os quais constam das referências bibliográficas, intitulados: “O estudo das espécies arbóreas e o significado das mesmas para a cosmologia Guarani/Kaiowá da aldeia Te’yikue Município de Caarapó-MS”; “As plantas medicinais e o ensino da botânica na aldeia Amambai”; “Levantamento etnobotânico e caracterização de plantas medicinais em fragmentos florestais de Dourados-MS”; “Conhecimento sobre utilização de plantas medicinais por pacientes do sistema único de saúde de Fátima do Sul-MS”; “Levantamento de plantas medicinais nativas da Fazenda Azulão em Dourados-MS”; “Plantas medicinais e seu uso na gestão pública”; “Plantas medicinais utilizadas pelas índias terenas”; “Plantas medicinais como tema gerador para o ensino de conteúdos de ciências no nível fundamental - uma proposta didática inspirada na teoria de vigotsky”; “O conhecimento tradicional e o uso de plantas medicinais por mulheres indígenas da Aldeia Jaguapiru”; “Plantas medicinais: do conhecimento empírico ao conhecimento científico e sua valorização cultural”; “Plantas medicinais conhecidas e utilizadas por moradores rurais de Glória de Dourados-MS”; “Conhecimento sobre a utilização das plantas medicinais em Dourados, MS”; e “Produção e plantio de mudas de plantas medicinais em hortas residenciais de Cassilândia-MS”.

Esses textos compõem um gênero de produção de linguagem - resumo -, que constituem o discurso científico (trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese, artigo, palestra), para atender a necessidade sociocomunicativa da comunidade científica na difusão de informações. A autenticidade das informações é averiguada por avaliações de outros pesquisadores para publicação dos trabalhos em revistas científicas, em anais de congressos, e por bancas examinadoras nas avaliações de trabalhos de conclusão de curso.

Os trabalhos completos analisados seguem a estrutura básica do gênero “resumo” para a difusão de informações em eventos e revistas científicas: objetivo, metodologia, resultados e conclusões. Os textos seguem, portanto, um “parâmetro científico”, próprio do discurso científico e, no que diz respeito aos gêneros do discurso, apresentam-se, na maioria absoluta, de forma objetiva (uso da voz passiva, o próprio trabalho/pesquisa/estudo como sujeito, de sujeito desinencial, de sujeito indeterminado), isto é, sem estratégias de subjetivação e de marcas de interlocução.

Observa-se no *corpus*, além da estrutura típica do resumo, segundo os parâmetros científicos, a presença dos seguintes temas, de um lado: a) o conhecimento popular ou tradicional não garante segurança para o uso; b) o conhecimento popular ou tradicional não possui dados químicos e farmacológicos registrados; e c) a ciência possui os dados para o uso correto e seguro. E de outro lado: a) a fonte de conhecimento sobre as plantas medicinais encontram-se entre os indígenas, os mateiros, os ambulantes e os antigos. Destacamos alguns fragmentos do *corpus* em que esses temas estão bem evidenciados:

1) [...]na tentativa de resgatar a cultura descaracterizada ao longo dos anos. [...] A pesquisa mostra que a comunidade indígena dos Terenas faz uso de muitas espécies vegetais sem dados químico e farmacológico registrados, bem como de outras que já foram alvo de pesquisa científica, **mas** que necessitam ainda de estudos complementares para garantir segurança para um uso geral e preparação de fitoterápicos.(DIAS JÚNIOR; SOUZA, 2014, grifo nosso).

2) Este trabalho objetivou observar o conhecimento em relação às plantas medicinais e sua utilização em Fátima do Sul – MS. [...] **dizem** conhecer o assunto; **utilizam** as plantas por indicação de familiares e **não procuram** por informações com **pessoas capacitadas** [...] A maioria também **relatou** nunca ter sentido efeitos adversos, **diz** que a origem das plantas é o próprio quintal, **acredita** que as plantas só fazem bem para a saúde e **observa** a quantidade que utiliza [...] Os resultados **reforçam a preocupação** em relação à utilização incorreta de medicamentos fitoterápicos pela população, especialmente **agora** que está prevista a inserção da utilização desta terapia no Sistema Único de Saúde. (BIN et al., 2007, p. 4, grifo nosso).

3) As plantas medicinais têm sido utilizadas nos benefícios à saúde desde os primórdios da civilização humana. [...]O objetivo deste trabalho foi **analisar o nível de conhecimento** sobre plantas medicinais [...]Pode-se **observar** que grande parte do conhecimento sobre plantas de uso medicinal foi repassada por pessoas antigas e que os ambulantes são a principal fonte de aquisição das ervas. (RIGOTTI, 2014, p.1, grifo nosso).

4) [...] Assim, o objetivo do trabalho foi recuperar e conservar os conhecimentos tradicionais do uso dessas plantas como alternativa e valorização cultural, além de fazer com que as crianças voltem a valorizar os ensinamentos e conhecimentos dos xamãs e rezadores da comunidade [...] Após essa experiência, reafirmo a importância das escolas indígenas trabalharem esse conteúdo com crianças e jovens, no intuito de **valorizar o conhecimento dos anciões e assim garantir** a transmissão dos valores culturais entre os Guarani/Kaiowá.(LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).

Barros (2015), ao retomar sua proposta teórica e metodológica a respeito dos discursos intolerantes e preconceituosos, aborda três aspectos principais: “a organização narrativa dos discursos intolerantes como discursos de sansão; seu caráter fortemente passional, com ênfase nas paixões do medo e do ódio; os percursos temáticos da diferença” (BARROS, 2015, p. 63). Em seus estudos, Barros (2015, p. 67) conclui que o discurso da assimilação, nas relações propostas por Landowski (2002), “procura fazer do diferente um ‘igual’, integrando-o na sociedade dos iguais, pela transformação de seus valores e modos de ser e de fazer”. Em outras palavras, “o diferente não é, portanto, aceito com suas características próprias, nem com os novos contratos sociais que propõe (BARROS, 2015, p. 67).

Considerando que o discurso científico procura minimizar os índices de subjetividade e preconizar a objetividade pelos seus métodos de organizar o conhecimento (definição do objeto, fornecimento de provas, dados estatísticos, fórmulas, etc.), a passionalidade é atenuada consideravelmente, entretanto é possível identificá-la. Os fragmentos (5) e (6) são exemplos em que a assimilação do conhecimento científico é reforçada para que ocorra o uso seguro e eficaz das plantas medicinais pela comunidade indígena

local e pelos gestores na saúde pública:

5) A evolução da ciência, da pesquisa e a decorrente descoberta de fórmulas química e sintética, atraiu a humanidade pelos resultados apresentados e relegou a segundo plano a tradição milenar do uso de plantas medicinais [...] **sendo assim é importante** que alunos como seus familiares e a comunidade **aprendam a maneira correta para que se tenha um tratamento eficaz como o uso de plantas medicinais [...]** Objetiva-se **trazer** para os alunos o conhecimento científico e da comunidade indígena local, o resgate cultural e a valorização do conhecimento popular do uso de plantas medicinais, **bem como enfatizar também a importância da utilização correta destas plantas [...]** Os resultados obtidos serão apresentados em uma oficina, destacando-se a importância de se identificar a planta corretamente e qual a dosagem máxima e possíveis efeitos tóxicos [...] (OLIVEIRA et al., 2014, grifo nosso).

6) [...] O objetivo deste trabalho foi avaliar as condições atuais de utilização de fitoterápicos por gestores na saúde pública, utilizando uma revisão bibliográfica para sistematizar as referências relacionadas à integração das plantas medicinais ao SUS.[...] **Mesmo** com a crescente busca por práticas integrativas medicamentosas percebemos que os estudos acerca da fitoterapia como recurso para a gestão pública/SUS ainda são precários no Brasil, **logo**, torna-se necessário o desenvolvimento nesta área, **para** que se possa **enriquecer** o conhecimento dos profissionais, **auxiliando no amadurecimento** de seus conhecimentos e **tornando mais seguras e eficazes a implementação das práticas fitoterápicas no SUS**. (COELHO et al., 2014, grifo nosso).

As paixões do medo do “diferente” e dos danos que ele possa causar estão presentes quando o sujeito expõe a necessidade do conhecimento científico a respeito das plantas medicinais para que o uso destas se torne mais seguro e eficaz. Retomando a proposta de Landowski (2002), pode-se observar que, nas relações entre o “nós” e o “outro” entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados, ocorre a exclusão do conhecimento tradicional e a assimilação do conhecimento fornecido pela ciência.

Com relação ao discurso da agregação, Barros (2015) o define como a aceitação das diferenças, em que os contratos sociais devem ser de mestiçagem, de mistura, de pluralidade, garantindo, assim, uma contribuição das diferenças para que a sociedade seja plural. Assim, a sociedade se constrói com base no convívio e no diálogo entre as diferenças. Nos fragmentos 7, 8 e 9 podemos verificar a busca do contrato de pluralidade de conhecimentos, de agregação do conhecimento tradicional ao discurso científico:

7) Este trabalho objetivou levantar as espécies arbóreas de uso múltiplo [...] O estudo foi realizado através de entrevistas [...] onde foram levantadas [...] Amostras do material botânico foram coletadas [...] O estudo revelou [...] A partir do estudo foi possível estabelecer um diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais [...] (BENITES, E., 2011, p. 22, grifo nosso).

8) [...] O presente estudo objetivou investigar a classificação tradicional dos vegetais e registrar o conhecimento sobre as plantas medicinais que atualmente são usadas pelos Guarani Kaiowá da aldeia de Amambai [...] **Deve-se considerar** que o conhecimento tradicional vem a contribuir para o desenvolvimento dos

conteúdos escolares, pois **facilita** a compreensão da ciência ocidental e garante que a ciência tradicional continue sendo transmitida e valorizada pelas atuais e futuras gerações. (BENITES, I. L., 2011, p. 22-23, grifo nosso).

9) De forma geral, **verifica-se** que em muitas comunidades tradicionais o conhecimento popular e uso de plantas medicinais é uma das estratégias de aquisição de remédios e agregação de valor aos produtos existentes nas comunidades rurais. [...] A principal família botânica citada foi a *Lamiaceae*, e as principais **indicações** foram para problemas respiratórios e gastrintestinais. A comunidade possui grande conhecimento de plantas medicinais. (SANTOS; VIEIRA; SANTOS, 2014, grifo nosso).

Nestes fragmentos observa-se uma preocupação em agregar o conhecimento tradicional ao científico, pois “dialoga” com este e “facilita” o aprendizado, de forma que se possa garantir a transmissão desse conhecimento a outras gerações. Entretanto, ainda é possível detectar-se a ocorrência da *assimilação* se sobrepondo à *agregação*, em que o conhecimento científico se apresenta como melhor, como autorizado para organizar, sistematizar, testar e provar todo e qualquer conhecimento, conforme os exemplos a seguir (fragmentos 10 a 13):

10) O presente trabalho teve por objetivo **identificar** as espécies medicinais nativas em um fragmento de mata situada na Fazenda Azulão, em Dourados/MS, baseando-se no conhecimento popular de mateiros da região, com intuito de gerar subsídios para perpetuar a preservação, a diversidade e variabilidade das espécies, bem como, incentivar populações locais a valorizar e preservar esses recursos naturais, retardando o impacto sobre a biodiversidade [...] Com base nos resultados obtidos nesse estudo, as indicações da utilização das plantas medicinais podem fornecer subsídios para estudos bioquímicos e farmacológicos, diminuindo os custos e o tempo na extração de princípios ativos, bem como permitir o fortalecimento do conhecimento cultural da comunidade local, incentivando a preservação ambiental de diversas espécies medicinais utilizadas na região. Novos estudos devem ser conduzidos no Estado do Mato Grosso do Sul, a fim de se garantir o registro de dados mais precisos sobre as espécies medicinais ocorrentes. (BRATTI, 2013, p. 675, grifo nosso).

11) Objetivou-se, neste estudo, **coletar e identificar** espécies nativas consideradas medicinais em dois fragmentos florestais no município de Dourados-MS [...] O levantamento etnobotânico indicou 45 diferentes usos medicinais para as espécies e as partes mais utilizadas para o preparo de remédios são as folhas e cascas, sendo que as doenças para as quais houve maior número de indicações foram reumatismo, disenteria, diabetes, febres, tosses e cicatrizações. (ALVES et al., 2008, p. 651, grifo nosso).

12) Desde o início o homem faz uso de plantas medicinais, onde **percebeu** que os efeitos das plantas eram visíveis, dependendo da forma como era administrado. O conhecimento sobre plantas medicinais, muitas vezes é o único recurso que muitas populações conhecem [...] Com a conclusão do projeto de extensão, houve uma ótima aceitação da comunidade, sendo que as famílias beneficiadas aceitaram receber as visitas em suas moradias, onde essas visitas foram totalmente técnicas, passando informações de cultivo e tratos culturais das plantas medicinais. E por fim o trabalho realizado juntamente com a Pastoral da Criança, foi de grande valia, pois houve uma troca de informações e ensinamentos. (ROCHA; COSTA, 2014, grifo nosso).

13) A presente proposta tem objetivo principal estudar a tradição do uso das sementes do Urucum, respondendo as seguintes perguntas: Por que na aldeia Panambi não tem mais o costume do uso dessa tintura? Por que não se costuma mais usar essa tintura tradicional? [...] Com esse trabalho espera-se descrever a origem do urucum e dos primeiros povos que dele fizeram o uso, conhecer as formas de preparo da tinta de sementes do urucum, abordar formas de uso dessa tinta, destacando como e quando promover a valorização desses rituais pelas novas gerações, resgatar o mito e a história do uso das sementes de urucum nos rituais dos povos Guarani e Kaiowá. (JOÃO, 2011, p. 2, grifo nosso).

Ao buscar a agregação, o discurso da ciência visa conduzir uma aceitação social, obtendo uma atenuação substancial do discurso da assimilação. Porém, o uso dos termos “coletar”, “identificar”, “incentivar”, “permitir o fortalecimento”, “garantir o registro”, “promover a valorização”, por exemplo, explicita uma concessão dada para que o conhecimento tradicional seja incluído por meio de uma triagem (BARROS, 2015), desfazendo a mistura, agindo em direção à “pureza” do conhecimento científico.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao modo de enunciação no *corpus* analisado, evidencia-se a objetividade própria do discurso científico, apesar da possibilidade de identificação da autoria pelos nomes apresentados nos resumos, bem como sua filiação. Ao explicitar a metodologia (quem, onde, como), o sujeito assume o caráter de honestidade e, ao usar um léxico adequado (nomes científicos, designações, termos específicos), assume o caráter da competência, conforme se espera do caráter de consolidação e de adequação para o discurso científico, com valor positivo.

A triagem realizada pela ciência com relação ao conhecimento tradicional, excluindo o conhecimento não validado pela academia, é considerada positiva porque faz melhorar o conhecimento do grupo, porém são discursos intolerantes e preconceituosos. Da mesma forma, a operação de mistura em que o conhecimento tradicional é mesclado com o conhecimento da ciência pode ser valorizada tanto positivamente quanto negativamente. Positivamente quando o pesquisador considera o conhecimento tradicional como a fonte de conhecimentos para a realização de pesquisas etnodirigidas; negativamente quando o conhecimento tradicional é agregado a partir da triagem dos parâmetros científicos de registro e conservação, como aquele autorizado para realizar a operação.

Concluimos, pela análise do *corpus*, que o discurso produzido pela ciência sobre as plantas medicinais apresenta-se como legítimo e apropriado, ora impositivo - pelas suas próprias características -, ora sutil - quando atua apenas como inventariante e se coloca resgatador, registrando, catalogando e preservando o conhecimento tradicional. Desta forma, o discurso construído pela ciência sobre as plantas medicinais revela o conflito dos conhecimentos (tradicional x científico), assim como a busca pela *agregação* entre as culturas. A *assimilação* promovida pelo conhecimento científico,

contudo, é preponderante, gerando desigualdade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ulysses P. de; HANAZAKI, Natália. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmacologia**, João Pessoa, v. 16, p. 678-689, dez. 2006. Suplemento. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2006000500015> Acesso em 23 jun. 2014.
- BARROS, Diana Pessoa de. Intolerância, preconceito e exclusão. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo, Contexto, 2015. p. 61-78.
- BENITES, Eliel. **O estudo das espécies arbóreas e o significado das mesmas para a cosmologia Guarani/Kaiowa da aldeia Te'yikue Município de Caarapó-MS**. 2011. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.
- BENITES, Iracy Lima. **As plantas medicinais e o ensino da botânica na aldeia Amambai**. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.
- BIN, Márcia Crestani et. Al. Conhecimento sobre utilização de plantas medicinais por pacientes do sistema único de saúde de Fátima do Sul-MS. **Interbio**, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/vol1_num2/arquivos/artigo2.1.pdf>. Acesso em 08 jul. 2015.
- BRATTI, C. et. Al. Levantamento de plantas medicinais nativas da Fazenda Azulão em Dourados-MS. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu-SP, v. 15, n. 4, p. 675-683, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-05722013000500008&script=sci_arttext> Acesso em 08 jul. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 5.813**, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm>. Acesso em: 01 mai. 2014.
- CAETANO, Luiz Carlos; PEIXOTO NETO, Pedro Accioly de Sá. **Plantas medicinais: do popular ao científico**. Alagoas, Edufal, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo, Contexto, 2015. p. 13-29.
- COELHO, Dioelen Virgínia Borges Souza de Aquino et al. Plantas medicinais e seu uso na gestão pública. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/ UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/717.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.
- DIAS JÚNIOR, Paulo Augusto de Arruda; SOUZA, Sandra Cristina. Plantas medicinais utilizadas pelas índias terenas. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/963.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.
- FIORIN, José Luiz. Práxis enunciativa. In: PERNAMBUCO, Juscelino; FIGUEIREDO, Maria Flávia; SALVIATO-SILVA, Ana Cristina (orgs.). **Nas trilhas do texto**. Franca-SP: Universidade de Franca, 2010, p. 53-73. (Coleção Mestrado em Linguística, 5). Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/329/259>>. Acesso em: 08/abr/2016.

_____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2007.

GREIMAS, Algirdas J. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. Trad. De Dilson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014. (Título original: Du sens II – Essais Sémiotiques).

GREIMAS; Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GREIMAS, Algirdas J.; FONTANILLE, Jaques. **Semiótica das paixões**. São Paulo, Ática, 1993.

JOÃO, Ifigeninha Hirto. **A tradição do uso das sementes de urucum na aldeia Panambi**. 2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LOPES, Jussara Marques. **O conhecimento tradicional e o uso de plantas medicinais por mulheres indígenas da Aldeia Jaguapiru**. 2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu - Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

OLIVEIRA, Inessa Steffany Torres de, et. al. Plantas medicinais: do conhecimento empírico ao conhecimento científico e sua valorização cultural. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/717.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.

PONTES, Montcharles da Silva; MIANUTTI, João. Plantas medicinais como tema gerador para o ensino de conteúdos de ciências no nível fundamental - uma proposta didática inspirada na teoria de vigotsky. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/938.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.

RIGOTTI, Marcelo et al. Conhecimento sobre a utilização das plantas medicinais em Dourados, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16413/10333>>. Acesso em 08 jul. 2015.

ROCHA, Maurício Cota da; COSTA, Maria Luiza Nunes. Produção e plantio de mudas de plantas medicinais em hortas residenciais de Cassilândia-MS. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/909.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.

SANTOS, Cleberson Correia; VIEIRA, Maria do Carmo; SANTOS, Mayara Camila Soares. Plantas medicinais conhecidas e utilizadas por moradores rurais de Glória de Dourados-MS. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/473.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2015.

DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO

Deborah Gomes de Paula

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)

Universidade Paulista (UNIP)
São Paulo - SP

Regina Célia Pagliuchi da Silveira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP)

São Paulo - SP

RESUMO: Este texto situa-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) e tem por tema a relação texto e contexto para a representação do escândalo em textos jornalísticos multimodais (visual e verbal). Tem-se por objetivo geral contribuir com os estudos do discurso jornalístico e por objetivos específicos: 1. Examinar a seleção e combinação de expressões multimodais, em textos jornalísticos para a representação do escândalo; 2. Verificar os contextos e suas funções, na produção/compreensão de textos multimodais. O material analisado baseou-se em textos jornalísticos impressos e as análises buscaram examinar as relações contextuais entre imagens e expressões verbais, e os contextos de sua produção discursiva, para a representação do escândalo, no texto. A análise busca verificar os valores ideológicos e culturais contidos nelas, pois eles propiciam a manifestação de crenças, relativas a questões

sociais, na caracterização do escândalo. A mudança social ocorrida com o fenômeno da globalização por em uso privilegiado os textos multimodais. Para Kress e van Leeuwen (1996), o texto multimodal é produto do discurso, visto como uma ação, que combina o verbal com imagens e cores em uma semiose. A Semiótica Social propõe-se a buscar resultados que propiciem o letramento de textos multimodais. Conclui-se que os elementos selecionados pelo produtor participam de sistemas de conhecimento, armazenados na memória social e individual, assim, a ativação do armazenado nem sempre é consciente, pois a ideologia do Poder, que tem acesso ao público, pelo discurso, passa a influenciar as pessoas, levando-as a sustentar essa ideologia por sua reprodução textual, no e pelo discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico. Multimodalidade. Escândalo. Análise Crítica do Discurso. Implícitos culturais.

JOURNALISTIC DISCOURSE AND
SOCIAL INEQUALITY: CONTEXTS AND
IMPLICATIONS IN THE MULTIMODAL
EXPRESSIONS OF JOURNALISTIC TEXTS
FOR THE CONSTRUCTION OF THE
SCANDAL

ABSTRACT: This text is based on the Analysis Critical Discourse (ACD) and has as its theme the relation text and context for the representation

of the scandal in multimodal journalistic texts (visual and verbal). The general objective is to contribute to the studies of journalistic discourse and specific objectives: 1. Examine the selection and combination of multimodal expressions in journalistic texts to represent the scandal; 2. Check the contexts and their functions, in the production / understanding of multimodal texts. The material analyzed was based on printed journalistic texts and the analyzes sought to examine the contextual relations between images and verbal expressions and the contexts of their discursive production for the representation of the scandal in the text. The analysis seeks to verify the ideological and cultural values contained in them, since they allow the manifestation of beliefs, related to social issues, in the characterization of the scandal. The social change occurred with the phenomenon of globalization by using in privileged multimodal texts. For Kress and van Leeuwen (1996), the multimodal text is a product of speech, seen as an action, which combines verbal with images and colors in a semiosis. Social Semiotics proposes to search for results that enable the literacy of multimodal texts. It is concluded that the elements selected by the producer participate in knowledge systems, stored in the social and individual memory, thus, the activation of the stored is not always conscious, because the ideology of Power, which has access to the public, through speech, becomes influencing people, leading them to support this ideology by its textual reproduction, in and by discourse.

KEYWORDS: Journalistic discourse. Multimodality. Scandal. Critical Discourse Analysis. Cultural Implicit.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto defende que de acordo com a Ideologia da empresa jornal, algumas questões sociais são transformadas em áreas semânticas para a ancoragem de diferentes notícias, elaboradas estrategicamente, pelo escândalo a fim de atrair leitores.

Assim, para atrair os leitores, entende-se que a grande estratégia utilizada pelos jornalistas é construir a notícia pelo escândalo e pelo sensacionalismo. Entende-se que por meio do meta-modelo proposto na pesquisa de Doutorado (Paula, 2017) foi possível verificar quais estratégias foram utilizadas para transformar o escândalo pelo sensacionalismo, examinou-se como ocorreram as repercussões por meio de textos distintos e resgatou-se algumas questões sociais que o enunciador da empresa jornal quer interferir.

Ao considerar o contexto de produção, é importante destacar que o ato discursivo tem uma função social, por isso pressupõe um sujeito social que tem o enunciado como acontecimento, que organiza, direciona e representa juízos de valor, incorporando-se uma intencionalidade.

Austin (1962) defende que o uso da linguagem para expressar a intenção é realizada pelo interlocutor. Nessa perspectiva, o problema apresentado consiste em examinar de que forma o poder jornalístico constrói a notícia como escândalo para seu público leitor, de modo a inter-relacionar fatos sociais com acontecimentos do mundo

e rupturas com a memória social, com o objetivo de produzir, por meio de um conjunto de estratégias, valores negativos e/ou positivos atribuídos a um acontecimento, a fim de haver a reação pública.

Para tanto, Austin vai buscar respostas para as seguintes questões: que é que se faz, quando se diz alguma coisa? Note que, quando se diz algo, realizam-se três atos: o ato locucionário (ou locucional); o ato ilocucionário (ou ilocucional) e o ato perlocucionário (ou perlocucional). Assim, para Austin, os atos de fala são classificados em locucional, ilocucional e perlocucional. Nesse sentido, o ato de fala locucional é o texto, ou seja, quando se enuncia alguma coisa com algum significado. Já o ato de fala ilocucional é a intenção do enunciador que se realiza na linguagem.

Quanto ao ato ilocucional, segundo Guimarães (1995, p.38), este consiste em fazer alguma coisa a partir do dito. Não se trata do ato de dizer algo, mas da ação que se realiza quando se diz algo, ao se dizer algo. O ato de fala perlocucional é o ato que se realiza pela linguagem e não na linguagem. O perlocucional é o resultado do ato de fala ilocucional e depende do contexto de enunciação para conseguir o efeito desejado pelo enunciador.

Assim, o perlocucional decorre do efeito dos outros dois atos de fala. Nesse ato, a fala é um instrumento que implica provocar algum efeito como consequência do enunciado no interlocutor. Em tal ato de fala, o enunciador procura obter um efeito que não é o simples entendimento do enunciado pelo interlocutor, mas sim uma reação emocional.

De modo geral, os pesquisadores, se ocupam de observar o objeto de estudo de modo mais especializado e direcionado, assim buscou-se reunir outras abordagens teóricas que pudessem contribuir com a observação do objeto em vários aspectos ao mesmo tempo.

Dessa forma, construiu-se um meta-modelo que sequencia os atos de fala (ilocucional, locucional e perlocucional) para o mesmo texto, assim, a partir das contribuições do modelo sócio-comunicacional de Charaudeau (2008) foi possível verificar a intenção de quem fala ao fazer saber algo, fazer crer no que está sendo dito e fazer sentir uma emoção a partir do dito, dessa forma, é possível verificar o princípio de felicidade proposto por Austin (1962) ao constatar a execução e a realização da intenção projetada pelo enunciador, por meio da palavra. Essa projeção pode causar uma reação risível, de indignação, de compaixão e até dramática, mas para fazer o leitor sentir, é necessário, a noção de comparação por similitudes. A palavra circula com maior rapidez nas redes sociais, e estabelece contextos comunicativos no mundo real e virtual, assim é necessário, a contribuição das teorias sociais do Discurso, da Mídia, do Escândalo para que se possa acompanhar a palavra e suas repercussões.

Desse modo, verificou-se a construção dos escândalos pelo sensacionalismo e suas repercussões na construção das áreas semânticas que tem como pressuposto, questões sociais que incomodam o poder da empresa jornal.

Este texto trata do discurso jornalístico como uma prática sócio-interacional que

objetiva a construção da opinião, segundo a ideologia do poder, a empresa-jornal, para o seu público-leitor. Para tanto, usa de diferentes estratégias que vão da informação à sedução retórica; entre elas, a construção do fato jornalístico como uma narrativa que é contada em sua progressão semântica, diariamente.

As categorias semânticas que orientam a escolha dos fatos selecionados são Atualidade e Inusitado; dessa forma o leitor não é observador direto do fato, mas toma conhecimento dele pela notícia, sendo obrigado, dessa forma, a aceitá-la.

O ESCÂNDALO E O SENSACIONALISMO

A mídia, de modo geral, tem grande acesso ao público e, dessa forma, exerce um papel importante na construção social da opinião. Segundo Fairclough (2001), toda mudança social acarreta uma mudança no discurso e vice-versa. Desse modo, com as altas tecnologias, houve uma mudança social que propiciou uma mudança no discurso.

Com as redes sociais, a divulgação do que ocorre no mundo tornou-se muito rápida; assim, quando o jornal chega às bancas, a maioria das notícias já é conhecida pelo leitor. O jornal é um produto para ser vendido e, por essa razão, houve a necessidade de uma transformação nos seus textos de notícias.

Nesse sentido, o problema tratado neste texto é verificar de que maneira a empresa jornal, com seus repórteres, redatores e editores, passou a transformar o Inusitado e a Atualidade da notícia em foco de atração para ser comprado, a fim de que o macroato de fala do discurso jornalístico, isto é, construir a opinião para o público, seja executado com sucesso. Anteriormente, a notícia era caracterizada pelo Inusitado e pela Atualidade. Entende-se, pois, que a notícia, um dos gêneros do discurso jornalístico, é construída por duas categorias semânticas, a saber: Inusitado e Atual. A primeira guia a seleção do que ocorre no mundo e que não participa do cotidiano da vida das pessoas, ou seja, o inusitado é objeto de notícia.

Quanto à categoria Atual, esta guia a seleção de eventos, a partir do que ocorre no dia ou em passado muito próximo à publicação da notícia. Situado no tempo, o evento noticioso é construído, diariamente, até que ele seja concluído.

Os escândalos sociais, políticos, constituem uma das principais matérias primas do jornalismo atual. Em grande medida, os escândalos são explorados pela mídia porque vendem mais jornal e dão mais audiência. Apesar de ocorrer com frequência, nem sempre uma denúncia jornalística se transforma em escândalo. Para que isso ocorra, é necessário que a denúncia tenha repercussão entre os formadores de opinião e provoque reações em cadeia para que o caso se transforme num assunto importante para a opinião pública, ou seja, transforme-se em um escândalo midiático. Uma vez inserido na agenda pública, o escândalo passa a ter uma dinâmica própria em que os participantes do espetáculo midiático desempenham papéis importantes.

Apesar dos participantes terem sua importância em algum momento na

construção do escândalo, a manutenção do tema na mídia ocorre por meio de uma nova denúncia, um fato produzido pelo discurso jornalístico que mantenha a atenção pública, dependendo do enfoque construído para o assunto tratado. Assim, o tempo em que cada escândalo se mantém sob a atenção do público leitor depende da sua visibilidade na mídia e os valores positivos e negativos que produzem variam de acordo com a gravidade das acusações e do enquadramento adotado na cobertura midiática.

O objetivo do jornalismo sensacionalista é causar sensações nos leitores, por isso há um alto grau de subjetividade e emoção, o que propicia as estratégias de adesão que buscam suprir as carências do leitor. Por meio das sensações é possível apresentar explicações, entretanto, do ponto de vista jornalístico, é necessário investigação e constatação.

Segundo Marcondes Filho (1989), a notícia é a informação transformada em produto para ser consumido, e este passa, assim, a ser construído a partir de características estéticas, emocionais e sensacionais. Desse modo, a informação passa por um tratamento de adaptação aos meios mercadológicos, ou seja, passa por uma generalização, uma simplificação, uma padronização para que seja consumido. Marcondes Filho (1989) descreve a prática sensacionalista como nutriente psíquico, desviante ideológico e descarga de pulsões instintivas. Caracteriza sensacionalismo como o grau mais radical da mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete. Esta está carregada de apelos às carências psíquicas das pessoas e explora-as de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora. (...) No jornalismo sensacionalista, as notícias funcionam como pseudoalimentos às carências do espírito. (...) O jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma. (p. 90) Como o consumo da notícia implica o coletivo, segundo Correa (1988), a opinião pública é considerada como parte de um processo de comunicação, ou ainda, um dos efeitos de sentido a partir de estímulos e significados que são captados pelos indivíduos em grupos sociais. As novas tecnologias possibilitaram outras formas de representação dos objetos e da realidade, o que acarreta na busca pelo simulacro perfeito da realidade que muitas vezes passa por real. Assim, segundo Santos (1998), o simulacro fabrica o hiper-real, um real mais que real, mais interessante que a própria realidade.

Segundo Guy Debord (1997), os limites entre público e o privado estão cada vez mais fluidos e, assim, é mais difícil determinar o que o público tem o direito de saber e o que pode ou deve ser ocultado. Esse problema nos leva a outra questão, a definição do conceito de notícia, em especial os limites do novo exercício do jornalismo. As mudanças sociais e a rapidez de circulação de informações pelas redes sociais trouxeram mudanças textuais-discursivas nas notícias. Essas mudanças levam ao fato de que exagerar vende mais para poder construir a opinião para o público. Houve um tempo em que existiam jornais sensacionalistas e que o sensacionalismo era utilizado

para construir algo por meio do exagero, e, desse modo, mais pessoas liam aquilo que era noticiado. Hoje em dia ocorreu uma mudança na sociedade devido às novas tecnologias e, como a comunicação tem uma circulação muito rápida, quando o jornal é publicado, as pessoas já têm conhecimento sobre o ocorrido no mundo.

Sendo assim, o jornal acaba perdendo o seu sentido, que é o de informar por meio do Inusitado e da Atualidade, uma vez que o leitor já teve acesso ao ocorrido no mundo e este deixou de ser atual porque a Atualidade deu-se pela circulação, pelas redes sociais, pela internet. Devido ao exposto, entende-se que houve uma mudança social, essa mudança fez com que a notícia sofresse uma modificação. Em relação ao que antigamente era Inusitado e Atualidade, isso hoje ainda se mantém, só que para se manter como Inusitado e Atualidade eles têm de transformar a notícia de modo sensacionalista em escândalo. Atualmente, toda a notícia tende a ser sensacionalista, pois o que o leitor não sabe é sobre o sensacionalismo, porque a informação ele já tem. Com a modernidade, a diferença no momento é de que o enunciador da empresa-jornal vai criar o sensacionalismo pela estratégia de fazer rir ou de fazer indignar-se, podendo, assim, além de causar sensações no leitor, também construir a adesão ao que está sendo noticiado. Para tanto, a partir dos atos de fala, é possível verificar quais as palavras utilizadas, a partir do ato locucional, que levaram o leitor a processar a informação relevante, ou ainda, qual foi a intenção do enunciador, por meio do ato ilocucional, para causar a emoção. Isso se deve ao fato de que quando o leitor sente por meio do ato perlocucional, esse sentimento é resultado do ato locucional. Este é a construção do texto produto, ao passo que o ato ilocucional é de natureza memorial, decorrendo, assim, do processamento da informação.

Nesse sentido, o poder tem questões nas quais ele quer interferir, que são questões sociais, como a impunidade, a corrupção e o preconceito, problemas mais atuais no cenário político e social, cujas áreas semânticas são cruciais para a empresa-jornal. São essas questões que eles vão transformar em escândalo.

A fim de construir a opinião para seu público-leitor, a notícia é enunciada por textos reduzidos e um texto expandido. Os textos reduzidos representam em língua os sentidos mais globais que a empresa-poder jornalística quer que seu público construa: a manchete, a linha fina e o lide.

O discurso jornalístico tem por objetivo a construção da opinião, segundo a ideologia do poder, a empresa-jornal, para o seu público-leitor. Para Van Dijk (1997) o discurso da notícia é institucionalizado e relativo à ideologia da empresa-jornal que tem por objetivo construir a opinião para seus leitores.

Para Thompson (2002), construir a notícia como escândalo é frequente nos jornais pesquisados, principalmente as notícias relativas ao domínio político. As estratégias propostas para apuração do escândalo são: transformar o privado em público; transgredir ou contradizer valores, normas ou códigos morais. Ambas as estratégias são utilizadas na construção do escândalo, de forma recursiva e não ordenada. Para o autor, o escândalo implica ações ou acontecimentos que transgridem ou contradizem

valores, normas ou códigos morais. Os valores ou normas devem ter determinado um grau de moral, ou seja, na relação entre o individual e o social, no interstício entre o cultural e o ideológico, há uma dialética perpassada pela moral.

Desse modo, entende-se que inicialmente há a ocorrência da ruptura dos conhecimentos por meio do escândalo e na sequência dos fatos após a incorporação ao cotidiano do leitor é necessário novas ações discursivas para chamar a atenção do leitor, ou seja, outras estratégias que causem impacto. Assim, é importante considerar as imagens na construção e reforço dos sentidos a partir do texto linguístico.

MULTIMODALIDADE E CONTEXTOS

Na vertente da Semiótica Social, Kress e Van Leeuwen (1990) investigam o valor das categorias da linguística sistêmica para análise das imagens visuais e tratam de determinar como essas categorias se realizam nas figuras. Entre as categorias tratadas, apontam as textuais sistêmicas “dado” e “novo” para a análise de textos multimodais. Esses autores sugerem ainda que os resultados da análise das imagens visuais podem levar os linguistas a repensar suas teorias da linguagem. Nesse sentido, os conhecimentos sociais, sempre, estarão presentes para a construção do acordo. Este, em outros termos, participa do marco das cognições sociais grupais ou extragrupal e é designado na linguística sistêmica por “dado”.

Segundo Silveira (2000) marco de cognição social é um conjunto de conhecimentos que estabelecem parâmetros avaliativos para os seres e suas ações no mundo. A partir do acordo estabelece-se o desacordo, ou seja, para se construir a necessidade para o auditório é necessário introduzir o “novo”. A relação entre o “dado” e o “novo” é intertextual, na medida em que se constrói pelo já dito e conhecido uma relação com o não-dito e não-conhecido, de forma a se tomar uma nova posição. As categorias propostas pela Linguística Sistêmico Funcional contribuem para a análise das categorias “dado” e “novo”, pois a função sistêmica projetada no uso efetivo da língua estabelece uma outra função, podendo a partir da frequência de uso, transformar-se em enunciados clichês. Por meio dos processos de gramaticalização, as funções projetadas no uso efetivo da língua, apresentam organização semântica e linguística de modo a atender propósitos comunicativos, assim temos, de modo recursivo, atribuição de sentidos que ao incorporar as funções pragmáticas transformam as funções sistêmicas. A seleção lexical é um recurso de grande importância, pois, é através dela que se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, etc. Existem palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos.

Durante a interação comunicativa, considerar-se a orientação argumentativa para reformulação do marco de cognição social, sendo assim, a refutação é uma estratégia importante pois na mudança de orientação argumentativa estabelece meios de inclusão de argumentos por meio da aceitabilidade ou rejeição.

Entende-se que a construção do texto e produção de sentidos decorre do processamento cognitivo da informação, por meio das formas de conhecimento sociais e individuais, assim é fundamental considerar as relações cotextuais e contextuais entre imagens e textos na construção do fato noticioso. Assim, a construção do escândalo pelo sensacionalismo transforma o lícito em ilícito para verificar o que os jornais objetivam de seus leitores com a notícia jornalística. O escândalo envolve a transgressão de certos valores, normas ou códigos. Esta transgressão é situada entre a transformação do lícito em ilícito. A transformação do ato lícito em ato ilícito decorre de um processo de sensibilização com o objetivo de causar uma reação emocional no leitor, uma sensação, desse modo, a partir da contribuição do modelo sócio-comunicacional de Charaudeau (2008) e os atos de fala de Austin (1962) analisou-se a transgressão ao transformar o ato lícito em ilícito e as reações causadas pelo fazer saber, fazer crer e fazer sentir.

A título de exemplificação:



Título 1 – Caso Cachoeira (Folha de S.Paulo, 27/04/2012)

Lide 1: ‘O Carlinhos que eu conheço faz caridade’ mulher do empresário diz em entrevista a Catia Seabra, que ele não descarta depoimento bombástico.

Título 2 - Cachoeira deu R\$ 100 mil a assessor, diz PF. (FSP, 27/04/2012)

O enunciador tem a intenção de fazer saber – a atitude de apoio de Andressa Mendonça, namorada de Carlinhos Cachoeira numa entrevista dada a Catia Seabra, jornalista, defendendo Carlinhos Cachoeira, representando-o como “empresário que faz caridade”. E fazer crer que Andressa mente em público e faz sentir indignação pela atitude deles o que transforma o lícito em ilícito. O enunciador organiza o texto da

notícia a partir da multimodalidade, pois a imagem não coincide com o verbal.

A pessoa representada na foto é a namorada de Carlinhos Cachoeira que no jornal declara: “O Carlinhos que eu conheço faz caridade”. De acordo com a perspectiva da multimodalidade a foto está centralizada, mas em relação à notícia logo à direita temos o seguinte título: “Cachoeira deu R\$ 100 mil a assessor de senador, diz PF”. O texto apresenta o enfoque da notícia a partir da memória social que se referem à família, lar, inocência, lealdade, pois assim, temos o verbo fazer como auxiliar para transformar o substantivo caridade em verbo, assim passa a funcionar como fazer caridade é igual a doar. A análise das categorias “dado” e “novo”, contribuem, pois, a função sistêmica projetada no uso efetivo da língua estabelece uma outra função, podendo a partir da frequência de uso, transformar-se em enunciados clichês. O verbo fazer (auxiliar para transformar o substantivo caridade em verbo) – “passa a funcionar como”: fazer caridade é igual a doar (lexema gramaticalização). Em “Mulher de empresário diz em entrevista a Catia Seabra que ele não descarta depoimento bombástico”. Ela é representada como “mulher de empresário”, ou seja, mulher, companheira e invés de contraventor, bicheiro ele é representado como empresário. Quanto ao “depoimento bombástico” refere-se a convocação para prestar depoimento na CPI. Assim, a construção do escândalo ocorre pela transformação do lícito em ilícito, ou seja, a focalização na imagem da namorada e na declaração dela em oposição à notícia, transformam o que poderia ser considerado lícito em ilícito. A foto da mulher de Cachoeira apresentada como a representação do feminino, nesse caso se apoia em valores socioculturais tidos como positivos, pois representa a mulher jovem, inocente, dedicada e recatada, que tem como marco de cognição a noção de família e por consequência dá credibilidade à declaração e ao companheiro (Carlinhos Cachoeira). Esta organização da notícia quer fazer crer que apesar da declaração de Andressa de que o Cachoeira que ela conhece, pessoa privada, que tem uma conduta correta, o mesmo não acontece com a pessoa pública, essa discordância entre o privado e o público entre o lícito e o ilícito, na medida em que o discurso jornalístico construído a partir da personagem Andressa, transforma o lícito (a atitude de fazer caridade de Cachoeira) em ilícito (fazer doação ao senador = oferecer propina). A fotografia ao processar as informações a partir da representação da inocência (dado), na medida em que, a mulher cabisbaixa lamenta a situação do companheiro, empresário de sucesso que faz caridade para àquele que paga propina num esquema de corrupção (novo).

O leitor processa a notícia multimodal com a fotografia de Andressa e ao processar compreende o lícito porém, ao processa a notícia a direita o seu contexto cognitivo precisa ser reformulado devido a uma inferência ostensiva decorrente da transformação do lícito em ilícito, ou seja, ela mentiu pois o fato de Carlinhos Cachoeira ter oferecido dinheiro orienta o leitor a caracteriza-lo como bandido, contraventor. O ato perlocucional ocorre quando tanto Carlinhos Cachoeira tanto Andressa são representados com valores negativos da memória social atribuídos a mentirosa e contraventor. Sendo assim, ocorre o fazer sentir indignação para o leitor.



Título 3 – Cachoeira se cala e CPI mira Delta (O Estado de São Paulo, 23/05/2012) Linha-fina: Diante do silêncio do contraventor, alvo central da comissão, parlamentares podem avançar na quebra do sigilo nacional da empreiteira.

Lide: O contraventor Carlinhos Cachoeira negou-se ontem a responder às perguntas elaboradas pela CPI que se dedica a investigar o escândalo do qual é pivô. O impasse gerado por sua falta de colaboração teve um efeito colateral indesejado pela base aliada: colocou a Delta no alvo da CPI, que deve avançar na quebra de sigilo nacional da empreiteira. Com ar irônico, que beirou o deboche, Cachoeira repetiu que só vai falar após sua audiência judicial, marcada para 31 de maio e 1º de junho. Quarenta perguntas depois, a CPI acatou a sugestão da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) para encerrar a sessão. “Estamos aqui perguntando a uma múmia. Não vou ficar dando ouro para bandido”, disse. Ainda assim, houve embate entre governo e oposição: de um lado, os aliados do Planalto e o PT, que tentaram envolver o governador de Goiás, o tucano Marconi Perillo, no esquema de Cachoeira; de outro, os tucanos, que fizeram perguntas que citavam o governador do Distrito Federal, o - petista Agnelo Queiroz, que teve assessores flagrados em negociações com Cachoeira. (Págs.1 e Nacional A4, A6 e A7). Texto da foto – 48 vezes Carlinhos Cachoeira disse aos participantes que não responderia a nenhuma pergunta.

Texto-legenda da foto - Silêncio: O contraventor Carlinhos Cachoeira durante audiência da CPI que investiga o escândalo de que é pivô.

O enunciador tem a intenção de fazer saber – a atitude de Carlinhos Cachoeira na CPI; fazer crer – que o fato de dizer não foi para ironizar a CPI e fazer sentir que o lícito é ilícito.

De acordo com texto reduzido “Cachoeira se cala e CPI mira na Delta” o verbo mira refere-se a alvo e Delta refere-se a uma empresa de construção. Além

de Cachoeira, a Justiça denuncia envolvimento de Fernando Cavendish ex-dono da construtora Delta, o empresário e lobista Adir Assad e Marcelo Abbud donos de empresas consideradas fantasmas. De acordo com a investigação eles usaram empresas fantasmas para transferir aproximadamente R\$ 370 milhões obtidos pela Delta, de modo direto e indireto, para pagamento de propina para agentes públicos. Assim, a intenção do enunciador é tratar o tema a partir da captação de uma expressão popular “mira no que vê e acerta naquilo que não se vê”, ou seja, temos Cachoeira ao se calar, supostamente leva a Justiça a investigar a empresa Delta.

Na subversão, temos o foco inicial de investigação em Cachoeira e um suposto desdobramento que é passar a investigar a empresa. O que se confirma em “(...) sua falta de colaboração teve um efeito colateral indesejado pela base aliada: colocou a Delta no alvo da CPI”. (...).

No texto veiculado pelo jornal OESP está focalizado a negação do ato de falar, ou seja, na construção da notícia a partir da manchete temos o verbo “calar” que significa segundo a expansão da notícia no lead a ideia de “não falar” retomada pela escolha lexical: silêncio, negou-se a responder, falta de colaboração progredindo para as avaliações: ironia, deboche, múmia e bandido.

A partir de uma foto pontual, considerando a sequência estabelecida na organização da notícia proposta pela FSP no mesmo dia, temos a escolha da foto 2 que intensifica o ato de calar e olhar. Assim, temos o calar, a negação que juntamente com a foto nos leva a inferir que ele tem algo a dizer, mas não vai falar e que a atitude dele considerando o texto verbal e não verbal é ilícita. Desse modo, temos a negação como ato lícito, mas o olhar na foto como ato ilícito, na medida em que o olhar é representado no texto verbal por ironia, deboche, múmia e bandido. Todas essas informações estão encapsuladas na foto utilizada na Primeira Página, uma vez que Carlinhos Cachoeira representado aqui como contraventor está com uma mão em frente à boca e com um olhar “sarcástico”. O sarcasmo atribuído ao olhar refere-se às características enunciadas no texto jornalístico que se confirma pela foto na relação interpessoal.

O enunciador organiza a notícia de modo a tratar o ato de se calar que é um ato lícito como ato ilícito, pois ao utilizar a foto, incorpora outros sentidos ao ato de negar, ou seja, a atitude de desprezo com a CPI e com o interlocutor/leitor.

Em síntese, Carlinhos Cachoeira é representado inicialmente como empresário que faz caridade e como aquele que sabe mas não fala durante depoimento à CPI. Inicialmente foi representado como empresário, contraventor, bicheiro, múmia, debochado, Doutor entre outros, de acordo com o macro ato construído pelo enunciador dos textos jornalísticos. De modo geral, Carlinhos Cachoeira é um criminoso que foi condenado pela Justiça, foi preso mas por falta de tornozeleiras foi solto para cumprir sua pena em liberdade, assim a reação do leitor é risível mas também de indignação, pois rompe com as expectativas, entre o que deveria ter sido e que é.

Assim, entende-se que a ancoragem na construção do fato noticioso é o da

impunidade, pois mesmo que Carlinhos Cachoeira tenha sido preso algumas vezes durante a apuração dos crimes em que esta(va) envolvido, foi solto e está cumprindo pena em liberdade. A questão social focalizada na área semântica é a corrupção dos indivíduos e das instituições sociais. Desse modo, o jornalismo como prática discursiva de transformação social pode contribuir com a mudança ou a manutenção da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. (1962), Quando Dizer e Fazer. Porto Alegre: Artes Medicas.1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

DIJK, Teun A. Van. El discurso como interaccion social – estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. Volumen 2. Gedisa Editorial, 2000. Racism y análisis crítico de los medios. Paidós Comunicación: Barcelona, Espanha, 1997.

_____. (1980). La notícia como discurso – Comprensión, estructura y producción de la información. Trad. Española de Guillermo Gal, Paidós Comunicación: Barcelona – Espanha, 1990.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUIMARAES, Eduardo. Texto e Argumentação. Campinas, Pontes, 1995.

KRESS, G. y T. v. LEEUWEN (1990) Reading images: the grammar of visual design. London: Routledge, 1996.

Marcondes Filho, C. (1989) O capital da notícia. Editora Ática, 1986.

PAULA, D. G. Estratégias da construção do escândalo no discurso jornalístico em textos multimodais. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa da PUC/SP, 2017.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. “Opinião, marco de cognições sociais e a identidade cultural do brasileiro: as crônicas nacionais”. In: Português língua estrangeira: leitura, produção e avaliação de textos. (org.) Norimar Júdice. Niterói: Intertexto, 2000.

THOMPSON, J. O escândalo político: Poder e Visibilidade na Era da mídia. São Paulo: Vozes Editora, 2002.

NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA

Daniele de Oliveira
(UFBA)

Este artigo foi originalmente publicado em inglês, na revista *International Journal of Language and Linguistics*: <http://ijllnet.com/journal/index/2338>

RESUMO: De acordo com van Dijk (1992) um dos meios mais eficientes de reprodução do racismo é a imprensa, ainda que essa constatação seja sistematicamente negada pela própria imprensa. Neste trabalho, o objetivo é investigar o discurso que sustenta a negação de práticas racistas pela imprensa, apresentado no livro “Não somos racistas”, de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, publicado em 2006. A discussão que propomos está fundamentada no quadro teórico da Análise Crítica do Discurso, especialmente sustentada nos trabalhos de Fairclough e van Dijk que discutem as relações de poder por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 1989; 1992 [2008]; van DIJK, 1992, 2008). Este trabalho se insere em um projeto maior que visa problematizar a presença do negro na imprensa online bem como a construção discursiva de sua imagem. Em fase inicial, a análise do livro permite afirmar que os argumentos do autor se fundamentam principalmente no mito da democracia racial brasileira, o que pode ser exemplificado pelo “reconhecimento” do Brasil como um país racista apenas quando as discussões sobre

cotas invadiram o noticiário nacional: “quer dizer então que somos um povo racista?” (KAMEL, 2006, p. 17).

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Negação do racismo. Racismo.

WE ARE NOT RACISTS: THE DENIAL OF RACISM IN THE DISCOURSE OF THE BRAZILIAN CORPORATE MEDIA

ABSTRACT: According to van Dijk (1992) one of the most efficient means of reproducing racism is the press, although this is systematically denied by the press itself. In this paper, the objective is to investigate the discourse that supports the denial of racist practices by the press, presented in the book “Não somos racistas”, by Ali Kamel, director of journalism at Rede Globo, published in 2006. The discussion we propose is based on the theoretical framework of Critical Discourse Analysis, especially sustained in the works of Fairclough and van Dijk, who discuss power relations through discourse (FAIRCLOUGH, 1989, 1992, van DIJK, 1992, 2008). This work is part of a larger project that aims to problematize the presence of the black in the online press as well as the discursive construction of his image. At an early stage, the analysis of the book makes it possible to affirm that the author’s arguments are based mainly on the myth of Brazilian racial democracy, which can be exemplified by the

“recognition” of Brazil as a racist country only when discussions of quotas invaded the national news: “Does it mean that we are a racist people?” (KAMEL, 2006, p.17).

KEYWORDS: Media. Denial of racism. Racism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem por objetivo discutir as relações assimétricas de poder entre negros e brancos na sociedade brasileira, tendo como foco a negação do racismo pela mídia. Essa discussão não é nova, no entanto, é pouco recorrente se considerarmos a complexidade do racismo praticado pela sociedade brasileira. Sim, somos um povo racista, ainda que isso seja camuflado nas nossas práticas sociais. Conceição (1996, 2006) já demonstrou como a mídia do estado mais negro do Brasil, a Bahia, é racista, o que foi demonstrado pelas formas de representação do negro no principal jornal baiano, *A tarde*.

Para alcançarmos nossos objetivos, em primeiro lugar, vamos apontar as relações entre discurso e poder que nortearão toda a discussão; em seguida, faremos um breve mapa da identidade racial brasileira, bem como discutiremos os conceitos de raça e racismo, especialmente, relacionados à sociedade brasileira; em seguida, trataremos da negação do racismo, considerando seus aspectos discursivos; por fim, faremos uma análise da introdução do livro “Não somos racistas”, de Ali Kamel (2006), procurando mostrar marcas de discurso racista em seu próprio texto.

DISCURSO E PODER

Fairclough (1989) ressalta a relação interna e dialética entre a linguagem e a sociedade. A linguagem é parte da sociedade, ou seja, fenômenos linguísticos *são* fenômenos sociais, e fenômenos sociais *são* (em parte) fenômenos linguísticos. Sendo assim, pode-se dizer que as pessoas internalizam o que é socialmente distribuído e disponibilizado para elas, o que é feito por meio dos *recursos dos membros*¹ internalizados para se engajar em sua prática social, o que inclui o discurso.

Essa internalização do que é socialmente compartilhado envolve o que Fairclough (1989) denominou de *condições sociais de produção e condições sociais de interpretação*. Dito de outra forma, para o autor essas condições sociais moldam os recursos dos membros que, conseqüentemente, orientam a forma pela qual textos (ou discursos) são produzidos e interpretados, orientam, em última instância, as práticas sociais dos indivíduos.

No entanto, muitas vezes o que parece senso comum pode conter pressuposições que direta ou indiretamente sustentam relações assimétricas de poder na sociedade. Trata-se de práticas naturalizadas que funcionam ideologicamente criando consensos que mantém os grupos privilegiados de uma sociedade no controle das práticas sociais. Por meio da naturalização de suas ideologias os grupos dominantes induzem

1 *Members' resources*, no original.

a população a inconscientemente legitimar relações de poder.

A relação entre discurso e poder é, de fato, muito complexa, especialmente na imprensa que trabalha com o controle social da mente por meio da naturalização de modelos mentais manipulados para atender a interesses específicos dos grupos dominantes. Como exemplo, podemos citar os estudos de van Dijk (1992) que mostram que a mídia é provavelmente o meio mais importante de reprodução do racismo na sociedade europeia. A análise de editoriais e reportagens revelou como o consenso étnico é formulado no discurso midiático, o que mantém a dominância do grupo branco naquela sociedade, ou seja, sustenta uma relação assimétrica de poder.

Em seus estudos sobre as relações de poder ocultas no discurso da mídia, Fairclough (1989) ressalta também a importância da repetição nesses processos manipulativos, uma vez que um único texto é, de fato, insignificante, mas a sistematicidade na reprodução de determinadas ideologias pode influenciar de modo sutil e poderoso os modos de pensar e agir do leitor. Retomando Foucault (2006 [1971]), Fairclough afirma que o controle sobre ordens de discurso é um mecanismo poderoso para sustentar o poder.

A IDENTIDADE RACIAL BRASILEIRA

No Brasil, a raça (do ponto de vista social, não do superado ponto de vista biológico) que tem maior percentual na população é a negra e não a branca. É o que demonstra a pesquisa feita em 2003 pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação Rosa Luxemburg Stiftung. A pesquisa teve como objetivos, entre outros: (i) investigar a percepção do preconceito de cor e práticas discriminatórias, em busca de novos subsídios para políticas públicas e intervenções do movimento social; (ii) contribuir para a reflexão e subsidiar a ação de agentes sociais envolvidos com o desenvolvimento e fortalecimento da cidadania das populações racialmente discriminadas, e para a definição de políticas públicas, seja via Estado, sociedade civil ou através da academia. A partir dos resultados da pesquisa, vejamos como se caracteriza a população brasileira em termos raciais.

As respostas à pergunta² que solicitava do entrevistado uma auto atribuição espontânea de cor revelou que 38% se consideram brancos; 19%, de cor morena; 12%, moreno-clara; 10%, parda; 7%, preta; 5%, negra; 3%, moreno-escuro; 1%, mulato; 1%, amarelo; 1%, mestiço; 1%, indígena; 1%, outras cores e 1% afirmou que não sabe. Ressalte-se que 61% dos entrevistados se declararam não brancos, ou seja, o perfil da população brasileira não é branco.

Sobre sua ascendência³, os entrevistados disseram que são de origem negra e branca 38%; só branca, 27%; negra, branca e índia, 11%; branca e índia, 10%; negra e índia, 4%; só negra, 4%; branca e morena, 2%; morenos, 1%; só indígena, 1%; e

2 P10. No Brasil tem gente de várias cores ou raças. Qual é a sua cor?

3 P12. Considerando as combinações de cor ou raça dos seus avós e dos seus pais, o(a) sr(a) tem quais das seguintes combinações de cor ou raça.

outra, 1%. Observa-se que a maioria, 65% dos entrevistados, reconhece a diversidade étnica em sua origem.

Os entrevistados foram questionados também sobre as diferenças entre negros e brancos⁴. No total geral, 54% acham que é a mesma coisa ser branco e negro; 44% acham que é diferente e 2% não sabem. No entanto, entre os que se consideram pretos, 55% consideram que é diferente, 41% que é a mesma coisa e 3% não sabem. Entre os que se consideram brancos, 60% acham que é a mesma coisa, 38% acham que é diferente e 1% não sabe. Entre os que se consideram pardos, 54% acham que é a mesma coisa, 45% acham que é diferente e 2% não sabem. Entre os indígenas, 60% acham que é diferente, 38% acham que é a mesma coisa e 2% não sabe. Ressalte-se a diferença nessa percepção entre pretos e brancos. Enquanto a maioria dos pretos percebe uma diferença, a maioria dos brancos, não.

Para ilustrar tais diferenças, vejamos alguns dados relativos aos aspectos Educação e Trabalho Remunerado. Considerando o nível de escolaridade por raça, 32% dos brancos possuem 2º grau e 13% ensino superior. Entre os pretos, 28% possuem ensino médio e 5% ensino superior. 28% dos pardos possuem ensino médio e 7%, superior. Em relação à renda pessoal, 15% dos brancos recebe mais de 960 reais mensais enquanto apenas 8% dos pretos estão na mesma faixa salarial. E ainda 28% dos brancos ganham até 240 reais, enquanto 40% dos pardos e 31% dos pretos ganham valor parecido. O que confirma que, de fato, é diferente ser branco e ser negro no Brasil.

No que se refere à existência ou não de racismo no Brasil⁵, do total, 90% afirmaram que existe, 5% que não existe e 5% que não sabe se existe. Nesse caso, a ampla maioria dos entrevistados, brancos ou pretos, admitem a existência de racismo no Brasil.

Esses resultados nos mostram a diversidade racial da população brasileira, com predominância de raças não brancas, bem como a diversidade étnica de sua origem. Revela também que a população admite que há, de fato, diferença entre ser branco e ser negro no Brasil, o que é demonstrado também pela percepção da presença de práticas racistas em nossa sociedade pela grande maioria dos entrevistados.

RACISMO

Recorremos às Ciências Sociais para compreendermos o significado de *racismo*, conceito central em nossa pesquisa. Cashmore (2000) propõe que o termo racismo possui vários sentidos, mostrando que até o final dos anos 1960 essa definição se sustentava na ideia de *superioridade racial* e que, portanto, era entendido como uma doutrina ou uma ideologia. A partir dessa época, o termo passa a incluir também *práticas, atitudes e crenças* que, por sua vez, resultam em desvantagens raciais práticas. O

4 P21. Na sua opinião, ser negro ou ser branco no Brasil hoje, é a mesma coisa ou é diferente?

5 P37. Na sua opinião, existe racismo no Brasil?

autor ressalta ainda o caráter histórico do termo que mostra como a compreensão da inferioridade do negro é modificada em função da estrutura econômica de cada época.

Do ponto de vista da ACD, van Dijk (2008, p. 134) entende o racismo como “um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou ‘racialmente’, e sua consequente desigualdade”. Para o autor, o racismo se constitui de dois subsistemas: um social e um cognitivo. O primeiro se refere às práticas sociais discriminatórias em nível local (micro) e pelo abuso de poder (macro) praticado por instituições dominantes em geral; o segundo se refere aos modelos mentais tendenciosos fundamentados em preconceitos e ideologias racistas, o que pode gerar, inclusive, o racismo involuntário já que é possível que ele se reproduza a partir de representações mentais socialmente compartilhadas. É importante ressaltar o papel do discurso na dimensão cognitiva do racismo, uma vez que as ideologias e os preconceitos são adquiridos e aprendidos – não são inatos – por meio, principalmente, da comunicação.

É importante ressaltar que a Lei brasileira que trata do racismo (7.716/89) faz distinção entre *racismo* e *injúria racial*. O racismo é entendido como a negação do exercício de algum direito do cidadão; e a injúria racial é entendida como as ofensas praticadas em função da raça da pessoa. No entanto, o termo mais utilizado para referir a ofensas a partir da raça é racismo.

RAÇA E RACISMO NO BRASIL

De acordo com a antropóloga Lilia Schwarcz (2012), o termo raça, no Brasil, nunca foi neutro, “oscilando entre versões ora mais positivas, ora mais negativas” (p. 20). Como exemplo de versão mais negativa do termo, a autora nos remete ao final do século XIX citando as proposições do médico baiano Nina Rodrigues para quem “a miscigenação extremada era ao mesmo tempo sinal e condição de degenerescência” (p. 21). Ao defender a degeneração oriunda da mistura de raças, Rodrigues ressaltava a noção de diferença racial ao afirmar, por exemplo, que não se pode esperar responsabilidade das raças que não a possuíam. Dessa forma, Rodrigues questionou o Código Penal de 1894, que defendia a igualdade e o livre-arbítrio, propondo a criação de códigos penais distintos adequados às diferentes raças.

As ideias de Rodrigues, de acordo com Schwarcz (2012), constituíam os fundamentos para a adoção de um darwinismo e determinismo racial anulando a individualidade que seria, sob esse ponto de vista, apenas consequência das características do grupo racial de origem. Pode-se dizer então que Rodrigues fundamenta “cientificamente” o racismo que ecoa ainda hoje na nossa sociedade.

Tal ideologia pode ser encontrada também na literatura, a exemplo do que se vê na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, datada de 1902, como ressalta Schwarcz (2012). De fato, Euclides da Cunha também julgava “a mestiçagem extremada um retrocesso”, como resultado da mistura de “raças mui diversas”, ainda que, em outros momentos na mesma obra, considerasse o mestiço, ou sertanejo, um forte.

Schwarcz (2012) menciona ainda o cientista João Batista Lacerda e o antropólogo Roquete Pinto que defendiam a progressiva extinção dos mestiços no Brasil. Para Roquete Pinto, por exemplo, “em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio” (Schwarcz, 2012, p. 26), tese recebida com pessimismo por uma população que considerava um século muito tempo para o embranquecimento definitivo da população brasileira.

Por fim, a autora nos mostra o que denominou “a versão mais romântica do grupo” (p. 26) que defendia a tese da mistura sem igual de gentes e cores constituir a própria definição do Brasil. Como exemplo, ela cita Carl von Martius, cientista alemão que usa como metáfora para a mistura da população brasileira a imagem fluvial:

três grandes rios compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros. Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. (Schwarcz, 2012, p. 27)

No entanto, ressalta a autora, “harmonia não significa igualdade” (Schwarcz, 2012, p. 27), e a hierarquia entre as raças, ou rios, estava clara na metáfora usada por von Martius.

Somente na década de 1930 acontece a “redenção” do mestiço, transformado em ícone nacional, símbolo de uma identidade sincrética, principalmente a partir da ideia de “democracia racial” defendida por Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande & Senzala* de 1933. Ressalte-se, entretanto, que tal “redenção” só acontece verbalmente e não se concretiza na prática cotidiana da sociedade brasileira.

De fato, o racismo no Brasil foi, até pouco tempo atrás, um tabu, de acordo com Guimarães (2009 [1999]), uma vez que consideramos o nosso país democrático em termos raciais. Essa ilusão, para o autor, é proveniente do uso do modelo norte-americano de pesquisa sobre as relações raciais, que revela que o racismo no Brasil não é violento, nem segregacionista como nos Estados Unidos. O racismo brasileiro é velado, apesar de complexo, o brasileiro pratica “uma refinada etiqueta de distanciamento social e uma diferenciação aguda de *status* e de possibilidades econômicas, convivendo com equidade jurídica e indiferenciação formal” (GUIMARÃES, 2009 [1999], p. 41).

Para Guimarães (2009 [1999]), o racismo no Brasil se baseia na hierarquização social, ou seja, se os pobres eram pobres por serem inferiores, como pregava a doutrina liberal do século XIX, então, os pobres negros e mestiços, antes escravos, eram também inferiores. Tal como acontece hoje, a teoria da superioridade branca convive com uma enorme distância social entre as duas raças.

Além disso, a ideia de “cor”, no Brasil, é bastante peculiar, pois permite o “embranquecimento” por meio da educação e da ascensão na estrutura de classes. Dessa forma, mestiços e mulatos mais claros podem ser considerados “brancos”,

desde que letrados e ricos, e usufruir privilégios reservados apenas aos brancos. É o que se denomina *democracia racial*.

O racismo brasileiro é, de fato, negado, uma vez que o brasileiro se autodenomina antirracista. Em geral, para o racista brasileiro, racista mesmo é quem separa e “não o que nega a humanidade de outrem” (Guimarães, 2009 [1999], p. 60).

A já mencionada ilusão sobre a democracia racial brasileira permite ao brasileiro afirmar que o que determina as oportunidades de vida de alguém é sua classe social e não sua raça. Sendo assim, há uma negação generalizada do racismo brasileiro. Nas palavras de Guimarães (2009 [1999], p. 65), “entre nós existiria apenas ‘preconceito’, ou seja, percepções individuais, equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais”.

NEGAÇÃO DO RACISMO

Van Dijk (2008) destaca a negação do racismo como uma das principais características do racismo contemporâneo. O autor destaca a estratégia como forma de *apresentação positiva dos membros do grupo*, uma vez que é socialmente aceito que a discriminação e o preconceito são condenáveis.

A negação do racismo tanto pode apresentar uma dimensão *individual*, especialmente em conversas informais cotidianas, quanto uma dimensão *social*, discurso público como da política, da mídia, de empresas, etc. (van Dijk, 2008). Como o discurso público tem alcance mais amplo e é, portanto, mais influente, é por meio da negação do racismo nesse contexto que se constrói o consenso branco dominante.

Essa auto-apresentação positiva ou preservação da face (Goffman, 1974) constitui uma estratégia cujo objetivo é fazer com que o meu interlocutor construa uma imagem positiva de mim no momento da interação. A preservação da face pode estar relacionada a uma situação específica, mas em geral as pessoas querem evitar um julgamento negativo em relação a sua personalidade como um todo. “Ser categorizado como ‘racista’ ou mesmo como ‘intolerante’ pressupõe uma característica pessoal mais duradoura, tratando-se, portanto, de um julgamento particularmente mais ameaçador das faces” (van Dijk, 2008, p. 159).

No caso de instituições, grupos ou entidades, a negação do racismo emerge como uma opinião compartilhada, ou seja, revelando um consenso sobre a questão (van Dijk, 2008). Dessa forma, preserva-se a face por meio de uma auto-apresentação positiva no discurso público de instituições e organizações, como a mídia, por exemplo. Da mesma forma que o indivíduo, instituições e organizações “não querem ser conhecidas como racistas pelos seus empregados, entre seus clientes ou diante do público em geral” (van Dijk, 2008, p. 166). Tal postura sugere também progresso social e modernidade que, por sua vez, podem sugerir qualidade de produtos ou serviços.

Como exemplo, podemos citar a fala da jornalista Míriam Leitão no Seminário Mídia e Racismo que aconteceu no Rio de Janeiro em 2001: “A minha convicção

profunda é que, sim, a mídia é racista porque o país é racista. A mídia sempre reflete o país”, afirma a jornalista (Ramos, 2002, p. 42). Ignorando o poder de influência dos meios de comunicação, completa “a imprensa não tem o poder de mudar a sociedade, ela é parte da sociedade” (idem, p. 49). A jornalista tenta, pois, proteger a face da mídia ao fortalecer o consenso produzido pela própria mídia segundo o qual a mídia não é racista.

De acordo com van Dijk (2008, p. 167),

o consenso branco que nega a existência do racismo constitui um elemento bastante poderoso para a sua reprodução, especialmente porque uma resistência bem-sucedida requer atenção pública, cobertura da mídia e pelo menos um reconhecimento parcial das reivindicações.

Ou seja, a mídia e lideranças políticas podem impedir a mudança da opinião pública e favorecerem a permanência das relações de poder tal como se constituem, ao não reconhecer a existência do racismo e, dessa forma, restringir seu debate amplo.

Diante disso, ressalta van Dijk (2008, p. 169) “a negação é uma estratégia central de gerenciamento” sociopolítico, uma vez que contribui para o controle da resistência e torna mais administráveis questões políticas em uma sociedade plural em termos étnicos e raciais. Dito de outra forma, essa prática constitui uma poderosa *estratégia de reprodução da hegemonia* (van Dijk, 2008).

A NEGAÇÃO DO RACISMO NO LIVRO “NÃO SOMOS RACISTAS” DE ALI KAMEL

O livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo de Televisão, foi publicado em 2006 como resposta à discussão sobre a questão das cotas para negros nas universidades brasileiras. Como o título sugere, o autor defende a tese de que a sociedade brasileira não é racista. Nosso objetivo é, pois, mostrar como o próprio livro de Kamel apresenta marcas de discurso racista a partir das orientações de van Dijk (2008, 2009) e da Análise Crítica do Discurso.

Como o próprio título do livro sugere, a tese a ser defendida por Kamel é que o Brasil não é um país racista, tese que será fundamentada em artigos de sua autoria anteriormente publicados no jornal *O Globo*. O livro em tela está subdividido em treze capítulos, sendo o primeiro uma espécie de introdução geral ao tema, *A gênese contemporânea da nação bicolor*, e os demais artigos do *Globo* reescritos, atualizados e ampliados, segundo o autor.

Por uma questão de espaço, limitaremos nossa análise especificamente à introdução por entendermos que ela apresenta os fundamentos que nortearão todo o conteúdo do livro, ou seja, ela representa a base do pensamento de Kamel em relação à temática.

No primeiro parágrafo da introdução, Kamel apresenta o que chama de *susto*

com a “novidade”:

Foi um movimento lento. Surgiu na academia, entre alguns sociólogos na década de 1950 e, aos poucos, foi ganhando corpo até se tornar política oficial de governo. (...) Quando acordamos, leva-se o susto. Eu levei. E, imagino, muitos brasileiros devem também ter se assustado: quer dizer então que somos um povo racista?

Com essa ideia, Kamel inicia seu livro desconsiderando momentos importantes da história do Brasil. Em diversos momentos da nossa história temos relatos de práticas racistas que demonstram a “ingenuidade” da surpresa de Kamel.

O “susto”, prossegue o autor, parte da ideia segundo a qual “éramos orgulhosos da nossa miscigenação, do nosso gradiente tão variado de cores” (Kamel, 2006, p. 18). A partir daí o autor desenvolve toda a introdução procurando demonstrar os equívocos de se considerar o Brasil um país racista. Fundamenta sua argumentação em *certa sociologia* que teria começado a *dividir o Brasil entre brancos e negros*. Entre outros, discute os trabalhos dos sociólogos Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso.

Contrariando fatos históricos, Kamel (2006, p. 20) afirma que “Aqui [no Brasil], após a Abolição, nunca houve barreiras institucionais a negros ou a qualquer outra etnia”. Para demonstrar a fragilidade desse argumento, recorreremos ao livro *Brasil: uma biografia*, resultado de ampla pesquisa da antropóloga Lilia H. Schwarcz e da historiadora Heloisa M. Starling, publicado em 2015.

Na época da promulgação da Lei Áurea, de acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 343), acreditava-se em um futuro “branco e pacífico, com os negros e mestiços desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada”, acreditava-se que em 2012 o Brasil teria uma população com 80% de brancos e 20% de mestiços, já sem a presença de negros e índios.

Os libertos conviviam, portanto, tanto com o preconceito pelo passado escravocrata brasileiro quanto com o preconceito de raça propriamente dito. Dessa forma, é possível perceber que nosso histórico de preconceito racial é bem mais antigo do que sugere Kamel (2006), o que provoca, no mínimo, estranhamento em relação ao seu questionamento inicial: *quer dizer então que somos um povo racista?* Sim, somos um povo racista, o que se pretende demonstrar analisando de modo crítico o próprio discurso desse jornalista.

Além de contrariar fatos históricos, Kamel fundamenta sua argumentação em *certa sociologia* que teria começado a *dividir o Brasil entre brancos e negros* (2006, p. 20). Entre outros, discute os trabalhos dos sociólogos Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso que demonstraram nos anos 1950 que o racismo estava, de fato, presente na nossa sociedade, preservando a ordem escravocrata.

O sociólogo Oracy Nogueira, em relatório de pesquisa publicado em 1955, faz uma distinção entre o preconceito de marca (determinado pela aparência), praticado no Brasil, e o preconceito de origem (determinado pela ascendência), praticado nos EUA, e conclui que os dois países são igualmente racistas. Tese refutada por Kamel

(2006, p. 23) para quem “o que nos faz diferentes é que aqui, indubitavelmente, há menos racismo e, quando há, ele é envergonhado, porque tem consciência de que a sociedade de modo geral condena a prática como odiosa”.

Aqui é possível observar a dicotomia Nós/Outros apontada por van Dijk (2008) por meio da qual Kamel ressalta um aspecto positivo do seu endogrupo (Nós) quando afirma que o racismo brasileiro é *envergonhado*. Dessa forma, demonstra uma empatia aparente (van Dijk, 2008) em relação ao exogrupo (Outros), já que “é evidente que nos EUA o racismo é rotineiramente mais duro, mais explícito, mais direto” (Kamel, 2006, p. 22) e, em comparação, o racismo brasileiro seria mais ameno e discreto.

A tese de Nogueira também é usada para fundamentar a estratégia de culpabilizar a vítima, um movimento semântico de inversão, nos termos de van Dijk (2008): “o trágico é que essa sociologia [como a de Nogueira] ganhou espaços, cresceu e (...) foi totalmente acolhida pelo Movimento Negro já no final dos anos 1970. Hoje em dia, ganhou ares de verdade oficial” (Kamel, 2006, p. 24). Ou seja, para Kamel, o Movimento Negro se apropriou de uma tese equivocada, segundo a qual o Brasil é um país racista e, conseqüentemente, é o responsável pelo racismo presente na sociedade brasileira contemporânea. Nesse trecho também fica evidente a defesa do endogrupo de Kamel (Nós) em detrimento do exogrupo dos negros brasileiros (Outros) uma vez que o autor responsabiliza o Movimento Negro pela divisão racial no Brasil e fica implícito também que o conseqüente racismo do brasileiro teria sua origem nesse “ato” praticado pelo Movimento Negro. O que Kamel parece ignorar é a razão para a existência do próprio Movimento Negro que seria desnecessário se, de fato, vivêssemos em uma democracia racial.

A obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso também confirma a existência do racismo no Brasil, além de rejeitar a hipótese de que o preconceito seja, na verdade, contra o pobre em geral e não especificamente contra o negro. Essas ideias são defendidas nos livros *Mobilidade social em Florianópolis* (1960), em parceria com Octávio Ianni, e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), como aponta Kamel (2006). A tese de FHC é considerada por Kamel (2006, p. 27) como *pecados da juventude*, mas ressalta “lê-los [os livros de FHC] hoje é fundamental para entender por que foi no governo Fernando Henrique que o projeto daqueles que nos querem transformar numa nação bicolor alçou um voo tão alto” referindo-se à criação, em 1995, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra cujo objetivo central está claro no próprio nome do Grupo de Trabalho; ao lançamento do primeiro e do segundo, 1996 e 2002, respectivamente, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) com o objetivo de combater o racismo; e da instituição, em 2002, do Programa Nacional de Ações Afirmativas que, segundo Kamel, pode ser entendido como o primeiro passo na direção da adoção de cotas para negros nas universidades brasileiras.

Para Kamel, “FH deu curso à institucionalização da nação bicolor” (2006, p. 34). O próprio autor ressalta que o governo FHC não propôs o sistema de cotas para negros

nas universidades brasileiras, mas contribuiu para mudar a mentalidade do país e, conseqüentemente, para que elas fossem implantadas. Em meados dos anos 2000 as próprias universidades começaram a adotar o sistema, tais como Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entre outras.

Dessa forma, Kamel (2006) identifica o responsável pela institucionalização do racismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, apontando até mesmo a data em que a divisão em raças da nação brasileira aconteceu. Além disso, destaca que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva apenas deu sequência a um processo de mudança já em andamento quando criou, em 2003, a “Secretaria da Igualdade Racial [nome correto Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], patrocinou o projeto que torna obrigatória a política de cotas nas universidades federais [2004] e apoiou o Estatuto da Igualdade Racial [2010]” (Kamel, 2006, p. 39). Este último tinha por objetivo garantir direitos básicos de cidadão à população negra, bem como combater a discriminação e a intolerância étnica (Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010). A denominada Lei das Cotas seria sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012 (Lei nº 12.711) portanto, depois do lançamento do livro de Kamel (2006).

Entre as estratégias utilizadas por Kamel para tentar desconstruir a imagem racista da sociedade brasileira é importante destacar também a seleção lexical (van Dijk, 2009), especialmente quando se refere ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Como vimos, Kamel usa os estudos de FHC para tentar mostrar suas fragilidades. Sendo assim, o pesquisador, via de regra, é identificado como *jovem sociólogo* ou *jovem FH*. Nesses casos, o uso do adjetivo *jovem* é uma forma sutil de ressaltar uma suposta imaturidade da pesquisa de FHC, o que, conseqüentemente, lhe nega qualquer autoridade ou consistência no assunto. Tal fato pode ser comprovado ainda pela avaliação das obras de FHC como *pecados da juventude*, já destacado acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da introdução do livro “Não somos racistas” (2006), de Ali Kamel nos mostra que, ao contrário do que afirma o título, o próprio autor revela em seu discurso, se não racismo, no mínimo um importante desconhecimento sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Demonstramos, recorrendo à história do Brasil, que, na verdade, após a abolição, o racismo brasileiro não acabou e perdura até os nossos dias, uma vez que ainda são necessárias políticas públicas de inclusão para que os negros tenham seus direitos básicos garantidos. No que se refere à educação, por exemplo, a aludida meritocracia não é uma realidade, ela exclui a maior parte da população que não tem acesso à educação formal de boa qualidade das vagas nas universidades públicas, o que significa excluir a maior parte da população negra brasileira da universidade pública.

REFERÊNCIAS

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000 [1984].

Fundação Perseu Abramo. **Pesquisa discriminação racial e preconceito de cor no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/conheca-pesquisa-discriminacao-racial>> Acesso 28/07/16

GOFFMAN, E. **Les rites d'interaction**. Paris: Minuit, 1974.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009 [1999].

KAMEL, A. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RAMOS, S (org.) **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, R.; MEYER, Michael (edited by) **Methods of Critical Discourse Analysis**. Sage: London, 2009 [2001], p. 62-86.

O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO

Adriana do Carmo Figueiredo

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais no PosLin/FALE-UFMG.

Mestre em Teoria da Literatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais no Pós-Lit/FALE-UFMG.

Belo Horizonte, Minas Gerais.

Aluna internacional do programa de *Doctorado en Derecho*, Universidad de Buenos Aires (UBA).

Advogada constitucionalista.

Endereço eletrônico: acfigueiredo.prof@gmail.com

RESUMO: Este estudo tem como proposta analisar o modo de organização do discurso jurídico proferido pelo ministro relator Ayres Britto, em 2011, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 em conjunto com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, em que se discutia a equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo ao entendimento de entidade familiar. Para a construção da análise do discurso do referido *corpus*, serão utilizados como referenciais teóricos os artigos *Tiers où es-tu?* de Patrick Charaudeau (2004) e *O Papel do Enunciador na Construção Interacional dos Pontos de Vista* de Alain Rabatel (2013). O objetivo é avaliar como o relator dessa arquitetura jurídica investe-se subjetivamente

no tratamento da decisão jurisdicional, evocando terceiros discursivos, para fundamentar seu entendimento de que a sexualidade, entendida como “bruta flor do querer”, é um direito subjetivo de grandeza constitucional que espelha as redes de afetos e desejos insondáveis entre as pessoas humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jurídico. Atores discursivos. Pontos de vista. Direitos LGBT+.

THE LEGAL RAPPORTEUR AND THE STAGING OF THE MULTIPLE: ANALYSIS OF THE DISCURSIVE ACTORS AND THE MANAGEMENT OF THEIR POINTS OF VIEW IN THE LEGAL DISCOURSE

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the legal discourse delivered by the Rapporteur, Ayres Britto, in 2011, in the Direct Action of Unconstitutionality (ADI) 4277, in conjunction with the Arrangement of Non-compliance with Basic Precept (ADPF) 132, in which the equation of the stable union between persons of the same sex was discussed to the understanding of familiar entity. For the construction of the analysis of the discourse of said *corpus*, the articles *Tiers où es-tu?* by Patrick Charaudeau (2004) and *The Role of the Enunciator in the Interactive Construction of the Points of View* by Alain Rabatel (2013) will be used as theoretical references. The objective is to evaluate how the rapporteur of this legal

architect invests subjectively in the treatment of the jurisdictional decision, evoking discursive third parties, to substantiate his understanding that sexuality, understood as the “raw flower of the will,” is a subjective right of constitutional grandeur that mirrors the networks of unfathomable affections and desires among human persons.

KEYWORDS: Legal speech. Discursive actors. Viewpoints. LGBT+ Rights.

1 | INTRODUÇÃO

Inicialmente, gostaríamos de destacar que este texto foi apresentado no *IV Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso* (IV SIAD), na Faculdade de Letras da UFMG, em 2016, e publicado, posteriormente, nos Anais do referido evento. O eixo central das discussões que fizemos neste evento trouxe a problemática que envolve as noções de *discursos e desigualdade sociais*, o que nos parece um campo fecundo para analisarmos a cena enunciativa do *corpus* recortado para este estudo.

As relações entre locutor e enunciadores parecem colocar em evidência certa autonomia relativa dos atores discursivos no que se refere à gestão do dialogismo. Isso revela a expressão de vozes multiformes objetivas que se hibridizam na subjetividade dos aparatos formais da enunciação atribuídos, normalmente, ao discurso jurídico.

Esta pesquisa busca analisar a cenografia enunciativa interna e suas ressonâncias também no plano externo da decisão constitucional proferida pelo ministro Ayres Britto, em 2011, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 em conjunto com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, em que se discutia, no Supremo Tribunal Federal (STF), a equiparação entre casais do mesmo sexo ao conceito de entidade familiar.

Para a construção da referida análise, será proposta uma distinção entre locutor e enunciadores, com a finalidade de compreender como se dão os modos de organização do discurso e seus vínculos com pontos de vista assumidos pelo locutor, relator da decisão, e demais enunciadores, terceiros evocados, que conferem certa heterogeneidade constitutiva ao dizer jurídico.

Desse modo, será analisado o emprego de expressões modalizadoras que denotam a apreciação do jurista e seus subjetivemas afetivos no tratamento dos fatos, o que provoca na arquitetônica decisória jurisdicional um efeito de objetividade que, em certa medida, mascara a subjetividade do locutor ou a desvela em sua construção axiológico-argumentativa.

Para o desenho do entendimento que se refere aos papéis dos enunciadores na tessitura interacional dos pontos de vista, parte-se do pressuposto de que o ente enunciator não se veste apenas de uma instância privilegiada de expressão da subjetividade, tendo em vista que referido ser do discurso apresenta-se também como eixo central das proposições que desencadeiam o tom argumentativo do locutor.

Por fim, cabe dizer que a instância do enunciator será entendida, nesta pesquisa, como um ente que se encontra nas bases fundacionais de um ponto de

vista, perspectiva de Ducrot (1980 e 1984), e que se expressa em um conteúdo proposicional (RABATEL, 2013). Assim, tendo em vista que esta abordagem tem como foco o discurso jurídico numa decisão comprovadamente constitucional, serão levadas em consideração as interações que se congregam em torno da decisão do ministro Ayres Britto (locutor) que interpretou o conceito de entidade familiar com a amplitude proveniente dos pontos de vista de diferentes enunciadores, extraídos, inclusive, do *imaginário sociodiscursivo* popular, criando, assim, as bases estruturais para proferir a decisão jurídica favorável à união entre casais do mesmo sexo.

2 | BREVES CONCEITOS SOBRE MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Segundo o pesquisador Wander Emediato (2015), os modos de organização do discurso, na perspectiva de Charaudeau (1992), são procedimentos que possuem a finalidade de ordenar certas categorias da língua em razão das funções do ato de comunicação, cuja organização pode ser dividida em quatro grupos: *Enunciativo*, *Descritivo*, *Narrativo* e *Argumentativo* (CHARAUDEAU, 1992, p. 641).

Nesse sentido, a sustentação dos modos de organização do discurso se baseia na perspectiva de que existe uma inter-relação discursiva que produz sentido social, dado que pensar em discursos é também revelar as formas de ação sobre o outro, contribuição da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau.

Também é importante observar que cada um desses modos parece conduzir, ao mesmo tempo, a uma *organização do “mundo referencial”*, em outras palavras, trata-se de uma recomposição da lógica de construção de diferentes mundos em seus matizes enunciativos, descritivos e argumentativos, além de uma reorganização de suas respectivas ações transpostas em situação de *mise en scène*.

Tomando como ponto de partida os quatro Modos de Organização, este estudo se propõe a analisar, especialmente, a categoria Enunciativa (CHARAUDEAU, 1992), por considerá-la como eixo articulador de operações que mais claramente se desvelam no discurso jurídico que compõe o *corpus* desta analítica.

No entanto, não serão descartados os modos Descritivo, Narrativo e Argumentativo, pois estes se encontram em redes de laços discursivos com o plano Enunciativo que sustenta a fundamentação da gestão do dialogismo, presente na decisão jurisdicional sobre a união estável entre casais do mesmo sexo.

Vale considerar que o modo Enunciativo possibilita indagar a respeito da posição do sujeito enunciativo em seu ato de locução; e o Descritivo, por sua vez, permite identificar e qualificar diferentes seres do mundo de maneira objetiva e/ou subjetiva. Nota-se que o locutor, Ministro Ayres Britto, busca construir sua decisão jurisdicional com uma tessitura discursiva peculiar própria das narrativas, evocando para dentro do arcabouço do discurso jurídico outros dizeres que são próprios da literatura, filosofia, música e outras manifestações artísticas, além do discurso religioso, especialmente, aquele que se refere à doutrina espírita de Chico Xavier.

Importante comentar que a organização enunciativa de um texto (plano de base) pode ocorrer das seguintes maneiras: na instância interna, existem três tipos de modalização: objetiva, interlocutiva e subjetiva. A modalização objetiva pode ser definida como ôntica, deôntica ou epistêmica. Emediato (2015) alerta que quanto menos ôntica for a modalização, mais esta se encaminha para a perspectiva subjetiva, que, por sua vez, é marcada pelos subjetivemas, que podem ser representados em qualquer categoria da língua, ou seja, por qualquer classe de palavras: verbos, advérbios, adjetivos, nomes, até mesmo pelos conectores, ou seja, qualquer palavra pode ser considerada como subjetivema, desde que o pesquisador explicito o motivo por considerá-la assim. A modalização interlocutiva é composta por atos ilocucionários, em especial, ordens, pedidos, autorizações, proibições, entre outros.

No modo de organização Descritivo, existem as categorias de identificação, qualificação, localização e quantificação. A identificação pode ser genérica ou específica. Nesse modo, emprega-se a classificação dos seres, ou seja, a ideia de *taxionomia* para organizar o mundo, segundo Charaudeau (2008, p. 157), de maneira *descontínua* e *aberta*, uma vez que não existe, respectivamente, uma relação necessária entre os seres entre si e nem de suas propriedades entre elas.

Assim sendo, o Modo Descritivo parece propor a construção de uma visão de *mundo que se presume existir como um estar-aí*. Por apresentar-se *de maneira imutável*, necessita apenas *ser reconhecido*. Para isso, *basta ser mostrado*. Charaudeau (2008, p. 157) destaca que existem três possibilidades de papéis desempenhados pelo sujeito que descreve: a) o papel de *observador* (aquele que vê detalhes), b) o papel de *sábio* (aquele que sabe nomear, identificar e classificar os elementos e também as suas propriedades) e, por fim, c) o papel de *alguém que descreve* (aquele que sabe mostrar e evocar).

A *encenação descritiva* acontece a partir de um sujeito *descritor* que, de maneira explícita ou não, pode intervir na produção de certos *efeitos possíveis* - que podem ou não serem percebidos pelo interlocutor, em suas modalidades de *efeito de saber*, *efeitos de realidade e de ficção*, *efeito de confiança* e *efeito de gênero*. Segundo Charaudeau (1992), existem alguns procedimentos linguísticos necessários que se configuram no uso de uma ou mais *categorias da língua* que se combinam entre si e que servem também aos componentes da organização descritiva. Essa organização está sustentada sobre quatro ações, ou seja, nomear, localizar, situar e qualificar.

No modo de organização Narrativo, ao que parece ser, a narrativa é compreendida como uma totalidade que engloba os procedimentos dos modos de organização Narrativo e Descritivo. Assim, o Modo Descritivo parece esgotar-se em sua manifestação, como superfície descritora; por sua vez, o Modo Narrativo parece se estruturar como se fosse uma coluna de sustentação que serve de alicerce para sua estrutura semantizada, na qual a narrativa se coloca em cena.

Dessa maneira, a lógica narrativa se dá como processo em construção que se revela na trama de uma história liberta de suas especificidades semânticas. Também é

no Modo Narrativo em que se nota uma relação entre actantes e processo, ou seja, a presença de figuras. Na figurativização, encontraremos o plano com a representação de temas. Essa figurativização, no plano narrativo, pode representar, por exemplo, certa temática ideológica, como a dominação social.

Analisar o Modo Narrativo pressupõe partir da figurativização narrativa para a busca da tematização. Nesse sentido, é importante destacar que existem textos que são temáticos e falam diretamente da questão da dominação; outros são figurativos, como a literatura e a publicidade, por exemplo, em que as figurativizações se dão por temas (EMEDIATO, 2015). Nesse sentido, questiono também se, no discurso jurídico que compõe o *corpus* desta pesquisa, é possível reconhecer a figurativização narrativa para a busca da tematização que compõe o fundamento da decisão do juiz.

As figuras são entendidas, portanto, como imagens que estão sendo construídas na arquitetura da sentença, durante a descrição, qualificação dos agentes, localização do espaço, situações em que se nota a criação de um cenário que traz o próprio reflexo da figurativização.

Assim, esse jogo de figuras pode estar na descrição dos símbolos, das metáforas e dos personagens evocados para justificar a decisão, os modos como eles agem figurativizam aquilo que, no campo temático, representaria a luta entre o justo e o injusto. Essa tematização ocorre por meio da justaposição de dizeres filosóficos, literários e religiosos, evocados pelo locutor, durante a construção do processo temático que norteia sua decisão e que, ao mesmo tempo, constrói uma sucessão de imagens que sustentam o relato constitucional pela voz do ministro-relator.

3 | ANÁLISE DO CORPUS: A BRUTA FLOR DO QUERER QUE TRANSCENDE O POSITIVISMO JURÍDICO

O discurso jurídico, em regra, revela os sistemas de poder em que imperam os pontos de vista do dominador ou da cultura dominante. No entanto, na decisão constitucional proferida pelo ministro relator Ayres Britto, em 2011, a respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 em conjunto com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, em que se discutia a equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo ao entendimento de entidade familiar, nota-se uma ruptura dos sistemas jurídicos hegemônicos que, em sua maioria, buscam suas justificativas na força imperativa da lei ou nas interpretações positivistas que compõem a hermenêutica jurídica.

Essa ruptura se dá quando o locutor, corporificado pela voz do relator Ayres Britto, evoca terceiros discursivos, ou seja, diferentes enunciadores para ressignificar o conceito de entidade familiar, a partir da escuta de outras vozes que compõem o imaginário sociodiscursivo representado pelos dizeres da literatura, música, doutrina espírita, entre outras formas de expressão que revelam as vozes “desse outro”,

personificado como dominado, e representado, na cena enunciativa, pelas pessoas homossexuais que pleiteiam a união estável entre casais do mesmo sexo.

Tomando como referência alguns fragmentos da decisão jurisdicional que compõe o *corpus* desta pesquisa, proponho analisar como se organiza discursivamente o voto do ministro relator Ayres Britto. Primeiramente, cumpre destacar que há um contingente grupo de enunciados nominais que evidenciam a organização enunciativa por meio da modalização objetiva, que, por sua vez, pode ser identificada como ôntica, deôntica ou epistêmica. Entre referidos enunciados, destacam-se: “interpretação conforme a Constituição”, “descarte de qualquer intelecção desfavorecedora”, “perpetração da denunciada discriminação odiosa”, “pretendida equiparação de direitos subjetivos”, “técnica especial de controle de constitucionalidade”, entre outros.

Os sintagmas nominais abrem uma série de pressupostos ônticos como, por exemplo, sinalizam que se admite, pelo locutor, a existência de técnicas para controlar a constitucionalidade das normas, porém a escolhida por ele é uma “técnica especial”. Assim, esse locutor, personificado pela figura do ministro relator, dá como admitido mesmo aquilo que poderia ser objeto de controvérsia, já que enuncia outro pressuposto proveniente do enunciado que descarta “qualquer intelecção desfavorecedora” sobre o assunto a ser examinado.

Logo, o emprego dos sintagmas definidos sobre a escolha da técnica hermenêutica a ser utilizada na decisão coloca, em evidência, que não está em discussão outra possibilidade de técnica interpretativa além daquela selecionada pelo relator, qual seja, “interpretação conforme a Constituição”.

Importante comentar que essa nominalização ôntica é evocada pelo ministro desde o primeiro instante em que enuncia seu voto, estratégia de captação para a escuta e conseqüente apreciação dos seus argumentos jurídicos pelos seus interlocutores, ministros membros da Suprema Corte que se encontram no plano externo da enunciação.

Portanto, nessa perspectiva externa, nota-se uma cenografia de que ele, o relator-locutor, irá proferir um voto e os demais juízes (ministros) poderão acompanhá-lo ou não em sua fundamentação, já que se trata de uma *mise en scène* própria do Poder Judiciário quando constituído por uma instância colegiada, marca da estrutura de poder que caracteriza a instância do Supremo Tribunal Federal e que apresenta uma configuração de dizeres decisórios pautados em “seres discursivos” e em diferentes entes que enunciam.

Alain Rabatel (2013), a respeito da “variabilidade da saturação semântica dos enunciadores”, comenta que os teóricos da teoria escandinava da Polifonia Linguística (ScaPoLine) apresentam a proposta de “substituir o enunciador pela instância dos ‘seres discursivos’ correspondente a uma preocupação de destacar a importância da encarnação semântica de tal ou tal enunciador” (RABATEL, 2013, p. 38). Assim, nas recentes versões de ScaPoLine,

os pontos de vista (pdv) são entidades semânticas portadoras de uma fonte que é dita “ter o pdv”. As fontes são entidades abstratas chamadas de enunciadores. Os seres discursivos (ê-d) são entidades semânticas suscetíveis de saturar os enunciadores; eles são responsáveis pelos pdv expressos (Nolke & Olsen, 2000, p. 50). Os seres discursivos (ê-d), que só existem em relação aos pdv, podem ser locutores virtuais (e.g. os personagens susceptíveis de tomar a palavra) ou não locutores, como os estereótipos, os discursos da lei, da opinião pública (Nolke & Olsen, 2000, p. 53). Enfim, o Locutor constrói os ê-d como imagens dos participantes do discurso e os relaciona (por laços) aos diversos pdv que ele apresenta em seu enunciado (RABATEL, 2013, p. 38).

Ao evocar o discurso da lei, o locutor Ayres Britto constrói os “seres discursivos” como imagens daqueles que participam do discurso, ainda que seja uma participação na condição de hiperenunciadores, e os relaciona pela via dos “laços” aos diversos PDV que ele, como gestor do dialogismo, apresenta em seus enunciados. Assim, são criados “laços enunciativos” que relacionam os seres discursivos aos pontos de vista, criando subdivisões discursivas que revelam “laços de responsabilidade e de não responsabilidade” que, por sua vez, ensejam uma coreografia (“*chaises musicales*”), conforme Charaudeau (2004), que desvela uma alternância de posições, em que, em um primeiro momento, o locutor declara assumir um ponto de vista, e, em outro, ele relata um PDV que declaradamente não é o seu (NOLKE, 2002).

Charaudeau (2004), ao se referir a um suposto “terceiro” convocado dentro do espaço discursivo da enunciação, menciona que neste plano interno do discurso se encontram os entes protagonistas, ou seja, enunciador, destinatário e terceiro. Portanto, é possível reconhecer, no discurso do ministro Ayres Britto, a presença dessas outras vozes (“*tiers*”) em jogos de representação e de alternância de pontos de vista, seja pela maneira em que é evocado este “outro-terceiro” (“*autre-tiers*”) para um jogo de citações, seja pela maneira em que se desenvolve na performance da “dança das cadeiras” (“*chaises musicales*”), situação na qual o sujeito falante joga com os diferentes protagonistas, “substituindo-os uns aos outros” (“*les substituant les uns aux autres*”).

Essa performatividade que se dá no plano enunciativo do discurso em análise torna-se clara quando o locutor busca a definição de sintagmas como “satisfação de desejos”, “liberdade da inclinação sexual”, “troca de afetos” e “entidade familiar”, por meio da convocação de outras vozes. Esses terceiros discursivos que se alternam trazendo a expressão dos *imaginários sociodiscursivos* espelhados na literatura, filosofia, música e na doutrina espírita encarnam os dizeres de Fernando Pessoa, Platão, Max Scheler, Caetano Veloso, Chico Xavier e outros expoentes para justificar o fundamento dado na decisão de Britto de que a lei é insuficiente para definir temas que envolvem a sexualidade e as redes dos desejos.

Assim, o locutor cria múltiplos enunciadores ao evocar, por exemplo, versos de Fernando Pessoa, “O universo não é uma idéia minha. /A idéia que eu tenho do universo é que é uma idéia minha”, citação empregada para ressignificar o substantivo

“preconceito” que, segundo o jurista, “foi grafado pela nossa Constituição com o sentido prosaico ou dicionarizado que ele porta; ou seja, **preconceito é um conceito prévio**” (BRASIL, 2011, negrito do autor). Para argumentar sobre a liberdade das uniões e as sendas dos desejos humanos, o locutor convoca os filósofos Platão e Max Scheler e afirma que

não compreender isso [essa liberdade das uniões] talvez comprometa por modo irremediável a própria capacidade de interpretar os institutos jurídicos há pouco invocados, pois – é Platão quem o diz –, “**quem não começa pelo amor nunca saberá o que é filosofia**”. É a categoria do afeto como pré-condição do pensamento, o que levou Max Scheler a também a julgar que “**O ser humano, antes de um ser pensante ou volitivo, é um ser amante**” (BRASIL, 2011, negritos do autor).

Na música “O Quereres” de Caetano Veloso, o locutor cria outro enunciador para enfatizar seu ponto de vista de que nada é mais íntimo do que a sexualidade da pessoa humana, marca do desejo que não pode ser controlado pela “brutal intromissão do Estado”. Assim, enuncia que, nesta matéria, nos ocupamos do “direito subjetivo a uma troca de afetos e satisfação de desejos tão *in natura* que o poeta cantor Caetano Veloso bem traduziu na metafórica locução “bruta flor do querer” (BRASIL, 2011). Essa marca do desejo reconhecida em sua essência pelo jurista traz também o seu tom peculiar à decisão, que parece convocar figurativizações que também ilustram o viés de narratividade do seu discurso, por meio de metáforas, símbolos e outros arranjos languageiros.

Nos dizeres de Chico Xavier, o locutor busca amparo em outro enunciador para conceituar o núcleo doméstico que compreende a abertura do seu entendimento sobre “entidade familiar”, assim, enuncia que:

A gente pode morar numa casa mais ou menos, / Numa rua mais ou menos, / Numa cidade mais ou menos / E até ter um governo mais ou menos, [...] O que a gente não pode mesmo, / Nunca, de jeito nenhum, / É amar mais ou menos, / É sonhar mais ou menos, / É ser amigo mais ou menos, [...] Senão a gente corre o risco de se tornar uma pessoa mais ou menos (XAVIER, *apud* BRITTO, BRASIL, 2011).

A “dança das cadeiras” prossegue quando o locutor diz que aplicará a técnica da “interpretação conforme” a Constituição Federal para “viabilizar o descarte de qualquer inteligência desfavorecedora da convivência estável de servidores homoafetivos”, ou seja, Ayres Britto (L) assume a responsabilidade da escolha da interpretação hermeneútica adotada para a solução da controvérsia e coloca em situação de protagonismo o hiperenunciador representado pela força da Carta Política de 1988, ser discursivo norteador dessa decisão.

Como contraponto, o locutor também relata a existência de outro ponto de vista que definitivamente não é o seu, mas sobre o qual ele pretende decidir, ou seja, é declarada a posição de que os incisos II e V do art. 19, mais o art. 33, todos do Decreto-

Lei nº 220/1975 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro), se não interpretados “conforme a Constituição”, “se prestam para a perpetração da denunciada discriminação odiosa” (BRASIL, 2011).

No entanto, se interpretados com a “técnica especial” em conformidade com a Carta Política de 1988, referidos dispositivos extraídos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro também se prestam à “pretendida equiparação de direitos subjetivos”, já que, segundo o relator-locutor, existe um jogo de “plurissignificatividade ou polissemia” tanto no texto da lei evocada quanto nos preceitos constitucionais extraídos da Carta Magna que sustentam a decisão (BRASIL, 2011).

Nessa gestão polifônica de se convocar o discurso da lei, em sua posição infraconstitucional, e de se enfatizar a força hierárquica da Constituição Federal de 1988, como norteadora da decisão que favorece a união estável entre casais do mesmo sexo, nota-se também a modalização objetiva deôntica que se revela no DEVER SER ou naquilo que “a lei manda fazer”, configurando uma situação de obrigatoriedade que se extrai do preceito constitucional de que “todos são iguais perante a lei” (art. 5º, *caput*, da CRFB/88). Portanto, o locutor assume a posição ou a “responsabilidade” em declarar seu ponto de vista de que

a liberdade para dispor da própria sexualidade insere-se no rol dos direitos fundamentais do indivíduo, expressão que é de autonomia de vontade, direta emanção do princípio da dignidade da pessoa humana e até mesmo “cláusula pétrea”, nos termos do inciso IV do §4º do art. 60 da CF (cláusula que abrange “os direitos e garantias individuais” de berço diretamente constitucional) (BRASIL, 2011).

Como ministro do STF e relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, Ayres Britto reconhece que existe uma obrigação a ser seguida pela Corte Suprema, e que esta é protegida como “cláusula pétrea”, outro sintagma nominativo que abre, aqui, o pressuposto de absoluta obediência ao preceito constitucional que rege os direitos e as garantias fundamentais, revelando que a Constituição da República é um hiperenunciador jurídico de primeira grandeza, pois traz em seu corpo normativo uma série de proposições universais que regem a obrigatoriedade do cumprimento da norma jurídica.

Nos campos da modalização objetiva epistêmica e também da modalização subjetiva, nota-se frequente presença da marcação em primeira pessoa do discurso, nas situações enunciativas em que o locutor declara: “Começo este voto”, “pois entendo que os dispositivos em foco”, “Devo reconhecer, porém, estamos a lidar com um tipo de dissenso judicial”, “que bem me anima a cunhar, por conta própria, o antônimo da *heteroafetividade*”, “passo ao enfoque propriamente constitucional do mérito das ações” e, por fim, “penso que este STF fará o que lhe compete: manter a Constituição na posse do seu fundamental atributo da coerência” (BRASIL, 2011).

Na análise dessas situações, entendo que o “eu” que se destaca pode ser classificado como elemento subjetivo ou epistêmico, uma vez que a modalização objetiva epistêmica “é a forma mais subjetiva da modalização objetiva” (EMEDIATO, 2015). Quando o locutor-relator declara: “entendo”, “devo reconhecer”, “passo ao enfoque”, “penso que este STF”, estamos diante de construções discursivas que pertencem ao campo epistêmico, pois trazem um julgamento que o enunciador faz sobre o valor de verdade do conteúdo aplicado ao estado de coisas.

Esse valor de verdade indica alternâncias entre certeza, dúvida ou possibilidade. No caso analisado, nota-se a configuração da certeza de que “este STF fará o que lhe compete: manter a Constituição na posse do seu fundamental atributo da coerência” (BRASIL, 2011), certeza esta que também se corporifica, no plano externo, por meio do estatuto que ocupa um membro da mais alta corte constitucional em sua posição de relator de uma ação de controle abstrato de constitucionalidade.

A subjetividade que há no epistêmico diz respeito à existência de um enunciador, em 1ª pessoa, que descreve o seu grau de crença que também pode ser de dúvida ou de certeza. Na casuística analisada, a crença se configura na certeza de que foi realizada uma “elucidativa menção à terminologia em debate”, ou seja, foi admitido que o termo “homoafetividade”, utilizado para identificar o vínculo de afeto e solidariedade entre os pares ou parceiros do mesmo sexo, não constava dos dicionários da língua portuguesa, mas que ele, relator da ação, “por conta própria” (subjetivema), e também amparado na doutrina jurídica de Maria Berenice Dias, outro enunciador convocado, estabelece que existe um antônimo da *heteroafetividade*, e que este deve ser reconhecido como valor de verdade (plano epistêmico) para que se construa cientificamente o enfoque propriamente constitucional do mérito das ações.

Também a enunciação que diz trazer o uso de uma “técnica de interpretação conforme a Constituição” configura-se como modalização objetiva epistêmica, pois o relator entende ser esta a verdade que melhor interpreta o dispositivo de lei em análise. Em outras palavras, o modo como vai julgar parece indicar que não é algo subjetivo, mas, sim, algo em conformidade com a Carta Política de 1988 e, por isso, viés epistêmico, há uma busca da verdade do julgamento do mérito que foi construída por meio de uma técnica especial em conformidade com a Lei Maior.

Para além da subjetividade que se encontra na perspectiva epistêmica, penso que no *corpus* em análise também há outra categoria de subjetividade que se encontra no plano axiológico. Os elementos subjetivos estão presentes em formações discursivas ideológicas como “perpetração odiosa da discriminação”, “nada incomoda mais as pessoas do que a preferência sexual alheia”, entre outras. A modalização subjetiva ou axiológica revela um julgamento moral, intelectual, ideológico que pode até mesmo resvalar no campo afetivo, diferente do discurso de certeza. Trata-se de um julgamento apreciativo ou doxal, por isso, configura-se como subjetivo.

Também há subjetivemas presentes no discurso do ministro Ayres Britto, a partir do momento em que são empregadas diversas classes de palavras, verbos, adjetivos,

advérbios, entre outras que comprovam a sua tese de que a lei permite um julgamento plural, isso mostra que o relator-locutor não está vinculado ao direito positivo. Nesse sentido, destacam-se os seguintes termos: “intelecção desfavorecedora”, “denunciada discriminação odiosa”, “plurissignificatividade ou polissemia”, “liberdade da inclinação sexual”, entre outros.

Assim, quando o locutor enuncia, por exemplo, “entendo que os dispositivos em foco tanto se prestam para a perpetração da denunciada discriminação odiosa quanto para a pretendida equiparação de direitos subjetivos”, estamos diante de uma modalização híbrida, que pode ser entendida tanto com a perspectiva epistêmica quanto com o viés axiológico. Isso se explica, pois, no campo epistêmico, a análise do verbo “entender” (“entendo”) revela que, por meio do dispositivo de lei analisado, pode haver equiparação de direitos subjetivos se houver o emprego de uma técnica de interpretação especial em conformidade com a Constituição Federal de 1988; por outro lado, há uma carga valorativa axiológica quando o “entendo” enuncia que referido dispositivo também pode servir para a “perpetração da denunciada discriminação odiosa”.

4 | CONCLUSÃO

Ao analisar a hierarquização dos pontos de vista e sua gestão pelo locutor-relator, Ministro Ayres Britto, em sua decisão jurídica favorável à união estável entre casais do mesmo sexo, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, podemos afirmar que existe uma encenação enunciativa que coloca esse locutor, organizador do discurso, como uma figura “fantasmagórica” que se desloca por todas as partes, ora como ser discursivo, que recruta vozes de diferentes enunciadores e hiperenunciadores; ora como ente autônomo, que se coloca discursivamente, em situação de *mise en scène*, por sua própria conta e risco. Desse modo, nota-se que essa relação do locutor com os seus múltiplos enunciadores e seres discursivos que se alternam, na performatividade do jogo de *chaises musicales* (CHARAUDEAU, 2004), parece mesmo ser “frouxa” se considerarmos os mecanismos de *prise en charge* (RABATEL, 2009).

O ato performativo da gestão do dialogismo que ocorre no *corpus* analisado traz como consequência, a meu ver, a ideia de falas pela via de “simulacros”.

Sem dúvida, essa coreografia dos enunciadores, entes “portadores de conteúdos proposicionais”, revela uma “supervalorização do locutor, considerado como um grande diretor que controla tudo” (RABATEL, 2013, p. 40-41). Para além da instância enunciativa que alimenta as representações do ministro em seus atos de linguagem e nos modos de organização do discurso que se propagam pela “máscara da polifonia”, nota-se, também no plano externo, a instauração do poder absoluto que confere ao ministro Ayres Britto a legitimidade para proferir discursos e conduzir o seu ato decisório com dizeres encenados pelos desdobramentos do múltiplo ou representados pelas vozes do outro, em uma composição metafórica que traz ecos de *imaginários*

sociodiscursivos que justificam a decisão proferida em sua fundamentação.

A simbiose do locutor e seus múltiplos seres discursivos marcam o sincretismo que deu origem ao epíteto de Ayres Britto, o “chico Buarque do STF”. Foi com essa estratégia de captação de interlocutores que Britto decidiu, juridicamente, que a sexualidade é “a bruta flor do querer”.

REFERÊNCIAS

Adam, JM. 2011. **A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2. Ed. São Paulo: Cortes.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional nº 91 de 2016. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132**. Recebimento, na parte remanescente, como Ação Direta de Inconstitucionalidade. União Homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Convergência de objetos entre ações de natureza abstrata. Julgamento Conjunto. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF**. Procuradoria Geral da República. Relator: Ministro Ayres Britto. Distrito Federal. Jurisprudência de 05 de maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 10/05/2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54**. Ajuizada na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) para declarar a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, todos do Código Penal. Relator: Ministro Marco Aurélio. Distrito Federal. Voto do Ministro Ayres Britto em 12 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/noticias/imprensa/VotoBrittoADPF54.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso – Modos de organização**. São Paulo, Contexto: 2008.

_____. «Tiers où es-tu ?». In : **La voix cachée du Tiers. Des non-dits du discours**, L'Harmattan, Paris, 2004, consulté le 28 janvier 2016 sur le site de *Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications*. Disponível em : <<http://www.patrick-charaudeau.com/Tiers-ou-es-tu,91.html>>. Acesso em : 10 abr. 2016.

_____. **Grammaire du sens et de l' expression**. Paris, Hachette, 1992.

DUCROT, Oswald. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

_____. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

EMEDIATO, Wander. **Fundamentos de Linguística do Texto e do Discurso II: Teorias do Discurso**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN), Belo Horizonte: FALE/UFMG. Notas de aula, 2015.

MACHADO, Ida Lucia. Fundamentos que organizam uma análise do discurso: o ato de linguagem e o sujeito da comunicação. In: MARCHIORI, M. (org) **Linguagem e discurso**. São Paulo: Difusão Editora, 2014, v. 7, p. 75-93.

RABATEL, Alain. O Papel do Enunciador na Construção Interacional dos Pontos de Vista. In: **A Construção da Opinião na Mídia** – Wander Emediato (org., trad.). Belo Horizonte: FALE/UFMG. Núcleo de Análise do Discurso, 2013, pp.: 19- 66.

_____. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... In: **Revue Langue Française**, n. 162, ICAR, Université Lyon 2, CNRS, pp. 71-87, 2009. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-2-page-71.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE

Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) -
Campus Ouro Preto - CODALIP
Ouro Preto - Minas Gerais

**CONTOURS OF A LIFE FROM OF AN
INAUGURAL SPEECH**

RESUMO: Este trabalho propõe analisar o discurso de posse do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, tomado, aqui, como uma narrativa de vida (MACHADO, 2009). Partimos do pressuposto de que o sujeito-narrador, ao discursar, revela aspectos que vão além do aspecto político, dando contornos, especialmente, a sua trajetória existencial. Nesse sentido, interessa-nos analisar parte da história desse sujeito, a partir de seu primeiro discurso de posse, ao assumir a presidência do país, à luz da Análise do Discurso, mais especificamente, da Teoria Semiollingüística, a fim de examinar quais imagens são (des)construídas, tendo-se em vista, especialmente, a noção de papéis sociais, perpassada pelas estratégias de captação e os possíveis efeitos patêmicos mobilizados em um projeto de palavra tão importante como este.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de posse – Teoria Semiollingüística – Estratégias de captação – Efeitos patêmicos.

ABSTRACT: This paper proposes to analyze the presidential inauguration speech of Luís Inácio Lula da Silva in 2003, taken here as a life narrative (MACHADO, 2009). We start from the assumption that the subject-narrator, in discourse, reveals aspects that go beyond the political aspect, giving shape, especially, its existential trajectory. In this sense, we are interested in analyzing part of the history of this subject, from his first inaugural speech, when assuming the presidency of the country, in the light of the Discourse Analysis, more specifically, of the Semiollingüistic Theory, in order to examine which images are in particular, the notion of social roles, permeated by the strategies of capture and the possible pathetic effects mobilized in a project of such an important word.

KEYWORDS: Speech of possession - Semiollingüistic theory - Capture strategies - Pathetic effects.

1 | A NARRATIVA DE VIDA COMO COMPONENTE DISCURSIVO

A associação do explícito e implícito dos diferentes enunciados configura a interdisciplinaridade constitutiva da Análise do

Discurso. Nesse sentido, interessa-nos perceber as estratégias discursivas mobilizadas e seus efeitos de sentido no discurso de posse do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, em busca de averiguar quais mecanismos são utilizados, especialmente, tendo-se em vista à construção de imagens bem como a alusão a sua *narrativa de vida*.

Mas, antes de nos voltarmos para a interdisciplinaridade constitutiva da AD bem como as estratégias discursivas e, conseqüentemente, seus efeitos, é importante entendermos que o principal componente do discurso de posse se faz a partir da alusão feita pelo presidente a sua própria *narrativa de vida*. Mas, afinal, o que caracterizaria esse sintagma e porque ele seria considerado como basilar nessa análise? Para que possamos explicá-lo, faz-se necessário, portanto, caracterizar, brevemente, o contexto de seu surgimento e o campo disciplinar que ele ocupa, especialmente, tendo-se em vista as correntes teórico-metodológicas utilizadas para a análise que irá ocorrer neste trabalho.

Sendo assim, tal sintagma – *narrativa de vida* – surge em função da efervescência ocorrida, ultimamente, em relação ao fato do homem vir tentando buscar caminhos e alternativas para solucionar os seus conflitos e, por vezes, os direcionamentos de suas ações têm encontrado apoio em exemplos de indivíduos bem-sucedidos (LIMA, 2010). Para a pesquisadora, as vidas desses sujeitos são ofertadas como *referenciais exemplares* e isso acontece a partir dos mais variados formatos - livros, programas de televisão, *reality-shows* -, desde que o percurso existencial desses personagens seja destacado ou contado.

Além disso, não podemos afirmar que se trata de uma característica recente, pois alguns historiadores romanos como Tácito e Suetônio, além de tragédias gregas como *Édipo Rei*, de Sófocles, e *Sete contra Tebas*, de Ésquilo, e até mesmo trechos da própria *Bíblia* servem como exemplo para a conduta de muitos homens até hoje, mesmo que, alguns deles, possam não ter existido. Entretanto, merece relevo o fato de que essas narrativas sobre a vida de *outrem* tenham ganhado um destaque muito grande e, cada vez, com mais dinamismo nos últimos tempos.

Nesse contexto, ao perceber esse movimento e interesse pelas trajetórias existenciais, Daniel Bertaux (2003), um importante sociólogo francês, pertencente ao *Groupe d'Étude de l'Approche Biographique em Sociologie* (Geabs), consegue promover e atrair uma corrente da sociologia francesa para o estudo desse tipo de escrita, a partir dos *relatos de vida*, com a publicação estabelecida por um antropólogo, Oscar Lewis, sobre uma família de subproletários do México com a qual conviveu e gravou milhares de horas em fitas.

Essa nova abordagem implementada pelos sociólogos, na década de 70, a partir dos *relatos de vida* de indivíduos anônimos, fez com que um gênero anteriormente relegado pelo discurso erudito, pudesse ganhar cada vez mais espaço na sociedade. Para o autor, o mais relevante nesse tipo de (a/re) colhimento desses relatos é a possibilidade de extração das mudanças sociais a partir de discursos plurais, capazes

de serem representativos de uma tipologia textual, além do fato de terem assumido na sociedade e, em especial, no mercado editorial, um destaque muito evidente.

Nesse ínterim, Bertaux (2003) ao fazer referência a essas trajetórias e percursos existenciais, faz uso do termo *récit de vie*, traduzido, por muitos, inclusive sociólogos, como *relatos de vida*. Como já dito, esse gênero (*récit de vie*), o qual foi introduzido na França a partir de uma perspectiva sociológica e etnográfica liderada pelo autor, desde então, recebeu diversas denominações, como “histórias de vida, narrativa de si mesmo, autobiografia”, conforme destaca Machado (2012, p. 201). Porém, a autora, principal referência teórica para este trabalho, propõe uma resignificação para o termo, a partir da adoção de uma perspectiva discursiva, demonstrando sua orientação teórica e metodológica, ao perpassar esse novo tratamento e nomenclatura dada aos *relatos de vida*.

Machado (2012) propõe, então, um novo sintagma – *narrativa de vida* – e ressalta que a resignificação se deu a partir do termo *récit de vie*, utilizado por Bertaux (1976) em suas pesquisas, destacando a profícua metodologia utilizada nas Ciências Sociais. A autora ainda justifica que a (re) atualização do termo se deu, também, em função da inspiração advinda com a leitura do livro *Storytelling*, de Christian Salmon, (2007) o qual trata do formato discursivo empreendido pela narrativa, muitas vezes, visando ao fascínio e o caráter sedutor.

E ao fazermos alusão a esse caráter persuasivo da narrativa, podemos nos valer do que Charaudeau (2008) propôs, nesse mesmo sentido, em relação ao modo de organização narrativo do discurso apresentar a figura do *contador* e este ser dotado de certa intencionalidade, mesmo que não se tenha total consciência das significações levantadas, a fim de se dar um sentido particular ao que conta (CHARAUDEAU, 2008, p. 153).

Isso posto, consideramos que o discurso de posse do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva que, em tese, teria como pressuposto apresentar o seu plano de governo bem como as ações a serem efetivadas durante o exercício de seu mandato, comporta algo a mais: uma *dimensão-argumentativa-pela-narrativa-de-vida* muito evidente, tornando-se, portanto, um componente discursivo a ser analisado.

A partir de agora, interessa-nos, tendo em vista as estratégias de captação desse presidente, em um contexto de discurso de posse, bem como a alusão à *dimensão-argumentativa-pela-narrativa-de-vida*, tecer algumas análises, especialmente, no que diz respeito à construção de variadas imagens com vistas a perceber os possíveis efeitos patêmicos mobilizados em um *projeto de palavra* tão importante como este, o qual teve, como precedente, três eleições frustradas.

2 | UM POUCO SOBRE A CENA POLÍTICA DE OUTRORA

Antes de analisarmos propriamente esse *projeto de palavra* – discurso de posse – faz-se necessário contextualizarmos um pouco sobre Luís Inácio Lula da Silva. Como

já dito, antes de ascender ao cargo de presidente do Brasil, em 2002, Lula, durante a ditadura militar, filiou-se ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, por influência de seu irmão e de amigos próximos. Apesar de nenhuma experiência sindical, muitos o apontavam como uma pessoa que detinha um forte espírito de liderança e de profundo carisma, levando-o a candidatar à diretoria do sindicato dos metalúrgicos da cidade, mas sem deixar de exercer suas atividades como operário.

Mais tarde, com a projeção alcançada na diretoria, Lula ganha proeminência nacional ao reivindicar por meio de uma série de manifestações, a reposição de salários em função da correção dos índices de inflação, algo que, praticamente, havia se extinto com a vigência do AI-5, durante o período ditatorial. Em razão de sua vigorosa atuação, Lula foi preso e teve sua cassação como dirigente sindical, sendo processado com base na Lei da Segurança Nacional.

Em 1980, Lula se juntou a sindicalistas, intelectuais e representantes dos movimentos sociais e católicos para formar o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o primeiro presidente deste. Em 1989, candidata-se à presidência da república e fica em segundo lugar, atrás de Fernando Collor de Melo. Já em 1994, no primeiro turno, perde para Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, em 1998, também não consegue se eleger. Somente em 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil, derrotando o candidato da situação José Serra do PSDB.

3 | UM PROJETO DE PALAVRA EM(CENA)

Após termos exposto um pouco sobre o contexto que faz surgir o discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, ao assumir pela primeira vez o posto de maior autoridade do país, daremos início, então, à análise sobre esse *projeto de palavra* que, tradicionalmente, carrega o imaginário social de ser fruto de um laborioso trabalho de elaboração.

Para além do imaginário, um *discurso de posse*, a nosso ver, tem em comum o diálogo entre *aquela-que-o-enuncia* e as outras vozes que perpassam *aquilo-que-se-enuncia*, caracterizando esse *projeto de palavra* como um discurso marcado pela interdiscursividade e o dialogismo bakhtinianos, sobretudo, se esse for perpassado, por algum resquício que faça menção à trajetória de vida desse indivíduo.

E é tomando como basilar o dialogismo característico desse discurso, principalmente, fazendo menção ao contexto de um homem – representante da classe trabalhadora - que, após, 13 anos, chega ao poder, é que nos debruçamos, agora, a fim de entender quais imagens são desveladas por meio de sua manifestação discursiva e os possíveis efeitos patêmicos a partir desse jogo de (des)construção imagética a fim de (des) arquitetar ou corroborar imaginários sociodiscursivos.

Lula inicia seu discurso afirmando que o axiológico “mudança” marca os novos rumos do país, mas é associada à “esperança”, como se o presidente encarnasse,

de fato, o agente desencadeador de tal expectativa. Nesse ponto, podemos nos valer da teoria dos sujeitos da linguagem de Charaudeau (2008), em que o EUc (locutor real - ser social Luís Inácio Lula da Silva), perpassado pelo papel social de Presidente da República (EUe), ao enunciar, visa produzir o *efeito de adesão*, principalmente se considerarmos que a “mudança/esperança” acontece a partir do poder conferido a Lula, a partir de seu mandato, configurando-se, assim, como um *líder-revolucionário*, como se pode ver no trecho que se segue:

Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos (LULA, 2003, p. 1 – grifos nossos).

Mais adiante, a estratégia discursiva utilizada pelo presidente é a *negação* de um modelo que o EUe não toma como válida, ratificando a sua posição a partir de uma afirmação categórica: “a sociedade brasileira escolheu mudar, fazendo a mudança necessária” (LULA, 2003, p.1). Além disso, é como se construísse uma *fusão identitária* numa espécie de dramatização, como se aquele que fala se fundisse à nação em um mesmo grau de cidadania (CHARAUDEAU, 2008, p.58), evidenciando contornos de um *líder-progressista*.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (LULA, 2003, p. 1).

Em seguida, Lula se vale, novamente, da estratégia discursiva de *negação*, porém, destaca o axiológico *mudança* como fundamental à construção do enunciado, justificando que essas transformações ocorrerão a partir do momento em que o EUe, Presidente da República, der início a esse processo, criando a imagem de um *líder-magnânimo*, como se nenhum outro tivesse existido. Vejam:

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: *para mudar*. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui (...) para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, *para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional* e, ao mesmo tempo, *capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. Vamos mudar, sim* (LULA, 2003, p. 1- grifos nossos).

Posteriormente, evidencia-se, mais uma vez, a *imagem de líder-progressista*, colocando o EUE como agente dessas mudanças, criando, assim, um *efeito patêmico-persuasivo*, principalmente, pelo uso da primeira pessoa, em que todos que o assistem e convalidam os enunciados por ele proferidos, são convidados a governarem juntos, pois, a todo o momento, ele diz: (NÃO) PODEMOS!

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. *Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico*. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança (LULA, 2003, p. 2- grifos nossos).

Logo após, dá-se contorno a uma *imagem de líder-sensato*, aquele que se coloca como o mediador dos problemas sociais, porém, o faz com movimentos precisos, posicionando-se, mais uma vez, como aquele que se predispõe a planejar, mesmo que, para isso, tenha que romper com as expectativas de um povo ansioso por *mudanças*, tão marcadas ao longo de seu discurso.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que *pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores*(LULA, L., 2003, p.3 – grifos nossos).

Lula também dá contorno a uma *imagem de líder-combativo*, pois é ele que se coloca como agente de *mudanças*, porém, o EUE não age só, convocando a sociedade brasileira a agir. Notem, também, que ele utiliza o axiológico *povo*, tão utilizado em suas campanhas, principalmente por se legitimar como o governante do *povo brasileiro*, funcionando como uma estratégia persuasiva que busca a adesão de uma coletividade.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; *e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome* (LULA, L., 2003, p. 3 – grifos nossos).

E, ao conduzir para o fechamento de seu discurso, identificamos o que nós consideramos ser um componente discursivo que adquire uma *dimensão-argumentativa-pela-narrativa-de-vida*: o aparecimento de fragmentos de uma minibiografia em conversas diárias e/ou outros gêneros que, convencionalmente, não pertenceriam ao gênero genealógico propriamente dito (MACHADO, 2016, p.72). Machado (2016), entretanto, convencionou chamar essa presença de *efeito de narrativa de vida* que, segundo a autora, ganha uma conotação mais adequada quando fazemos referência a esse costume dos sujeitos-enunciadores inserirem fragmentos de sua trajetória

existencial. Seja adotando um termo ou outro, o que realmente nos interessa é o fato de que eles têm intuito muito parecidos: a persuasão pelo apelo emocional que cada *narrativa de vida* comporta, especialmente como Lula a mobiliza em seu *projeto de palavra*:

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. *Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais* (LULA, L., 2003, p. 13 – grifos nossos).

Percebemos, portanto, a partir do trecho em destaque que Lula conseguiu atribuir uma evidente *dimensão-argumentativa-por-meio-de-sua--narrativa-de-vida* ao inserir uma minibiografia de sua história, ajudando a delinear a imagem de *líder-predestinado* que, mesmo em meio às inúmeras dificuldades, foi capaz de vencê-las e assumir, como ele mesmo destacou, “o posto de Supremo Mandatário da Nação” (LULA, 2003, p. 13).

Um outro efeito possível seria o daquele que tem conhecimento de causa e, assim, poderia governar a favor dos menos favorecidos socialmente, mas o faz se valendo, novamente, do pronome de primeira pessoa do plural - *nós* - e do verbo em sua forma conjugada - *podemos* – também na mesma pessoa. Metaforicamente, *ele* – Lula -, como representante da nação, tem o poder e, juntos, *eles* - o povo -, fundido nessa identidade e trajetória coletiva manifesta por meio de uma *narrativa de vida* bastante semelhante também PODEM.

Vimos, assim, a partir da análise empreendida, que narrar a própria vida, algo tão inato à essência humana, tem ganhado cada vez mais destaque na contemporaneidade, principalmente, em discursos que, usualmente, não comportariam essa característica, mas, que, atualmente, são utilizados como uma estratégia de captação - de um auditório - muito cara, principalmente, aos políticos. Além dos políticos valerem mão dessa estratégia de captação narrativa-persuasiva, adquire-se uma outra dimensão: um efeito patêmico de comoção, seja pela discrepância dessas *narrativas de vida* ou até mesmo pelo efeito de identificação ou, até mesmo, de construção de uma identidade nacional, frente a uma coletividade.

4 | ALGUMAS BREVES PALAVRAS PARA CONCLUIR...

Diante do exposto, várias imagens foram desveladas a partir dessa pequena análise e, para melhor compreendermos, criamos, a seguir, uma tabela que as mostra de forma resumida e nos possibilita entender melhor como elas reforçam esse caráter patêmico, principalmente, no contexto de um discurso de posse de um candidato que se elege, tendo o povo como principal aliado e, ao mesmo tempo, se apresenta como

pertencente a esse mesmo grupo.

Discurso de posse – Luís Inácio Lula da Silva (2003)
IMAGENS DESVELADAS
líder-revolucionário
líder-progressista
líder magnânimo
líder-sensato
líder-combativo
líder-predestinado

Tabela 1. As várias imagens desveladas no discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003

Como vimos a partir da análise e da tabela construída para expor algumas imagens evidenciadas, o sujeito-enunciador dá contorno à figura de um *líder*. Porém, toda situação é perpassada pelo axiológico *mudança*, havendo a subdivisão dessa imagem de liderança, seja a de um *líder-revolucionário*; *progressista*; *magnânimo*; *sensato*; *combativo* e *predestinado*.

Além disso, Lula, ao discursar, retoma o seu passado, principalmente aquele ligado às dificuldades e, sobretudo, à pobreza, fazendo com que seu discurso assumira uma *dimensão-argumentativa-pela-narrativa-de-vida* ainda mais relevante, especialmente por considerarmos que atribuir *efeitos de narrativa de vida* a um texto, imprime um outro maior: o de *identificação*.

Ao mesmo tempo, construir um discurso perpassado por fragmentos de uma trajetória existencial funciona como uma estratégia *narrativa-persuasiva* bastante interessante, principalmente quando se fala às massas, como Lula o fez, notadamente ao aludir, em diversos trechos, ao axiológico *povo* e os chamava a agir, a partir da reiteração da expressão *nós podemos*.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, D. **Les récits de vie**. Paris: Nathan, 2003.

LIMA, Tereza Gomes de Almeida. O pacto autobiográfico e os álbuns fotográficos. In: I CIELLI – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS/ 4º COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2010, Maringá, 2010. **Anais do I CIELLI**– Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários/ 4º Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários.

Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá, 2010.

LULA, L. I. S. **Discurso de posse**. In: Biblioteca da Presidência da República, 2003.

MACHADO, I. L. Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade e na adversidade. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (Org.) **Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. pp. 103-118.

MACHADO, I. L. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas**. Uberlândia: EDUFU, 2012. pp. 203-230.

SALMON, Christian. **Storytelling: la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits**. Paris: La Découverte, 2007.

MACHADO, Ida Lucia. **Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS

Olga Valeska Soares Coelho

CEFET-MG, Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Linguagens
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O Núcleo de Pesquisa e Experimentação em Poéticas do Corpo e do Movimento-COMTE/CEFET-MG reúne pesquisadores de diversas áreas do conhecimento no intuito de desenvolver estudos interdisciplinares sobre as linguagens poéticas envolvendo corpo, movimento e voz, em suas interfaces tecnológicas. Dessas pesquisas derivaram várias oficinas e disciplinas atingindo um público bastante diversificado como graduandos em Letras, estudantes do Ensino Médio, do Mestrado e do Doutorado do CEFET-MG. O presente trabalho tem como objetivo elaborar uma reflexão sobre algumas dessas experiências docentes, focalizando especificamente a apreensão corporal da linguagem poética de diversos objetos artísticos como a arte visual a música e a literatura. Para tanto, utilizaremos, como fundamentação teórica, o Sistema Laban de Movimento, a Semiótica de Peirce e a Teoria Corpomídia.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Poesia; Estudos de linguagem; Semiótica

**THE BODY IN A STATE OF POETRY: THE
CORPORAL APPREHENSION OF THE
POETIC LANGUAGES**

ABSTRACT: The Center for Research and Experimentation in Poetics of the Body and the Movement [Núcleo de Pesquisa e Experimentação em Poéticas do Corpo e do Movimento-COMTE/CEFET-MG] brings together researchers from different fields of knowledge and develop interdisciplinary studies on the poetic languages that involve body, movement and voice in their technological interfaces. Extracted from these researches, several workshops and courses have reached a very diverse audience such as undergraduate students in Letters, High School students, and researchers from Masters and PhD programs at CEFET-MG. This paper aims to elaborate a reflection on some of these teaching experiences, focusing specifically on the corporal apprehension of the poetic language of various artistic objects such as visual art, music and literature. For that, we will use, as theoretical basis, the Laban System of Movement, Peirce's Semiotics and Bodymedia Theory.

KEYWORDS: Dance; Poetry; Language studies; Semiotics.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma análise da

performance “Tributo a *Blanco* de Octavio” realizada no dia 17 de setembro de 2016 no Centro de Referência da Juventude de BH como parte da programação do “Sarau da Conferência Municipal Literatura, Leitura, Livros e Bibliotecas” da Prefeitura de Belo Horizonte. Essa performance é uma tradução semiótica do poema de Paz para a linguagem da dança. Trata-se de uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa e Experimentação em Poéticas do Corpo e do Movimento-COMTE/CEFET-MG que integra pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como Música, Dança, Literatura e Artes Plásticas. Além de pesquisas acadêmicas, muitos membros do COMTE desenvolvem oficinas e cursos de extensão. São oferecidas, regularmente, também disciplinas como “Semiótica e Artes Visuais” e “Poéticas do Corpo” no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens-CEFET-MG, contando com a participação de discentes de cursos de mestrado e doutorado de várias Instituições de Ensino Superior.

“Tributo a *Blanco* de Octavio Paz” teve uma primeira versão em setembro de 2014, na Academia Mineira de Letras. O evento aconteceu por ocasião da comemoração do centenário de nascimento do poeta mexicano, na “VIII Primavera dos Museus” em Belo Horizonte, com a participação da pesquisadora Dra. Ângela Vieira (palestrante) e das dançarinas Olga Valeska e Siane Araújo. Analiso, aqui, o registro fílmico da segunda versão que, inspirada na primeira, contou somente com a participação de Siane Araújo, assessorada por Renata Crisóstomo e Nora Vaz de Melo.

Como o título desse trabalho artístico já indica, trata-se de uma tradução semiótica do poema “Blanco”, como forma de homenagear Octavio Paz, poeta mexicano que nasceu no início do século XX e morreu em 1998, com 84 anos. Esse autor começou a publicar com 19 anos e tem uma trajetória de produção intelectual extremamente intensa, com poemas e ensaios sobre literatura, arte e cultura, merecendo o Prêmio Nobel de Literatura em 1990.

2 | DO BRANCO AO BRANCO

“Blanco”, o poema escolhido para ser traduzido na forma de dança, foi publicado em 1967 e trata da cosmogonia da palavra partindo de um silêncio original até um silêncio que dissolve esse universo de signos e impulsiona o seu reinício. Esse poema foi editado na forma de uma mandala que faz girar as palavras do texto em um movimento circular e infinito.

O poema “Blanco”, na verdade, constitui uma sequência de vários poemas que se desdobram em segmentos que compõem temas, temporalidades e espacialidades diversificadas criando pequenos “cosmos”. Segundo o Paz, “Blanco” pode ser lido de várias maneiras: o primeiro percurso de leitura incluiria o poema inteiro e, nessa ordem, o texto penetra toda a complexidade de uma cosmogonia de signos conduzidos pelos silêncios que demarcam presenças de uma sempre “outra voz”, além do mundo inteligível; o segundo percurso segue a coluna central do poema e acompanha a travessia das palavras em sua viagem imóvel e fluida de branco a branco, passando

pelas cores: amarelo, vermelho, verde e azul; o terceiro percurso segue a coluna da esquerda e abre espaço para a configuração dos elementos cosmogônicos do corpo do mundo feito de signos: fogo, água, terra e ar; o quarto percurso de leitura segue a coluna da direita e abre caminho para o surgimento da sensação, percepção, imaginação e entendimento. É a consciência ou autoconsciência de um mundo que deixa entrever o desenho de palavras encarnadas no “agora” da leitura. Palavras que trazem as marcas da experiência vivida por milhares de corpos em sua ressonância mítica e original.

À medida que avança a leitura, a página se desdobra: um espaço que em seu movimento deixa aparecer o texto e que, de certo modo, o produz. Algo assim como a viagem imóvel a que nos convida um rolo de pinturas e emblemas tântricos: se o desenrolamos, se dispõe diante de nossos olhos um ritual, uma espécie de procissão ou peregrinação – para onde? (PAZ, 1994, p.29)

Em seu gesto de manusear o livro, as mãos do leitor desdobram as páginas do poema provocando um movimento estático do espaço em branco que presentifica as palavras do poema. O leitor é, dessa forma, chamado a participar desse cortejo de “agoras” que não se estanca, mas se mantém suspenso no corpo das palavras. Tangido pelas mãos do leitor, o espaço flui e engendra um “cosmos” pautado em um tempo espacializado: um agora contínuo, fluido e repleto de corpos.

Os poetas concretos costumavam dizer que a tradução é uma forma privilegiada de leitura. A performance que analiso elabora uma leitura corporal de um trecho do poema de Octavio Paz recitado na voz do próprio autor, juntamente com Eduardo Lizalde e Guillermo Sheridan. O trecho em questão abarca o poema do início, na página 35, até o verso, “no pienso, veo”, na página 48 do livro “Transblanco”, organizado por Haroldo de Campos, com a ajuda do próprio autor. (CAMPOS; PAZ, 1994, p.35-48).

Como fundamentação teórica para articular nossas reflexões, utilizaremos primeiramente, o conceito de “movimento como pensamento do corpo”, do bailarino e pesquisador Rudolf Laban, lembrando que a nossa proposta de performance seria a de elaborar uma leitura corporal de “Blanco”, um poema verbal, a partir do agenciamento da percepção sinestésica das imagens e sensações trazidas pelas palavras do poema.

O pensar por movimentos poderia ser considerado como um conjunto de impressões de acontecimentos na mente de uma pessoa, conjunto para o qual falta uma nomenclatura adequada. [...]. O desejo que o homem acalanta de orientar-se no labirinto de seus impulsos resulta em ritmos de esforço definidos, tais como os praticados na dança e na mímica. (LABAN, 1978, p.42-43)

Para Laban, existem quatro fatores do movimento: **1-peso**, que se refere aos graus de resistência que o corpo parece enfrentar ao se movimentar, causando sensações específicas no espectador. O peso pode se apresentar a partir de um esforço **firme** ou **suave** expressando força ou leveza; **2-tempo**, que se refere à velocidade e duração do movimento. Ele pode ser gerado por um esforço de natureza **súbita** ou **sustentada**

provocando a sensação de agitação, calma e amplitude; 3-**espaço**, que se refere à direção e à maneira como o movimento se desenvolve, podendo ser gerado por um esforço **direto** ou **ondulante**, causando a sensação de dureza ou flexibilidade; 4-**fluência**, que se refere à maneira como os movimentos se encadeiam. Nesse caso eles podem ser executados de maneira **controlada** ou **livre**, causando a impressão de estabilidade ou fluidez.

Destaca-se que, em vários momentos, o autor associa poesia e dança como tipos de raciocínio diferentes. Além disso, ele também enfatiza a importância de se buscar uma linha de convergência entre esses dois processos de construção de pensamento. “Temos necessidade de um símbolo autêntico da visão interna que efetue contato com o público e ele só é atingido quando se aprendeu a raciocinar em termos de movimento” (p.46).

Não cabe aqui uma discussão que buscasse conceituar o que definiria a linguagem poética do corpo (na dança), e das palavras (na poesia). Para o nosso estudo, lançamos mão apenas de alguns conceitos do pesquisador norte-americano, Charles Sanders Peirce, com o fim de analisarmos os elementos presentes na proposta de tradução poética que resultou na performance “Tributo a ‘Blanco’ de Octavio Paz”. Sob a luz desses conceitos é possível observar que todo fenômeno e, por inclusão, todo texto (verbal ou não-verbal) possui três elementos formais: 1- a **primeiridade** que se refere aos aspectos apreensíveis pela percepção direta dos sentidos. Trata-se de signos que fazem alusão a um objeto a partir de sua “qualidade”: cor, textura, ritmo, etc. 2- a **secundidade** que se refere à presença corporal do objeto apontado no texto. Trata-se de um signo que atua como índice de presença; 3- a **terceiridade** que se refere ao sentido discursivo do texto. Trata-se de um signo que funciona a partir do “logos” da linguagem articulando-se em procedimentos generalizantes e reflexivos: a lei e o símbolo.

É importante destacar que simplificamos, de forma esquemática, as categorias de Peirce e Laban. Esses esquemas servem, aqui, para analisar como essas categorias foram instrumentalizadas no processo de seleção de elementos coreográficos, na tradução semiótica. Em outras palavras, nosso interesse não é o de discutir os conceitos e categorias, mas observar como é possível instrumentalizá-los no processo de traduzir um poema declamado para a linguagem do corpo que dança.

Inicialmente, o poema foi estudado em sua inteireza, em seus três níveis sógnicos. Além disso, analisamos elementos contextuais e filosóficos ligados ao poema de Octavio Paz. Em seguida foi feito um laboratório de corpo buscando aproximar gestos e movimentos aos sentidos que encontramos no poema.

Importa destacar que a dança realizada pela bailarina Siane Araújo foi estruturada na forma de um improviso estruturado. Esse tipo de procedimento desenha um tipo de “partitura” para os movimentos do corpo, além de elaborar escolhas prévias de objetos cênicos e de algumas ações dramáticas.

No trabalho de traduzir para a linguagem da dança, o texto verbal do poema

“Blanco”, buscamos nos aproximar, inicialmente, de seus elementos no nível da “primeiridade”, o mais sensorial, e, em seguida, traduzir corporalmente esses elementos na forma de movimentos, seguindo o esquema de Laban. O trabalho tradutório que realizamos priorizou, em um primeiro momento, aspectos como sons, cores, texturas e gestos. Após isso, foram incluídos elementos que tocariam as camadas da secundidade e terceiridade, organizando coreograficamente os movimentos e o uso de objetos cênicos, figurino, etc.

Como já foi dito, o poema não foi traduzido na íntegra porque escolhemos um material produzido pelo próprio autor, disponível no “youtube” (ver Referências Bibliográficas). O trecho do poema que traduzimos é uma declamação em três vozes, seguindo o primeiro percurso de leitura proposta pelo poeta Octavio Paz, descrito acima. Nessa leitura, o poema é lido de forma global, incluindo todas as colunas do texto, alternando-se as vozes conforme as colunas são desdobradas. Sob o aspecto sonoro, a leitura oral é introduzida pelo som de dois instrumentos de timbres diferentes e altura que oscila entre o extremo agudo e o extremo grave. O figurino acompanha, de forma indicial, essa tensão: uma malha negra sobreposta por uma saia branca traduz, para o visual, essa oscilação sonora. As notas têm duração e ritmos aparentemente aleatórios compondo um espaço sonoro que dialoga, de forma alusiva, com um princípio caótico, anterior ao surgimento de um cosmos organizado.

A primeira nota emitida antes do início da declamação do poema é aguda e sibilante. Nesse momento, a dança também começa: no patamar de uma escada, num movimento de giro acompanhando a duração do som agudo, surge a bailarina que parece atrair a potência original da criação do universo em um giro executado com um esforço súbito e ondulante. Em seguida, ela desce as escadas com movimentos de peso firme, mas de aspecto fluido. Nesse momento, os sons entre agudos e graves parecem dialogar configurando um espaço sonoro que evoca um tempo primordial, ainda sem forma ou sentido: os sons antes dos sons; a palavra antes da palavra; o silêncio antes do silêncio.

A bailarina caminha em direção a um tecido branco que domina a cena estendido no chão. Quando ela toca os pés nesse tecido, o poema começa a ser declamado com uma voz lenta e solene. Vejamos os versos: “el comienzo/el cimento/ la simiente/ latente / la palabra/ inaudible/ impar/ grávida/ nula/ sin edad / la enterrada con los ojos abiertos/ inocente/la palabra/sin nombre/ sin habla” (CAMPOS; PAZ, 1994, p.35). Durante a recitação desse primeiro trecho do poema, a bailarina dança livremente sem utilizar qualquer objeto cênico, executando saltos (súbitos) e movimentos circulares (ondulantes) sinalizando a potência criadora do mundo. Importa observar que a distribuição das palavras no espaço da página em branco, no texto original, é irregular, formando um desenho aleatório e fluido a um só tempo.

A segunda parte da performance coincide com a recitação do seguinte trecho do poema “Blanco”:

[...] sube y baja/Escalera de escapulário./El lenguaje deshabitado./Bajo la piel de la penumbra/Late una lámpara./Superviviente/Entre las confusiones taciturnas./Asciende/En un tallo de cobre/ Resuelto/En un follaje de claridade:/Amparo/De caídas realidades./O dormido/O extinto./ Alto en su vara/(cabeza em uma pica),/Un girassol/Ya luz carbonizada/ Sobre un vaso/ De sombra./ En la palma de una mano/ Ficticia,/Flor/ Ni vista ni pensada:/ Oída,/ Aparece/Amarillo/Cáliz de consonantes y vocales/Incendiadas. (CAMPOS; PAZ, 1994, p.36).

Nesse trecho, a bailarina pega um lenço de seda amarelo e laranja e molha os pés em tintas da mesma cor, marcando o tecido branco com pegadas coloridas, a medida que dança. É o início da luz, o surgimento da flor original: o girassol que anuncia a articulação das primeiras letras “consonantes y vocales incendiadas”.

Surge, então, o fogo representado na terceira parte de “Blanco”, em um poema recitado por duas vozes masculinas. Esse texto, desenhado em duas colunas distintas, uma negra e outra vermelha, é marcado por palavras antitéticas: “fuego”, “sombra”, “alma”, “sensación”. Repentinamente, essa disposição tensa se resolve em uma explosão de energia e calor em um “jardín de llamas”. E, na performance que analisamos, o corpo da bailarina executa movimentos rápidos, com esforço súbito, direto, firme e livre, fazendo alusão à força da crepitação do fogo e a potência inebriante da luz original: “leona en el circo de las llamas” (CAMPOS; PAZ, 1994, p. 38).

Na quarta parte do poema “Blanco” encontramos uma transição entre o fogo e a água, com versos que marcam metáforas como: “Y el hieroglífico (agua y brasa); Entre sableras llameantes; oleaje de sílabas húmedas; Rio de sangre/ Rio de historias/ De sangre,/Rio seco; el cabrilleo/Hasta el agua” (CAMPOS; PAZ, 1994, p. 39-40). Esses versos localizam-se na coluna central do poema e apontam para o quase surgimento da palavra anunciada pelo dizer (e não dizer) da vida e da morte: a criação apenas vislumbrada. Nesse trecho, a performance se desdobra com a bailarina trocando o lenço amarelo e laranja por outro de listas ondulantes de vários tons de azul mezclados de branco. O índice de fogo, que até agora dominava a dança é trocado por outro índice que aponta para o elemento “água” e para uma paisagem húmida. Com movimentos suaves, sustentados, ondulantes e livres, a bailarina tinga os pés com as cores azul e verde, manchando o tecido branco à medida que seu corpo dança utilizando os planos médio e baixo.

Todo o corpo da bailarina tende a movimentos ondulantes e sustentados, fazendo alusão direta à qualidade da água e da lama. No final desse trecho, os pés da bailarina parecem brincar com uma água imaginária que parece empoçada no chão: um manancial do qual surge a potência de um rio pleno de espelhos e imagens de pensamento: “me miro en lo que miro/es mi creación esto que veo/como entrar por mis ojos/la percepción es concepción/en un ojo más límpido/agua de pensamientos/ me mira lo que miro/ soy la creación de lo que veo” (CAMPOS; PAZ, 1994, p 42)

Nesse momento, toda a potência da água é evocada em um poema recitado, novamente em duas vozes masculinas representando duas colunas distintas, com tipos negros e vermelhos. O timbre das vozes e o sentido dos versos apontam para o

esse instante intenso em que o elemento “água” domina o mundo das palavras e do pensamento, anunciando o espaço da imaginação e do sonho. A performance, nesse trecho, abarca todos os planos: alto, médio e baixo, ocupando toda a amplitude desse domínio. Os movimentos são executados de forma fluida, mas intensa, interpretando toda a agitação das águas e dos pensamentos ainda não impressos em palavras conscientemente articuladas.

O próximo trecho traz o domínio da terra para essa cosmogonia: “la tierra es un lenguaje calcinado” (CAMPOS; PAZ, 1994, p. 43). Depois do fogo e da água, a terra evoca o peso da presença dos corpos que se tocam e habitam o mundo material, concreto. E essa relação se revela como desejo, ódio, violência e vitalidade derramada na forma de sementes:

La rabia es mineral/Los colores/ Se obstinan/ Se obstina el horizonte/Tambores
tambores tambores/ [...]Tierra te golpeo/Cielo abierto tierra cerrada/Flauta y tambor
centella y trueno/ Te abro te golpeo/ Te abres tierra/ Tienes la boca llena de agua/
Tu cuerpo chorrea cielo/Tierra revientas/Tus semillas estallan/verdea la palabra (CAMPOS; PAZ, 1994, p.43).

A dança, nesse trecho, assume o plano baixo, com o corpo da bailarina encoberto por um lenço multicolorido. As cores dispostas em grandes formas arredondadas evocam a imagem de plantas e flores, frutos da terra. A bailarina, encoberta pelo lenço-terra, respira com força, de maneira a levantar o tecido. Essa respiração remete aos movimentos telúricos que ameaçam transbordar em erupções e terremotos.

“La rabia es mineral”, diz o poema, e o corpo da bailarina acentua o movimento anunciado pelo sopro inicial e se revolve em uma sequência de movimentos violentos, em direção ao céu. “Tambores tambores tambores” recita a voz de Octavio Paz, e a bailarina inicia uma série de gestos que golpeiam a terra de maneira obstinada e violenta. Todo o corpo da bailarina parece se entregar a essa movimentação intensa e inebriante como em um ritual antigo ou uma dança de fertilidade: “Tremor/Tu panza tiembla/ Tus semillas estallan/ Verdea la palabra”(CAMPOS; PAZ, 1994, p.45)

No trecho que se segue, o poema retorna a uma disposição dialógica entre duas colunas diferentes sendo recitadas novamente por duas vozes masculinas. Nesse momento, a bailarina explora a cor negra, molhando os pés com tinta dessa cor e marcando o tecido branco com seus passos. Seus movimentos alternam um gestual denso, pesado e lento, com outros gestos leves rápidos e flexíveis. Assim, a matéria da terra se revela em suas contradições e em sua complexidade paradoxal: “Desnuda como la mente/Brilla se multiplica se niega/En la reverberación del deseo/Renace se escapa se persigue/girando girando/[...]/En torno de la idea negra/[...]/Inmóvil bajo el sol inmóvil/Pradera quemada/del color de la tierra”(CAMPOS; PAZ, 1994, p.45).

O último trecho do poema “Blanco” traduzido na performance que analiso engendra finalmente a palavra como que surgindo de um redemoinho de vento: “La palabra se assume a remolino/ Azules/ Gira el anillo beodo/ Giran los cinco sentidos/

[...]/Un archipiélago de signos./Aerofania,/Boca de verdades,/Claridade que se anula en una sílaba/ Diáfana como el silencio:/ No pienso, veo” (CAMPOS; PAZ, 1994, p. 46). O surgimento da palavra coincide com a “aerofanía” dos sons articulados no sopro da voz e no formato dos signos que confundem e esclarecem a um só tempo: “No pienso, veo/— No lo que veo,/Los reflejos, los pensamientos veo” (CAMPOS; PAZ, 1994, p.46).

Nesse trecho final, a performance se desdobra em outro desenho: a bailarina calça um sapato negro, descola o tecido branco (que serviu de palco para a dança e, de tela para a pintura) e se retira da cena com o rosto coberto pelo tecido, agora pintado. O rosto coberto parece apontar para esse lugar do entendimento humano que precisa contar com os signos para se realizar, mas, paradoxalmente, é tragado por sua rotação inquietante. Os olhos veem os signos e os confundem com objetos, corpos e vidas. Manchas, pintura, dança e palavras são signos gravados na carne, mas nada dizem. A cegueira e a claridade se integram e completam em um redemoinho de fantasmagorias que se confunde com o silêncio. Na dança, a bailarina se oculta no tecido manchado deixando ao espectador o exercício de ler os rastros/manchas que testemunham a experiência de um corpo em estado de poesia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Siane. **Tributo a Blanco de Octavio Paz.** (20 de setembro de 2016). Youtube. Vídeo disponível em:< <https://youtu.be/6nDH1U6ZYhE> > acesso em 27 de novembro de 2016.

CAMPOS, Haroldo; PAZ, Octavio. **Transblanco.** São Paulo: Siciliano, 1994.

GREINER, Christine. **O Corpo.** Pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento.** São Paulo: Summus Editorial, 1978.

PAZ, Octavio. **Blanco.** Vídeo disponível em:< <https://youtu.be/sx59W3HrNoE>> acesso em 26 de novembro de 2016.

PAZ, Octavio. **Los signos en rotación y otros ensayos.** Madrid: Alianza, 1991b.

PAZ, Octavio. Advertência de Octavio Paz. In: CAMPOS, Haroldo; PAZ, Octavio. **Transblanco.** São Paulo: Siciliano, 1994.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro.** São Paulo: Nova Fronteira, s.d.

PEIRCE, Charles. **Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos.** Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN

Carolina Casarin Paes

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
Campo Mourão – PR

RESUMO: As histórias em quadrinhos (HQs) dialogam com diferentes Artes, e contêm elementos literários que encantam, principalmente, crianças, adolescentes e jovens, valorizando o lúdico e a imagem para dar forma à narrativa. Embora encontrem-se às margens da Literatura, as HQs ganham cada vez mais notoriedade e têm sido utilizadas para apresentar os mais variados temas e histórias. Nesse capítulo, discutem-se os conceitos de corpo, gênero e sexualidade tendo como foco a personagem Desejo, existente na HQ *Sandman* escrita pelo britânico Neil Gaiman. Utiliza-se a revisão bibliográfica de caráter exploratório e a análise do discurso, com ênfase nos conceitos de Butler (2015), Foucault (2015) e Louro (2001; 2000), os quais propõem uma discussão histórica sobre a construção da sexualidade, a necessidade de desvincular o gênero do sexo biológico, e a tentativa de desnaturalizar os desejos. A Desejo de Gaiman é a personificação de discursos e de vivências, e o desejo é necessário à vida humana tal como o sonho e a morte. Considera-se que a personagem analisada é subversiva na medida em que não tem forma, seu corpo é andrógino e

assexuado, e encontra-se no limiar entre aquilo que é incentivado e também reprimido. Desejo tem limites, possibilidades e restrições, mas se define a partir do poder que recebe ao ser ou não naturalizada/o.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Arte. Desejo. Sexualidade.

COMIC BOOKS AND LITERATURE: BODY, GENDER AND SEXUALITY IN THE DESIRE CHARACTER, BY NEIL GAIMAN

ABSTRACT: The Comic books dialogues with different Arts, because contain literary elements that enchant children, adolescents and young people especially, valuing the playful and the image to give form to the narrative. Although they are on the margins of Literature, comics are gaining more and more notoriety, and have been used to present the most varied themes and stories. From this premise, the objective is to discuss the concepts of body, gender and sexuality presented by the British writer Neil Gaiman in the comic *Sandman*, focusing on the character Desire. For method, used the exploratory literature review and discourse analysis, with emphasis on the concepts of Butler (2015), Foucault (2015) and Louro (2001, 2000), which propose a historical discussion about the construction of sexuality, the need to disassociate gender from biological sex,

and the attempt to denature desires. Neil Gaiman's *Desire* is the personification of discourses and experiences and necessary to human life. It is considered that the character analyzed is subversive insofar as it has no form, its body is androgynous and asexual, and is on the threshold between that which is encouraged and also repressed. *Desire* has limits, possibilities, and restrictions, but it is defined by the power it receives if being naturalized or not.

KEYWORDS: Literature. Art. *Desire*. Sexuality.

1 | INTRODUÇÃO

Em uma população de aproximadamente 208,5 milhões de habitantes, o Brasil tem um índice de 4% de analfabetos totais e 23% de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que conseguem decifrar os códigos linguísticos (identificar letras e formar frases) mas não são capazes de interpretar e/ou formar uma opinião crítica sobre ou a partir dos textos lidos. Os dados revelam a ineficiência da educação brasileira, a qual está focada em conteúdos disciplinares específicos e descontextualizados dos interesses e das necessidades dos cidadãos, que pouco auxiliam na vida prática desses sujeitos.

Na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada pela Plataforma Pró-Livro (FAILLA, 2016), observou-se que a maioria das pessoas que lê e se interessa pela leitura está na faixa etária da infância e adolescência, principalmente em decorrência das exigências escolares, mas também porque existe um mercado editorial com muitas publicações para essas idades. Há destaque para os livros em quadrinhos, desenhos, *gibis* e livros interativos, nos quais os leitores podem anotar, desenhar e rabiscar. Tais livros são considerados literários e são uma importante fonte de desenvolvimento cognitivo, formação moral e engajamento social. Isso ocorre porque os livros de Literatura abordam conteúdos variados associados à realidade no qual foram publicados.

O conceito de Literatura é amplo e mais ou menos flexível, pois depende de gostos pessoais, cânone literário, crítica, editora, entre outras características da narrativa. Às margens do que se considera "Alta Literatura", encontra-se a Literatura popular, a qual inclui as histórias em quadrinhos, um tipo de Arte que contém os elementos literários básicos de narrativa, tempo, condução da história, mas que valoriza principalmente o lúdico e a imagem para dar forma à narração. As histórias em quadrinhos, ou HQs, ganham cada vez mais notoriedade por apresentar edições bem produzidas, além de uma grande variedade de temas e histórias que encantam principalmente crianças, adolescentes e jovens – incluindo a autora deste estudo.

Para Iannone e Iannone (1994), as histórias em quadrinhos misturam características da linguagem escrita e visual, visando criar quadros de imagem-palavra nos quais os leitores podem obter informações sobre a realidade e estimular a sua imaginação e senso crítico. Trata-se de um estilo literário bastante comum nos

Estados Unidos, onde surgiu no século XIX, e se espalhou no Ocidente nas primeiras décadas do século XX.

Neste capítulo, falarei especificamente sobre uma das minhas histórias preferidas, escrita por um dos maiores romancistas e quadrinistas contemporâneos: Neil Gaiman. Nascido em Portchester, Inglaterra, em 1960, o autor ganhou diversos prêmios por seus textos, além de ter obras adaptadas para o teatro, cinema e televisão. De forma geral, a obra de Neil Gaiman fala sobre mitologias, crenças e relacionamentos humanos, com destaque para os problemas e reflexões existenciais de cunho filosófico – tal como observado de maneira muito evidente no texto de *Sandman*.

Sandman é uma história em quadrinhos (HQ) de ficção escrita desde 1987. Começou a ser publicada pela editora *DC Comics* em janeiro de 1989 e foi finalizada em março de 1996, após 75 edições divididas em 13 histórias oficiais, chamadas “arcos” por representarem acontecimentos interligados e com início, clímax e final próprios. Cabe dizer que, ao longo do tempo e devido à cobrança do público por novas publicações, o autor lançou muitas edições especiais que visavam complementar e detalhar ramificações do enredo principal ou explorar personagens e tramas secundários, de forma que, atualmente, existe uma centena de publicações relacionadas à estória principal, que podem ou não ser lidas sem comprometer o entendimento da narrativa oficial.

A proposta do autor foi apresentar uma HQ com elementos reais, fantásticos, de terror e super-heróis. Seu personagem principal é Sonho – a encarnação de um aspecto humano – o qual contracenava com seres humanos no passado e no presente e também com outros seres, fantásticos ou mitológicos, de diversas realidades (GAIMAN, 2010).

O autor, no esboço de sua obra, explica que Sonho (traduzido do inglês *Sandman*, que significa “homem areia”, fazendo referência à mitológica areia que compõe os sonhos humanos), “é uma personificação antropomórfica, como Destino e Morte”, além dos seus “irmãos mais novos” Destruição, Desejo, Delirium (anteriormente chamada Deleite) e Desespero. Nas palavras de Gaiman (2010, p. 548), “eles existem porque, desde o primeiro ser humano do universo, existem sonhos [e vida, e morte, e desejo, e desespero etc.], e, por algum estranho motivo, alguém era necessário para representá-los, personificá-los e controlá-los”. Ao longo da obra, essas personificações são chamadas de “Os Perpétuos”, pois representam e perpetuam infinitamente, em todos os momentos da história, os discursos, vivências e sentimentos da humanidade.

A obra tem diversos aspectos muito interessantes, os quais pretendo continuar estudando em momentos oportunos, porém, para atender aos objetivos do Congresso em que esse estudo foi originalmente publicado (I Encontro de Gênero, Diversidade e Cultura da UNESPAR), optei por analisar um único aspecto, a partir de uma personagem considerada controversa: DESEJO.

Com a apresentação dessa personagem, objetivo discutir os conceitos de corpo, gênero e sexualidade. Até aqui, fiz uma breve apresentação dos aspectos gerais da obra de Neil Gaiman e pretendo retomar ao longo do texto as influências

das histórias em quadrinhos para a formação das identidades juvenis e seu impacto social na discussão de temas controversos. Como método de análise, utilizei a revisão bibliográfica de caráter exploratório e a Análise do Discurso, com ênfase nos conceitos de Butler (2015), a qual propõe a necessidade de desvincular o gênero do sexo biológico, Foucault (2015), que traz uma discussão histórica sobre a construção e a naturalização da sexualidade, e Louro (2001, 2000), que apresenta tentativas de desnaturalizar os desejos e a lógica binária homem-mulher.

Tal discussão é bastante necessária em nossa sociedade, visto que a sexualidade é um dos pilares sobre o qual a sociedade contemporânea constrói seus discursos (propagandas, bens de consumo, relações sociais, amorosas e de poder), ainda que haja também um movimento conservador que tenta retirar dos espaços públicos determinadas discussões – vide a falácia da “ideologia de gênero” e as propostas legislativas que buscam proibir o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas.

Como citado no início desse texto, a escola não deve estar descontextualizada ou afastada dos temas próprios da vida e da realidade dos alunos, pelo contrário, pode apropriar-se dos interesses desses alunos para criar espaços de discussão, acesso ao conhecimento e desenvolvimento do senso crítico e da participação social. Nesse sentido, a Literatura pode ser uma aliada na apresentação e discussão de determinados assuntos, tal como veremos a seguir.

2 | DESEJO E MATERIALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Começo citando a importância que os termos “desejo”, “sexo/sexualidade” e “gênero” possuem em nossa sociedade – tão importantes que são retratadas na Literatura e em outras Artes como figuras antropomórficas, como também se fazia nas mitologias mais antigas. Na obra de Neil Gaiman, Desejo aparece como personagem que materializa e orienta um aspecto da vida humana, é definida como irmã/irmão mais novo da personagem principal Sonho e introduzida na história a partir de um conflito com o irmão mais velho, pois Desejo também deseja dominar o reino do Sonhar.

Foucault (2015) e Louro (2001) apresentam que a sexualidade se tornou uma questão de estudo nos últimos dois séculos, especialmente para vigiar os corpos e prescrever normas. Foucault teoriza que se desenvolveu uma “vontade de saber” sobre o sexo e a sexualidade, na medida que as instituições de poder perceberam nesse aspecto uma maneira de moldar os corpos e as subjetividades. Para Miskolci (2009), as relações sociais são organizadas a partir da dinâmica da sexualidade e do desejo. Para Foucault (2015, p.98), “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” de poder.

Na Psicologia, isso é bastante nítido, visto que, desde Freud, a sexualidade tornou-se o centro de análise do ser humano, sendo sua característica fundadora e determinante. Ao mesmo tempo, outros psicólogos e psicanalistas, como Lacan, teorizaram que o sujeito só percebe e constitui a si mesmo através dos “termos do

Outro” (LOURO, 2001), logo, a identificação seria necessária, inaugurando o que Foucault (2015) descreve como um “discurso” que acaba por controlar e normatizar esse sujeito dentro de moldes pré-estabelecidos e que fogem à compreensão desse mesmo sujeito.

O grande problema de todo esse processo é que os termos de “sujeição” (o processo de tornar-se sujeito) são heteronormativos e binários, o que implica na exclusão de muitas pessoas – as quais tornam-se, nas palavras de Butler (2015), corpos abjetos. Vide, na sociedade brasileira, os altos índices de marginalização e violência aos quais estão sujeitos aqueles que não se enquadram no modelo heterossexual: o Brasil é o país que mais mata homossexuais e transexuais, sendo que a expectativa da “população trans” é de 35 anos (metade da expectativa de vida dos demais) e que as perspectivas de futuro muitas vezes incluem a prostituição e a negação de empregos e oportunidades de estudo (FERREIRA; CHALUB, 2018).

Entretanto, se os corpos abjetos são aqueles que escapam às normas, também são eles que apresentam quais as fronteiras ou limites para a identificação e produção de sujeitos. Na obra analisada, vê-se a questão da sujeição quando o personagem Sonho explica que “nós, dos Perpétuos, somos servos dos vivos. NÃO somos seus mestres. Nós existimos porque eles sabem, no fundo dos seus corações, de nossa existência” (GAIMAN, 2010, p.444).

Mas a personagem não se contenta com a explicação e diz que “seres humanos são criaturas de Desejo, dançam e se curvam à sua vontade”. Aqui, pode-se perceber o quanto o discurso da liberdade é vigente, conforme propõe Foucault, pois o objetivo do poder é justamente o de não ser perceptível, mas exercer influência sutil sobre a constituição dos corpos e das subjetividades. Ao mesmo tempo, pode evocar a discussão de que o Desejo existe por si só.

Louro (2001, p.547) explica que “as possibilidades de autodeterminação são postas em xeque [...] pela forma como os sujeitos são interpelados e capturados pela ideologia, [...] através da qual o sujeito realiza, de forma aparentemente livre, seu próprio processo de sujeição”. Na história, tal processo se apresenta na cena em que “Desejo sorri e se esquece, porque desejo é uma criatura do **momento**. E percorre os infundáveis corredores de seu corpo com a certeza de que controla, sem mais ninguém, o seu destino” (GAIMAN, 2010, p.445. Grifos do autor).

Outros aspectos podem ser analisados para compreender melhor a personagem. Em sua primeira aparição, que ocorre na edição 10 e dá início ao arco “Casa de Bonecas”, a personagem é descrita da seguinte maneira:

Há apenas uma coisa a ser vista nos domínios crepusculares de Desejo. Chama-se limiar, a fortaleza de Desejo. Desejo sempre viveu no limite. O limiar é maior do que se pode imaginar. É uma estátua do/da próprio(a) desejo. (Desejo nunca se satisfaz com apenas um sexo, ou com apenas uma de qualquer coisa que fosse, exceto talvez o próprio limiar). O limiar é um retrato completo e detalhado de Desejo, erguido a partir do anseio de Desejo por ter carne e osso, sangue e pele. [...] O limiar é demasiadamente amplo para apenas uma pessoa. [...] Dado

o temperamento de Desejo, no entanto, apenas um único lugar na catedral de seu **corpo** pareceu apropriado para lhe servir de lar: Desejo vive no coração (GAIMAN, 2010, p.258-9. Grifos do autor).

Na citação acima, Gaiman (2010) apresenta Desejo como uma personagem bastante sexual, porém, sem um sexo definido, e que habita uma casa – chamada limiar – que possui a forma de seu próprio corpo. O nome dado à fortaleza condiz com as próprias características da personagem, visto que inclui não apenas o sexo, mas o desejo por um corpo. Obviamente, a obra é bastante romanceada, mas é possível perceber muitos elementos para análise: além do próprio Desejo, há também a menção sobre limites, satisfação, e a necessidade/importância do corpo.

Em minha leitura, a característica mais interessante da personagem é o fato de que esta não apresenta um gênero, pelo contrário, os traços elaborados pelo desenhista fazem com que o leitor não consiga identificar se trata-se de uma figura masculina ou feminina. Além disso, há sempre a identificação de “a/o Desejo”, para aumentar ainda mais a dúvida. Obviamente, tal como discutido pelos autores, é ininteligível pensar em outras possibilidades de gênero, visto que estas fogem à nossa compreensão ou capacidade de reflexão (BUTLER, 2015), entretanto, pode-se dizer que se trata de uma personagem subversiva na medida em que se utiliza de características conhecidas (masculino x feminino) para criar dúvida e estranhamento ao leitor, que não consegue determinar uma identidade fixa para a personagem.

Ao mesmo tempo, me leva a refletir sobre as questões levantadas pelas pesquisadoras Prins e Meijer (2002), que entrevistaram Butler para saber se sua problematização sobre as identidades era “uma crítica política a respeito da (não) representatividade de alguns corpos, ou uma desconstrução da própria noção de representatividade” (p.156). Butler responde trazendo uma análise que é bastante pertinente, especialmente em um trabalho como este, em que se propõe analisar uma personagem fictícia:

Acredito que um imaginário político contém todo tipo de maneiras de pensar e de escrever que não são necessariamente histórias, mas que são fictícias, no sentido de que delineiam modos de possibilidade [...] para a vida corpórea. [...] Pensar os corpos diferentemente me parece parte da luta conceitual e filosófica que o feminismo abraça (PRINS, MEIJER, 2002, p.157).

É possível argumentar, retomando Foucault (2015) e seu exemplo sobre Herculine, que a Literatura e as Artes são fundamentais para compreender aspectos de nossa cultura, visto que as artes refletem o pensamento da época, as ideologias e as possibilidades, além de serem uma forma de representação.

Especificamente quanto ao feminismo, Butler (2015) apresenta grandes reflexões na obra *Problemas de Gênero*, no qual reflete sobre o grande problema de se criar noções identitárias, pois estas sempre acabam por segregar aqueles que não possuem determinadas características consideradas necessárias para a identidade de

um grupo.

Louro (2001), seguindo as reflexões propostas por Butler (2015) critica as teorias identitárias, mesmo aquelas que abrangem os homossexuais e as supostas minorias, justamente porque a identidade pressupõe sempre “demarcar suas fronteiras” para poder se representar, e isso, conseqüentemente, acaba por excluir ou marginalizar outras pessoas. Ou seja, “ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições” (LOURO, 2001, p.544).

No que se refere aos limites, há características bastante interessantes na personagem Desejo: sua casa se chama “limiar” (GAIMAN, 2010), o que remete às discussões de que os desejos [vistos como criações ou influências dos discursos de poder] encontram-se justamente nos limites entre aquilo que é visivelmente permitido (socialmente aceito) e aquilo que é obscuramente negado, reprimido. Ao mesmo tempo, como no caso de Desejo, o limite é imposto pelo próprio corpo (lembre-se de que o/a personagem vive em um domínio que possui a forma de seu corpo assexuado) – corpo este que, conforme propôs Louro (2000), é a base necessária para que se tenha performances, possibilidades de atuar, de fazer gênero, e de construir e vivenciar sexualidades e desejos.



Imagem 1. Desejo mora no coração de seu próprio corpo

Fonte: SANDMAN, 2010.

Abro espaço para uma breve divagação sobre a importância dada ao corpo: nas ciências humanas, desde as primeiras filosofias desenvolvidas entre os gregos antigos, o corpo era renegado por ser considerado fonte dos males e vícios. Já com os estudos da Psicologia, o corpo começa a ser visto como expressão do comportamento que, por sua vez, era dependente do psiquismo. Porém, a partir das problematizações de Foucault (2015), Butler (2015) e Louro (2000), é possível pensar no corpo como marcado pelos discursos, e que, por sua vez, influencia na forma como se pensam as possibilidades de desejo, sexo e gênero.

3 | SUBVERSÃO DOS CORPOS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Para Butler (2015), a subversão acontece dentro das próprias possibilidades existentes. A performatividade, nesse sentido, vai muito além da performance ou ação que é desempenhada pelo suposto sujeito, busca o sujeito como efeito, além de problematizar a representatividade como estratégia, e criar ou demonstrar novas configurações inteligíveis dentro das possibilidades disponíveis.

É aqui que se insere a teoria Queer, a qual busca justamente transgredir ou perturbar as normas, subverter as possibilidades – tanto do sexo, tido como biológico, quanto do gênero e do desejo, vistos como construções. Assim sendo:

Na perspectiva *queer*, o sistema moderno da sexualidade passou a ser encarado como um conjunto de saberes e práticas que estrutura toda a vida institucional e cultural do nosso tempo. [...] Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidades, [...] os empreendimentos *queer* partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, [...], nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos (MISKOLCI, 2009, p.169).

Mais do que isso, a possibilidade de subversão do Queer, conforme proposto por Butler (2015) é justamente de compreender que até mesmo o sexo é uma construção social. Isso implica em uma lógica completamente nova, especialmente no que se refere a suposta correlação linear entre sexo > gênero > desejo. O que a autora propõe é uma inversão a partir da qual o próprio desejo seria desencadeante do gênero e do sexo.

Até aqui, observa-se uma discussão sobre a subversão de gênero a partir de uma personagem fictícia, o que me leva a retomar os estudos literários que afirmam ser a Literatura uma forma de reproduzir e superar a realidade. Santos (2010, p. 12) explica que “a união do texto e da imagem facilita a compreensão de conceito que ficariam abstratos se relacionados unicamente com as palavras”, por isso as HQs são uma forma de seduzir o leitor e torná-lo cativo – observem, novamente, a importância do desejo. Nesse sentido, a literatura em quadrinhos, voltada para públicos específicos, pode ser uma ferramenta de apresentação de temas controversos.

Se é possível dizer que o desejo encontra-se nas bases da identidade, também

as relações sociais e culturais estabelecidas auxiliam na formação identitária, de forma que a escolha de textos literários é uma expressão dessa identidade. Os estudos de Abreu (2006), Iannone e Iannone (1994) e Santos (2010) indicam que a leitura – inclusive das histórias em quadrinhos – tem influências na personalidade juvenil e na construção de um senso crítico sobre temas do seu contexto histórico, social e econômico.

Ao mesmo tempo, é necessário ter critérios para selecionar essas obras, no sentido de privilegiar a leitura de diferentes fenômenos, permitindo um contato com o maior número possível de elementos sociais e culturais que podem formar a identidade desses leitores. A leitura é fundamental na sociedade contemporânea, visto que legitima espaços de participação social e política, garante a inserção em determinados processos públicos e o acesso aos conhecimentos e informações (ABREU, 2006).

Isso implica ainda na existência de mecanismos de limitação, no sentido de impedir ou distanciar o acesso de determinadas pessoas à “cultura letrada”, porque “os livros que lemos (ou não lemos) e as opiniões que expressamos compõem parte de nossa imagem social” (ABREU, 2006, p. 19), sendo usadas como justificativa para a marginalização daqueles que não possuem maiores níveis de estudo e/ou capacidade de interpretação de texto.

Para Ibáñez (2001), compreender o fenômeno do poder é fundamental para compreender a própria pós-modernidade, por isso é tão necessário ler Foucault, visto que foi ele, através de seu método genealógico, que permitiu a autores como Butler (2015) e, posteriormente, Louro (2001) e os demais autores estudados, compreender a identidade (seja corporal, sexual, de raça e classe) como determinados historicamente e com um surgimento que pode ser definido em um contexto específico.

Dando continuidade à discussão específica sobre gênero e desejo, temos que tanto Butler (2015) quanto Miskolci (2009, p.161) dizem que “raça, classe e gênero se apresentavam como formas particulares de organizar as pessoas em resposta a diferentes formas de poder”. Mais do que isso, a genealogia de Foucault nos permite questionar sobre nossos próprios desejos e gêneros, para refletir sobre quanto de nossas características “de identidade” são determinadas por discursos de poder que reproduzimos sem perceber (IBÁÑEZ, 2001).

Para Soler (2008, p.572), trata-se da possibilidade de fazer “uma ontologia histórica de nós mesmos”. Conforme também propõe o romancista Gaiman:

“Existe algo que você anseie? Algo sexual? Algo precioso? Algo especial? **Qualquer coisa?** Então você sentiu sua presença... está lá... Na ânsia, na luxúria: o hábito de Desejo, o afago do limiar.” (GAIMAN, 2010, p.262).

Essa discussão não se encerra aqui, mas, até o momento, pode-se considerar que a personagem Desejo é subversiva na medida em que não tem forma, seu corpo é andrógono e assexuado, e isso contribui para a desmistificação de que desejos

estão materializados no corpo sexual. Além disso, a personagem encontra-se (vive) no limiar entre aquilo que é incentivado e também o que é reprimido. Desejo tem limites, possibilidades e restrições, mas define-se a partir do poder que recebe ao ser ou não naturalizada/o.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante / Plataforma Pró-Livro, 2016.

FERREIRA, Cláudio; CHALUB, Ana. **Preconceito e violência reduzem expectativa de vida de LGBTs**. Brasília: Agência Câmara Notícias / Câmara Legislativa, Congresso Nacional, Jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAIMAN, Neil. **Sandman**: edição definitiva. Vol. 1. Barueri – SP: Panini Books, 2010.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.

IBÁÑEZ, Tomás. *Incitaciones foucaultianas*. (p.121-137). In: _____. **Municiones para didicentes**. Barcelona (Espanã): Editorial Gedisa S.A., 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, ano 9, v.2, p.541-553, 2001.

_____ (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MISKOLCI, Richard. A teoria *queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.21, p.150-182, jan./jun.2009.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos feministas**, ano 10, v.1, p.155-167, 2002.

SANTOS, Mariana Oliveira dos. Formação de leitores: um estudo sobre as histórias em quadrinhos. **Rev. ACB: Biblioteconomia**, Florianópolis / SC, v. 15, n. 2, p. 5-23, Jul./Dez. 2010.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. **Fractal Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.571-582, Jul./Dez. 2008.

A TURMA CAIPIRA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Lays Matias Mazoti Corrêa

Universidade Federal de Viçosa, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais
Rio Paranaíba-MG

RESUMO: Escritor, músico, conferencista, folclorista, diretor, palestrante, poeta, jornalista, Cornélio Pires foi um artista múltiplo e buscou tratar a cultura caipira em sua diversidade. Suas principais obras nos mais diferentes suportes artísticos em que atuou trabalham sob a ótica de um regionalismo militante acerca do rural e da cultura e personagem caipira. Pensando nesses aspectos, o presente trabalho busca apontar as principais contribuições do pensamento social de Cornélio Pires no universo musical caipira a partir da análise das primeiras gravações efetivadas por ele e sua turma, a Turma Caipira de Cornélio Pires (anos de 1929 e 1930). Nessa investigação, a atenção se concentrou na construção de diferentes representações sobre o meio rural e urbano da época, numa tentativa de entender os elementos característicos da cultura caipira e sua articulação dentro do debate sobre a identidade/nacionalidade brasileira e identidade/regionalidade paulista. Dessa forma, o trabalho possibilitou a compreensão do contexto histórico de inserção da música caipira na cena fonográfica, bem como do processo de construção da “nova” identidade musical

caipira que se forjou a partir das polifônicas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais expressas pelas cidades daquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Cornélio Pires, Música Caipira, Identidade, Nacionalidade, Regionalidades.

THE COUNTRYSIDE GROUP OF CORNÉLIO PIRES: REGIONALITIES AND CAIPIRA MUSIC IN THE NATIONALITY DISCUSSION IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: Writer, musician, lecturer, folklorist, director, lecturer, poet, journalist, Cornélio Pires was a multiple artist and sought to treat the countryside culture in its diversity. His main works in the most different artistic supports in which he acted work from the perspective of a militant regionalism about the rural and the culture and countryside character. Thinking in these aspects, the present work seeks to point out the main contributions of the social thought of Cornélio Pires in the musical universe countryside, from the analysis of the first recordings effected by him and his group, the countryside group of Cornélio Pires (years of 1929 and 1930). In this investigation, attention was focused on the construction of different representations about the rural and urban environment of the time, in an attempt to

understand the characteristic elements of the countryside culture and its articulation within the debate on Brazilian identity / nationality and Paulista identity / regionality. Thus, the work allowed the understanding of the historical context of insertion of countryside music in the music scene, as well as the process of construction of the “new” countryside musical identity that was forged from the polyphonic political, social, economic and cultural transformations expressed by the cities of that moment.

KEYWORDS: Cornélio Pires; Countryside Music; Identity; Nationality; Regionalities.

1 | AFINANDO A VIOLA: O HUMOR COMO PORTA DE ENTRADA DA MÚSICA CAIPIRA

Cornélio Pires, natural de Tietê, interior de São Paulo, dedicou grande parte da sua vida à pesquisa e divulgação da cultura caipira paulista. Caracterizado por sua preocupação “romântica” em torno da figura do caipira, o tietense foi um dos responsáveis pela difusão da riqueza dessa cultura, valorizando sua diversidade e seus sotaques característicos.

Suas realizações se expressaram nas mais diversas áreas. Na literatura regionalista, Cornélio Pires produziu mais de 20 obras e foi um dos escritores que mais vendeu livros na década de 1920. Em 1918, em parceria com o cartunista Voltolino, criou e fundou o semanário bem humorado *O Sacy* cujo funcionamento vigorou até 1926. Suas colaborações também se fizeram em outros periódicos, como *O Pirralho* e *O Malho*. Além do vasto anedotário caipira explorado em suas conferências e palestras, Cornélio Pires também se aventurou na narrativa cinematográfica, produzindo, em 1923 o filme *Brasil Pitoresco* e em 1934, *Vamos Passear*.

Ainda que essas produções se mostrem importantes na constituição de sua vida artística, foi no universo musical que Cornélio Pires adquiriu maior reconhecimento, tornando-se o primeiro a se “arriscar” na veiculação do gênero musical caipira na ainda incipiente indústria do rádio e do disco. Por esse feito, Cornélio Pires ganhou, ao longo do tempo, vários títulos honrosos que atribuem à sua figura o caráter de “pioneiro” e “bandeirante da música caipira”.

Em 1929, por iniciativa e financiamento próprio, nasceu a *Turma Caipira de Cornélio Pires*, composta por artistas anônimos do interior paulista, reunidos seletivamente pelo escritor. Nessa primeira fase, a formação compreendia: Ferrinho, Sebastião Ortiz de Camargo (Sebastiãozinho), Rubens da Silva (o Caçula), Arlindo Santana, Mariano da Silva, Cornélio Pires e Zico Dias. Mais tarde, muitos destes artistas formariam duplas de sucesso com gravações em rádios e discos, como é o caso de Zico Dias e Ferrinho e Mariano e Caçula.

O ineditismo desse fato é curioso, muito citado e enaltecido, mas ainda pouco pesquisado. Enquanto que na literatura regionalista as diferenças estilísticas e ideológicas entre o autor de *Conversas ao pé do fogo* e Monteiro Lobato, criador de Jeca Tatu, já são conhecidas, as primeiras produções musicais da *Turma Caipira do*

Cornélio Pires ainda se encontram pouco exploradas, com exceção de alguns trabalhos sobre seu conteúdo musical (FERREIRA, 2013; MATOS, FERREIRA, 2015) e também sua forma (FAUSTINO; GARCIA, 2016).

Em meio a uma discografia relativamente vasta, esse texto concentra sua análise no anedotário presente na primeira e segunda prensagem, de maio e outubro de 1929, ano inaugural da música caipira na cena fonográfica. Esta seleção busca possibilitar a identificação dos principais elementos articulados por Cornélio Pires para a promoção e veiculação do gênero caipira.

A primeira prensagem da “Série caipira Cornélio Pires”, personalizada sob o característico selo vermelho, voltava-se, em sua maioria, mais para o humorismo anedotário do que propriamente para a música caipira.

SÉRIE VERMELHA “CORNÉLIO PIRES” GRAVADORA COLUMBIA - MAIO DE 1929			
	Título da gravação	Tipo de produção	Autor/artistas
Disco 20.000	Aneotas norte-americanas	Aneotas	Cornélio Pires
	Entre italiano e alemão	Aneotas	Cornélio Pires
Disco 20.001	Rebatidas de caipira/	Aneotas	Cornélio Pires
	Astúcia de negro velho	Aneotas	Cornélio Pires
Disco 20.002	Simplicidade	Aneotas	Cornélio Pires
	Numa escola sertaneja	Aneotas	Cornélio Pires
Disco 20.003	<i>Coisas de caipira</i>	Aneotas	Cornélio Pires
	Batizado do sapinho	Aneotas	Cornélio Pires
Disco 20.004	Desafio entre caipiras	Número musical	Turma Caipira de Cornélio Pires
	Verdadeiro samba paulista	Número musical	Turma Caipira de Cornélio Pires
Disco 20.005	Aneotas cariocas	Aneotas	Cornélio Pires
	<i>Danças regionais paulistas</i>	Número folclórico [cana-verde e cururu]	Turma Caipira de Cornélio Pires

Divididas entre números humorísticos, folclóricos e musicais, as primeiras gravações de Cornélio Pires apresentam questões que interligam e articulam elementos referentes à figura e cultura caipira e ao contexto sociocultural da época. O anedotário trabalha numa perspectiva de valorização da figura do caipira e afirmação de uma identidade paulista frente a outros elementos presentes na metrópole paulistana. Nessas gravações já é possível perceber a criação de sotaques caricaturizados. Na tentativa de estabelecer uma ligação direta com a imaginação do ouvinte como se fazia no universo radiofônico (VENEZIANO, 1991, p. 131), Cornélio Pires investiu na arte de contar trabalhando vários tipos sociais: o carioca, o italiano, o alemão, o turco e o caipira.

Na segunda prensagem, ao lado do característico anedotário e da estreia de imitações, a produção não apresenta mais números folclóricos e/ou musicais, mas

música caipira paulista como *Jorginho de Sertão*, a primeira moda de viola gravada em disco. Nota-se o início da abordagem da figura do caipira no meio urbano e a relação estabelecida por este com outros tipos sociais. Além disso, o anedotário passa a articular questões políticas, imprimindo diferentes posições sobre o contexto político da época.

SÉRIE VERMELHA “CORNÉLIO PIRES” GRAVADORA COLUMBIA - OUTUBRO DE 1929			
	Título da gravação	Tipo de produção	Autor/ Artistas
Disco 20.006	Como cantam algumas aves	Imitação	Cornélio Pires e Arlindo Sant’Anna
	Jorginho do sertão	Moda de viola	Mariano e Caçula
Disco 20.007	A fala de nossos bichos	Imitação	Cornélio Pires e Arlindo Sant’Anna
	Moda do peão	Moda de viola	Cornélio Pires e sua Turma
Disco 20.008	Os cariocas e os portugueses	Anedota	Cornélio Pires
	Mecê diz que vai casá	Moda de viola (de Nitinho Pintô)	Zico Dias e Sorocabinha
Disco 20.009	Triste abandonado	Moda de viola	Zico Dias e Sorocabinha
	No mercado de caipiras	Anedota	Cornélio Pires
Disco 20.010	<i>Agitação política em São Paulo</i>	Anedota	Cornélio Pires
	Cavando votos	Anedota	Cornélio Pires

Na tentativa de articular o conjunto de temas expresso pelo anedotário dessas prensagens, analisarei a seguir os elementos que mais se destacam nos seguintes tópicos: *Os estrangeiros e seus estrangeirismos*, *O caipira* e *A política*.

2 | OS ESTRANGEIROS E SEUS ESTRANGEIRISMOS

Em *Entre italiano e alemão*, Cornélio Pires constrói categoricamente a fala e sotaque de suas personagens. De forma cômica, ironiza a questão da constituição das nacionalidades ao citar o caso de um italiano e um alemão que possuem dupla nacionalidade, ou seja, não abrem mão de sua descendência estrangeira, mas sentem-se orgulhosos de terem criado sua família no Brasil.

Além desses aspectos, o artista tietense também trabalha, indiretamente, a cidade enquanto espaço social. A anedota se transforma em um passeio turístico pelo Estado e cidade de São Paulo ao mencionar a história da formação de bairros direcionados a grupos étnicos e culturais específicos. O italiano vangloria-se por sua prole: “*Eu tenho dez filho brasileiro. Uno mas brasileiro dos outro, que nasceu no Brás. Os outro nasceram no Bom Retiro, no Bixiga*” (PIRES, 1929a).

O italiano cita vários bairros formados, inicialmente, por imigrantes de sua nacionalidade – Brás, Bom Retiro, Bexiga. O fato de exclamar que o filho que mora

no Brás é mais brasileiro do que os outros se refere a constituição do nome do bairro – Brás-il – e também ao fato de que esse espaço, pouco a pouco, se voltou a receber migrantes de outras regiões brasileiras, sobretudo, do Nordeste.

Prossegue a anedota e o alemão se mostra mais firme quanto à nacionalidade de sua família: *“Eu, por exemplo, tenho quatro filhas, nascidas em Campinas e, verdadeiramente, minhas filhas são alemãs! (...) eu sou alemão, minha mulher é alemão, minhas filhas, naturalmente, também são alemão!”* (PIRES, 1929a). Trabalhando sob o estereótipo enérgico dos alemães, Cornélio Pires utiliza-se de nova localidade, agora interiorana, Campinas. Sua menção relaciona-se ao fato de que, em meados do século XIX, algumas regiões rurais da cidade (como Friburgo, próxima ao aeroporto de Viracopos) foram constituídas a partir da chegada de colonatos de imigrantes alemães. A presença dessas famílias foi tão expressiva que durante muito tempo a língua alemã foi ensinada nas escolas criadas pelos próprios imigrantes, como a Escola Alemã de Friburgo.

O desfecho da anedota é realizado através de um diálogo entre o italiano e o alemão sobre as belezas do território brasileiro, como a diversidade de frutas, o clima e a receptividade de seus habitantes. Nas palavras do italiano: *“Depois chegô o Brasili, ninguém não morre nem de frio, nem de calor, nem de preguiçia, nem de fome! Tanto vive uno, uno vagabundo, como vive os trabalhadore. Yo no vô mais daqui, nem que acaba o mundo!”* (PIRES, 1929a).

Já em *Anedotas norte-americanas*, Cornélio Pires trabalha os anúncios e propagandas, deslocando seus aspectos funcionais para elementos do dia-a-dia. A influência estrangeira está representada pela consolidação de multinacionais norte-americanas – como a *General Eletric* e a *Ford* - no fomento da publicidade, essa que, no começo do século XX, estava iniciando seus trabalhos no território brasileiro (LOPES; SILVA, 2007). Numa espécie de paráfrase sob o ditado popular “a propaganda é a alma do negócio”, Cornélio Pires abre a anedota, ressaltando: *“Sem reclamo nada se faz, nada se consegue’, dizem os norte-americanos. Para vencer, é preciso anunciar”*. (PIRES, 1929b).

A peça é composta por três casos-argumentos sobre a importância da propaganda para a aquisição de um “produto”, e/ou como justificativa do seu valor econômico. Em um destes, Cornélio Pires compara o preço do ovo de pata e o ovo de galinha.

Como se explica a paradeza do ovo de pata e o preço exagerado, exagerado do ovo de galinha? Analisado um ovo de pata e um ovo de galinha, verificou-se que um ovo de pata é tão rico de substâncias alimentícias quanto um ovo de galinha, além de ser muito maior que este. No entanto, o ovo de pata não vale nada. E o ovo de galinha, que é muito menor, custa um dinheirão. Por quê? Porque a pata, expõe o seu produto e sai quietinha, modestamente, ao passo que a galinha faz um berreiro dos diabos, anunciando o seu produto (PIRES, 1929b).

Transpondo a importância da propaganda para elementos do dia-a-dia, o tietense é objetivo em seu argumento ao concluir que o ovo da galinha, apesar de menor e de

possuir as mesmas substâncias alimentícias que o ovo de pata, é mais caro pelo simples fato de que sua produtora – a galinha – o anuncia devidamente. Logo, em função do escarcéu da galinha na produção do ovo, a pata não tem nenhuma chance de concorrência. Como ele próprio diz: “*A questão é saber anunciar!*” (PIRES, 1929b).

Em *Os cariocas e os portugueses*, nota-se a ênfase no caráter do português, sendo apresentado como “bom” e “honesto”. Estes adjetivos buscam caracterizar os outros interlocutores, os cariocas, como seu oposto - enunciados como “terríveis” – postura justificada a partir das rivalidades regionais entre São Paulo e Rio de Janeiro características da época. Uma das pilhérias “inocentes” feita por cariocas sobre os portugueses é narrada dessa forma:

Dois portugueses, o Azevedo e o Bernardes se estabeleceram numa avenida, um bem em frente ao outro, o mesmo ramo comercial: café e xícaras! O Azevedo chamou um pintor e mandou fazer uma pintura original (...): um ramo de café, uma santa e uma cruz de malta.

– Que raio é isso Azevedo?

– Tu não vês logo: um ramo de café, uma santa e uma cruz, quer dizer café Santa Cruz. O Bernardes, que gostou da ideia, contratou outro pintor e mandou pintar: um pé de café, uma nuvem e um boi em cima da nuvem.

– Ó Bernardes! Que marmelada é isso aí ó?!- Marmelada nada, lhe diz logo: um pé de café, uma nuvem, um boi em cima da nuvem, quer dizer Café Boi nos Aires! (PIRES, 1929j).

Nessa anedota, nota-se uma aproximação da inocência e literalidade portuguesa com a emitida pelo caipira, tipo social resultante de heranças culturais de diferentes etnias. Essa questão é trazida por Cornélio Pires na introdução de *Moda do peão*: “*este é o canto popular do caipira paulista em que se percebe bem, a tristeza do índio escravizado, a melancolia profunda do africano no cativo e a saudade enorme do português, saudosos de sua pátria distante*” (PIRES, 1929i).

Nessa aproximação “emocional” entre caipiras e portugueses, os últimos emergem como estrangeiros, porém, sem tanto “estrangeirismos”, já que a este tipo social é conferida certa naturalidade e desenvoltura nos espaços sociais brasileiros. Dessa forma, os portugueses destoam-se dos alemães que buscam conferir orgulho à sua identidade nacional de origem e dos italianos que preservam suas tradições culturais em bairros específicos da cidade de São Paulo.

Os cariocas, por sua vez, parecem ser mais estrangeiros do que os portugueses. Tal elemento relaciona-se às regionalidades em disputa que, durante o início do século XX, confluíram-se em meio ao debate sobre a questão da nacionalidade brasileira.

A cidade de São Paulo ocupava lugar de destaque no âmbito dessas questões regionais em torno da identidade nacional. Vista sob a ótica de núcleo do progresso econômico e social, a capital paulista era retratada como um espaço em potencial para difundir o moderno pensamento brasileiro. A imprensa e literatura paulista contribuíam para esse processo, enaltecendo o “progresso” da cidade e dando corpo e sustentação

a um sentimento ufanista que fazia com que São Paulo se confundisse com o próprio Brasil (VELOSO, 1993, p. 03-04).

Além disso, o ufanismo paulistano empreendeu um esforço na desqualificação da cidade do Rio de Janeiro, percebida como “rival” no debate sobre a nacionalidade brasileira. A reprovação do uso do álcool, da jogatina e do poder sedutor das mulheres presentes em *Anedotas cariocas* (PIRES, 1929h) não é por acaso, já que o Rio de Janeiro passou a ser representado por intelectuais paulistas como reduto da imoralidade política e cultural.

É a partir de todo esse cenário que o anedotário de Cornélio Pires dialoga. Suas produções buscaram reativar a importância do passado rural na constituição da história dos paulistas e de seu estado. Portanto, sua narrativa não era neutra. A valorização simbólica do caipira trazia consigo os germes das lutas políticas e econômicas que ocorriam em São Paulo, permitindo a construção de um discurso (performativo) para se afirmar enquanto uma região diferenciada das outras. Tratando do caipira, de sua cultura e dos tipos sociais que contracenavam na cidade de São Paulo, Cornélio Pires trazia o regional - o paulista - como modelo de brasilidade, ao mesmo tempo em que buscava revelar uma São Paulo como agente civilizadora da nação.

Todas as anedotas apresentam sotaques caricaturizados, isto é, acentuados por características específicas do linguajar e/ou da personalidade nacional representada: a fala dos portugueses é realçada pelos “erres” puxados, a do italiano preserva algumas palavras no idioma original, como “uno”, “acqua”, “no”, “questo” e a do alemão é representada por uma voz mais grossa e assertiva.

3 | O CAIPIRA

Rebatidas de um caipira, *Astúcia de negro velho*, *Numa escola sertaneja*, *Coisas de caipiras* e *Batizado do sapinho* versam sob a figura protagonista da produção artística de Cornélio Pires. A estilização de um caipira *na* cidade, se torna evidente a partir da segunda prensagem. Tanto a personagem quanto as situações em que é exposta estão imbuídas de certo bucolismo em relação ao campo e dos tempos idos, cujo cenário é representado pelo interior paulista. Apesar disso, os principais traços físicos e psicológicos do caipira já se fazem presentes. Cornélio Pires não economiza elogios à sua figura, caracterizando-o enquanto sujeito simples, de jeito bobo, inocente, mas com uma astúcia sagaz.

Em *Numa escola sertaneja*, a narrativa concentra-se na escola, local em que a professora busca mostrar a um convidado os avanços escolares dos alunos. A simplicidade diz respeito a forma de raciocínio e reflexão das crianças caipiras, mostrando que, desde pequenas, já apresentam uma sabedoria inocente e singular. Como quando a professora pergunta ao aluno mais atrasado da classe: “*Que de cinco dedos, tira três dedos, o que é que fica?*” O garoto hesita, mas responde à professora: “*Fica alejado!*” (PIRES, 1929e).

Em *Coisas de caipiras*, Cornélio Pires insere a questão política no mundo rural. Em uma conversa entre dois caipiras às vésperas de eleição é destacado o prestígio político dos coronéis: “É, nós não pode fartá! O coroné faz empenho de nosso voto!” (PIRES, 1929f).

Mais adiante, é narrada a volta de um rapaz “pretensioso” para o interior que, ao passar um tempo na cidade grande, abusou da gentileza e hospitalidade do caipira. Ao ser convidado para jantar, chegou à mesa, limpou o seu assento, passou o garfo na toalha e se justificou dizendo que estava apenas reproduzindo a forma como as pessoas da capital faziam. Ao oferecer a sobremesa, o caipira põe à sua frente uma tigela de canjica. A visita rejeita a proposta energicamente, dizendo-lhe que não come milho cozido. Com cortesia, o caipira lhe responde: “Então, cê me discurpe, mas o mio cru cabô!” (PIRES, 1929f).

No anúncio de *Batizado do sapinho*, é apresentado um número folclórico, cujo subtítulo é *Versos de um caipira analfabeto*. O subtítulo alude ao fato de que, o caipira, por não saber ler, inventa suas próprias histórias a partir de sua lúdica imaginação e vivência, recheando-a com elementos do seu cotidiano, como a natureza e os animais. Apesar da estruturação poética e rítmica, o enredo é simples: diversos animais são apresentados como personagens e relacionados à cultura caipira, como a festa lúdica-religiosa (o batizado), a viola, o cateretê e as danças (PIRES, 1929g).

Sobre a maturidade astuta do caipira, duas anedotas são singulares nesse sentido *Astúcia de negro velho* (PIRES, 1929c) e *Rebatidas de um caipira* (PIRES, 1929d). Essa última evidencia, de forma mais objetiva, a sagacidade da personagem. Vamos a uma de suas situações narradas:

Quem se mete a debochar um caipira quase sempre sai perdendo. Pois ele, com aquele seu jeitão de bobo, é fino como ele só e trás sempre a resposta pronta na ponta da língua. [...] Há pouco tempo, seguindo a pé, dirigi-me para o bairro da Cruz das Almas, ia tratar de negócio com Abrão Maluf. Não sabendo o caminho, ao avistar um caipira que marrava uma cerca, perguntei:

- Ô patrício!

- Senhor?

- Sabe onde é Cruz das Almas?

- Senhor sim.

- Sabe onde é a casa do Maluf?

- Ah, tô cansado de sabê!

- Sabe me dizê em quanto de tempo eu irei daqui lá?

- Num sei.

Fiquei indignado com a segura do caipira.

- Então, o senhor que mora aqui, que sabe onde é a Cruz das Almas, não sabe me dizer onde é, o tanto de tempo que eu irei daqui lá?

- Mas eu num sei.

Fiquei indignado e segui a passos largos e rápidos. Ia já distante, quando o caipira gritou:

- Ô moço! Faiz favô um poco!

Voltei. E ele, com ar mais sério deste mundo, foi logo me dizendo:

Em linhas gerais, a anedota retrata situações vivenciadas pelo narrador em sua viagem pelo interior de São Paulo. Nesta, destaca-se três episódios em que a sabedoria intuitiva do caipira foi desafiada. Cornélio Pires apresenta duas personagens principais – o caipira (o anti-herói), o narrador (que reconhece explicitamente as qualidades do caipira, sujeito, segundo ele, “*sempre cortês e com uma resposta na ponta da língua*” (PIRES, 1929d) e duas secundárias – um chofer e um viajante - que desafiaram a sabedoria do caipira.

Mesmo tratando-se de situações diversas, com personagens que se alternam, Cornélio Pires consegue amarrar as histórias como se elas fossem, de fato, subsequentes. Logo no início, o narrador introduz o ouvinte ao enredo da trama, advertindo-o para não cometer o erro de querer debochar de um caipira. Além da situação narrada, a anedota evidencia um cenário e um pequeno vocabulário referente ao universo rural, ao eleger palavras como *trole* (charrete), *matungo* (cavalo comum, sem raça) e *sapiquá* (mala de pano). A sagacidade inocente do caipira pouco a pouco vai sendo desvendada pelo narrador.

Como dito, na segunda prensagem, trata-se de um caipira *na cidade*. *No mercado de caipiras*, por exemplo, aborda as práticas comerciais entre diferentes tipos sociais presentes na cidade de São Paulo. Enquanto o italiano é colocado como aquele que não sabe negociar com caipiras, o sírio é tido como mais “jeitoso” e, por isso, melhor negociante.

No mercado dos caipiras, há anos, presenciei esta cena: estava o caipira de cócoras em frente a uma leitoa amarrada com imbirá, quando chegou o italiano, que empurrou a leitoa com o pé e perguntou:

- Oi, caipira!

Já o caipira não gostou que lhe chamasse de caipira.

- Quanto custa o porco?

- Dezoito ferro.

- Mai quê?! Dezoito milhareis... Dô dez!

- Num foi roubado, já viu?! Ainda coço esse italiano com faca!

- Mais esse porquinho magro! Esse porquinho tá pestiado, ae!

- Pestiado tá a tua vó, ouviu?!

Momentos depois chegava um sírio:

- *Bom dia, patrício!*

- *Bom dia...*

- *Como vai amigo? Bom?*

- *Bom, graça a Deus.*

- *A família boa?*

- *Graça a Deus tá tudo boa.*

- *Vê senhor: eu tenho viajado pra mundo inteiro, não encontrô porquinho mais bunitinho desse! Ô porquinho bonito!*

E começou a agradar a leitoa, passando-lhe a mão pelos pelos arrepiados.

- *Cabelinho dele muito macio, é?! (...) Porquinho dele parece tá dando beijo pra*

gente! Como vai a mãe desse porquinho?

- Vai bem, é uma porca boa que tenho.

- Pra quanto pede a porco?

- Pra vancê pede por dez...

- Por que dez mil réis? Eu vim agora no mercado lhe oferecer oito mil réis! Dá um lençinho, dá um sabonete cheiroso!

- Então vá buscar o lenço com sabonete e faiz por oito! (...)

E assim o sírio leva por oito o que o caipira queria por dezoito! (PIRES, 1929k)

É possível notar que, enquanto as primeiras produções “prepararam o terreno”, isto é, apresentaram o ambiente de origem do caipira e indicaram o léxico cultural de formação de sua forma de pensar, agir e ser singulares, as peças da segunda prensagem coloca o caipira *na* cidade contracenando com outros tipos sociais. De toda forma, a apresentação da figura do caipira se mantém, isto é, realiza-se a partir do realce de sua diferença, de suas características particulares e, ao mesmo tempo, da construção de sua defesa diante da desqualificação do modo de ser, pensar e agir caipira realizada por pessoas da cidade (como o convidado “pretensioso”). Além dessas anedotas, o caipira aparece também em outras cenas urbanas, como é o caso de *Agitação política em São Paulo* e *Cavando Votos* que serão analisadas a seguir.

4 | A POLÍTICA

O cenário político da primeira metade do século XX é um dos elementos marcantes nos discos originados da segunda prensagem, isto é, de outubro de 1929. Duas anedotas situam as/os ouvintes no panorama das questões políticas daquele momento histórico. *Agitação política em São Paulo* apresenta um turco, um italiano, um espanhol, um alemão e um caipira em plena discussão sobre a eleição presidencial de 1930, os quais indicam seus candidatos preferenciais. Enquanto o turco e o italiano apontam sua intenção de voto para Júlio Prestes, o espanhol e o alemão ressaltam sua admiração por Getúlio Vargas. As justificativas de voto são dadas por todos e o caipira parece estar observando a conversa. Ao final da anedota, o italiano lhe pergunta:

- E você, ui, seu jeca!

- Eu, pra falá a verdade, desde que não deixaram o Riu Barbosa ser imperador, larguei mão dessas coisa! Ele lança um graúdo que se arranje! Em festa de macuco¹⁹ nambú²⁰ não pia! Cum tanto que me deixem viver sossegado, caçando veado e tocando minha viola, eu num se importo! (PIRES, 1929l)

Rui Barbosa é colocado como o candidato político preferido dos caipiras. Historicamente, esse fato pode ser justificado a partir dos discursos do “Águia de Haia” na campanha da eleição presidencial de 1910 e 1919, dada atenção prestada à população do interior do Brasil, postura até então inédita no cenário político brasileiro. Para Rui Barbosa, a culpa das condições de vida das populações rurais devia-se a

estrutura política e econômica que as obrigava lançar mão do voto para tentar remediar os problemas estruturais que lhe atingiam.

A postura política de Rui Barbosa afinava-se ao discurso de Monteiro Lobato. Para remediar a culpa depositada em sua personagem Jeca Tatu em virtude de sua própria miserabilidade, o escritor saiu em sua defesa ao exclamar “o caipira não é assim, ele está assim” (LOBATO, 1949).

Rui Barbosa apropriou-se de escritos de Lobato em seus discursos, conferindo-lhe suas próprias impressões, contribuindo na agregação de outros valores sociais à representação do caipira. Por isso, Barbosa passou a elencar o analfabetismo como o problema e condição da marginalidade caipira, visto como elemento facilitador da corrupção e das fraudes características do processo eleitoral brasileiro da época.

Assim, por estabelecer uma denúncia social da condição de abandono que as gentes caipiras foram relegadas na estrutura do poder republicano, Rui Barbosa era representado como o único e verdadeiro candidato político para o caipira – e também para Cornélio Pires, seu admirador e participante ativista da Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910.

O sentimento de desalento do caipira em relação a República brasileira também é o tema principal de *Cavando votos*. O *causo* narrado em disco foi retirado da obra *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho – O Queima-Campo*, de 1924, publicada por Cornélio Pires.

- Boa tarde patrício!
- Bas tarde...
- O senhor como vai?
- Aqui como véio perrengue, vivendo de lembrança e de sodade...
- Os homens envelhecem, mas a pátria se remoça! Agora vai por todo Brasil um sopro de vida nova, de reação!
- Quá! Como tempo de dante nunca mais hai de ficá! (...).
- O senhor é eleitor?
- Pra que que vancê qué saber?
- Queria que o senhor fosse votar na próxima eleição para presidente da República.
- O'i moço, não seja tonto, largue mão disso, deixe dessas patacoada. O'i, eu já fui monacrista... virei repurbicano, desvirei... revirei... Eu hoje em dia nem num sei o qué que sô! Esse negócio de monacria e de repurbica, prá mim, é a merma coisa que criação de porco. (...) vancê arrepare que eu tenho razão: vancê recóie um porco magro no chiqueiro; de minhã cedo, você pincha um jacá de mio, ele HUM! No meio do dia otro jacá de mio, ele HUM! Na boca da noite, outro jacá. De minha cedo tá puído! O porco vae cumeno, vai ingordano. Vai ingordano, ingordano... Quando ele tá bem gordão, só qué durmi, roncá, dia e noite. Vancê pincha uma espiguinha de mio cateto, ele exprementa, larga, sobeja pras galinha pinicá. Tá gordo, tá infarado, tá cheio, num tem mais fome! Não precisa mais comê, parô de comê! Esse é o Imperadô... Agora com a Repurbica não tem jeito, poi: vancê recói um porco magro, ante de ingordá, vancê sorta, recói otro... Num hai mio que chegue, poi!
- *O senhor num tem razão! A República é muito boa!*
- *Pode ser, mai... pra encurtá o causo: vancê que tem viajado muito, tem andado muito aqui na roça...*

- *Tenho!*
- *Então vancê deve conhecê muitas qualidade de arvre...*
- *Conheço!*
- *Vancê conhece aquela uma que tá ali perto da ponte?*
- *Conheço muito. É um ingaiero!*
- *Um gazeiro nada! Aquela avre aqui nói chama de arvre du governo!*
- *Por quê?*
- *Vancê arrepare, o'i: tem parasita inté no úrtimo gaio!* (PIRES, 1929m)

A leitura apressada da anedota pode conduzir a uma conclusão que a saudade caipira dos tempos de antigamente resumem-se a época da monarquia. Porém, assim como na peça anterior, a condição do caipira como *véio perrengue* é resultante do processo de modernização que o marginalizou socialmente e lhe imprimiu o estigma de não civilizado, ignorante e atrasado. Por esse motivo, o caipira desconfia e questiona as conquistas modernas da República brasileira, articulando sua sabedoria singular - alicerçada no trabalho com a natureza e os animais – para a produção de suas próprias concepções de mundo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e fomento da defesa do caipira e de sua cultura executada por Cornélio Pires se deram a partir das suas próprias experiências enquanto sujeito, tendo como inspiração a realidade da região em que sua família viveu e endossando-a através de diversos temas oriundos de novas influências e experiências adquiridas (MAZOTI-CORRÊA, 2017).

Os sentidos e significados obtidos por essas gravações ultrapassam à sua categorização arbitrária de mero produto cultural, mecanismo fabricado objetivamente para o consumo. As artes - como a música, o cinema, o teatro, a literatura, a dança, o ritual - nesse sentido, formalizam experiências e concepções de mundo vívidas, expressando-se por meio de permanências, tensões, conflitos e mudanças resultantes da incorporação e atualização de “modos de vida”, “modos de ser” de determinados indivíduos ou grupos sociais (WILLIAMS, 2000, p. 29).

A presença maciça do humorismo anedotário nas primeiras prensagens da série Cornélio Pires engendra-se como importante estratégia no enfrentamento da desconfiança das gravadoras em relação a essas produções. Através de um filão próprio, humorístico, a música caipira conseguiu adentrar o universo fonográfico superando os preconceitos citadinos, ao mesmo tempo em que buscou trazer outras representações sobre a figura do caipira e de sua cultura.

Por fim, a performance social e artística de Cornélio Pires atesta o incessante e criativo processo de invenção das tradições (HOBSBAWN; RANGER, 1984) e de (re) construção de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) nacionais (o imigrante representado pelo português, alemão, turco e italiano) e também regionais (como o

carioca e o caipira).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUARTE, Geni Rosa. **Múltiplas vozes no ar**: o rádio em São Pulo nos anos 30 e 40. (Doutorado em História). São Paulo, PUC, 2000.

FAUSTINO, Jean Carlo; GARCIA, Rafael Marin da Silva. A série Cornélio Pires: análise da forma musical das suas modas-de-viola. In: **DEBATES**, UNIRIO, n. 16, p.63-89, jun. 2016.

FERREIRA, Elton Bruno. **Sonoridades caipiras na cidade: a produção de Cornélio Pires (1929-1930)**. Dissertação Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

FERRETE, J. L. **Capitão Furtado**: viola caipira ou sertaneja? Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, Divisão da Música Popular, 1985.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1949. [1ª edição 1918].

LOPES, Jairo de Araújo; SILVA, Daniela Regina. Publicidade no Brasil: novos caminhos, novas linguagens. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis. EDUFSC. V. 41, nº 1 e 2. Abril e Outubro de 2007.

MAZOTI-CORRÊA, Lays Matias. **O cosmopolitismo-caipira de Cornélio Pires**: rebatidas de um intelectual genuinamente paulista. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. v. 20, n.39. São Paulo, 2000.

PIRES, Cornélio (prod.) **20.000 – Entre italiano e alemão**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929a.

_____. **20.000 – Anedotas Norte-americanas**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929b.

_____. **20.001 – Astúcia de Negro Velho**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929c.

_____. **20.001 – Rebatidas de um caipira**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929d.

_____. **20.002 – Numa escola sertaneja**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929e.

_____. **20.003 – Coisas de caipira**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929f.

_____. **20.003 – Batizado do sapinho**. Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929g.

_____. **20.005 – Anedotas cariocas.** 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, maio de 1929h.

_____. **20.007 – Moda do peão.** Disco Moda de viola. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, outubro de 1929i.

_____. **20.008 – Os cariocas e os portugueses.** Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, outubro de 1929j.

_____. **20.009 – No mercado de caipiras.** Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, outubro de 1929k.

_____. **20.010 – Agitação política em São Paulo. Disco** Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, outubro de 1929l.

_____. **20.010 – Cavando votos.** Disco Anedotas. 78 rotações. Série Caipira Cornélio Pires. São Paulo: Columbia, outubro de 1929m.

VELOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde amarela. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 6, nº 11, 1993.

VENEZIANO, Neyde. **O teatro de revista no Brasil:** dramaturgias e convenções. São Paulo: Pontes: Editora Universidade de Campinas, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Laís Marina de Souza
(UEL)

RESUMO: Os valores, interesses e forma de vivência sociais estão em constante evolução e para atender a essas necessidades torna-se indispensável que as leis entendam e respeitem esses movimentos sociais para assim delinear as características ideológicas, políticas e históricas a respeito delas, pois são resultado das relações sociais que configuram atualmente. Esse trabalho traz uma reflexão de como o processo discursivo (intertextualidade/interdiscursividade) vigente na Lei no. 10.406/2002 - Código Civil Brasileiro, se constitui no espaço social atual. Para tanto, utilizamos fundamentos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e, partindo do pressuposto de que é por meio do discurso que a ideologia é materializada e estabelece uma relação indissociável entre o aspecto discursivo e o social como regulador das condições de produção vigentes em um dado período sócio-histórico, propomo-nos a analisar o processo de reconstrução, de ressignificação dos modos de vida atuais. Como *corpus* a ser analisado, selecionamos alguns conceitos jurídicos, leis e projetos de lei referentes aos termos união homoafetiva, cunhado pela autora Maria Berenice Dias, precursora nos estudos dos

direitos dos homoafetivos. Buscamos observar como operam as condições de produção, as ideologias, o interdiscurso, as formações ideológicas e discursivas, a memória e a subjetividade na formação dos sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: União Homoafetiva. Interdiscursividade. Formação de Sentido.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que é por meio do discurso que a ideologia materializa-se, e tendo como princípio a relação indissociável entre o aspecto discursivo e o social que regem o funcionamento da língua, afirma-se que a ideologia exerce o papel regulador das condições de produção vigentes em um dado período sócio-histórico.

Conforme postula, primeiramente, Althusser (1970) e reafirma Pêcheux (1996), as ocorrências ideológicas, dentro das relações de classes, se dão porque há uma interpelação do indivíduo como sujeito ideológico, que faz com que ele ocupe um lugar, ainda que inconsciente, em uma determinada classe social, dentre as vigentes, no período do qual ele faz parte.

Essas classes são as responsáveis por reproduzirem e garantirem, através dos aparelhos ideológicos de Estado, tanto relações de aliança ou de antagonismos, de submissão

ou de dominação, conforme os interesses daqueles que detêm a hegemonia do poder.

Haroche *et al.* (apud Brandão, 1986) definem a relação estabelecida entre as classes como: formação ideológica, o que nada mais é do que um elemento capaz de intervir como força contra outras forças, numa dada formação social.

Segundo esses autores, “[...] cada formação ideológica constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas em relações às outras” (Haroche et al., apud Brandão, 1986, p. 38).

Dessa forma, observa-se que, embora tais concepções analisem relações dentro da sociedade, é importante entender que os sujeitos são interpelados e se constituem a partir do Outro, ou seja, “o indivíduo é afetado pelo inconsciente lacaniano e, conseqüentemente, “interpelado” em sujeito pela ideologia” (Althusser) de forma fragmentária. Em outras palavras seu discurso é “heterogeneamente constituído” (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Ou ainda como conceitua Pêcheux (1988): “quando “o sujeito diz “eu”, o faz a partir de uma inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade”, (...) algo produzido após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro (...)” (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Portanto, faz-se necessário refletir que os processos de formação ideológica e discursiva, que se dão por meio das palavras, serão, pois a “base” que concretiza as escolhas, conscientes ou inconscientes, de determinados sujeitos constituído sócio-historicamente, consoante afirma Bakhtin (1992, p.41):

[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que despontam que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Assim, utilizando-se dos fundamentos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), o presente estudo visa refletir, primordialmente, o processo discursivo (intertextualidade/interdiscursividade) presente na atual lei que prevê as relações matrimoniais, tanto entre heterossexuais como entre pessoas do mesmo sexo. Tendo ainda, como apoio pressupostos teóricos da autora Maria Berenice Dias, responsável pela maioria dos estudos jurídicos nessa área no Brasil, sobretudo destacando o conceito de família no século XXI e criação do termo “homoafetivo” cunhado por ela, como aspectos indispensáveis para o entendimento da identidade dos pares homossexuais no Brasil.

SEXUALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

Nesse capítulo será traçado um perfil histórico de como delineou-se a história da sexualidade, baseando-se principalmente nos estudos de Michel Foucault que defende em seus livros sobre a história da sexualidade que muito do que temos e cultivamos hoje a respeito das práticas sexuais, fora convencionalizado socialmente.

Esse autor postula que inclusive processos que pregavam e tratavam da libertação da mulher não havia uma reivindicação em si, mas partiam do próprio discurso que era constituído no interior dos próprios dispositivos de sexualidade. Essas revoluções imperam no século XIX como uma forma de “dessexualização”, retirando a ênfase no aspecto sexual dos problemas, a fim de reivindicar e recriar formas de discurso, cultura, valores e convenções que divergem daquele imposto pelos mecanismos de dominação vigentes. Além disso, o filósofo mostra de que forma a sexualidade se constitui nos e para os discursos, fato evidenciado no excerto: “Um homem pode preferir os amores masculinos sem que ninguém sonhe em suspeitá-los de feminidade, desde que ele seja ativo na relação sexual e ativo no domínio de si.” (cit. p.79. FOUCAULT, 1985).

Portanto, o que Foucault já predizia é que o comportamento social da sexualidade atual, fora regulamentado de acordo com valores, ideologias e imposições que trazem à luz outras formas de opressão ou submissão, outras buscas e outras necessidades, que propagaram, por exemplo, a “patologização” do homossexual e a marginalização das minorias.

DEFINIÇÃO CASAMENTO X UNIÃO

Desde a primitividade o homem desenvolveu a necessidade de estabelecer em comunidade e criar vínculos, esse comportamento perpetuou-se ao longo do tempo e, hoje, embora ele não, obrigatoriamente, precise ser regulamentado por leis para existir, essa “união” passou a ser moldada tendo em vista diversos referenciais como os religiosos, morais, sociais, culturais, políticos e históricos. Mas ainda que essa inevitabilidade tenha se tornado latente. Foi somente em 2006, que com a Lei nº. 11.340 (Lei Maria da Penha) criou-se uma nova noção para o conceito de família no Art. 5º, II e § único: “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; independentemente de orientação sexual”.

Essa nova definição jurídica sobre a família confirma a ideia de que a família é o cerne natural e fundamental da sociedade, e confere garantia constitucional indicando que heterossexualidade não é condição para o casamento.

Haja vista, que o estado civil de um indivíduo sempre fora classificado de acordo com seu “status” conjugal, ou seja, pelo matrimônio: solteiro (não contraiu matrimônio), casado (indivíduo que contraiu matrimônio), divorciado (indivíduo que contraiu matrimônio, mas que se dissolveu), viúvo (um dos cônjuges faleceu). Após

a Constituição Federal de 1988, foram convencioneados outros estados civis como a união estável (substituiu os termos amasiado e concubino). No entanto, a união estável não é considerada igualitária ao casamento, apenas é assegurada a sua conversão facilitada em matrimônio.

Além disso, no que concerne à união homoafetiva ou ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ainda baseando-se nos estudos da obra *Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo*, coordenado por Maria Berenice Dias, nota-se que a evolução da aprovação do casamento igualitário no mundo, próspera, mas ainda há muito o que se buscar.

A CONSTITUIÇÃO DA LEI

As leis são criadas pelo homem e a serviço dele, no entanto conforme postula Charaudeau: “ Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto articular que é dado como fragmento do real”. Logo, pode-se dizer que ainda que se objetive uma constituição legislativa com a finalidade de assegurar igualdade quanto a garantia de direitos, essa sempre exercerá o cumprimento de um “poder” de uns sobre outros.

Embora pregue-se no discurso jurídico que para que a vida em sociedade ocorra com igualdade, as leis são necessárias, bem como a proteção do Estado. Essa premissa não é seguida muito à risca, as leis existem, no entanto elas correspondem apenas ao fragmento do real, pois não atendem a todas as situações e condições que carecem de proteção. Isso ocorre porque os legisladores e juristas são homens, e como tal, sujeitos assujeitados, ou seja, perpassados por valores e ideologias que insistem, em conduzi-los a considerar tradições, morais, políticas, s culturais e religiosas, em detrimento àquilo que seria o bem social e coletivo.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS E AS NOVAS CONCEPÇÕES

Partindo dessa premissa, na qual observamos características extralinguísticas, podemos nos apoiar no conceito de significação estudado por Michel Pêcheux em que ele define a construção de sentidos como sistematicamente apreendida por não ser da ordem da língua, e sim do discurso e, conseqüentemente, do sujeito, por isso sofre alterações conforme as posições nas quais se encontram os sujeitos que as enunciam.

Dessa forma, é possível asseverarmos que se torna impossível analisar as construções enunciativas propostas, no caso, referentes à união homoafetiva, observando o discurso independentemente das instituições as quais ele serve, ou ainda sem compreender conceitos como ideologia, formação discursiva, enunciação e condições de produção. Como afirma Maingueneau (2008, p. 119):

(...) a passagem de um discurso para o outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos. Não é o

mesmo tipo de organizações que se desenham em um e em outro caso, nem se trata dos mesmos protagonistas.

Por isso, no âmbito do discurso, afirmamos, de acordo com Orlandi (2013) que o sentido não existe isolado, mas é determinado pelas “posições ideológicas” decorrentes do processo sócio-histórico em que as palavras são projetadas, haja vista que elas assumem diferentes significações a partir daqueles que as empregam e das situações em que são utilizadas: “Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.” (ORLANDI, 2013, p. 43).

É certo que para compreender o processo de significação faz-se então necessário estudar o conceito de ideologia, que para filósofos como Marx e Engels (2009, p.14) é traduzida “como a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas em que são produzidas”. Esses autores ainda classificam a ideologia como a constituição “aparente” da existência, pois mascara a realidade ao partir das ideias para chegar ao palpável ou efetivo, assim como postula Chauí (1980), ao tratar da ideologia como um “instrumento de dominação” entre classes por meio do qual uma classe dominante sobrepõe-se e propaga suas ideias fazendo com que essas sejam convencionadas como “as ideias de todos”. A autora também aponta que a ideologia se compõe de forma sistêmica e lógica pautando-se em ideias e valores, de padrões e regras de conduta que estabelecem como a sociedade deve agir, pensar, analisar, comportar-se estabelecer juízos de valor exatamente conforme propõe Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985):

Porque, por um lado, acredito poder sustentar que as ideologias têm uma história sua (embora seja ela, em última instância, determinada pela luta de classes); e por outro lado, acredito poder sustentar ao mesmo tempo em que a ideologia em geral não tem história, não em um sentido negativo (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo. (ALTHUSSER, 1985, p.84).

Ainda consoante aos estudos althusserianos, é possível afirmar que a fim de manter essa dominação, a classe dominante constrói práticas de propagação ou de recriação das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Desse modo, tem início o papel do Estado que, através de Aparelhos Repressores – ARE – (o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e dos Aparelhos Ideológicos - AIE – (instituições como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém, ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. Para justificar como operam esses mecanismos Pêcheux (1995) discorre sobre a pluralidade dos AIE e como eles contribuem para que uma ideologia além de ser perpetuada consiga ser mantida:

Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos

ideológicos do estado são, por sua própria natureza plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização... nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc.) contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção. (PÊCHEUX, 1995, p. 78).

“FORMATAÇÕES” DAS LEIS: COMO OS SENTIDOS SE CONSTROEM E REPRESENTAM OU “SERVEM” À SOCIEDADE

Mesmo o relacionamento homossexual existindo há muito tempo, a união estável entre pares do mesmo sexo tardou a acontecer, isso porque, não só o legislador, mas a própria sociedade ainda está caminhando para a aceitação e igualdade no tratamento das pessoas, sobretudo no âmbito jurídico. Há que se considerar que a sociedade, a família, o homem passa por transformações, logo faz-se necessário que leis e mudanças sociais caminhem juntas a fim de garantir uma evolução de maneira equânime. Porém, o códex cível não é o único responsável por essa falta de aceitação, até porque ao formular-se uma lei há que se levar em conta que o sujeito se constrói a partir e na história.

Ainda a esse respeito Foucault assevera:

Do meu ponto de vista, deveríamos considerar a batalha pelos direitos dos gays como um episódio que não poderia representar a etapa final. E por duas razões: inicialmente, porque um direito, em seus efeitos reais, está ainda muito mais ligado a atitudes, a esquemas de comportamento do que a formulações legais. É possível que exista uma discriminação em relação aos homossexuais, embora a lei proíba tais discriminações. E então necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida em que as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo soam importantes. Não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de se fazer amor com alguém do mesmo sexo, a título de componente ou de suplemento. O fato de fazer amor com alguém do mesmo sexo pode muito naturalmente acarretar toda uma série de escolhas, toda uma série de outros valores e de opções para os quais ainda não há possibilidades reais. (FOUCAULT, p. 119, 2004).

Assim, conforme o próprio Foucault defende, a sexualidade é uma moeda de troca da qual nenhum sistema moderno de poder deve desfazer-se, portanto, atendendo a essa perspectiva tem-se a ação abaixo disposta que discorre sobre a supressão dos termos homem e mulher do códex civil para regulamentar a união homoafetiva entre os pares do mesmo sexo, vide excerto 1 e excerto 2:

Excerto 1

AÇÃO ORDINÁRIA - UNIÃO HOMOAFETIVA - ANALOGIA COM A UNIÃO ESTÁVEL PROTEGIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - PRINCÍPIO DA IGUALDADE (NÃO-DISCRIMINAÇÃO) E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DE UM PARCEIRO EM RELAÇÃO AO OUTRO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PEDIDO PROCEDENTE. - À união homoafetiva, que preenche os requisitos da união estável entre casais heterossexuais, deve ser conferido o caráter de entidade familiar, impondo-se reconhecer os direitos decorrentes desse vínculo, sob pena de ofensa aos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. - O art. 226, da Constituição Federal não pode ser analisado isoladamente, restritivamente, devendo observar-se os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Referido dispositivo, ao declarar a proteção do Estado à união estável entre o homem e a mulher, não pretendeu excluir dessa proteção a união homoafetiva, até porque, à época em que entrou em vigor a atual Carta Política, há quase 20 anos, não teve o legislador essa preocupação, o que cede espaço para a aplicação analógica da norma a situações atuais, antes não pensadas. - A lacuna existente na legislação não pode servir como obstáculo para o reconhecimento de um direito. (TJMG, APC 1.0024.06.930324-6/001, rel. Des^a. Heloisa Combat, j. 22.05.2007, d.p. 27.07.2007).

Excerto 2

Em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a família homoafetiva, conferindo aos casais homossexuais o direito à união estável. Esta decisão foi proferida no julgamento da ADI 4277-DF e ADPF 132-RJ. Antes, a união estável era um direito apenas do homem e da mulher, em razão do que dispunha o artigo 1.723 do Código Civil. O STF afastou a expressão “homem e mulher” da lei e permitiu a interpretação extensiva aos casais de mesmo sexo.

Ao proferir a decisão, o STF deixou expresso que o reconhecimento deve ser feito “segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva”. Ora, a união estável não é um gênero que se subdivide em duas espécies: união estável heteroafetiva e união estável homoafetivo! União estável é uma só.

Embora os excertos acima evidenciem uma ascendente conquista jurídica das minorias, ainda vislumbra-se a adaptação da nossa Constituição de 1988 à atual realidade, que assegurou dentro das condições de produção em que fora produzida, várias premissas essenciais para a sociedade, a política, a cultura e principalmente os valores religiosos daquele momento, no entanto não pôde prever o futuro e nem atender às suas especificidades. A homossexualidade já existia, mas conforme já exposto, não havia muitos casos que chegavam até a Justiça, envolvendo os

homoafetivos, por isso não era uma necessidade iminente, pois a construção dos valores pautava-se de outra forma, porém a sociedade mudou, e o Direito ainda está se adaptando à nova esfera social. Há com essa mudança, uma evolução nos valores, que se voltam mais à essência e à necessidade do ser humano, como por exemplo, a família, que agora se baseia mais no afeto e no amor. Em suma, os valores ideológicos e sociais sofreram alterações, assim como as formações discursivas, ou seja, aquilo que hoje permite-se dizer em uma dada conjuntura só é possível assim ser constituído, porque houve essa mudança que criou necessidades específicas, como as “reformulações” legislativas. Tais alterações, manifestam que ainda com um estado laico a construção das leis passa pelos filtros daqueles que as produzem e as conduzem; logo atendem às especificidades da sociedade a que servem. Por isso, para fins da análise do discurso jurídico a qual se propõe esse trabalho é interessante retomar as ideias de Orlandi (2013) sobre os aspectos ideológicos da construção do sentido, essa autora elucida que o sentido não existe isolado, pois os sentidos estão à deriva, mas são estabelecidos e pré-determinados pelas “posições ideológicas” decorrentes dos processos sócio históricos em que as palavras são projetadas, haja vista que elas assumem diferentes significações a partir daqueles que as empregam e das situações em que são utilizadas. Ainda sobre isso, em meados do século XIX Foucault já ressaltava:

Atualmente se fala cada vez menos de liberação sexual em termos vagos: fala-se dos direitos das mulheres, dos direitos dos homossexuais, dos direitos dos gays, mas não se sabe exatamente o que se entende por “direitos” e por “gays”. Nos países em que a homossexualidade como tal é francamente fora da lei, tudo é mais simples, pois tudo ainda está por fazer, mas nos países do norte da Europa em que o homossexualismo não é mais oficialmente proibido, o futuro dos direitos dos gays se apresenta de maneira diferente. (FOUCAULT, p. 119, 2004).

Logo, a partir de ambas as afirmações é possível perceber que existe um processo de silenciamento no âmbito jurídico no que concerne aos direitos e deveres dos homoafetivos, o Judiciário ficou inerte por muito tempo. Essa falta de mobilidade, ainda persiste, no entanto, tem sido alterada, a fim de corresponder àquilo que hoje é necessidade. Haja vista que alguns magistrados passaram a se utilizar da analogia e conferiram os direitos constitucionais aos homossexuais, sem afrontar com os princípios presentes na Carta Magna, bem como princípios gerais do Direito, e foi criada uma ampla discussão nessa seara.

Por conseguinte, é possível inferir-se que em cada período, no decorrer da história, uma minoria foi marginalizada para sobrepujar-se a ela os valores daqueles que detêm a hegemonia do poder, pois conforme os estudos althusserianos acima descritos, é possível afirmar que a fim de manter essa dominação, a classe dominante constrói práticas de propagação ou de recriação das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Foi assim com o negro, com a mulher, e hoje continua assim com os homoafetivos. Mesmo ainda ocorrendo preconceito com os negros e com as

mulheres, seus direitos já foram positivados. Já o homossexual, ainda sofre muito com preconceitos e discriminações, e tais sofrimentos são agravados, pois ainda não houve integração efetiva de sua condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir das pesquisas realizadas até o momento, pode-se observar que as posições assumidas pelos sujeitos revelam ideologias, valores e, conseqüentemente, se inscrevem na sociedade de alguma forma. No caso do tema desse trabalho é possível verificar que esses posicionamentos assumidos pelos sujeitos, ou até mesmo, a falta de um posicionamento, implicam em mudanças conjunturais na sociedade, avaliadas aqui no âmbito do discurso jurídico. Por isso, há necessidade de hoje analisar construções como homoafetividade, pares homossexuais e o conceito de família. O presente trabalho de pesquisa realizado já aponta que a própria cunhagem do termo “Homoafetivo”, feita por Maria Berenice Dias é um indicador de transformação social, mas ainda há muito o que evoluir e se transformar, principalmente no que diz respeito à própria sociedade.

Por fim com relação às Condições de produção e a sua influência no que se refere a essa construção de sentido, pode-se afirmar, sobretudo, à luz dos estudos foucaultianos que a história da sexualidade, bem como a forma como a sociedade lida com ela, passa diretamente pelo filtro das condições de produção, ou seja, os valores que vão conduzir as práticas jurídicas, já que essas devem servir à sociedade, estão intrinsicamente ligados às formações discursivas vigentes. Portanto, para fins de elucidação esse trabalho pretende e pretendeu suscitar a possível construção de sentidos baseada num reconhecimento (um reconhecimento, inclusive, de direitos e deveres perante a lei) dos pares homoafetivos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1970.
- AMOSSY, R. (Org). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Editora da UNICAMP, dez. 1990.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

- CHAVES, M. **Homoafetividade e Direito**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- DIAS, M. B. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- _____. **União Homoafetiva: o preconceito e a justiça**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- _____. **Homoafetividade – o que diz a Justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.
- _____. **União Homoafetiva: o preconceito e a justiça**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- _____. **Casamento: nem direitos nem deveres, só afeto**. [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_550\)1__casamento__nem_direitos_nem_deveres_so_afeto.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_550)1__casamento__nem_direitos_nem_deveres_so_afeto.pdf) > Acesso em 26 maio 2016.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOCAULT, M. **História da sexualidade**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, vols. 1,2 e 3.
- _____. **As palavras e as coisas**. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992. cap. 5, p. 139-78: Classificar 4. In: _____. **As palavras e as coisas**. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992. cap. 10, p. 361-404: As ciências humanas.
- _____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. O combate da castidade. In: MOTTA, M. B. de (Org.). **Ética, sexualidade, política**. / Michel Foucault: *Ditos e escritos*. Tradução de E. Monteiro; S. I. A. P. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.)
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. (1957). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução de Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.
- _____. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARIANI, B. Imaginário Linguístico: análise do discurso e psicanálise. In: **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. n. 132. Porto Alegre: APPOA, dez. 2004.
- _____. Subjetividade e Imaginário Linguístico: análise do discurso e psicanálise. In: **Linguagem em Discurso**. Número especial. S.l.: UNISUL, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100519433/aprovado-o-casamento-gay-no-brasil-raquel-castro>>. Acesso em 10 set. 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 49-57.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carlos Alexandre Borges de Lima

Centro Universitário do Norte – Uninorte Laureate
University
Manaus - Amazonas

**Maria do Perpetuo Socorro Bandeira
Morais**

Universidade Federal do Amazonas – Ufam
Manaus - Amazonas

RESUMO: Este artigo tem objetivo principal discutir sobre as dificuldades didáticas enfrentadas pelos docentes para o ensino da dança como uma proposta psicomotora de aprendizagem na educação infantil. O interesse por este estudo se deu em razão da necessidade sentida em aprofundar conhecimentos a respeito de como a dança poderá vir a contribuir enquanto recurso didático psicomotor, visando o desenvolvimento das expressões criativas e a descoberta do corpo. Com isso, surgiram as seguintes questões da pesquisa: Quais fatores intrínsecos e extrínsecos de se trabalhar com a dança no espaço da educação infantil como recurso de aprendizagem e proposta psicomotora? Que subsídios teóricos e epistemológicos explicam a importância da dança como recurso didático psicomotor? A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de produzirmos conhecimentos para dentro de uma área que

tem conhecimento frágil. No entanto, tem sido utilizada sem aprofundamento teórico e sem um procedimento didático adequado. No desenvolvimento do trabalho, fez-se um estudo bibliográfico sobre o tema, analisando as dificuldades didáticas enfrentadas pelos docentes para se trabalhar com a dança como proposta psicomotora. Por fim, concluiu-se que a dança pode ser utilizada como recurso didático psicomotor. E, pressupõe-se que devido aos métodos e processos livres utilizados na dança, as crianças têm a possibilidade de aprender pelas experiências do próprio corpo, e agir livremente no espaço em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Procedimento Didático; Proposta Psicomotora de Aprendizagem; Educação Infantil.

THE DANCE AS A PSYCHOMOTOR DIDACTIC RESOURCE FOR THE DEVELOPMENT OF CREATIVE EXPRESSION AND THE DISCOVERY OF THE BODY IN THE AREA OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT: This article has as main objective to discuss about the didactic difficulties faced by the teachers for the teaching of dance as a psychomotor proposal of learning in the infantile education. The interest in this study was due to the need felt to deepen knowledge about how dance could contribute as a didactic psychomotor

resource, aiming at the development of creative expressions and the discovery of the body. With this, the following research questions emerged: What intrinsic and extrinsic factors of working with dance in the space of early childhood education as a learning resource and psychomotor proposal? What theoretical and epistemological subsidies explain the importance of dance as a didactic psychomotor resource? The relevance of this research is justified by the need to produce knowledge within an area that has fragile knowledge. However, it has been used without theoretical depth and without an adequate didactic procedure. In the development of the work, a bibliographic study on the subject was carried out, analyzing the didactic difficulties faced by the teachers to work with dance as a psychomotor proposal. Finally, it was concluded that dance can be used as a didactic psychomotor resource. And, it is assumed that due to the free methods and processes used in dance, children have the possibility to learn from their own body experiences, and to act freely in the space in which they live.

KEYWORDS: Dance; Didactic procedure; Psychomotor Learning Proposal; Child education.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem objetivo principal discutir sobre as dificuldades didáticas enfrentadas pelos docentes para o ensino da dança como uma proposta psicomotora de aprendizagem na educação infantil. O interesse por este estudo se deu em razão da necessidade sentida em aprofundar conhecimentos a respeito de como a dança poderá vir a contribuir enquanto recurso didático psicomotor, visando o desenvolvimento das expressões criativas e a descoberta do corpo no espaço da educação infantil.

Sendo assim, a não utilização da dança para exercitar a expressão criativa, o desenvolvimento e apropriação do corpo comprometem o processo educativo motor, cognitivo e afetivo da psicomotricidade na educação infantil. Não alcançando uma educação motora consciente e global. Com isso, surgiram as seguintes questões da pesquisa: Quais fatores intrínsecos e extrínsecos de se trabalhar com a dança no espaço da educação infantil como psicomotora de aprendizagem e proposta psicomotora? Que subsídios teóricos e epistemológicos explicam a importância da dança como recurso didático psicomotor?

Sabemos que a falta de procedimentos didáticos no ensino da dança dificulta o processo de execução das aulas, pois sem planejamento e técnicas adequadas para se trabalhar as habilidades motoras, não há processo criativo na Educação Infantil. Conforme Correia (2006), precisamos deixar de ver a dança em nossas escolas como entretenimento e assumi-la como cultura. Trabalhar com esse conteúdo ressaltando as contradições, os tabus e os preconceitos existentes na sociedade, resgatando o conhecimento mercantilizado dos alunos sobre a dança e transformando-os em conhecimento crítico e discernido, e eximindo-se de preconceitos.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de produzirmos

conhecimentos para dentro de uma área que tem conhecimento frágil. No entanto, tem sido utilizada sem aprofundamento teórico e sem um procedimento didático adequado, sendo assim prejudicial para o processo de ensino e aprendizagem do ensino da dança. No desenvolvimento do trabalho, fez-se um estudo bibliográfico sobre o tema, analisando as dificuldades didáticas enfrentadas pelos docentes para se trabalhar com a dança como proposta psicomotora e como o tema necessário para a valorização da dança enquanto ciência.

2 | CONHECENDO O CONCEITO DE DANÇA

A dança é uma das três principais artes cênicas da antiguidade, como arte, a dança se expressa através dos signos de movimentos, com ou sem ligação musical, sua verdadeira essência musical vem da alma de quem a transmite. Para Nanni (2008, p. 01), “A Dança – em sua essência – como manifestação primitiva, era um mergulho no mundo mágico, onde os movimentos espontâneos surgiram da imaginação...”. A linguagem corporal tem um valor representativo até o tempo de hoje, seu cunho de representação desde sua origem era de manifestação primitiva, transmitida por meio do seu corpo seus sentimentos, pensamentos e desejos.

A expressividade dos movimentos espontâneos é realizada pelo fascinante instrumento utilizado que é o corpo, os órgãos e membros se integram com a excitabilidade e percepção para dar base a delicados movimentos e passos. Em concordância Laban (1990, p. 45) elucida que, “os movimentos na dança se manifestam na riqueza dos gestos e nos passos utilizados no dia-a-dia: em qualquer ação o homem faz uso de movimentos leves ou fortes, diretos ou flexíveis, lentos ou súbitos, controlados ou livres”.

Com base nessas reflexões, tais movimentos ao serem incorporados na dança dão sustentáculo e base para a criança e amplitude, das diversas possibilidades de movimentos e expressões corporais. Sem movimento corporal não há dança, pois os movimentos são as estruturas principais para a caracterização da dança como arte, desse modo, a dança enquanto uma proposta educacional de ensino e aprendizagem, não se resume simplesmente em aquisição de habilidades, contudo, contribui para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais dos movimentos, no desenvolvimento das potencialidades humanas e suas relações com o mundo.

A dança sofreu diversas influências e transformações com o passar do tempo, ganhando cada vez mais espaço na área educacional. Segundo Ossona (1988, p. 42), “nas antigas culturais a dança teve um caráter de espetáculo, manifestações populares, e na idade média passou a ser uma forma de entretenimento das classes altas e as do povo”. Desse modo, podemos perceber que a dança percorreu um longo caminho até obter esse espaço essa visão de dança como recurso para a prática pedagógica.

Assim, a dança então foi à primeira manifestação de comunicação do homem, estando presente em todo processo de civilização e acompanha a evolução social.

Sendo a arte mais completa e antiga do mundo. Por fim, a dança é preponderante no resgate de vínculos perdidos com nossa própria essência.

Nessa perspectiva, a linguagem corporal é rica em significados, abrindo caminho para o autoconhecimento, possibilitando o desenvolvimento das inteligências múltiplas e das potencialidades humanas. A partir do olhar sobre a relação entre a dança e procedimento didático psicomotor, procura-se, no item abaixo, abordar a possibilidade dessa articulação na sala de aula da educação infantil.

3 | DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR

Quando se pensa em dança como proposta psicomotora na educação infantil, indaga-se: “Para que quero formar este ser?”, refletindo sobre a mesma como parte do conhecimento humano, afetivo, cognitivo ou social, salienta-se a linguagem corporal como mais uma das formas de representação do conhecimento em consonância com os demais campos do saber. Assim, a dimensão epistemológica, que orienta para o campo dos saberes, revela a falta de sentido da prática docente na utilização da dança no contexto da educação.

Com isso, a partir do conhecimento psicomotor, compreendido como uma categoria de ações, devido ao trabalho desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (SBP), fundada em 1980, questiona-se sobre o sentido do que se ensina ou se aprende, já que aspira uma compreensão total do conhecimento psicomotor, que possibilite superar a visão fragmentada da utilização da dança no ambiente escolar.

Identificar como se compreende o ensino da dança impulsiona a refletir sobre os fatores intrínsecos e extrínsecos de se trabalhar com a dança no espaço da educação infantil como ferramenta de aprendizagem e proposta psicomotora. A sua universalidade e a própria concepção acerca da finalidade do seu estudo faz com que o aluno sinta a necessidade de externarem seus sentimentos e emoções de forma prazerosa e lúdica, na socialização com o meio no qual ele está inserido.

A utilização da dança no contexto escolar tem sido um grande desafio para os professores que não possuem formação na área. Desta forma podemos dizer segundo Berge (1988, p. 29) que a dança no contexto escolar tem sido “uma verdadeira reviravolta pedagógica”. Desse modo, a falta de aprofundamento teórico sobre a dança influencia no procedimento didático do ensino da dança, pois sem conhecimento teórico a prática acaba sendo reproduzida apenas por reproduzir, sem fundamentação teórica e sem objetivos importantes para o processo de ensino e aprendizagem.

A dança possibilita a modificação de todos os aspectos da formação do ser humano como um ser cultural e social. Em concordância, Nanni (2008, p. 08) afirma que para construir novas formas de movimentações mais complexa é necessário que “a dança proporcione situações que lhes possibilitem desenvolver habilidades várias de possibilidades de movimento, exercer possibilidades de autoconhecimento e ser o

agente afetivo da harmonia entre a razão e o coração”. Pode-se perceber que a dança é a mais perfeita forma de harmonia entre o coração e a razão, pois seus resultados são tantos intrínsecos, quanto extrínsecos.

Nessa perspectiva, o sentido do olhar sobre a dança como recurso didático psicomotor vai além do ato de pensar, ou seja, a dança no espaço escolar não se resume ao ensino de dança ou técnicas de movimentos, mas auxiliar na formação do indivíduo contribuindo com sua construção de conhecimento. Com base nos elementos da psicomotricidade no processo de desenvolvimento humano, procura-se, no item abaixo, elucidar os conjuntos de fatores da psicomotricidade que possibilitam tais desenvolvimentos.

4 | PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Cristalizado a luz da ideia de Le Boulch (1982), pode se afirmar que o ser humano é um conjunto de sentimentos e atitudes motivados por meio da expressão corporal, nos exercícios psicomotores que possibilitam o desenvolvimento afetivo entre os indivíduos, o contato físico, os sentimentos e as atitudes. A psicomotricidade por finalidade o desenvolvimento das possibilidades motoras e criatividade do ser humano em sua totalidade, partindo do seu corpo, levando a centralizar seus exercícios e a busca pelo movimento e da prática.

Em uma visão de ciência e técnica, a psicomotricidade age de forma atuante, tendo como enfoque a educação física e a dança, com base em um olhar mais amplo em que o ser humano deixe de ser visto apenas como um ser biológico, e comece a ser concebido por um olhar panorama, no qual possa ser considerado os fatores sociais históricos e culturais.

Com a educação psicomotora a dança passa a ter como finalidade primordial o incentivo pela prática do movimento em todas as fases da vida de uma criança. A psicomotricidade como toda ciência tem um objetivo de estudo próprio e assim retira sua unidade e especificação, isso quer dizer que o corpo e a sua expressão dinâmica são fundamentadas, de acordo com Kyrillos e Sanches (2004, p. 167), em três conhecimentos básicos:

O movimento, que segundo os conhecimentos atuais ultrapassa o ato mecânico e o próprio indivíduo, sendo à base das posturas e posicionamento diante da vida; o intelectual, que encerra a gênese e todas as qualidades da inteligências do pensamento humano, seu desenvolvimento depende do movimento para estabelecer, desenvolver e operar; o afeto, que é a própria pulsão interna do indivíduo, que matiza a motivação e envolve todas as relações do sujeito com os outros, com o meio e consigo mesmo.

Pode-se refletir que a aprendizagem da criança está ligada diretamente ao desenvolvimento psicomotor. Tal fator é preponderante para a união da psicomotricidade com a dança, favorecendo o desenvolvimento global da criança. Sendo a educação

psicomotora baseada em um conjunto de ações educativas fundamentadas no movimento natural consciente e espontâneo com o objetivo de normalizar, completar ou aperfeiçoar a conduta total da criança.

Nessa perspectiva de ensino e aprendizagem, promover a dança em sala de aula é fornecer aos alunos uma possibilidade de criar um espaço para o corpo: os movimentos, o dinamismo e a liberdade são vividos pelas crianças. A compreensão poderá ser acentuada pelo desenvolvimento de procedimentos didáticos adequados para o ensino da dança na educação infantil.

Ao avançar na investigação de conceitos, tem-se a possibilidade de ampliar a compreensão da dança por meio de elementos da psicomotricidade que aponta a presença de uma perfeita relação entre elas. Este será o propósito do próximo tópico de estudo: possibilitar o desenvolvimento de um cenário de representações para que a expressão criativa e a descoberta do corpo possam acontecer nas aulas de dança no espaço da educação infantil.

5 | A EXPRESSÃO CRIATIVA E A DESCOBERTA DO CORPO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Inicialmente, antes da articulação dos conceitos de expressão criativa e da descoberta do corpo, faz-se necessário uma reflexão sobre desenvolvimento humano. Para nortear tal estudo, serão utilizados os conceitos pesquisados por Wallon (2008), Galvão (2002) e Lapierre (1997).

O desenvolvimento humano é um processo complexo, dialético, social e contínuo, no qual todas as dimensões se comunicam constantemente, revelando que corpo e mente são instâncias indissociáveis. Desse modo, Wallon (2008, p. 27) reconhece que “o processo de estruturação humana é dialético e nunca acabado, pois o indivíduo, frente a uma situação diante da qual tem imperícia, precisará passar por um processo de adaptação para adquirir perícia”. Para ele, o desenvolvimento humano utiliza, integra, mobiliza conhecimento para enfrentar um conjunto de situações complexas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), atribuem ao conceito de desenvolvimento humano o significado apresentado por esse autor, como se pode verificar:

Capacidade de formar imagens que torna possível a evolução do homem e o desenvolvimento da criança; visualizar situações que não existem, mas que podem vir a existir, abre o acesso a possibilidades que estão além da experiência imediata. A imaginação dá forma e densidade à experiência de perceber, sentir e pensar, criando imagens internas que se combinam para representar essa experiência. (BRASIL, 1997, p. 41).

Assim, percebe-se que o termo desenvolvimento humano é usado como sinônimo de outros termos, como crescimento, evolução, e que esses mesmos termos, às vezes,

têm as mesmas significações. Desse modo, a falta de conhecimento sobre o tema, tem resultado em concepções equivocadas sobre o assunto, partindo de profissionais que atuam com crianças em processo de desenvolvimento e que tem refletido na prática, podendo ser percebido nas aulas de dança que muitas vezes são reproduzidas apenas por reproduzir, sem norteamto teórico.

Ação docente no andamento do desenvolvimento humano é de suma importância, pois segundo Galvão (2002, p. 21), “o processo de desenvolvimento apresenta um ritmo descontínuo, podendo ser comparado com o movimento de um pêndulo que oscila entre extremidades opostas, incutindo características próprias a cada estágio da estruturação, perdurando na vida adulta”. Ele é indicativo de experiências e conhecimentos apreendidos no decorrer da vida da criança até a fase adulta.

O desenvolvimento da criança, ainda segundo Galvão, “é constituído por cinco estágios, nos quais se sucedem fases com predominância afetiva e cognitiva”. Ela se refere às fases do desenvolvimento que a criança passa desde o seu nascimento até a sua adolescência. Sendo que os estágios do desenvolvimento humano não se encerram com o da adolescência, porém permeiam até a fase adulta. Nesse ponto de vista, podemos afirmar que o desenvolvimento humano é adaptação ao meio, é movimento humano, para romper com o silêncio e a imobilidade do corpo, impostos pelas metodologias tradicionais.

Cabe à escola ofertar espaços e atividades adequadas para o atendimento das demandas motoras dos educandos, na perspectiva de totalidade humana, sem dissociar o corpo da mente. De acordo com Lapierre (1997, p. 29), “o desenvolvimento humano envolve todas as dimensões do ser, o que contraria as concepções que privilegiam o racional em detrimento de outros aspectos do ser humano”. O autor descreve que o contato corporal é fundamental para a comunicação entre os indivíduos, sendo o corpo um veículo de comunicação com o mundo, não se referindo a uma instancia dissociada da dimensão intelectual.

Os processos de criatividade e execução dos movimentos ocorrem simultaneamente, envolvendo aspectos muito íntimos de quem dança, trabalhando com seu emocional, sua intimidade, seu eu interior como também aspectos extrínsecos do qual está inserido. A dança criativa estimula a criatividade e auto-expressão, ao proporcionar uma atmosfera amigável, informativa e aberta, criando um ambiente de aprendizagem positivo.

Desta forma podemos conceituar a criatividade segundo Vernon (1989, p. 35) como,

a capacidade da pessoa para produzir ideias, descobertas, reestruturações, invenções, objetos artísticos novos e originais, que são aceites pelos especialistas como elementos valiosos no domínio das Ciências, da Tecnologia e da Arte. Tanto a originalidade como a “utilidade” como o “valor” são propriedades do produto criativo, embora estas propriedades possam variar com o passar do tempo.

Tal reflexão concretiza que o ser humano no seu processo de criação traz consigo conhecimentos do seu ser mais profundo. Podendo assim afirmar que, tal expressão já existe dentro de cada aluno e que só precisam ser estimulados. Logo salientamos que trabalhar a expressão criativa é adentrar em uma especificidade de cada ser, tornando-se uma inquisição no desbloqueio das dificuldades que impedem o seu fluxo natural.

Em meio a essas questões, observa-se que o desenvolvimento humano no processo de criatividade, ocorre a partir da relação do corpo com o espaço e por experiências diversificadas, como acontecem no espaço da educação infantil, possibilitando inúmeras vivências da expressão corporal. Logo oportunizando a criança tenha o mais cedo possível, seu corpo permeado por sentimentos e emoções, contribuindo para as descobertas “de si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo” (MARQUES, 2010, p. 10).

Concorda-se com a consideração de Marques, que será necessário que o corpo no processo de descobertas necessite estar em bom funcionamento, na medida em que se possibilite um espaço de vivências e comunicações com o outro e consigo mesmo. Pois os fatores extrínsecos contribuem para a evolução do desenvolvimento da criança no processo de criatividade no que se refere ao ensino da dança. O espaço físico estimula a criatividade, visto que, os sentimentos e emoções não partem somente dos fatores intrínsecos, porém também é intensificado pelo espaço vivido da criança.

Desse modo, assumir este desafio conduz ao abandono de atividades mecânicas para criar possibilidades de atividades que deem aos alunos condições de comunicar-se por meio do movimento com os demais e com eles mesmos, para que possam desenvolver suas potencialidades por meio da dança, pois “a pessoa, quando dança, utiliza o corpo experimentando diversas sensações, descobrindo inúmeras possibilidades de se movimentar, de se conectar consigo mesmo, descobrindo formas de se sentir bem com seu próprio corpo” (GARAUDY, 1980, p. 75).

Essa experiência, como mostra o autor, é um dos fatores responsáveis pelo fato de a dança no espaço da Educação Infantil centrar-se no processo de desenvolvimento das expressões criativas e da descoberta do corpo. O objetivo da dança é favorecer a criatividade e, para o desenvolvimento da criatividade no processo de construção do conhecimento, é fundamental que “à escola leve a criança a adquirir consciência dos princípios do movimento, preservando sua espontaneidade e desenvolvimento a expressão criativa. O aprendizado da dança deve integrar o conhecimento intelectual e criativo do aluno, desenvolvendo os pilares da educação” (LABAN, 1978, p. 67).

Concorda-se com Laban (1978) que, para se trabalhar com o corpo é necessário que o homem como um ser pleno e único que quer aprender de forma prazerosa, dinâmica e envolvente, pois o ser humano se movimenta devido à necessidade de se expressar e de externar seus sentimentos mais profundos. Desse modo, a dança tem sido um recurso de ensino e aprendizagem utilizado para o desenvolvimento humano para exploração dos movimentos, das potencialidades e da descoberta do corpo na

educação infantil.

Os desafios encontrados poderão ser ultrapassados através dos pontos convergentes e divergentes, percebidos em trabalhos de perspectiva psicomotora, que desenvolvem a criatividade e a percepção corporal na disciplina de dança em uma modalidade na educação brasileira chamada Educação Infantil que tem as diretrizes que tomam conta dessa modalidade, versam sobre essa modalidade, entre essas diretrizes existem itens ligados à expressão criativa e a descoberta do corpo e que serão propostos no próximo tópico.

6 | O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço da Educação Infantil tem papel educativo, sendo uma modalidade que desenvolve sua prática pedagógica a partir da realidade vivenciada pelas crianças no seu cotidiano e no âmbito escolar, cuja finalidade seja em ampliar seus conhecimentos com atividades concretas. Para isso, os professores que trabalham com essa modalidade de ensino, precisam garantir excelentes condições educativas, preocupando-se com a organização dos espaços de forma que contribua para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) no Art. 29 nos define que “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Desse modo, podemos dizer que essa fase está dividida em dois segmentos: creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses).

Considera-se essa primeira infância um período crucial na vida das crianças, pois é por meio dessa fase que as mesmas adquirem competências essenciais para o desenvolvimento de habilidades que irão impactar na sua vida adulta. Percebe-se, também, que “a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis”. (BRASIL, 1998, p. 23).

Desse modo, pode-se afirmar que a construção de uma pedagogia voltada para a educação artística no espaço da educação infantil pode, favorecer a criança através de atividades corporais, experiências significativas de forma lúdica, informal e social. Assim, ao assumir a função lúdica e educativa, as atividades psicomotoras propiciam diversão, prazer, potencializa a exploração e a construção do conhecimento, sendo por meio do corpo em movimento uma experiência fundamental para qualquer idade no desenvolvimento das expressões criativas e da descoberta do corpo, principalmente para as crianças da Educação Infantil.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998,

p. 69):

O espaço na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas.

Assim, percebe-se que o espaço da educação infantil é um dos grandes fatores extrínsecos do desenvolvimento dos elementos da psicomotricidade: motor, cognitivo e afetivo. Com isso, a educação infantil desempenha um papel socializador e promovedor do desenvolvimento da identidade da criança por intermédio de aprendizagem diversificada em situações de interação, reconhecemos então, a partir dessas informações que a brincadeira, a atividade lúdica deve estar sempre presente na educação infantil.

Ao analisar a importância de se desenvolver nos alunos a consciência corporal e a criatividade nas aulas de dança, percebe-se a aprendizagem, a partir de elementos da psicomotricidade e dos procedimentos didáticos adequados para se trabalhar com a dança no espaço da educação infantil, nessa disciplina. É por meio dos procedimentos didáticos que a dança poderá fazer uma ponte com os elementos da psicomotricidade, articulando o desenvolvimento das expressões criativas e a descoberta do corpo, possibilitando um diálogo dessa prática com os demais componentes curriculares.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer articulação com o estudo proporcionado pela pesquisa, volta-se o olhar para a aprendizagem do ensino da dança no contexto escolar no espaço da educação infantil, reportando as inquietações e reflexões propostas pelo problema a ser pesquisado, que foi: “Quais os procedimentos didáticos utilizados pelos professores no ensino da dança no processo de execução das aulas, para se trabalhar as habilidades motoras a fim de exercitar a expressão criativa e promover a descoberta do corpo na educação infantil?”.

Na tentativa de encontrar respostas, buscou-se o desvincular-se das amarras de concepções de aprendizagem relacionados ao ensino da dança, o que implica descortinar a especificidade de suas contradições internas, em torno de conteúdo, procedimento de ensino, critérios de avaliação, relação professor-aluno, planejamento, exercícios desenvolvidos para descoberta do corpo e o desenvolvimento das expressões criativas. Implica também discutir com o trabalho pedagógico escolar e sua práxis, articulando às bases materiais que se pretende transformar, desvinculando-se das abordagens pelas quais a aprendizagem no ensino da dança vem sendo desenvolvida de forma fragmentada e sem conhecimento teórico sobre a mesma.

Relatamos a Dança como uma área específica da expressão humana, que possui

como princípios básicos a liberdade de escolha, a criatividade, a diversão e o prazer, sendo ainda um aspecto importante para a melhoria da psicomotricidade e comunicação, cabe ao professor desenvolver abordagens de ensino e aprendizagem que incluam a facilitação desse reconhecimento, a expressão pessoal e o autoconhecimento, incorporando de forma involuntária nas aulas de seus alunos princípios que provocam prazer e busque formas de movimentações corporais espontâneos dos mesmos.

As aulas de dança na Educação Infantil permite a vivencia de diferentes práticas corporais, de forma lúdica e prazerosa, possibilitando a expressão, a criatividade, à autodescoberta de novas movimentações, a promoção social e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento, constituindo-se em mais um objetivo fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

No desenrolar das pesquisas, pode-se concluir que ela é capaz de fomentar e fazer flora uma alegria que impulsiona qualquer individuo pela busca do prazer, de ter seus movimentos e suas limitações ampliadas, capacitando cada um a se encontrar com seu eu. Assim, certamente saberão, mais tarde, como encontrar maneiras de satisfação sadia de suas necessidades de expressar – se, aventurar – se e integrar-se com diferentes grupos, enfim, se autoconhecer e conviver em sociedade.

Evidencia-se também que a dança como ser utilizada como recurso didático psicomotor no espaço da Educação Infantil, o que não precisa ser mestre ou doutores em dança para incluir de forma transdisciplinar no currículo da escola para desenvolver os elementos da psicomotricidade, cuja finalidade seja em desenvolver na criança a criativa e a consciência corporal.

Vale salientar que a dança no contexto escolar não deve priorizar a execução dos movimentos corretos e perfeitos dentro de um padrão técnico imposto, gerando a competitividade entre as crianças. Deve partir do pressuposto de que o movimento é uma forma de expressão e comunicação da mesma, objetivando torna-lo um cidadão crítico, participativo e responsável, capaz de expressar-se em varias linguagens.

REFERÊNCIAS

ABP. Associação Brasileira de Psicomotricidade. Disponível em: www.psicomotricidade.com.br . Acesso em: 05 jan. de 2017.

BERGE, Yvonne. **Viver o seu corpo**: Por uma pedagogia do movimento. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC,1998.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CORREIA, Marcos Miranda. **Dança e Gênero nas aulas de Educação Física**. In: X ENFEFE – Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, Niterói, 2005.

GALVÃO, Z. **Educação Física escolar**: A prática do bom professor. Revista Mackenzie de Educação

Física e Esporte, 2002. p. 65-71.

GARAUDY, D. **Dança a vida**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KYRILLOS, Michel Habib M.; SANCHES, Tereza Leite. **Fantasia e criatividade no espaço lúdico: educação física e psicomotricidade**. In: ALVES, Fátima. **Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união**. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Icone, 1990.

LAPIERRE. A. **A Educação Psicomotora na Escola Maternal – uma experiência com os pequeninos**. São Paulo: Manole LTDA, 1997.

LE BOULCH, Jean. **O Desenvolvimento Psicomotor: do nascimento aos 6 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MANICA, M.A. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Disponível em: www.coladaweb.com/admmaterial/pesquisa, acesso em: 29 out, 2011.

MARQUES, I. **Linguagem da dança: arte de ensino**. São Paulo: Digitexto. 2010.

NANNI, Dionísia. **Dança educativa: Pré escola à universidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

OSSONA, Paulina. **A educação pela dança**. São Paulo: Summus, 1988.

SALVADOR, Â. D. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VERNON P. E. **O Problema da criança da natureza na criatividade**. Nova Iorque: Plenum Press, 1989.

WALLON, Henri. **Do ato ao pensamento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS

Loriane Trombini Frick

Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Curitiba – Paraná

Bruno Barbosa de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel, Cascavel - Paraná

Leidyane Tiberio Neves

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Karianny Aparecida Gerotto del Mouro

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Alysson Mateus Rabelo Kiessow

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Ígor Prochnow

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Joyce Coldebella

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar vivências machistas entre membros da comunidade interna e externa de uma universidade no Estado do Paraná, bem como, analisar quais indicações são apontadas por estes para superação da desigualdade de gênero. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter qualitativo. Os dados foram coletados

via formulário *online* usando a ferramenta “Formulários” do *Google* e pela disponibilização de caixas coletoras em locais comuns da universidade. Procedeu-se à análise de conteúdo, com criação de categorias. O conteúdo dos relatos foi, principalmente, de caráter sexual, sobre o trabalho e capacidades intelectuais. Como enfrentamento, os respondentes indicaram a promoção do respeito, luta por direitos, educação, conscientização e mais informação, além de fomentar uma cultura de inclusão e de convivência com a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Machismo. Equidade. Gênero. Diversidade.

REPORTS OF EXPERIENCES MALE CHAUVINISM

ABSTRACT: The objective of this work is to identify and analyze male chauvinist behaviors between members of the internal and external community of an university in the state of Paraná as well as to analyze these members’ indications to overcome the gender inequality problem. The presente work is a descriptive study with qualitative objectives. Data was collected through an online form, using the tool “Forms” from Google and through provision of collector boxes in the university’s common areas. To analyze the content, categories were created. The reports’ matter were, mainly, consisted of

sexual nature comments about work and intellectual capacity. Regarding confrontation, the survey respondents elicited respect promotion, fight for rights, education, awareness and more information distribution, as well as encouragement of an inclusive culture and diversity coexistence.

KEYWORDS: Male chauvinism. Equality. Gender. Diversity.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra mulher tem como base, muitas vezes, o machismo, originado de uma cultura que tenta incutir a ideia de que a mulher é biologicamente desfavorecida e tem suas capacidades inferiorizadas em relação aos homens. Esse tipo de violência, perceptível no decorrer dos séculos, baseia-se na ideia de que as mulheres são facilmente domesticáveis, emocionalmente descontroladas, geradoras de comportamentos irracionais e ilógicos, para justificar tais agressões (BOURDIEU, 1995). Nesse sentido, é necessário desnaturalizar esse comportamento violento baseado em argumentos tão frágeis e ultrapassados. Pois não condiz com a realidade em que vivemos atualmente, onde a mulher, muitas vezes, tem suprido o papel feminino e masculino dentro de uma sociedade (CUNHA, 2014).

Muitas leis e políticas públicas foram criadas ao longo dos anos, como resultado da luta das mulheres e de outros grupos sociais, ambicionando a equidade de gênero, a liberdade de identidade de gênero e sexual, e a não violência. Um exemplo das conquistas do movimento feminista e de mulheres, e dos demais grupos sociais é a Lei nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006); a incorporação da orientação sexual e a identidade de gênero como direitos humanos (ONU, 2008); e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009); juntamente o Estatuto da Juventude com texto sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade (BRASIL, 2013); e a lei do feminicídio, Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015).

Os números de casos de violência contra a mulher evidenciam que ainda há muito o que se fazer. De acordo com os dados obtidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgados no “Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil” (WASELFILSZ, 2015), a taxa de assassinato de mulheres no Brasil é de 4,8 por 100 mil, ocupando assim a 5ª posição no ranking de feminicídio (entre 83 países), sendo que essa violência expressivamente maior na população negra. Em 2013 o número de assassinatos de mulheres brancas caiu para 1.576, sendo que em 2003 foram contabilizadas 1.747 vítimas (mulheres brancas). Pode-se perceber uma queda de 9,8% no total de assassinatos do período. Já aos índices de assassinato de mulheres negras, aumentaram significativamente 54,2% no mesmo período, passando assim de 1.864 para 2.875 vítimas (WASELFILSZ, 2015).

O Fórum de Segurança Pública realizou uma pesquisa, utilizando informações das Secretarias de Segurança Públicas, Polícia Civil e Militar de vários Estados,

indicando dados preocupantes. Segundo este estudo, aproximadamente 12 mulheres, no Brasil, são vítimas de assassinato, e 135 delas são estupradas por dia. Em 2016 foram apontados 49.497 casos de estupro em diferentes Estados, 4.657 assassinatos, sendo que 533 foram considerados feminicídio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Registros de agressões contra as mulheres não se limitam apenas a atos físicos. Mas às agressões psicológicas, que causam sofrimento para as mulheres, e muito frequentemente, traumas permanentes. Segundo Waiselfilz (2015), as agressões psicológicas contra as mulheres, tanto na adolescência quanto na fase adulta, chegam a quase 39.000 mil casos de queixas. Esse mesmo relatório apresenta dados sobre o número de atendimento de mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS), registrados no ano de 2014, sendo 27.315 registros de violências contra crianças e 38.137 registros de violências contra adolescentes. Os principais tipos de violência que afetam meninas (crianças e adolescentes) foram: física (22% crianças e 40,9% adolescentes), sexual (29% crianças e 24,3% adolescentes) e negligência/abandono (28,3% crianças).

Nesse sentido, dados publicados em 2018 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), revelam que no ano de 2017 foram assassinadas 179 pessoas Trans, das quais, 169 eram Travestis e Mulheres Transexuais e 10 eram Homens Trans. Essa associação revela que o Brasil não conta com dados oficiais de assassinatos a Travestis e Transexuais, portanto, esse número pode ser ainda maior. Segundo a ANTRA, estima-se “[...] que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos” (ANTRA, 2018, p. 16). Observa-se, ainda, a questão de gênero como possível motivador dos assassinatos:

[...] 94% dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino (169 casos). Reforçando a necessidade da equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Feminicídio, visto que a taxa de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais, em relação a população Trans é de 11,9 homicídios a cada 100 mil, *enquanto a taxa de assassinatos de mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100mil Mulheres Cisgêneras - que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo, de acordo com o Mapa do Feminicídio do Brasil - Dossiê Feminicídio* (ANTRA, 2018, p. 19, grifos do autor).

Visto essa rápida exposição, de alguns dados relativos à violência contra a mulher, destacamos que este estudo surgiu de dados coletados para uma roda de conversa, promovida pelo Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade”, iniciado em agosto de 2017, o qual tem por objetivo construir ações que fomentem a equidade de gênero e a garantia de direitos para mulheres e para público LGBTQIA+ da comunidade de uma cidade do oeste do Paraná. O projeto, por meio de palestras, oficinas, rodas de conversas e outras atividades, busca realizar reflexões democráticas a respeito de temas sugeridos pela própria comunidade.

Em junho de 2018 foi realizada uma roda de conversa chamada “*Machismo na Universidade*”, para a qual foram coletados alguns relatos de membros da comunidade interna e externa da universidade sobre situações machistas que teriam cometido,

sofrido ou presenciado, bem como possibilidades de superação da desigualdade de gênero na nossa sociedade. Esses relatos, anônimos, foram usados como base nas discussões e reflexões realizadas na roda de conversa. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar e refletir vivências machistas de membros da comunidade interna e externa, da universidade, expressos nos relatos coletados; bem como, analisar as indicações expressas nestes relatos, referentes à superação da desigualdade de gênero.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Balestrin e Soares (2015, p. 58), “[...] o machismo é uma forma de discriminação, muitas vezes naturalizada em nossa sociedade, guiada pelo pressuposto de que o homem é um ser superior à mulher”. Para as autoras, o machismo considera a existência de uma hierarquia nas relações, se materializando de distintas formas:

[...] desde uma palavra que ofende, menospreza e/ou inferioriza a pessoa pelo fato de ser mulher, até formas de violência mais graves, como a violência física, sexual e patrimonial. Muitas vezes, o machismo está sutilmente colocado em piadas, expressões culturais, músicas, falas e tons de falas que implicitamente (ou nem tão implicitamente assim) partem do princípio de que as mulheres são mais frágeis, incapazes de determinados feitos, menos inteligentes para algumas habilidades (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 58).

Tendo em vista que o machismo presume a hierarquização entre os gêneros, pondo a masculinidade no topo da pirâmide, ele se coloca contrário à *equidade*, um dos princípios da justiça, que indica que todos temos direitos iguais. Segundo a Constituição Federal, no seu

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] (BRASIL, 1988, s/p).

Igualdade e equidade são princípios fundamentais de justiça social, alcançados por meio de lutas (AZEVEDO, 2013). O movimento feminista, luta historicamente, pela equidade de gênero, isto é, contra a opressão às mulheres e a favor de uma sociedade onde, homens e mulheres possam conviver de forma justa, democrática e com igualdade de direitos (LOURO, 2014).

As definições de masculinidade e feminilidade postas socialmente presumem que tais aspectos são e estão relacionados diretamente com o sexo biológico. Entretanto, Louro (2014) nos diz que tais categorias, de masculinidades e feminilidades, são na verdade, frutos de uma construção social, cultural e histórica, que contribui para a (re)construção de diferentes *identidades de gênero*. Todavia, é importante ressaltar

que a categoria *sexo* refere-se apenas as características biológicas, relacionadas à anatomia e a fisiologia.

Assim, ao pensarmos o machismo, suas relações desiguais e de superioridade masculina, nos remetemos ao patriarcado, que contribuiu e contribui, significativamente, para a construção e reafirmação social das relações dominação-subordinação. Já nas sociedades igualitárias Saffioti (2004) destaca que estas eram baseadas na caça e na coleta, portanto, a organização do trabalho não era baseada na desvalorização ou inferiorização das mulheres (como seres frágeis ou incapazes), o que possibilitava uma independência, na qual a mulher não dependia de um marido ou pai. Havia também, conforme Redd (2008), uma divisão social do trabalho, onde as mulheres eram consideradas fundamentais para a unidade social.

Nas sociedades patriarcais, baseadas numa ideologia sexista, há diferença de papéis e o estabelecimento de uma relação de dominação-subordinação (BOURDIEU, 1995). Diferentemente das sociedades igualitárias, nas sociedades patriarcais a mulher se priva ao ambiente doméstico, de modo a atender os desejos sexuais do marido, e atuar como reprodutora e mantenedora do lar. Enquanto ao homem, cabe a responsabilidade pelo trabalho, para manutenção financeira do lar, e a reprodução. Nesse sentido, ao refletir a respeito do patriarcado, Saffioti (2004) destaca que este sistema naturaliza, socialmente, um pacto no qual se cria a ideia de que o homem possui o direito ao corpo da mulher, de todas elas, tornando-o um direito sexual.

Segundo Cunha (2014), isso pode ser percebido no sistema jurídico. A autora relata que “O Código Civil de 1916 dispunha que ao homem cabia o exercício do pátrio poder e que à mulher, ao tornar-se esposa, ficavam restritos diversos direitos civis, que dependiam da autorização do marido para serem por ela exercidos”. Somente em 1988, como a promulgação da Constituição Federal é que “o Direito brasileiro reconheceu a igualdade entre homens e mulheres, inclusive na sociedade conjugal” (Ibid., p. 155). Lira e Barros (2015) destacam que “Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser “posse” do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la” (p. 276).

Percebe-se, portanto, que as construções históricas dos papéis de gênero vão influenciando na diferenciação, no tratamento desigual e na (re)produção de violências. Como um reflexo da violência propagada contra as mulheres, os homens também podem ser vítimas das violências de gênero. Ao não se enquadrar, por exemplo, nos papéis definidos socialmente, para o gênero masculino. Visto isso, podemos perceber que a herança da sociedade patriarcal parece viver nas relações sociais, mesmo que simbolicamente (LIRA; BARROS, 2015).

3 | METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo, de caráter qualitativo (GIL, 2011). Os dados foram coletados via formulário *online*, anônimo, usando a ferramenta “Formulários” do *Google*, e pela disponibilização de caixas coletoras em locais comuns da universidade, para que as pessoas deixassem relatos de situações machistas como alvos, autores ou espectadores, de forma anônima. A caixa continha uma instrução, explicando o que era o projeto e solicitando que as pessoas deixassem um relato, de forma anônima: “*Você já presenciou, praticou ou foi vítima de machismo? Compartilhe conosco sua experiência. Escreva-a num papel.*” O formulário *online* continha esta mesma pergunta e incluía a seguinte questão: “*Para você, como podemos superar a desigualdade de gênero?*”. Tanto o formulário *online*, quanto a caixa pediam, apenas, que a pessoa se identificasse como aluno(a), professor(a), técnico(a) administrativo(a) ou visitante externo(a) à Universidade.

Foram confeccionadas dez caixas, e distribuídas em diferentes locais, como banheiros (masculinos e femininos) e entradas dos prédios, da universidade. O Formulário *online* foi disponibilizado na página do *Facebook* do Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade” (@dialecticaediversidade), compartilhado em inúmeras páginas pessoais e relacionadas à universidade. As caixas e o formulário ficaram disponíveis para o público por cerca de 15 dias. Ressaltamos que no momento da coleta dos relatos não havia o objetivo de fazer uma investigação científica, por isso, não se procedeu com o rigor metodológico necessário. A análise do seu conteúdo foi realizada de forma superficial durante a roda de conversa sobre machismo, como já relatado.

Foram coletados 22 formulários *online* e 42 relatos depositados nas caixas coletoras. Realizamos a leitura das respostas, bem como a criação de categorias para análise de conteúdo (BARDIN, 2011), para melhor compreensão dos resultados. São categorias que se aproximam, muitas vezes, o que faz a organização em categorias ser meramente didática. As categorias foram criadas pelos autores, a partir da leitura dos dados, tentando responder as perguntas: *Qual o principal teor das situações machistas vivenciadas ou praticadas? De que forma o machismo se materializa?*

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram obtidos 64 relatos (22 respostas no formulário *online* e 42 relatos depositados nas caixas coletoras). Os dados evidenciaram que o machismo está presente nas relações sociais e no cotidiano dos respondentes. As situações relatadas evidenciaram a ideia de subordinação, inferiorização ou até mesmo de fragilidade da mulher perante o homem. Essas concepções se materializam de diferentes formas, nas relações interpessoais. O conteúdo dos relatos foi, principalmente, de caráter sexual, seguido de questões relacionadas ao trabalho e às capacidades intelectuais. Algumas menções foram feitas sobre questões físicas, econômicas, de liberdade, afetiva e de

habilidades. O teor de cada relato pode ter relação com mais de uma categoria, por isso o número de citações de vivências pode ser maior que o número de relatos. A seguir, apresentaremos os dados organizados em categorias, que são meramente didáticas e talvez se aproximem em vários momentos.

Machismo com conotação sexual

Obtivemos relatos de vivências nas quais mulheres foram assediadas sexualmente; vivem em relacionamentos abusivos; ou são (ou foram) tratadas como objetos sexuais. Nesta categoria se enquadram 27 relatos. Os relatos mencionam o assédio cometido por homens nas ruas, em festas ou em locais coletivos como ônibus, onde homens assobiam, fazem comentários sobre seus corpos (positiva ou negativamente) ou forçam o toque. Também relataram o fato de terem que manter relações sexuais com o parceiro mesmo sem vontade, ou tentativas de relação sexual, vindas de pessoas estranhas, quando estavam em situação de fragilidade, como quando alcoolizadas em festas. Alguns trechos evidenciam o exposto:

Fui parada na greve dos caminhoneiros só pq meu carro estava só com meninas [...] Já fiquei com receio de ir tirar dúvidas com um professor em sua sala, por ele ter “fama” de dar em cima das alunas (PESSOA RESPONDENTE A).

Diversas vezes, principalmente em festas. Garotos apalpando meninas e se misturando na multidão. Totalmente desrespeitoso. (PESSOA RESPONDENTE B)

No colégio um garoto para se gabar com os amigos bateu na minha bunda na frente de todos, e eu me senti horrível com o abuso dele. (PESSOA RESPONDENTE C)

A primeira vez muito tempo estava bêbada em festa com amigos, sentei no sofá e veio um bosta e se achou no direito de passar a mão na minha perna, eu disse não, ele insistiu e tocou na minha vagina e clitóris, por cima da calça; na mesma hora, me levantei e fui embora [...]. (PESSOA RESPONDENTE D)

“Estava indo pegar o ônibus. Ao freiar do ônibus um cara chegou por trás e de cara o empurrei. Me senti péssima, e com o passar dos dias reparei que ele fazia sempre, com a desculpa de ser culpa do ônibus. Situação péssima. (PESSOA RESPONDENTE E)

Algumas pessoas relataram o julgamento realizado ao comportamento feminino, que considera que a mulher deve ser “difícil”, isto é, não ter relações sexuais nos primeiros encontros e de que não pode andar somente com meninos, pois estas não serviriam para serem esposas. Também ligado ao comportamento feminino, houve relato de que são constantes os comentários no sentido de o que deixa as mulheres nervosas seria a “falta de homem”.

Uma pessoa relatou que foi assediada numa entrevista de emprego. Nesta situação, o entrevistador sugeriu que ela soltasse os cabelos, pois ficaria mais bonita:

Durante uma entrevista de emprego, o entrevistador, que era diretor do curso pré-vestibular particular, me pediu para soltar os cachos e disse que eu ficava mais bonita daquele jeito. Me pediu para ir na próxima etapa de cabelo solto. Como eu não estava lá para participar de um concurso de beleza e sim por uma vaga como

Houve relato de que alunas da universidade teriam sido orientadas por uma professora a não irem para as aulas com roupas curtas para não tirarem a atenção dos alunos. Tais relatos, evidenciam a concepção de que o homem possui total controle e domínio sobre a sexualidade e o corpo feminino, e o trata apenas como objeto dos seus interesses. Nesse sentido, Minayo (2005) pontua que:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (MINAYO, 2005, p. 23-24).

Machismo com conotação a capacidade intelectual

Nesta categoria estão os relatos de vivências machistas que fazem alusão à capacidade cognitiva da mulher, sugerindo que ela seria inferior intelectualmente, em comparação ao homem ou de que determinadas áreas científicas ou tarefas fossem de exclusividade masculina. Foram 8 citações nesse sentido. Elas se materializam em expressões ou ações como o tratamento de professores com relação a alunas em sala de aula, tratando-as como inferiores; com maior dificuldade de compreensão dos conteúdos do que os alunos, ao perguntar às alunas se precisaria que explicasse novamente para elas; ou ao expressar sua admiração pela qualidade do trabalho realizado apenas por mulheres.

Também há relatos de pessoas que vivenciaram situações em que alunos pediam para os professores explicarem novamente a matéria, porque as alunas não haviam compreendido, quando na verdade eram eles (alunos) que estariam com dificuldades.

Apenas uma pessoa informou que se sente discriminada por estudar ciência, área de física.

Uma pessoa ressaltou que sofreu preconceito dentro do trabalho por seus colegas, ao dizerem que ela teria conseguido subir de cargo apenas por ser mulher.

Alguns relatos são exemplo do exposto:

Sim, o coordenador do curso de Engenharia Renováveis disse que ficaria admirado se o trabalho desse certo por ter sido feito somente por mulheres (PESSOA RESPONDENTE G)

Quando um boy não entende a matéria e pede para explicar p/ as meninas? (PESSOA RESPONDENTE H)

Professores que tratam alunas, como inferiores aos alunos, sempre reforçando como as mulheres são inferiores e ainda utilizam da autoridade de professor para isso (PESSOA RESPONDENTE I)

Podemos perceber que dentro do meio acadêmico, há uma grande inferiorização da capacidade cognitiva das mulheres, expressa tanto por alunos quanto por professores. No meio profissional, a competência e as conquistas de uma mulher são reduzidas ao seu corpo, e não a sua capacidade intelectual.

Machismo com conotação aos aspectos físicos

Muitas situações machistas vivenciadas pelas pessoas que responderam os formulários, materializam-se em expressões relacionadas ao aspecto físico da mulher. Nesta categoria, identificamos cinco relatos de mulheres que sofreram preconceito, de homens e de mulheres, por não seguirem o padrão de corpo feminino (magra, branca de cabelos longos e lisos), estereotipado socialmente, como podemos perceber no relato *“Fiz uma entrevista para o cargo de secretária, depois de sair de lá super esperançosa eu soube que ele não me efetivou por ter o cabelo curto e ser gordinha”* (PESSOA RESPONDENTE K).

Uma destas pessoas relata ter desenvolvido distúrbios alimentares e depressão. Fato que pode ser considerado como uma consequência do machismo sofrido:

Não sei se é do assunto, mas eu tive bulimia e anorexia, pois meu namorado e a mãe dele me chamavam de gorda, então eu comecei a comer e vomitar, fiquei internada 2 semanas, melhorei e acabei depois de anos tendo depressão e engordei 20 quilos, hoje passo por tudo novamente, além do meu namorado é algo que a sociedade impõe “Seja magra”! (PESSOA RESPONDENTE L).

Ainda com relação à aparência física houve indicação de que são constantes os comentários sobre aparência e vestimenta de mulheres, dentro do ambiente de trabalho universitário: *“Constantemente ouço comentários sobre a aparência ou vestimenta de mulheres”* (PESSOA RESPONDENTE M); *“Tem um grupo de meninos na turma de Computação com perfil fake no Tinder que alegam só dar likes em gordas, feministas e essas puta”* (PESSOA RESPONDENTE N).

Mulheres também são discriminadas no quesito força física. Dois relatos indicaram a presença constante de comentários que insinuam que mulheres não podem ser mais fortes que homens. O exposto pode ser observado nos seguintes relatos: *“Sim, presencio constantemente. Mulheres sendo inferiorizadas com relação a sua capacidade física[...]”* (PESSOA RESPONDENTE O). *“Sim, onde um menino fala que é mais forte que ela e diz que mulher nenhuma é mais forte que homem”* (PESSOA RESPONDENTE P).

Machismo com conotação às diferenças de trabalho

Quanto à opressão e discriminação contra as mulheres nos ambientes de

trabalho, em oito momentos são relatados que determinados cargos e locais de trabalho são reservados apenas para homens, ou apenas para mulheres. Alguns relatos apresentaram situações de discriminação que se manifestavam em comentários relacionados ao estranhamento por haver mulheres em equipes com muitos homens, como em trabalhos na área da computação, ou pela mulher ter comprado seu próprio carro (sozinha) e dirigi-lo.

Uma aluna da universidade descreveu que foi desrespeitada por um agrônomo que chegou na lavoura e ao ver a mulher dirigindo um trator disse que seu lugar não seria ali, mas dentro de casa. Tal concepção, de que o “lugar” da mulher é em casa, realizando atividades domésticas, foi relatada por outras pessoas, que se sentem oprimidas e desrespeitadas pelo julgamento social que as criticam por trabalharem fora de casa. Uma pessoa relatou que seu marido a impede de trabalhar porque, na sua concepção, lugar de mulher em casa, cuidando dos filhos.

Um aluno da universidade relatou que foi machista ao dizer para sua irmã lavar a louça, como se fosse responsabilidade unicamente dela, por ser mulher. Outra pessoa enfatizou que foi vítima de machismo ao não ter conseguido uma vaga numa empresa que contrataria apenas mulheres que não poderiam mais ter filhos.

Trabalho em uma área em que predomina o gênero masculino e normalmente ouço as pessoas dizerem que é estranho ver uma mulher numa equipe cheia de homens (computação). Também sou casada e vejo como machista a ideia de que deveria ficar em casa, ter filhos e tudo mais. Respeito quem pensa assim, mas acharia maravilhoso as pessoas reconhecerem que é ruim (PESSOA RESPONDENTE Q).

Fui vítima de machismo esses dias tava eu e meu pai nas lavouras andando de trator, aí eu estava dirigindo aí o engenheiro o meu pai apareceu e falou que ali não era lugar para mim e sim dentro de casa acho que independente cada um pode escolher o que fazer ele foi muito machista (PESSOA RESPONDENTE R).

Trabalho em uma área em que predomina o gênero masculino e normalmente ouço as pessoas dizerem que é estranho ver uma mulher numa equipe cheia de homens (computação). Também sou casada e vejo como machista a ideia de que deveria ficar em casa, ter filhos e tudo mais. Respeito quem pensa assim, mas acharia maravilhoso as pessoas reconhecerem que é ruim (PESSOA RESPONDENTE S).

Machismo com relação às habilidades

Dentre os relatos obtidos, dois deles foram relacionados à diminuição da habilidade de dirigir da mulher. Uma pessoa disse que praticou isso no trânsito, expressando que mulheres não saberiam conduzir um veículo: “*Sim, já pratiquei no trânsito acidente – “mulher não sabe dirigir”* (PESSOA RESPONDENTE T); outra pessoa diz que essas expressões são comuns, o que faz com que as mulheres se sintam inferiorizadas.

Machismo com conotação à liberdade

Nesta categoria foi identificado o relato de uma pessoa que foi ensinada a chegar cedo em casa, por ser mulher, e que a educação do seu irmão teria sido diferente: “*Pais que ensinam a não chegar tarde só porque sou mulher e meu irmão pode tudo [...]*” (PESSOA RESPONDENTE U).

Machismo com teor econômico

Duas pessoas fizeram alusão à discriminação que sofreram por serem mulheres pagando a conta. Uma foi porque ela teria pago sozinha a conta do motel e outra por ter pago a conta de um restaurante. A ideia de que o homem é o provedor, e que cabe apenas a ele o sustento, é muito forte. E está relacionado ao trabalho, assim como apontava Bordieu (1995). Na categoria onde foram apresentados os relatos de diferenciação quanto aos locais de ocupação de trabalho das mulheres, percebemos certa ênfase de algumas pessoas que acreditam que a manutenção financeira do lar é de responsabilidade do homem, sendo este compromisso direcionado a ele.

Machismo com conotação afetiva

Nesta categoria houve apenas um relato, indicando que "garotos não choram" (PESSOA RESPONDENTE V). Embora não se trate de uma violência contra a mulher, pode ser uma expressão da dominação masculina que afeta as relações homens/homens. Segundo análise feita por Welzer-Lang (2001, p. 462),

[...] a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres.

Formas de enfrentamento da desigualdade de gênero

O formulário *online* continha uma pergunta relacionada à possibilidade de superação da desigualdade de gênero. Das 18 respostas obtidas, a maioria delas refere-se à necessidade de uma sociedade onde haja mais respeito e onde as pessoas possam ser mais conscientes. Outras pessoas dizem que só haveria uma superação se as mulheres lutassem pelos seus direitos, assim teriam mais oportunidades e mostrariam sua capacidade. Alguns mencionaram que a melhor forma de superar as desigualdades seria a convivência com a diversidade, pois não se aceita ou respeita aquilo que não se conhece. Da mesma forma, indicou-se a criação de uma cultura de inclusão.

Algumas pessoas relataram que a superação do machismo seria difícil porque ele seria uma construção cultural no nosso país e estaria enraizado nas relações. Interessantemente, outra pessoa indicou que seria necessário um equilíbrio, e que para isso não deveria haver um feminismo extremo, pois, muitas vezes, "brincadeiras" seriam levadas muito a sério.

Também houve relatos de que não existe machismo na sociedade, bem como relatos negativos quanto à ação do projeto, e a superação da desigualdade de gênero. Uma pessoa escreveu sugerindo que o mundo ficaria melhor se houvesse um

suicídio coletivo das pessoas que acreditam na igualdade de gênero e outra de que a desigualdade só seria superada quando se parasse de falar em gêneros. Uma pessoa ressaltou ainda, que a desigualdade de gênero não existe.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que o machismo é uma forma de preconceito existente, naturalizado e enraizado nas diferentes sociedades, desde muito tempo, a possível solução evidenciada nos relatos coletados seria mudar a forma de educação que faz alusão a distinção de gênero, para uma educação que promova a equidade e que contribua para a desconstrução de estereótipos de gênero, com a promoção do respeito.

Considerando que os relatos foram obtidos dentro do meio universitário e que muitos respondentes foram jovens, evidencia-se que a herança do patriarcado está sendo repassada para as diferentes gerações, que a reproduzem em discursos e ações. Tal fato evidencia a urgência de uma educação de gênero nas escolas.

Quanto aos relatos negativos, referentes ao projeto e à superação da desigualdade de gênero, evidenciam que a temática ainda é um tabu e que incomoda. Tem-se a impressão de que desconstruir e repensar as formas de relação interpessoal incomodam, por que vai ao encontro de concepções preconceituosas, e arraigadas na nossa sociedade, que são reproduzidas e repassadas com força, veracidade e importância. Isso pode ser observado não apenas nos relatos relacionados ao comportamento machista masculino, mas também ao comportamento feminino que compactua com tais violências, legitimando essas condutas, visto que as mulheres ao vivenciarem tal realidade naturalizada, reproduzem as condutas machistas sem se dar conta de tal perigo, para si e para as outras.

Consideramos que as ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade” são importantes para a comunidade interna e externa à universidade, pois têm contribuído com a promoção de espaços de discussão e reflexão. Momentos de interação e compreensão da realidade, de diferentes violências, constituindo enquanto um espaço aberto para a mudança de pensamento, e possível construção de relações mais respeitadas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Mapa da violência de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 30 set 2018.

AZEVEDO, M. L. N. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan/jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

Acesso em: jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 133-184, jul/dez, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 27 abr. 2017.

CUNHA, B. M. da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil tem 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia, mostra balanço**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, 2015, p. 275-297. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13622>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 18-34, jan/mar, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ONU. **Letter dated 18 December 2008 from the Permanent Representatives of Argentina, Brazil, Croatia, France, Gabon, Japan, the Netherlands and Norway to the United Nations addressed to the President of the General Assembly**. 2008. Disponível em: http://www.hirschfeld-eddy-stiftung.de/fileadmin/images/dokumente/virtuelle_bibliothek/UN_document_63_635_Eng.pdf. Acesso em: 26 abr 2017.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT**. Presidência da República: Brasília, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. 1ª ed. Flacso Brasil: Brasília, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**, Ano 9, 2º sem., p. 460-482. 2001.

POLITICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN)VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT

Leila Chaban

Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG,
Departamento de Serviço Social, Doutoranda em
Política Social pela Universidade de Brasília – UnB
Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Este texto contempla as análises pautadas na Política Social, tendo como abordagem principal a exploração sexual de crianças e adolescentes, a constituição dos direitos e sua relação entre cidadania e democracia no capitalismo. Evidencia o impacto da construção de grandes obras para megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 em Mato Grosso, e as ações de enfrentamento através do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, sobretudo no âmbito da exploração sexual comercial convertida em mercadoria no capitalismo tardio. Discute a Política Social no tocante a garantia de direitos no contexto de crise do capital provocando profundas transformações nas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social. Capitalismo. Direitos. Exploração Sexual comercial de crianças e adolescentes.

**SOCIAL POLICY, RIGHTS AND CITIZENSHIP
IN CAPITALISM: (IN) SOCIAL VISIBILITY
OF THE SEXUAL EXPLOITATION OF
CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE
METROPOLITAN REGION OF CUIABÁ-MT**

ABSTRACT: This text contemplates the analyzes based on Social Policy, having as main approach the sexual exploitation of children and adolescents, the constitution of the rights and their relation between citizenship and democracy in capitalism. It shows the impact of the construction of large works for mega-events such as the 2014 World Cup in Mato Grosso, and the actions of confrontation through the System of Guarantee of Rights of children and adolescents victims of sexual violence, especially in the scope of commercial sexual exploitation in merchandise in late capitalism. It discusses Social Policy in terms of guaranteeing rights in the context of capital crisis, provoking profound changes in social relations.

KEYWORDS: Social Policy. Capitalism. Rights. Commercial sexual exploitation of children and adolescents.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo atrelado à concepção de direitos no capitalismo tardio e sua incompatibilidade com a democracia, evidenciados pela acumulação capitalista,

nas leis do mercado, situado nas esferas da vida cotidiana, a partir das contradições em que as ameaças à democracia estão presentes em nossa sociedade, esta deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Neste contexto, a prática humana também é convertida em mercadoria como as abordagens relacionadas com a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e seu enfrentamento no cenário dos megaeventos, sobretudo pela realidade vivenciada no Brasil em 2014 com o advento da Copa do Mundo e o seu impacto social, econômico e cultural alinhado ao aparato político na construção de grandes obras provocando profundas transformações na vida cotidiana da população matogrossense, quanto brasileira.

A discussão apresentada perpassa pelo enfrentamento e conquista sócio-histórica dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no tocante a violência sexual agravada no capitalismo. Considera-se também atrelar a este cenário da democracia pautada nas condições de trabalho antigo e moderno, pois os gregos inventaram o trabalho livre e não a escravidão, como afirma Wood, (2011). Porém, as condições materiais que se estabelecem com o trabalho e sua relação com a liberdade, e que condições pautadas numa democracia representativa e substantiva, na capacidade de realizar e ter acesso aos direitos nas relações democráticas, no sentido de participação ativa, no protagonismo consistente da sociedade na luta pelos direitos infanto-juvenil.

E neste sentido, a democracia é incompatível com o capitalismo, pois a utilização da exploração sexual comercial apropriada como mercadoria pode-se considerar no tempo presente uma atualização da escravidão, que do ponto de vista dos direitos sociais mesmo com a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e o Sistema de Garantia de Direitos não garante que a criança esteja livre da violação dos seus direitos, e principalmente do desenvolvimento integral e saudável.

É a partir de pautas concretas que tornam o protagonismo como no caso dos movimentos de meninos e meninas de rua na luta por direitos através da cidadania, emancipação política e emancipação humana, na perspectiva crítica, qual o sentido do Estado, da liberdade, da igualdade, da democracia para além da defesa dos direitos pelos direitos. Construir cotidianamente a perspectiva da luta emancipatória de uma superação da desigualdade. Recuperar o sentido do termo democracia – governo do e para o povo – e ao mesmo tempo pondo-a em perspectiva como prática, da consciência e alienação está colocada nesta discussão às várias transformações ao longo do desenvolvimento do sujeito da história no debate sobre democracia, cidadania, emancipação e direitos, reforçados no conjunto de reflexões no contexto da “Democracia contra o capitalismo”. O desafio requer mobilização da sociedade para a promoção e garantia dos direitos da infância e adolescência, dar visibilidade e reconhecimento do direito, sobretudo livres da violência sexual.

Discutir a invisibilidade no contexto da democracia em demarcar não somente o enfrentamento desta expressão da questão social das vítimas da exploração sexual na região metropolitana de Cuiabá-MT numa abordagem que perpassa pelos megaeventos, em locais de turismo, e grande visitação. Assim como, conhecer as

políticas de enfrentamento na garantia dos direitos dos cidadãos e cidadãs, bem como as respostas que a sociedade e o Estado oferecem diante da real situação.

2 | CONCEPÇÃO DE DIREITOS NO CAPITALISMO E DISTINÇÃO ENTRE CIDADANIA, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA: PROTAGONISMOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Tratar esta temática atrelada à política social e dos direitos no capitalismo, sobretudo no Brasil implica considerar em tempos atuais a contrarreforma do Estado, tanto na manutenção da pobreza, quanto no fortalecimento do mercado globalizado conduzido pelos ataques do neoliberalismo frente o desmantelamento das políticas sociais e os direitos ameaçados. Historicamente, a política social tem sua gênese no capitalismo através de mobilizações operárias, nos movimentos populares e com a Revolução Industrial na Inglaterra entre os séculos VIII e XIX. E no Brasil,

[...] pensar o surgimento e o desenvolvimento da política social nas condições brasileiras [...] cabe uma breve caracterização da formação do capitalismo entre nós. Afinal não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central. [...] a política social no Brasil, país da periferia do mundo capitalista, se constituiu com as marcas dessa particularidade histórica. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 71).

No curso dialético da formação do capitalismo brasileiro entre os séculos XVI e XIX, o processo da colonização serviu a acumulação originária de capital nos países centrais. Este processo se configura até os dias atuais com reflexos de desigualdade marcando profundamente os ritmos de mudança impulsionados pela impossibilidade de igualdade social, cultural, ética e etc. Considerado por Ianni (1999, p. 267 *apud* Behring e Boschetti, 2006, p. 72), “O maior exemplo é a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiros, carregados até hoje de desqualificação, definidora da relação entre capital e trabalho no país”.

Neste sentido, é necessário compreender as políticas sociais, especificamente nos estudos em Boschetti (2008) que, no contexto latino-americano e brasileiro, foram criadas para concretizar direitos sociais, tem-se se mostrado limitadas e mais restritivas no âmbito neoliberal, tendo provocado intensas transformações que implicam diretamente no acesso aos direitos da seguridade social. Ou seja, uma proteção seletiva e dependente da contribuição do próprio trabalhador na manutenção regulada segurada pela Previdência Social. O cidadão fora destes princípios constituídos pelo mercado de trabalho se distancia do acesso aos direitos via Seguridade Social. As políticas sociais marcadas pelo processo dialético no Brasil atrelado aos direitos sociais são advindas das reivindicações e lutas iniciais dos trabalhadores no tocante às primeiras leis direcionadas ao mundo do trabalho.

A política social está atrelada as lutas sociais, forçando o Estado a assumir algumas das reivindicações populares e coletivas. Especialmente no que diz respeito aos direitos da população infanto-juvenil gestados a partir de 1891, depois em 1927 com o Código de Menores até a conquista do ECA em 1990. Considerando a grande conquista de direitos no Brasil pela Constituição Federal de 1988 contemplando a grande conquista sócio-histórica brasileira. Contudo, os direitos sociais dizem respeito inicialmente à “consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores, ao que convém ao grupo dirigente do momento que configure melhoria das condições humanas”. (VIEIRA, 2007, p. 144).

Contudo, o fenômeno da exploração sexual está presente em escala mundial e que atinge a população infanto-juvenil, principalmente do gênero feminino, em países com população pobre. Destaca-se a fragilidade deste entendimento, pois:

A dificuldade conceitual da questão e sua precária avaliação quantitativa deve-se ao fato do mercado do sexo ser extremamente poderoso economicamente, florescente, que se recicla constantemente, ser ilegal, criminoso e dominado por máfias, o que faz com que o conhecimento e as pesquisas sobre essa problemática sejam extremamente difíceis e até mesmo perigosos (FALEIROS, 2000, p. 31).

Estudos já realizados nos remetem a compreender o caráter econômico do trabalho e da exploração sexual aproximadas na “pobreza e na exclusão (e a busca de inclusão via renda e consumo)” como importantes determinantes da inserção neste mercado de trabalho. “A dimensão e complexidade desta questão podem acrescentar outras dimensões ao se tratar de um fenômeno de caráter econômico e peculiar” (FALEIROS, 2000, p. 33). A população infanto-juvenil tem sofrido diretamente o impacto das transformações sociais, econômicas e políticas na cena contemporânea, principalmente aqueles em situação de pobreza, sendo inseridas no mercado de trabalho precocemente (OIT/IBGE, 1988).

O fato é que violência sexual é um fenômeno antigo, e segundo dados do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA (1999) é “produto das relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em desvantagem física, emocional e social.” A violência tem sido denunciada no ambiente familiar contra mulheres, meninos, meninas e adolescentes, sendo que a incidência maior é em mulheres e meninas, daí a questão de gênero ser compreendida como categoria a ser discutida.

A pobreza indica situações de exclusão social, possibilita espaços apropriados para a exploração sexual comercial, exploração do trabalho infantil, assim como propicia as múltiplas expressões da violência no cenário advindo e mantido na perspectiva do capitalismo liberal cujo princípio é fundado na liberdade em detrimento da igualdade, como, por exemplo, “a naturalização da miséria”, pois para os liberais, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produtiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 62).

Em Wood (2011, p. 228), é preciso estar atento aos perigos do capitalismo, pois “nenhuma pessoa racional deveria apoiá-lo; mas sabemos que não é assim que as coisas funcionam”. Ainda mais se tratando de crianças e adolescentes como produto da acumulação do capital através da exploração sexual comercial. A autora chama a atenção para algumas características do capitalismo, sendo “ele incomparavelmente indiferente às identidades sociais das pessoas que explora”. Apontando que,

[...] o capitalismo tem uma tendência positiva de solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica. (WOOD, 2011, p. 228)

Ou seja, Wood (2011) reforça que o capitalismo é capaz de prevalecer-se de toda opressão extraeconômica (gênero ou raça) que esteja histórica e culturalmente disponível em qualquer situação. As múltiplas agressões contra crianças e adolescentes vêm se caracterizando ao longo dos tempos não mais como um problema interpessoal de caráter privado, mas, sobretudo uma expressão da correlação de forças da sociedade em que acontece. Problematizá-la significa trazer a tona relações de opressão embutidas na organização da sociedade como normais e naturais, visando mudanças estruturais e não somente individuais (LEAL, 2003). Portanto, a exploração sexual infanto-juvenil é uma relação de dominação dos adultos, pois,

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo” sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa “imagem de marca”, parafraseando o moderno marketing, [...] de modernas redes que oferecem nos anúncios “corpinho de adolescente”, “cara de criança”, “loirinha”, “moreninha” (FALEIROS, 1998 *apud* CECRIA, 1999, p. 21).

Importante destacar em Faleiros (2007), que a violência sexual é favorecida por fatores de vulnerabilidade da vítima. No Brasil, a grande desigualdade social e as condições precárias de vida de parte da população transportam as crianças para mais próximo da exploração. Trata-se de uma pobreza e uma indigência estrutural, vinculadas a relações sociais concentradoras de renda, poder e privilégios para poucos. Para o capitalismo não importa se é criança, idoso, mulher, vai se tornar uma exploração da riqueza socialmente produzida com vistas a sua acumulação.

O termo “Exploração Sexual Infanto-Juvenil” cunhou-se a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI de 1993, que em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal n. 8.089/96) produziu-se significativo avanço nessa temática. Identifica que criança com idade inferior a doze anos e o adolescente com menos de dezoito anos, “não optam por se prostituírem, e sim são induzidos pela prática delituosa do adulto”, conforme o relatório do CECRIA, (1999,

p. 21). Para Cerqueira-Santos (*apud* OMS 2008, p. 2), a exploração sexual tem sido discutida em todo o mundo como uma das formas mais extremas de violação aos direitos de crianças e adolescentes.

A exclusão social, as propostas neoliberais e a lei do mercado estão incluídas nesse cenário. A história brasileira, assim como a da América Latina, foi marcada por colonização escravagista e por uma elite oligárquica dominante que tinha como característica a exclusão daqueles considerados inferiores (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p. 2). Os critérios utilizados para a exclusão social baseados na cor, raça, gênero e idade, dando origem a uma sociedade machista, sexista e adultocêntrica, que predomina até os dias atuais (CERQUEIRA-SANTOS, 2008). Assim, é fundamental compreender a violação de direitos e o enfrentamento desta questão é de responsabilidade da sociedade e do Estado. Pois,

O papel do Estado nesta trama de relações desiguais acaba sendo o de reforçar a situação imposta, uma vez que nega os problemas, propostas e direitos desta população marginalizada. A sociedade neoliberal dissemina o individualismo. Dentro desse sistema, os chamados excluídos são considerados impotentes, incapazes e objetos de intervenção. No bojo destas relações encontram-se a “criança e adolescente que não tem sido considerado sujeitos, mas objetos da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto se seu sexo na submissão” (Cecria/97). Isto significa dizer que a relação vem sendo marcada pelo uso e abuso do poder (HAZEU e FONSECA *apud* LEAL, 1999, p. 57).

É preciso considerar o fato de que se há exploração sexual infanto-juvenil é porque há compra, como a lei do mercado, principalmente pela situação de miséria, a qual força o ser humano a se submeter a esta prática, principalmente quando a cultura local desvaloriza a mulher e condiciona à submissão. As relações sociais se definem quanto às bases econômicas e as relações de produção determinantes à estrutura e funcionamento da sociedade, com ênfase aos elementos que a compõem, tanto as instituições sociais quanto os indivíduos que interagem uns sobre os outros de forma dialética, tendo seu comportamento moldado pelos imperativos econômicos existentes em dado momento histórico (IOP, 2009, p. 232).

No período patriarcal se instaura a condição de inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participação é suprimida pelo poder masculino, sendo essa relegada ao espaço privado, passando a ser compreendida como propriedade do homem.

É diante deste contexto, que mulheres e grupos a sociedade civil, junto à luta por direitos vem caminhando para conquistar seu espaço evidenciado pela desigualdade de gênero, viabilizados no contexto do capitalismo em ter tornado possível um aumento sem precedentes da cidadania. Entretanto, ao considerar o capitalismo “incompatível com a democracia”, Wood (2011, p. 418), apresenta as seguintes análises,

[...] se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida.

Portanto, “capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da acumulação capitalista e às “leis” do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução sociais mais elementares” [...] (WOOD, 2011, p. 418).

No ideário neoliberal gestado na década de 1940, como Estado de Bem-Estar Social é proposto pela teoria keynesiana em países da Europa e nos Estados Unidos da América pela vertente do pleno emprego e a menor desigualdade social entre os cidadãos. Na concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. Tem sua base no mercado, com ampla interferência do Estado na regulação da economia, a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender necessidades humanas e minimizar a pobreza (PIANA, 2009, p. 31). Nas considerações de Faleiros (1991, p. 20), “é pelo Estado Bem-Estar que o Estado garante ao cidadão acesso gratuito a certos serviços e a benefícios mínimos. [...] O cidadão é um sujeito de direitos sociais [...] perante as políticas sociais existentes”.

É importante ressaltar conforme as análises de Piana (2009) que, nos países pobres e dependentes como o Brasil, nunca ocorreu o Estado de Bem-Estar da população por meio da universalização de direitos e serviços públicos de qualidade. Pois,

Nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite) certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. [...]. (FALEIROS, 1991, p. 28)

Desta maneira, tendo o cidadão como um sujeito de direitos sociais nas concepções dominantes do capitalismo tardio, ou seja, no capitalismo maduro, em que Mandel (1982) afirma que “no momento estamos numa ‘onda longa dominada pela ‘estagnação’. Grandes lutas sobre a taxa de mais-valia já arderam no final da onda de ‘expansão’ – e as desacelerações da taxa de crescimento econômico as tornam mais explosivas”. Assim, tende de forma politizada, a organização dos trabalhadores a mediação como força organizada e coletiva para garantir forças na construção de estratégias para resolver os problemas sociais criados pelas contradições internas do capitalismo tardio.

É nesta vertente, na luta para preservar e ampliar direitos, que se manifestam através dos operários em ações populares organizadas na sociedade como um todo, é cada vez mais “intolerável ao capitalismo tardio”, como nos afirma Mandel (1982) em que a luta por direitos, em seu sentido amplo se tornam condições objetivas de garantir a liberdade. Porém, há uma ilusão de que a igualdade formal da cidadania está atrelada ao assalariamento e a conquista de direitos no caso Brasileiro. De acordo com Coutinho (2008, p. 50),

Cidadania é capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Relevante considerar a partir de Coutinho (2008) que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre [...] mas, resulta de uma luta permanente advindas das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

Behring (2015, p. 26) ao discutir a possibilidade de os trabalhadores constituírem a sua cidadania, ressalta:

Tal possibilidade só pode se viabilizar de forma plena, se forem colocadas em xeque às formas de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o que pressupõe a intransigência política dos trabalhadores enquanto classe. Neste sentido, as reivindicações sociais pelo consumo – que no limite, expressam ou a concepção *keynesiana* de cidadania, ou a proposta empresarial do cidadão consumidor, própria do ajuste em curso (Mota, 1995) – não podem se confundir com essa nova cidadania. (BEHRING, 2015, p. 26).

Ao mesmo tempo, “[...] quer por pressão do voto, dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, [...] esse processo tem como pano de fundo a crise da aliança social de sustentação do regime, e os esforços para consolidar novas alianças”. (MICELI, 1984, p. 31).

As leis de repressão para Coelho e Silva, (2016), evidencia a crise do petróleo de 1973 reduz os índices de crescimento, que no início dos anos 1980 chegam a ser negativos, durante o período do Regime Militar, culminou numa larga ascensão populacional de caráter democrático, tenho como resultado no documento base chamado de “Constituição Cidadã” (1988). Este documento consolida como justiça social, o que requer:

[...] proporcionar a ampliação dos direitos individuais e ainda, pela reorganização e ascensão dos movimentos sociais e das lutas populares por direitos, materializados e consolidados na retomada ou criação de entidades e instituições representativas dos diversos setores e defensoras de suas reivindicações. (COELHO; SILVA, 2016, p. 259)

Vejamos que,

[...] os direitos do homem são, para Marx, na realidade, direitos políticos. Seu significado é a participação na comunidade política, “na vida do Estado”. Dizem respeito, então, à liberdade política e aos direitos cívicos. Quando distinguidos daqueles do cidadão, “qual é o homem distinto do cidadão?” Seus direitos “são simplesmente os direitos do membro da sociedade civil, ou seja, do homem egoísta, do homem separado do homem e da coisa pública”, do homem essencialmente proprietário. Conseqüentemente, conflito dos direitos. (MARX, 2010, p. 89)

A luta para preservar e ampliar direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia burguesa, e também da superioridade da democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade, proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre capital e trabalho a partir da sociedade como um todo e não fragmentada em suas lutas. Para Marx (2010, p. 87), “emancipação política constitui, [...] um grande progresso; ela não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana, mas ela constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”. Marx (2010) não pretende “negar a importância da emancipação política, mas de ultrapassar seus resultados conservando-os, de caminhar rumo à ‘verdadeira’ democracia”.

Diante do que foi exposto acerca da problemática das formas de concretização dos direitos humanos, da efetivação da cidadania ao percorrermos a história, temos a sensação de incompletude. Os avanços foram relevantes, porém a passos lentos e não escondem o largo caminho a ser trilhado. Ao trazer reflexões acerca dos direitos no contexto do capitalismo tardio, maduro, suas principais características opostas ao processo de cidadania e emancipação política e humana, são notórias observar a política social, a luz de Behring (2016, p. 26), como:

[...] meio pelo qual os direitos humanos e sociais se materializam – na história, na totalidade, na relação entre economia e política, na relação com a luta de classes, inclusive para que sua defesa seja uma agenda dos trabalhadores e da esquerda, como uma importante luta tática no campo da reprodução social, no campo da emancipação política, dentro de um programa de transição à emancipação humana, pois sustento que há uma importante dialética aqui que apenas a luta de classes pode colocar em movimento um sentido emancipatório. (BEHRING, 2016, p. 26)

Reconhece a autora que,

A política social e os direitos não têm a capacidade de emancipar ninguém por si só, não têm uma espécie de natureza “do bem”, mas são certamente campos de correlação de forças entre as classes e seus segmentos, onde há processos de formação da consciência e de disputa de concepção, de cobertura material e pela alocação do fundo público. (BEHRING, 2016, p. 26)

Portanto, o poder social passou para as mãos do capital, significa que a maioria

das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático, o capital sempre terá a força maior.

3 | ESTADO E SOCIEDADE NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DE DIREITOS

É importante ressaltar que historicamente, em 1959 ocorreu um dos momentos mais simbólicos para o avanço das conquistas da infância. As Nações Unidas proclamaram sua Declaração Universal dos Direitos da Criança, de relevante impacto nas atitudes de cada nação acerca da infância. Assim, a ONU (1959) reafirmava “a importância de se garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração de questões relativas aos direitos da criança”. Aqui ressaltada,

A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas. Fundada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e neste instrumento dos Direitos da Criança (1959) a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 1959).

Desta forma, os direitos pressupõem o reconhecimento recíproco de prerrogativas e deveres dos indivíduos como membros livres e iguais em certa comunidade. É importante ressaltar que o Estado assume como sua tarefa proteger a criança até mesmo contra seus familiares e outros agentes, públicos ou privados. Assim, todos os sujeitos, incluído o próprio Estado, devem abster-se de ações que possam violar o direito das crianças - sujeitos de direito integrais perante a lei - de viverem e se desenvolverem livres da violência sexual.

Apresentar reflexões acerca da implantação dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil no contexto do capitalismo não é tarefa fácil, sobretudo quando se propõe abordar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes considerando o caminho percorrido de direitos conquistados, mas que ainda muito longe de ser efetivados após o ECA (1990) em um país em desenvolvimento econômico, social e ambiental, em que o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005).

A violência sexual é uma violação dos direitos humanos e da pessoa em desenvolvimento; dos direitos à integridade física e psicológica, ao respeito e à dignidade e ao desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios (FALEIROS, 2004). Dessa forma, a autora considera a violência sexual uma séria transgressão ética e social, um crime para o qual há poucas estratégias legais eficientes para a responsabilização dos adultos que o cometem. Com isso, temos como desafio, o

enfrentamento e proteção social às crianças e adolescentes brasileiros vítimas da exploração sexual comercial. Para tanto, alguns fatos históricos neste processo de mobilização que contribuíram para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e na luta pelos seus direitos.

O Brasil passou por grandes transformações no processo de construção de grandes obras, empreendimentos monumentais em todo país para o advento da Copa do Mundo de 2014. Além dessa realidade, as situações de risco e vulnerabilidade social preexistente se intensificaram. Contudo, “a exploração sexual comercial ocorre em redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual.” (LEAL, 1999, p. 20). O cenário das grandes obras é propício a esta prática perversa, pois as regiões no entorno de Cuiabá são demarcadas pelo turismo (principalmente a pesca, parques, áreas de visitação), rodovias, garimpo, regiões ribeirinhas de intenso fluxo de visitantes ao Pantanal Matogrossense e Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

O grande interesse político e econômico que envolve este cenário a partir da lógica do capital financeiro e suas crises cíclicas estruturais que impactam diretamente na vida humana, social, cultural e ambiental, sobretudo nas formas de exploração e opressão reveladas pela questão social, pelo enfrentamento à violação de direitos de crianças e adolescentes neste território. Os projetos de desenvolvimento das cidades são pensados prioritariamente para manter o capital e suas formas mais perversas de acumulação de riqueza. Uma das formas de manutenção é a “situação de pobreza, a violência doméstica intrafamiliar e extrafamiliar tem sido condição fundamental para que milhares de meninos, meninas e adolescentes se transformem em grupos vulneráveis à exploração sexual” (LEAL, 1999, p. 20).

Diante deste cenário, o Relatório do FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2014) apresenta as principais violações de direitos das crianças e adolescentes a partir do mapeamento realizado na região metropolitana de Cuiabá, junto às redes nacionais de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes acerca da construção das grandes obras da Copa do Mundo de 2014, evidenciadas na Tabela 1.

Abandono	8%
Abuso	13%
Desaparecidos	11%
Exploração Sexual	12%
Negligência	07%
Situação de Rua	09%
Trabalho Infantil	11%
Uso de álcool e outras drogas	14%

Tabela 1 – Principais violações de direitos contra crianças e adolescentes identificadas no contexto das grandes obras em Mato Grosso.

Fonte: Relatório do FNPETI, Cuiabá-MT, 2014.

No Brasil, a grande desigualdade social e as condições precárias de vida de parte

da população transportam as crianças para mais próximo da exploração e violação de direitos. Conforme Faleiros (1997) trata-se de uma pobreza e uma indigência estrutural, vinculadas a relações sociais concentradoras de renda, poder e privilégios para poucos.

Nas análises de Behring e Boschetti (2006), a política social no Brasil alinhada as respostas das expressões da questão social, inteiramente conectadas a política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, na (des)responsabilização do Estado, mesmo considerando os avanços de 1988. Desta maneira, a face da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes se evidenciam a perversidade e violação de direitos, mostrando a face do capitalismo tardio, pois para Faleiros (2004), “a violência sexual é uma violação dos direitos humanos e da pessoa em desenvolvimento; dos direitos à integridade física e psicológica, ao respeito e à dignidade e ao desenvolvimento sadio”.

No tocante os avanços conquistados através das lutas pelos direitos da infância e adolescência, a escolha da política econômica, conjugada ao perfil da política social impactou dramaticamente as expressões objetivas da questão social no Brasil. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 184). As autoras apresentam dados sobre a desigualdade social e econômica no Brasil através da pesquisa produzida pelo IPEA, chamado Radar Social (2005), sendo um documento de monitoramento sobre as condições de vida no Brasil.

Para o IPEA (2005), apesar da existência de alguns pequenos avanços, a exemplo do aumento da expectativa de vida, da queda dos índices de incidência da exploração do trabalho de crianças, e de uma queda ainda pequena da mortalidade infantil, há uma persistência da pobreza e da desigualdade social. O Brasil está em penúltimo lugar entre o conjunto de países do mundo em distribuição de renda: 1,7 milhão de brasileiros ricos (1% da população), este mesmo número está distribuído entre outros 86,5 milhões de pessoas (50% da população); 53,9 milhões de brasileiros (31,7%) sobrevivem com menos de R\$ 160,00 mensais e são considerados pobres; e 21,9 milhões de brasileiros (12,9%) são indigentes – possuem renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

O agravamento da pobreza, a desigualdade social e econômica está presente em todas as regiões do Brasil. A falta de investimentos e o sucateamento das políticas públicas e o grande índice de desvio de recursos públicos evidenciado pelo grande processo de corrupção no país agravam ainda mais a situação de pobreza, desigualdade, que resultam em variadas formas de violência, principalmente às crianças e adolescentes, as mulheres, a pessoa idosa, as pessoas com deficiência, a população LGBTI. Neste viés de violação de direitos sobrepondo a natureza democrática e cidadã, pactuadas entre Estado e sociedade, ao considerar o(a) cidadão(ã) como agente de direitos e deveres, ao mesmo tempo reafirmam práticas de dependência clientelista, neoconservadoras na produção e reprodução das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer a reflexão da constituição de direitos no Brasil e problematizar a exploração sexual de crianças e adolescentes, numa prática humana convertida em mercadoria não somente no contexto dos megaeventos, como também no cotidiano das políticas públicas e no movimento da sociedade nas lutas pelos direitos, envolve o reconhecimento da proteção integral infanto-juvenil permeado pelo Estado e sociedade civil em tornar visível a violação de direitos e enfrentá-las radicalmente, na defesa intransigente dos direitos humanos, na justiça social, no aprofundamento da democracia, na ampliação e consolidação da cidadania, sendo primordial a toda sociedade.

A discussão permeada pela conquista sócio-histórica dos direitos fundamentais da criança e do adolescente em um hiato de estratégias eficientes na responsabilização dos adultos que violam esses direitos. O que se revelou neste breve estudo, é que no capitalismo tardio, demonstra através de suas crises, o agravamento e barbárie, pois dificilmente conduzirá a reversão desse quadro, tampouco conduzirá à efetivação das políticas sociais. Portanto, a luta deve ser travada no cotidiano das relações sociais, tendo no seu bojo a politização de trabalhadores(as) e de toda a sociedade, sobretudo na convicção crítica com a emancipação política e a humana pela ampliação dos direitos, em melhores condições de vida que garantam a cidadania e sobrevivência digna, coletiva, que promova profundas transformações na vida cotidiana da população matogrossense, quanto brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1998). Constituição Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais.** 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br – Acesso em 05/04/2018.

_____. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar Social.** Brasília: IPEA, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. In: **Ser Social** - Departamento de Serviço Social. V. 18, n. 38. Brasília-DF: SER Social, 2016.

_____. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. et al. (org.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

CECRIA. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe.** (Relatório Final). Brasília: Centro de Referência, Estudos e ações sobre crianças e adolescentes – CECRIA, 1999.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social**. Brasília-DF: CFESS, 2011.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder (Coord.). **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção**. Pesquisa Pela Proteção da Infância/UFS, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2ª Ed. 2008.

CPI. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). **Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**. Relatório de Estudo/CECRIA-Centro de Referência, Estudos e ações sobre crianças e adolescentes. Brasília-DF, março de 1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A Exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo. In: **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA Ed. Thesaurus, 2000.

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. AMORIM, Dulce Regina (Coord. Técnica Local). **Dados do mapeamento dos cenários das cidades sede dos megaeventos com foco nos atores do Sistema de Garantia de Direitos**. Cuiabá-MT: FNPETI, 2014.

IOP, Elizandra. **Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais**. Visão Global. V. 12. Nº 2. Joaçaba-SC: Ed. Unoesc, 2009.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe**. (Relatório Final). Brasília: Centro de Referência, Estudos e ações sobre crianças e adolescentes – CECRIA, 1999.

_____. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Vol. I. Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Prefácio: Daniel Bensaïd. São Paulo: Boitempo, 2010.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel Difusão S.A, 1984.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Acesso em 04/04/2018.

SILVA; Rosangela Maria de Nazaré Barbosa; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Nacionalismo, educação e cidadania: algumas estratégias discursivas. In: **Ser Social** - V. 18, n. 38. Brasília-DF: SER Social, 2016.

WOOD, Elen. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2011.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO

Magali Simone de Oliveira

Doutoranda em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Cefet-MG, Belo Horizonte, Minas Gerais

RESUMO:#Primeiro Assédio: cronotopos metálicos de uma nova narrativa biográfica?

No dia 23 de outubro de 2015 uma das participantes da primeira edição do programa infantil *MasterChef*, Valentina, de apenas 12 anos, foi alvo de pedófilos que usaram o *twitter* para fazer declarações machistas do tipo “Se tiver consenso é pedofilia?” Em reação a estas postagens, a *think thank @ThinkOlga* desafiou mulheres a postarem por meio da *hashtag #primeiroassédio* os primeiros episódios de assédio sexual que sofreram. A ideia desse artigo é entender se estes relatos podem ser rotulados como o que é chamado por Orlandi (2004) de “memória metálica” e, deste modo, ajudar de forma efetiva a criar novas narrativas feministas capazes de mudar esta cultura do assédio? É possível, do ponto de vista da análise do discurso, considerar relatos tão fragmentados como autobiográficas?

PALAVRAS-CHAVE: #primeiroassedio; nova narrativa feminista; redes sociais

#FIRST-SEXUALHARASSMENT: THE SCARS OF THE SEX IMPOSED EXPOSED IN SOCIAL NETWORKS AS A DISCURSIVE STRATEGY TO COMBAT RAPE

ABSTRACT: On October 23, 2015, one of the participants of the first edition of the *MasterChef* children’s program, Valentina, only 12 years old, was targeted by pedophiles who used *twitter* to make sexist statements such as “If there is a consensus, is pedophilia?” In relation to these postings, the think tank *@ThinkOlga* challenged women to post by means of the hashtag *# first* on the first episodes of sexual harassment they suffered. The idea of this article is to understand if these reports can be labeled as what is called by Orlandi (2004) of “metal memory” and, in this way, to effectively help create new feminist narratives capable of changing this culture of harassment? Is it possible, from the point of view of discourse analysis, to consider reports as fragmented as they are autobiographical?

KEYWORDS: #first-sexualharassment; new feminist narrative; social networks

1 | INTRODUÇÃO: #PRIMEIROASSÉDIO: O GRITO DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL GANHA ÀS REDES SOCIAIS

Em outubro de 2015, mês tradicionalmente dedicado às crianças, a menina Valentina de 12

anos, viu morrer seu sonho de ser a melhor *chef* infantil do programa *Master Chef* da TV Bandeirantes^b ser calado pela publicação de frases de pedófilos em várias redes sociais, principalmente, pelo *Twitter*, expondo a garota aos seus desejos doentios.

Os comentários publicados evidenciaram não só a face obscura de uma sociedade que ainda vê o corpo feminino como objeto para o uso dos homens (com ou sem consentimento, mas também um pouco do perfil de “cidadãos”, que, ao expor livremente seus desejos, constroem enunciados que refletem representações sociais de como o corpo da mulher, não importa a idade, ainda é usado por “machos”, no momento e da forma que eles desejam.

Valentina, como muitas, foi “punida”, por sua beleza e pelo desejo que provocou nos pedófilos. O sonho de ser a melhor *chef* infantil da tevê brasileira terminou no dia 27/10/2015, porque pais e produtores do programa entenderam que ela precisava ser protegida dos assédios. Os pais decidiram ainda não entrar com processo de indenização ou ação criminal contra os pedófilos.

O drama, no entanto, deixou indignadas mulheres como Juliana de Faria, que, no dia 26/10/2015, durante o evento *Technology, Entertainment, Design (TED)^cX*, em São Paulo, contou a uma plateia de mais de 450 pessoas o assédio que havia sofrido aos 11 anos. A partir daí, decidiu criar a página no twitter *Think Thank Olga e a @primeiroassédio* que incentivava mulheres de todo o país a denunciarem em 140 caracteres como foram constrangidas sexualmente, fisicamente ou psicologicamente pela primeira vez.

A campanha surtiu efeito. No site *lugardemulher.com.br/primeiroassedio*, do dia 26 ao 31 de outubro, a *hashtag* foi replicada 82 mil vezes entre *twittes e retwittes^d*.

Os relatos incentivaram outras mulheres a usarem as redes sociais como o *Facebook*, também com o nome *@primeiroassedio* para também narrar, não só a primeira vez em que foram assediadas, mas casos de estupro, de abusos em ônibus, em metrô, ou situações em que as agressões partiram de chefes, amigos, parentes ou namorados.

O drama de Valentina e o sucesso da *#primeiroassedio*, no *Twitter* e no *Facebook* ganharam as páginas não só dos jornais brasileiros, mas também da imprensa internacional. O site da BBC de Londres reproduziu relatos de vários homens e mulheres.

De cabeça, Juliana conta pelo menos três casos durante a infância e a adolescência em que sofreu assédio sexual. Aos 11 anos quando ouviu comentários sexuais na rua; aos 13, quando um homem a prensou em uma estação do metrô de São Paulo e disse que ia “comê-la”; aos 14 anos quando foi perseguida em uma festa por não querer beijar um homem mais velho. E ela ressalta que está longe de ser a última a ter histórias para contar. (site BBC, 22/10/2015).

Para Juliana, a iniciativa serviu para mostrar que o assédio não pode ser visto “apenas como estupro”. Ela lembrou que fazem parte do discurso masculino brasileiro

entender a “cantada”, mesmo as constituídas por palavras “chulas” como uma questão cultural, aceita pela maioria das mulheres.

De acordo com a autora da *#primeiroassédio*; a discussão nas redes sociais deu voz às vítimas que, muitas vezes, não entendiam a dimensão do que tinham sofrido.

O que a gente vem discutindo com a *#primeiroassédio* é que quando a gente fala de pedofilia, as pessoas entendem como uma coisa, pesada, distante. Não! As sementes dessa barbárie também estão em ações que parecem pequenas e insignificantes como *Twitters, disse, citando o caso Valentina*. (site BBC, 22/10/2015).

Na página *#primeiroassédio* do *Facebook*, milhares de anônimos e celebridades expuseram as primeiras violências físicas e psicológicas de cunho sexual que sofreram. O relato abaixo é de uma internauta, que para preservar o anonimato identificou-se apenas como *#meuprimeiroassédio*.

Olá! Gostaria de não ser identificada. Quando tinha quatro anos, na sala de aula, estava brincando com um coleguinha dois anos mais velho. Quando vi, ele já estava com os dois dedos dentro da minha calcinha, me tocando e fazendo cara de safado. Quando contei para minha mãe, ela imediatamente foi a escola, e, logo essa brincadeira parou.[...] Mas por favor, acreditem nas suas filhas. Vocês não sabem o quanto isso ajuda seus filhos a lidar com o psicológico (*#meuprimeiroassédio*, página do *Facebook#primeiroassédio*, 22/10/2015)

2 | AS NARRATIVAS DE VIDA COMO FORMA DE “EMPODERAR” A MULHER MASSACRADA

O silêncio das vítimas de assédio e violência sexual esconde uma realidade cruel. Pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA)^e revela que a cada ano, pelo menos cinco mil mulheres são assassinadas no Brasil; sendo a maior parte por seus companheiros ou cônjuges^f.

Outra pesquisa, do mesmo instituto, que teve como *corpus* a violência sexual, revelou que 26,6% dos brasileiros acreditam que as mulheres que usam roupas “sexys” merecem ser estupradas^h.

A análise dos fragmentos de narrativas de vida de Juliana, a criadora da *#primeiroassédio*, revela que, tal como acontecia com as índias e as escravas no período colonial, as adolescentes são expostas muito cedo ao medo de serem estupradas:

(i) Aos 11, [...]joviu comentários sexuais na rua; (ii) aos 13 anos, um homem a “prensou” em uma estação no metrô de São Paulo e disse que iria “comê-la”, (iii) aos 14; foi “perseguida” por “não querer beijar” um homem mais velho.

Sob a lógica narrativa de Charaudeau (2012); ao narrar uma agressão da qual foi vítima; Juliana se torna uma autora/escritora, ou seja, objetiva defender um projeto de escrita baseado nas suas vivências individuais e coletivas e convoca o leitor possível.

No projeto de escritura de Juliana fica claro que ela, a princípio, exerce o papel

de uma *actante* passiva: a vítima. De acordo com Charaudeau (2012), os *actantes* são os agentes que representam ações relacionadas a ações das quais dependem.

As sequências narradas deixam claro que a trajetória da adolescente foi permeada pela ação de agentes/*actantes*/agressores, reforçando a dicotomia homem/forte; e menina/fraca, a de agressor/vítima/e a de covardia/medo. Assim, ela faz sua própria divisão de eles e nós, qualificando o outro, os homens agressores como “vilões”.

Essa qualificação reforça o ponto de vista da narradora/escritora e é fundamental para entender a “perversão” dos atos a ela impostos e expostos no seu discurso de vítima.

No enunciado [...] Aos 11, ouviu comentários sexuais na rua, fica claro a distorção entre o comportamento que socialmente se esperaria ter sido dado a uma criança, e a que supostamente teria ocorrido.

Já no enunciado (ii) a narração da autora/narradora deixa “implícito” que o *actante*/agressor ao “prensá-la no metrô” e ao anunciar “seu desejo” impôs à *actante*/vítima/Juliana seus próprios desejos, negando-lhe a possibilidade de recusa, só cabendo à menina aceitar, naquele momento, a agressão.

No último enunciado (iii); aos 14; foi “perseguida” por “não querer beijar” um homem mais velho; fica implícita a relação de ação/medo da punição. Como não aceitou o beijo, foi alvo de uma perseguição, como se estivesse sendo “punida” por seu direito em recusar uma carícia não desejada.

De acordo com Charaudeau (2012); o discurso argumentativo é constituído por uma proposta de mundo defendida por um sujeito argumentante que objetiva persuadir o sujeito alvo de que suas intenções devam ser aceitas.

O fato de as narrativas de vida de Juliana serem apresentadas em um site da BBC de Londres, portal que publica conteúdos jornalísticos imprime às tais relatos um status de verdade, imprimindo-lhes mais legitimidade.

As informações de que Juliana é a criadora da #primeiro assédio e do sucesso de sua iniciativa, divulgadas por diversos meios de comunicação, reforçam a ideia de seriedade dos discursos por ela defendidos.

Servem ainda para referendar o pedido de socorro implícito no fragmento (i) [...] quando a gente fala de pedofilia, as pessoas entendem como uma coisa, pesada, distante. A narradora parece argumentar: “pedofilia não é uma coisa distante”! Se aconteceu comigo; pode acontecer com seus filhos.

Já no fragmento (ii) As sementes dessa barbárie também estão em ações pequenas e insignificantes como um *Twitter*; a autora parece incitar a uma ação: seu filho pode ser vítima de ações insignificantes que podem ser encaradas como pedofilia. Você não vai fazer nada?

Assim, ao expor as “transgressões” e “degradações” a ela impostos, a autora tenta gerar empatia, mexer com o *pathos* de quem com ela se identifica. Assim, sua narrativa de vida serve como um argumento implícito a favor não só de Juliana; mas também de outras vítimas que passaram ou passarão por situação semelhante,

alertando: “é preciso mudar isso!”

O mesmo ocorre se analisarmos alguns dos enunciados da #primeiroassédio, postados em outra rede social, o *Facebook*, por uma enunciativa/narradora/anônima^h que se identificou apenas com o nome #*meu primeiroassédio*.

O relato foi postado na rede social pela internauta identificada desta forma, que além de relatar o assédio que sofreu na escola, também fez um apelo, dessa vez, mais explícito.

Atuando também como uma narradora/escritora, segundo Charaudeau (2012), o pedido tem a força de um apelo a todos os pais. (i) Mas, por favor, acreditem nas suas filhas. Vocês não sabem o quanto isso ajuda seus filhos a lidar com o psicológico.

O relato da narradora identificada como #*meuprimeiroassédio* deixa claro o pedido: acreditem nas suas filhas, que vai de encontro à crença que as mulheres mentiriam, exagerariam, ou seriam as provocadoras das agressões sexuais das quais são vítimas.

O argumento seria: se vocês acreditarem nas suas filhas, evitarão que elas tenham problemas psicológicos mais tarde. Assim, pela primeira vez, milhares de mulheres revelaram dolorosos fragmentos de suas narrativas de vida, questionando aspectos do comportamento do brasileiro, culturalmente, chamado como a “cantada” que, passou a ser denunciado por muitas como um tipo de assédio sexual.

3 | O USO DE FRAGMENTOS DAS NARRATIVAS DE VIDA COMO ESTRATÉGIAS PARA EMBATES NAS REDES SOCIAIS

A criação da #*primeiroassédio* não serviu apenas para conscientizar e para estimular as mulheres a contar e a entender que “as cantadas”, o fato de serem seguidas nas ruas, os olhares impertinentes, os “encoxamentos” em ônibus e metrô lotados, os toques “sem ou por querer”, e, principalmente, “o sexo sem consentimento” deva ser denunciado e devidamente punido.

Serviu também para estimular a exposição do “discurso do opressor”, do homem que assedia, que violenta, que também usou a #*primeiroassédio* como forma de marcar seus pontos de vista. Assim, as redes sociais transformaram-se em um cenário de discursos conflitantes, polêmicos.

Alguns homens ironizavam a *Think thank*, chamando de “vadias”, as, vítimas de assédio e as responsabilizando pelos crimes dos quais são vítimas, como podemos constatar neste comentário: “A maioria de vocês nunca iria sofrer assédio algum se não andassem feito vadias #*primeiroassédio*”^h.

Tal discurso remete a uma das estratégias do discurso polêmico, marcado pela “oposição de discursos”, conforme apontado por Gracio (2014)^l Nesse caso; houve dois tipos de “movimentos que caracterizam, segundo a autor, o discurso polêmico: (i) a polarização” - que estabelece um campo discursivo de um “nós” (machista) e de um “eles” (feministas e aliados)- e a (ii) desqualificação do outro” - em que o “eles” passa

a ser “diabolizado”.

Estes comentários, por sua vez, receberam “críticas” e foram “compartilhados” por quem se considerou “eles” dessa batalha narrativa (as mulheres e homens solidários à causa feminista, que, por sua vez, usaram tais enunciados para “desqualificar” o discurso do “nós” (os machistas).

O contrário também aconteceu. Quem se identificou com o “nós” (os machistas), também criticou e compartilhou enunciados produzidos pelo (eles mulheres e homens que defenderam as mulheres).

Charaudeau (2012) defende a tese de que “a narrativa é um jogo de integração ou de encaixamento de histórias umas nas outras cada uma tendo seu próprio narrador”. O início do discurso do suposto fragmento de vida do cantor Roger^l apresenta-se dúbio.

Em seu primeiro fragmento (i) Acho que eu tinha dez anos”, Roger mostra que o fato, aparentemente, não o traumatizou. Ao contrário dos relatos das mulheres, marcados por datas, ele não sabe com certeza quando o episódio aconteceu. A outra expressão “(ii)[..]uma empregada me deixou pegar nos peitos dela”, remete à pré-discursos históricos na cultura brasileira.

Dá a entender a repetição da história vivida por muitos fidalgos no período colonial que abusavam “de suas escravas negras ou índias”. Em seu fragmento, Roger não explica como se deu o suposto assédio. Não fica claro se ele pediu à empregada para tocá-la, se exigiu o toque, ou se o toque lhe foi oferecido ou imposto pela mulher de sua narrativa. Dessa maneira, ele não esclarece que papel encenou nessa situação.

Foi o sujeito *comunicante/actante/agressor* ou o *sujeito comunicante/actante/vítima*, ou se poderia ser enquadrado como outro tipo de *actante* classificado por Charaudeau (2012).

Os sentimentos de prazer narrados pelo cantor durante a situação reforçam a relação entre sua narrativa de vida e a articulação de pré-discursos do “macho alfa”, do “rapaz potente”, “ávido por sexo”; disseminados na sociedade e na cultura de origem patriarcal que ainda dominam a sociedade brasileira, em tudo opostos ao tipo de assédio que causa dor, revolta, sentimento de impotência e medo nas mulheres.

É como se ao formular sua frase, ele, ao mesmo tempo, mostrasse sua individualidade, (um pouco confusa, pois no texto irônico, ele assume dois “eus”, um que diz e outro que nega o dito); e repetisse, simultaneamente, discursos repletos de preconceitos, estigmas, estereótipos machistas.

[..] Esses sujeitos que atacam mulheres, homossexuais, índios, judeus, mulheres não femininas ou sensuais pautam-se em uma visão de mundo apoiada no patriarcado, no capitalismo e no poder em geral. O excluído é produzido no discurso, seu lugar é ancorado na justiça de não poder existir. Do mesmo modo o ser mulher é produzido no discurso, e, por isso, ligado às relações de poder. (LIMA, 2015, pág. 174)

Paveau (2007)^l analisou a coletividade e transmissibilidade dos pré-discursos

e defende a ideia que tais discursos anteriores se situam na “cabeça do indivíduo”, “quanto nos ambientes exteriores”. Dessa maneira, as crenças individuais de um determinado sujeito, estão ao mesmo tempo, inseridas em um ambiente definido por um aparelho ideológico.

“Diremos, portanto, considerando um só sujeito (tal indivíduo) que a existência das ideias de sua crença é natural no sentido de suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, regulados por rituais materiais, eles próprios definidos pelo aparelho ideológico, material do qual dependem as ideias desse sujeito” (Paveau, 2007, pág 324.)

Os relatos irônicos ou que objetivam colocar em xeque a relevância de expor os casos de assédio mostram que para muitos homens a situação deve continuar a mesma. E que os discursos que defendem a manutenção do domínio sexual do homem sobre a mulher devem ser “desvalorizados”. É como se eles deliberadamente dissessem “é só choro”, “não deve ser levado a sério”.

Mas o discurso machista, aparentemente, não foi refutado apenas pelas mulheres. E a luta feminista na rede foi reforçada pelo apoio de muitos homens que postaram depoimentos de apoio à *#primeiroassédio*. Alguns deles ganharam notoriedade. Em matéria publicada no dia 29/10/2015, a revista *Veja* publicou em seu site, matéria sobre o *post* feito pelo músico Mário Feitosa, na página do *facebook* “*#primeiroassedio*’ que, em três dias, ganhou mais de 330 mil curtidas e foi replicado mais de 170 mil vezes”.

Em seu *post*, Feitosa pede aos homens que façam um exercício de empatia e entendam os problemas causados pelo assédio sexual às mulheres.

Lembra desse papo quando nomear “vitimismo”, “mimimi”, “falta de rola”, “louça pra lavar”, enfim, os clichês que a gente conhece bem. Não precisa pensar na desconhecida não: pensa na sua mãe, sua irmã, sua companheira, sua filha... Faz o mais forte exercício de empatia do mundo, que é se colocar no lugar delas, volta aqui e me chama de “feminista”. Aguardo ansiosamente. (Feitosa, Facebook, 26/10/2015).

4 | A INTERAÇÃO PROVOCADA PELA CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA COMO INSTRUMENTO FEMINISTA

A criação dos TIC’s e o advento da teoria de convergência midiática transformaram radicalmente a relação entre público e conglomerados de comunicação, conforme descrito por Santaella (2008).

De acordo com essa autora, o surgimento de dispositivos que facilitaram o acesso da população aos chamados celulares com câmeras e internet, *tablets*, fizeram com que a mídia deixasse de ser massiva (muitos receptores consumindo uma única mídia de uma única forma) e se tornasse individual (a antiga audiência selecionando o que deseja ver, na hora e no momento em que deseja ver, postando seus próprios conteúdos).

Hoje, todas as mídias, tevê, emissoras de rádio, veículos impressos preocupam-se em diversificar suas publicações criando portais e conteúdos especiais para outras interfaces como *tablet*, *smartphones* e redes sociais como o *Whatsapp*, o *Twitter* e o *Facebook*.

Para Bastos e Castro (2012) as empresas de jornalismo fazem uso de diferentes formatos para aproveitarem as novas espécies de interação com receptores.

“Essa convergência tecnológica atual articula formatos, linguagens e estéticas em diversas telas, abrindo possibilidades para novos modos de interação com os receptores que, pouco a pouco, vão deixando a condição de meros telespectadores para se tornarem usuários e produtores (Bastos e Castro M.L. 2012, p.14).

O processo de convergência aumentou, segundo Bastos e Castro (2012), a interação entre as empresas jornalísticas e seu público. Hoje, com as redes sociais, qualquer um pode compartilhar uma matéria publicada no portal de um determinado jornal, elogiando-as, ou criticando-as.

Não é incomum ainda que muitas matérias dos diversos veículos tenham sido “pautadas” pela ação de grupos que divulgam eventos por redes sociais como o *Facebook* ou o *Twitter*. As autoras ressaltam também a importância desse movimento.

“Corresponder ao perfil do consumidor contemporâneo, percebido em suas interações sociais, em suas formas de consumo e em suas relações com as tecnologias do momento, ultrapassando em muito os aspectos tecnológicos e ganhando, com isso, contornos de caráter cultural e econômico”. (Castro, M. L, Duarte E, 2012 pag. 15).

Tal contexto, segundo Santaella (2008), favoreceu o que ela considerava uma utopia, como as teorias de Ben Russell, em seu Manifesto Headmap, de 1999, que defendia a tese de que as mídias da internet [...] já estavam começando a pingar no mundo real.

Com isso, além de funcionarem como exemplares mais legítimos de uma ecologia pluralista da cultura, os projetos de mídias locativas também funcionam como indicadores precisos dos dois lados antitéticos da psiquê humana que foram explorados por Freud. Em um extremo, o lado destrutivo da pulsão de morte e, no outro extremo, o lado construtivo sob a égide de Eros. É justamente esse último extremo da gangorra que os projetos estéticos de mídias locativas buscam explorar contrabalançando as forças contrárias exercidas pelo poder dissimulado do rastreamento e vigilância ubíquos. É por tudo isso que a ecologia pluralista das mídias locativas, unificada pelas forças de Eros, entre outras coisas, está nos incitando a rever e relativizar as teorias cujo pessimismo monolítico cobriu o ciberespaço e a cibercultura com premonições negras sobre a obsolescência do corpo, o colapso dos espaços geográficos e a inexorável perda de significados do passo da vida (Santaella, Revista Famecos,2008).

A disseminação dos comentários sexistas nas redes sociais sobre a aparição de Valentina no programa de TV, também parece confirmar as teorias de Lévy(1999),

que defende a tese de que, com a cibercultura, os homens não só contemplariam o espetáculo, descrito por Debord (1967),^o mas participariam dele, interagindo, dando suas opiniões, compartilhando com seus amigos, e produzindo seus próprios conteúdos.

Orlandi (2012), no entanto, considera que os *posts* do *Facebook* e de outras redes sociais constituem o que ela chama de “memórias metálicas”. Esse tipo de memória, no entanto, diz respeito à circulação de conteúdos que são replicados.

A repetição das informações divulgadas pelas mídias e pelas redes sociais teriam como “consequência” a formação “de uma rede de filiação” e não obedeceria, assim, ao conceito de “historicidade”^q. O mais importante seria conseguir maior adesão.

Como efeito de sentido, esse tipo de repetição de “memória discursiva” não poderia ter como consequência a constituição de um tipo de instância de atualizações de “sentidos”?

Na memória metálica, a significação se dá no nível da circulação. Segundo Orlandi (2010), quanto mais atualizações um internauta faz em seus perfis nas suas redes sociais, mais visibilidade o tema terá.

Então, sempre que um assunto for retomado, pode ser compartilhado e voltar a ser discutido. Mesmo se for rejeitado, a atualização faz com que ele possa ser visualizado por mais pessoas o que também faz crescer o número de adesões ou compartilhamentos.

Tal condição, não nos deixaria margem para questionar, se essa possibilidade não imprimiria mais força a um determinado enunciado que pode, inclusive, ganhar novos sentidos ao ser reconfigurado como “*memes*”, “*por exemplo*”.

Dessa forma, a adesão do sujeito a uma determinada memória não mais se relaciona a uma rede de constituição, mas a atualização e circulação. “Repetição e quantidade, em sua forma binômica” (Orlandi, 2010).

Este tipo de adesão, a princípio, no entanto, parece estar sendo útil à luta das mulheres no mundo virtual. Toda vez que alguém digita a palavra “assédio” em um site de busca como o *Google*, por exemplo, pode se deparar com informações sobre a *#primeiroassédio*, por exemplo.

A retomada mesmo que involuntária de um determinado tema, por exemplo, como quando acontece quando o *Facebook* lembra o internauta que há um ano foi postada determinada foto, não contribui de alguma forma para que as redes sociais possam ser percebidas como um lugar, ou um ambiente de denúncia, de pedido de socorro, e de luta das mulheres por seus direitos?

Embora a resposta à pergunta acima ainda não esteja clara, o certo é que, depois da *#primeiroassédio*, outros casos como o estupro coletivo sofrido no dia 21 de maio de 2016, por uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, também gerou uma batalha discursiva semelhante à ocorrida no caso da menina Valentina e a criação de uma página “Eu sou contra a cultura do estupro”.

Novamente, mulheres e homens voltaram ao *Twitter* e ao *Facebook*. Enquanto

muitos tenham se posicionado a favor da jovem; também proliferaram comentários contrários à conduta da garota, apontada por muitos como “culpada” pelo crime a ela imputado.

Dessa vez, no entanto, a pressão dos discursos divulgados pelas redes sociais por internautas que replicavam notícias da imprensa sobre a condução do caso influenciaram na prática a vida real. A conduta do delegado responsável por apurar o caso, Alessandro Thiers, foi questionada pela advogada de defesa da vítima, Eloysa Samy Santiago, que pediu o afastamento do policial do caso.

Para a advogada; o delegado estaria tentando responsabilizar a jovem pelo estupro ao se mostrar favorável aos argumentos dos suspeitos de estupro que a acusaram de já ter praticado “sexo coletivo”, em outras ocasiões, apesar de vídeo divulgado pelos próprios acusados mostrarem a jovem pedindo para que eles parassem com a agressão.

Depois de várias publicações no *Facebook* e no *Twitter* questionarem a ação da polícia, no dia 29 de maio, Thiers foi afastado do caso e a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV) assumiu a coordenação das investigações do estupro coletivo, atendo ao pedido de Eloysa.

Embora a resposta à pergunta acima ainda não esteja clara, o certo é que, depois da #primeiroassédio, outros casos como o estupro coletivo sofrido no dia 21 de maio de 2016, por uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, também gerou uma batalha discursiva semelhante à ocorrida no caso da menina Valentina e a criação de uma página “Eu sou contra a cultura do estupro”.

Novamente, mulheres e homens voltaram ao *Twitter* e ao *Facebook*. Enquanto muitos tenham se posicionado a favor da jovem; também proliferaram comentários contrários à conduta da garota, apontada por muitos como “culpada” pelo crime a ela imputado.

Dessa vez, no entanto, a pressão dos discursos divulgados pelas redes sociais por internautas que replicavam notícias da imprensa sobre a condução do caso influenciaram na prática a vida real. A conduta do delegado responsável por apurar o caso, Alessandro Thiers, foi questionada pela advogada de defesa da vítima, Eloysa Samy Santiago, que pediu o afastamento do policial do caso.

5 | O DISCURSO FEMININO X IDENTIDADE FEMININA NO BRASIL

Um corpo bonito, com curvas abundantes, um bumbum durinho, pernas torneadas, seios siliconados, rosto jovem, sem rugas, dentes brancos, cabelos sedosos ajuda a vender cerveja, carro e outros produtos no Brasil. O discurso da publicidade normalmente associa o adjetivo “gostosa” da cerveja ao que os homens chamam de mulher “gostosa”.

E apesar da objetificação do corpo da mulher, como um instrumento de venda de bebida alcóolica, as brasileiras, ainda não fizeram nenhum movimento para que o

CONAR^s proibisse esse tipo de comercial.

A luta das mulheres contra as práticas machistas ainda enfrenta grandes obstáculos. Parte deles se dá pelo fato do machismo fazer parte da cultura de muitas mulheres.

De acordo com Possemil (2015), a verdade é que boa parte das mulheres brasileiras ainda se veem presas a discursos que defendem o mito da “mulher submissa” forjado ainda no período colonial.

Durante os séculos em que se desenrolou a colonização brasileira, o imaginário popular atribuiu qualidades aos heróis e poucas foram às mulheres que ingressaram nesse patamar. O grande modelo feminino estava eivado de qualidades surgidas na Mariologia, uma devoção que mostra a Virgem Maria em suas mais diversas invocações, povoando a imaginação dos artistas coloniais.

Ainda segundo Possemil (2015), muitas mulheres ainda defendem “a cantada” como algo natural e cultural, sendo até desejável, em alguns casos.

[...há mulheres que sustentam que a cantada é assédio e mulheres que não veem nada de mal em serem cantadas (ouvirem “gostosa” de operários em obras e até mesmo enunciados mais agressivos como “vou te passar o rodo”) como consideram que tais cantadas devam ser “curtidas” e que mulheres, “no fundo” gostam de ser desejadas e que, portanto, não se trata de assédio. O discurso que valoriza a cantada é certamente o de mais longa duração que o de sua avaliação como assédio, estreitamente ligado aos outros discursos politicamente corretos Possenti, 2015, pág 57.)

Os discursos que apresentam a beleza feminina como atributo da mulher sem inteligência, mas com astúcia suficiente para usar seu poder de sedução para conseguir aquilo que deseja ainda permeiam o imaginário feminino brasileiro. De acordo com Possenti (2015), o imaginário feminino brasileiro atual ainda estaria impregnado da necessidade premente de ser, sobretudo, bela e agradar ao homem, necessidade essa que pode também ser interpretada como uma espécie de submissão (grifo meu).

Faço uma observação pouco documentada, mas relevante: por mais moderna e “feminista” que seja uma mulher, é raro que não se preocupe com sua beleza ou com sua apresentação (e com diversos corolários, como o envelhecimento, e, que, de alguma forma, não controlado de diversas, que, por si só, mereceriam estudos) [...]. (Possenti, 2015, pág.55).

Para Ribeiro(2007), a própria história da colonização criou uma “cultura do estupro”; e uma identidade da mulher brasileira ligada à sexualidade e à etnia. As índias, segundo o autor, por exemplo, remetiam “à figura de Eva”, ‘nuas’, “inocentes, ou de ninfas que fugiam do assédio dos faunos europeus”; as escravas que, por sua vez, ainda conforme o pesquisador, “tinham ao mesmo tempo três papéis: a escrava subserviente, a mãe-preta e a amante”.

Já as mulheres brancas, ainda conforme RIBEIRO (2007) são condenadas a

seguir as leis de Deus e da Igreja. “[...criadas à imagem e semelhança de seu senhor, seria a companheira ideal para o fortalecimento de uma sociedade patriarcal, em que a autoridade do Estado encontraria reforço para a dominação da ideologia dominante]”

Numa sociedade em que “não existe pecado no lado de baixo do equador, que induz ao “pecado rasgado, suado”, não se imputa, pois, ao universo masculino culpa por ter relações sexuais com a negra, com a índia, ou a prostituta, embora os jesuítas lutassem para que esta licenciosidade não imperasse. Essas mulheres são objeto de posse de seus senhores e desfrutáveis não entra para o rol dos interditos, Não são elas possíveis de serem consideradas mulher do próximo. São bens de livre circulação entre os parceiros, numa liberação possibilitada pelo tempo orgíaco da festa. (RIBEIRO, 2007, pág. 149).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na mitologia grega, as sereias eram metade peixe e metade mulheres, belas e encantadoras que, com seu canto irresistível, atraíam os navegadores, seduzindo-os, enfeitando-os, fazendo-os afogarem-se no turbilhão dos próprios desejos. Outras mitologias, como a Gênese, descrita no antigo testamento e fundadora do discurso criacionista, exploram a sedução feminina como algo indesejável, perigoso.

Eva teria seduzido Adão e o convencido a provar da maçã, fruto do saber, tornando-se assim, culpada pela expulsão da humanidade do paraíso, o que reforçaria a ideia de que as mulheres são burras, insensatas, mas, perigosamente, sedutoras.

Os homens, de acordo com estes dois mitos seriam, assim, vítimas da sedução feminina e, dessa maneira, isentos da responsabilidade pelos desatinos que cometem. A culpa continua a cair sempre sobre os ombros das bruxas que, ainda acenderiam à fogueira que já consumiu tantas e que, certamente, consumirá ainda milhares de mulheres, em todo o mundo.

A voz feminina, assim, é perigosa, fatal como o canto das sereias ou os argumentos de Eva capazes de induzir Adão a ignorar as regras estabelecidas por um deus poderoso e vingador.

Dessa forma, as mulheres que não reclamam de suas dores, que abrem mão do prazer sexual, mesmo quando parem filhos de deuses, como Maria, são consideradas boas, santas, puras aptas a serem aceitas pela sociedade machista brasileira. A fragilidade dessas mulheres é vista, de certa forma, como uma marca de representação desejável do feminino no Brasil.

Essa ideia de fraqueza não está relacionada somente a questões psicológicas e neurofisiológicas, mas, sobretudo, a questões sociais e culturais, a valores e crenças compartilhadas por uma comunidade. Tais relações já aparecem em Aristóteles, para quem as mulheres e as crianças seriam seres incapazes de se relacionarem com o mundo sem a ajuda de uma tutoria. Entretanto, foi antes, com Platão, que a ideia de que o corpo deveria ser separado da mente, por aquele estar ligado à emoção e esta à razão surge. Tal ideia colocou em cena a oposição entre os dois termos, e, nessa esteira, trouxe-nos como herança a noção do tipo “homem não chora”, em oposição “a mulher chora a toa”, ou ainda “mulher tem

O silêncio das sereias, no entanto, sai caro para as brasileiras. É sabido que os índices dos casos de violência contra a mulher são subnotificados. A inexatidão dos dados está relacionada ao silêncio feminino que, muitas vezes, transparece o medo de ser punida pelo crime do qual são vítimas.

A pesquisa do IPEA que mostrou em 2015 que 26% da população brasileira defende a tese de que mulheres que usam “roupas sexys” mereçam ser estupradas evidencia os motivos desse não dizer.

Mas ao expor as cicatrizes deixadas pelo assédio, pelo abuso sexual que sofreram nas redes sociais; as mulheres voltam a ameaçar com seu canto de dor, fragmentado, digitado em 140 caracteres, ou em um pouco mais, no caso do *Facebook*; a segurança de parte dos brasileiros e brasileiras machistas.

Diante deste cenário, iniciativas como a *#primeiroassédio* parecem ter iniciado um processo de mudança. Ao usarem as redes sociais para exporem suas narrativas de vida, suas dores, seus pontos de vista, as mulheres forjam uma nova personalidade.

Não mais de *actante/vítima/ mais de actante/acusadoras, ou de actantes/guerreiras*, ao assumir o protagonismo na luta pela defesa de seus direitos. Até agora, os discursos nas redes sociais mostraram força relativa. O embate com os discursos irônicos, o deboche dos machistas na rede mostra que há muito ainda a se fazer.

Se como defende Machado (2015)^u, a exposição da narrativa de vida dos marginalizados nas redes sociais, da dita “minoría”, contribui não só como argumentos ao favor dos mais fracos, mas serve também como uma forma de apelo à mudança; a continuidade do uso das redes como meio de divulgação das lutas feministas, poderá realmente forjar uma nova percepção do feminino, ou das representações do feminino no Brasil?

Embora seja cedo ainda para saber que efeitos de sentido serão produzidos por esses discursos, a criação de uma memória, mesmo que metálica, relacionada a exposição da voz feminina mostra que a passividade e a submissão feminina já deram origem à debates que colocam em xeque prerrogativas supostamente masculinas como a “cantada”, que, agora, são classificadas como “não desejáveis” pelas mulheres obrigadas a ouvi-las.

Quem sabe, finalmente, as brasileiras estejam alcançando os sentidos da famosa frase de Simone de Beauvoir “*Personne ne naît femme, devient femme*”^v.

REFERÊNCIAS

In: BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo, volume 2**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição, pp. 9-10

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Elizabeth Bastos; DUARTE, Maria Lília Dias. **Convergências Midiáticas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [Coordenação da equipe de tradução Angela M.S. Côrrea e Ida Lúcia Machado] – 2ª ed. 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela M.S. Côrrea. 2ª ed, 2ª reimpressão- São Paulo. Contexto. 2015.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo e Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 2004. 5ª reimpressão

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada dia 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

LÉVY, Pierre. **A máquina universo: criação, cognição e cultura informática**. São Paulo: ARTMED, 1998.

_____. **Cibercultura**. Tradução Carlos Lineu da Costa. São Paulo. Editora 34, 1999

LIMA, Helcira. **Mulheres e emoções em cena**. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P (Orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto. 2015. Pág. 161-177

MACHADO, Ida Lúcia. **Narrativa de Vida e Construção da Identidade**. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P. *Discurso e [des] igualdade social – 1ª edição*. São Paulo – Contexto, 2015.

ORLANDI, Eni. **Conversa com Eni Orlandi**. In: Barreto, Raquel. *Revista Teias*. Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez/2006. In: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/analise%20do%20Discurso%20Eni%Orlandi.pdf>. Visto em :25/05/2016.

_____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade**. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109

POSSENTI, Sírio. **Durações históricas e sua relação e sua relação com o público e o privado**. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P. *Discurso e [des] igualdade social – 1ª edição*. São Paulo – Contexto, 2015.

RIBEIRO, J.L. **Imagens étnicas na construção do feminino brasileiro**. In: **Comunicação: tecnologia e identidade** COUTINHO, I. SILVEIRA, P. M. S Jr. (orgs.) –Rio de Janeiro : Manual X 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura das Mídias**. São Paulo. Razão Social, 1992.

_____. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humanismo**. In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. N 22. Dezembro, 2003.

_____. **A Ecologia Pluralista das Mídias Locativas**. *Revista Famecos*: Porto Alegre, 2008, nº 37 .

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Uma introdução ao estudo do humor pela linguística**. DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 55-82, 1990. ISSN/ISBN: 01024450.

In: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pedofilos-assediam-participante-do-masterchef-pelo-twitter>. Visto em 29/05/2016.

NOTAS

a) O programa *MasterChef* teve sua versão infantil iniciada no dia 20/08/2015; na TV Bandeirantes, considerada o 4º canal no *ranking* da audiência dos canais da televisão aberta brasileira. Pelo menos 21 crianças, entre 8 e 13 anos participaram do processo. O vencedor ganharia R\$ 150 mil, R\$ 1 milhão reais em compras em uma rede de supermercados durante um ano, um carro zero e uma bolsa de estudos em gastronomia na “*Le Cordon Bleu*”, em Paris, na França.

b) Em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pedofilos-assediam-participante-do-masterchef-pelo-twitter>. Visto em dia 14/05/2016.

c) Vídeo disponível em <http://lugardemulher.com.br/primeiroassedio/>. Visto em 25/04/2016. Ela resolveu criar então a #primeiroassédio que deu origem a outras campanhas no *Facebook*, e em outros *Twitter*s que foi replicada e deu origem a milhares de mulheres.

d) <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/ipea-reconhece-erro-em-pesquisa-de-estupro-65-era-26>.

f) Dias antes o IPEA havia divulgado, incorretamente, que mais de 70% dos brasileiros consideravam que a mulher que usa roupas curtas são “provocam” seus estupros.

g) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf.

h) “*Post*” de um internauta anônimo com a #primeiroassédio.

i) In: GRÁCIO, R.A. Resenha de Apologie de la Polémique, de Ruth Amossy. In: AMOSSY, Ruth. Apologie de la polemique. Paris. Presses. Univervistaires de France. Collection dirigée par Michel Meyer, Université de Bruxelles, 2014.

j) Como se trata de um post de *Twitter*, não dá para saber se é uma narrativa “real”, se é uma forma de “causar polêmica” e trazer seu nome de volta à mídia; se é um “relato real”, ou se só foi postado como “um argumento” contrário para ironizar as narrativas dramáticas das mulheres vítimas de assédio. Roger é vocalista da banda “Ultraje a rigor”, que fez sucesso na década de 1980 com hits como “Inútil”.

l) PAVEAU, M.P. **Palavras anteriores**. Os pré-discursos entre memória e cognição. Tradução de Norma Selzer Godstein. Universidade de Paris, 13, França.

m) In: <http://vejasp.abril.com.br/blogs/pop/2015/10/29/musico-posta-texto-contrario-o-machismo-no-facebook-e-faz-sucesso-na-rede/> Acesso dia 29/10/2015.

n) São Tecnologias da Informação e Comunicação. São todos os suportes capazes de produzir, armazenar e distribuir pela internet conteúdos informativos, simbólicos ou culturais. Como exemplo, podemos citar os computadores, celulares, *tablets*, *smartphones* e *iphones* com câmera e acesso à *web*. Ver em: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

o) SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humanismo**. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre. N 22. Dezembro, 2003.

p) In: LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Lineu da Costa. São Paulo. Editora 34, 1999.

q) No livro DEBORD, Guy, (1967), **Sociedade do Espetáculo**, defende a tese de que mídia impõe um tipo de comportamento às pessoas que ele chama de “Sociedade do Espetáculo”. A mídia faz com que as pessoas consumam bens imateriais como imaginários, representações sociais como o ideal de beleza, por exemplo, que alimentam o consumo de mercadorias, bens de consumo, e serviços como academias e cirurgias plásticas, ideais e pontos de vista defendidos pela classe dominante que, por meio de conteúdos simbólicos, manipularia os conceitos de certo; errado; desejável; felicidade e infelicidade; criando e reforçando estigmas sociais excludentes.

r) Historicidade como condição do que é “histórico”; “historicismo”, ou o conjunto de fatores que condicionam o comportamento de uma pessoa em uma determinada situação.

s) Conselho Brasileiro de Autorregulação Publicitária (CONAR).

t) Ver em: LIMA, Helcira. Mulheres e emoções em cena. In: LARA, G.P, LIMBERTI, R.P (Orgs.). Discurso e (des)igualdade social. São Paulo: Contexto. 2015. Pág. 161-177.

u) Embora numericamente existam mais homens que mulheres no Brasil, as mulheres são normalmente classificadas como “minoria”.

v) In: BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição, pp. 9-10.

RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

Vanderson de Gois Santos

Vanderson de Gois Santos. Mestre em Antropologia Social. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Antropologia. Cidade universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze Prédio da Didática II, Pavimento superior. CEP 49100 – 000 São Cristóvão – SE. vandinhogois@hotmail.com

RESUMO: A preocupação analítica central se situou, não só, no estudo das relações entre modalidades de participação política e recursos socioculturais, acionados sob as lógicas subjacentes ao jogo político; mas também, na análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de simbologia da representação política feminina. O caminho foi analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas. Também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que classificam ações ou atores como sinais de “competência política”. Uma análise que apreende a “política” em ação, como os agentes sociais, localizados numa cultura específica, dizem fazer política ou identificam como feita por outros, ou seja, buscaram-se as formulações

de agentes específicos sobre atividades que dizem pertencer à “política”.

PALAVRAS-CHAVE: Representação política. Mediação. Trajetórias.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido numa linha de estudos sobre processos de recrutamento e participação política, voltada à análise das modalidades de inserção política, os recursos acionados e as formas de atuação de agentes e grupos no espaço político (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, a preocupação analítica central aqui se situou, em termos mais gerais, na apreensão das relações entre modalidades de participação política e recursos sociais e culturais (idade; titulações, sobretudo, escolar e profissional; experiências profissionais; trajetórias de vida; formas de apresentação de si, entre outros.), acionados de acordo com as lógicas subjacentes ao jogo político; e, num nível mais específico, interessou à investigação a análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de *simbologia da representação política feminina*, constituída pela presença da participação das mulheres em atividades político-partidárias. O caminho foi tentar analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação

contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas, em torno da presença da *mulher* no jogo propriamente político. O estudo também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que visam a classificar ações ou atores como sinais de “competência política” (Bourdieu, 1983).

Dessa maneira, o ponto de partida da pesquisa, como problema analítico, são algumas observações anteriores, citadas acima, e, principalmente, indicações de trabalhos sobre o processo de participação política mediado pela análise das condições e recursos sociais postos em pauta (Coradini, 2002, 2007; Oliveira, 2008); sobre as práticas cotidianas de viver e pensar a “política” (Bezerra, 1999; Kuschmir 2000), assim como, sobre modalidades postas em prática na apresentação e legitimação de candidaturas no período eleitoral (Barreira, 1998; Coradini, 2001) e formas de participação política nesse período (Palmeira & Goldman, 1996), que apontam, sobretudo, o fato de a principal forma de legitimar posições ocupadas dentro do campo político ou pretensões à ocupação em tais cargos é a referência a algum tipo de “competência”, a algum trunfo julgado por agentes específicos como sinal de credenciais à inserção ou ao deslocamento na política, entre os quais se destacam a condição prévia de “líder”, a obtenção de titulações escolares e/ou profissionais, características pessoais e naturais – cor, idade, gênero – condições socioeconômicas, enfim, alguma forma de apresentação de si que lhes possibilitem notoriedade entre seus pares.

Investigaram-se as correlações entre condicionantes culturais e sociais, trajetórias e formas de inserção política; as principais ações cotidianas ligadas ao exercício parlamentar; os símbolos, imagens e representações acionados em distintos momentos e, principalmente, em torno da identificação de gênero na participação cotidiana. O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação mais ampla sobre os diversos planos de ação em que as atividades são construídas, como a relação entre a instituição partidária, os princípios do mandato parlamentar, o contato com as bases eleitorais e as atividades rotineiras do gabinete. Além disso, pretendeu-se compreender essas atividades como possibilidades e estratégias de reconversão em recursos eleitorais.

Em tal estudo foram realizadas entrevistas biográficas semidirigidas na tentativa de construção da trajetória de Goretti Reis, das condicionantes que fundamentam sua inserção política e suas ações dentro de seu mandato. Além disso, foram realizadas observações etnográficas sobre as principais atividades desenvolvidas pelos assessores nos gabinetes e em outros espaços de atuação; a relação entre essas atividades e as possibilidades e as estratégias de apresentação de si, tendo por base a identificação de gênero; os usos sociais da noção de *mulher*, os discursos produzidos em torno dessa noção, o contexto em que são produzidos, os interlocutores presentes nessas enunciações. Por outro lado, procuramos “ultrapassar” o nível da observação das práticas rotineiras e apreender, à medida do avanço da pesquisa em campo e das possibilidades, os sentidos, os significados construídos por esses agentes em torno

da participação política (Weber, 2001; Geertz, 1973) que atuam como elemento de orientação de suas ações.

Nesses termos, procuramos investigar, num primeiro momento, as propriedades sociais das seis mulheres parlamentares presentes nesta última legislatura (17^a – 2011 a 2015), concentrando-se mais detidamente no exercício cotidiano das atividades políticas da deputada Goretti Reis (Partido Democratas), cuja assessoria direta é composta por quatro (4) assessores que dividem a organização e o funcionamento de seu gabinete no prédio da Assembleia Legislativa. Além dessa equipe, encontram-se *peessoas de confiança* da deputada em Lagarto – município de Sergipe no centro-sul considerado sua *base eleitoral* –, na casa de apoio Artur Reis, onde se desenvolvem cursos profissionalizantes de pequeno porte (artesanato, corte e costura, beleza e estética) e uma consultoria jurídica para a população de baixa renda. O universo político que tais atividades se desenvolvem foi um lugar sociológico privilegiado devido a algumas particularidades observadas em relação ao ingresso na esfera político-partidária, à constituição do capital político e à posição política notadamente assumida dentro da Casa. Observaram-se, nesse caso, não só seu posicionamento de esquerda ao governo do estado, como também a presença constante em suas atividades cotidianas de indicações legislativas para a cidade de origem da deputada (município de Lagarto). Além disso, a posse de um capital político fundado na herança familiar de participação política nas três esferas do poder é considerada decisiva para entrada nesse universo, tido inicialmente pela parlamentar como um espaço onde as formas de atuação masculina eram mais legítimas.

RECURSOS SOCIOCULTURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA: CREDENCIAIS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

Toda estrutura política supõe regras variáveis, nas quais coexistem elementos considerados necessários para que os atores sociais desempenhem um papel dentro de um específico cenário político. São qualidades que incluem atributos naturais (gênero, idade e cor), ao lado de outros determinantes socioculturais, relativas à experiência política, à riqueza material, à titulação escolar. Em outras palavras, as possibilidades de um indivíduo participar ou não de atividades consideradas próprias da “política” – sindicatos, associações, partidos, cooperativas, ONGs, por exemplo - podem ser analisadas através de uma série de fatores sociais e culturais. Entre o interesse, a inclinação e a participação efetiva em algum movimento coletivo, em defesa de alguma “causa” entrelaçam-se diversos fatores que combinam condicionantes culturais e sociais (origem social, convívio familiar, socialização religiosa e política, trajetória social, “experiências” vividas) com conjunturas pessoais e históricas (contexto político, “eventualidades”, “dom”, “oportunidades”). Dessa maneira, a tentativa de reconstituição dessas propriedades sociais das seis parlamentares que atualmente ocupam a Casa Legislativa do Estado foi ponto de partida da observação realizada.

Observa-se que a faixa etária dessas mulheres parlamentares compreende um intervalo entre os 50 e pouco mais dos 60 anos (apenas um caso com 63 anos), como se verifica na tabela

DEPUTADAS	NASCIMENTO	CARGO POLÍTICO ANTERIOR	INFLUÊNCIA POLÍTICA
SUZANA AZEVEDO	17/05/1949	VEREADORA (ARACAJU) (1993-1994)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
MARIA MENDONÇA	10/03/1954	ASSESSORA PARLAMENTAR (1987-1995)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
DRA. ANGÉLICA	07/12/1954	PREFEITA (JAPOATÃ) (1992 – 1996)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
ANA LÚCIA	11/08/1958	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (ARACAJU) (2000 – 2002)	MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA
GORETTI REIS	01/12/1961	SECRETÁRIA DE SAÚDE (LAGARTO) (1997 – 2002)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
CONCEIÇÃO VIEIRA	13/02/1961	VEREADORA (ARACAJU) 2005 - 2007	MILITÂNCIA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA

Tabela 01: Engajamento e participação política

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

Essa concentração não apenas nos mostra um envelhecimento de trajetórias marcadas por experiências em postos de comando de diversas naturezas – militância em associações (sindicato e filantropia), cargos no Executivo (chefe municipal, secretarias municipal e estadual) e no Legislativo (assessoria parlamentar estadual e legislatura municipal), mas também, permite-nos visualizar que suas primeiras participações em atividades de caráter de direção coincidem com o período entre os 20 e 30 anos (apenas dois casos com 38 anos), cujas ocupações predominam em suas respectivas áreas de formação profissional. Dessa maneira, podemos observar que essa fase atua como um dos momentos principais na formação do sentimento de competência e de segurança considerados necessários à notoriedade e legitimidade políticas, pois nessa fase os indivíduos através de suas experiências entram em contato com diversos espaços que tendem a orientar suas referências, suas marcas intelectuais que definem as respectivas trajetórias.

Constata-se que o exercício anterior de atividades de direção caracteriza os itinerários sociais que podem explicar em parte o atual cargo político exercido por elas. Existe uma convergência de fatores socioculturais e políticos que fundamentam em diferentes escalas os sucessivos mandatos parlamentares em nível estadual. Nesse sentido, observou-se ainda que as dinâmicas de configuração do *capital político* indicam que em tal situação o processo de participação político-partidária não se caracterizou pela imposição das competências como o requisito principal dos processos de constituição e apresentação de dos programas políticos dessas

parlamentares em diferentes contextos. Pelo contrário, os usos da formação escolar e atuações profissionais estão sempre associados às influências familiares e/ou à militância político-social e são esses respectivos vínculos que fundamentam tanto as perspectivas e os desdobramentos de suas atuais atuações políticas quanto suas intervenções nas instâncias formais das instituições políticas. Nesses termos, destacamos duas modalidades de inserção política, a partir do peso atribuído pelas próprias parlamentares como fator responsável em seus respectivos ingressos na esfera político-partidária. De um lado, há um ingresso notadamente marcado pela influência de ascendentes familiares que tiveram cargos na esfera partidária, constituindo-se como uma espécie de “heranças políticas”. Por outro lado, a inserção é explicada pelas atuações na militância estudantil, sindical e social, na qual a família apresenta apenas as condições de socialização para uma inclinação política, como o gosto pela leitura, discussões de teor esquerdista, envolvimento com arte engajada, entre outros.

Além disso, verifica-se que essas mulheres na maior parte são oriundas de cidades do interior (apenas as deputadas Ana Lúcia e Suzana são naturais de Aracaju, ver tabela 02). A mudança para a capital coincide com a necessidade de concluir os estudos secundaristas ou ingressar no ensino superior – em geral combinados. Neste momento, são encontrados condições e formas de convívio social fundamentais a uma socialização política, principalmente através de cargos de direção em suas respectivas áreas de formação superior. Tal formação dessas deputadas promove uma sociabilidade que lhes permite aglutinar recursos e atributos como sinais de notoriedade em seus respectivos campos profissionais. Assim, Ana Lúcia formada em Pedagogia pela UFS, na qual participa exaustivamente da militância estudantil e de projetos de extensão, defendendo e atualizando suas concepções de esquerda formadas inicialmente no seio familiar, é presidente de uma associação sindical de professores por dois mandatos que funciona como trampolim para sua visibilidade política e candidatura para o legislativo estadual.

Do mesmo modo, Goretti Reis (DEM), após sua mudança para a capital para concluir seus estudos, ingressa na faculdade de enfermagem pela UFS e decididamente assume cargos de direção em postos de saúde e maternidades em Aracaju, o que lhe assegura não só um capital social decisivo para sua notoriedade na *saúde*, como também indicação para a secretaria municipal de saúde em Lagarto em 1997, época em que seu irmão Jerônimo Reis assume o Executivo municipal e desconhecia de sua eficácia técnico-administrativa, visto que, como ela própria atesta, ele morava em Lagarto e não tinha conhecimento com profundidade de seu exercício como enfermeira. Nesse sentido, a socialização política ou a inclinação para a formação de atributos pessoais e ou profissionais como garantia de sucesso e de destaque em determinados espaços sócio-políticos é em grande medida definida a partir dos vínculos criados nesse período de graduação ou de exercício profissional, configurando-se como um importante elemento norteador para o exercício de suas atuais posições, obviamente combinado, em níveis diferentes, com a socialização e a herança familiares numa

simbiose sociocultural convertidas em capital político.

COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES: A (RE) CONSTRUÇÃO DO NOME GORETTI REIS

Existem diferentes atividades de gabinete e, conseqüentemente, também formas específicas de atuação. Avança-se, assim, na compreensão dos valores e das concepções a respeito das atuações parlamentares e de questões mais gerais, como suas definições de “política” e de representação, ao se examinar o funcionamento da organização existente no gabinete, os princípios de atuação e as estratégias de ação dos assessores e parlamentar envolvido diuturnamente nessas atividades. Consiste na tarefa central dessa seção considerar mais detidamente como esses trabalhos são realizados, o tipo de preocupação e interesse desses personagens ao atendimento da população e para “levar” positivamente o nome da parlamentar para as comunidades/cidades que formam sua *base eleitoral*. Em outras palavras, essas esferas de atuação são espaços socioantropológicos privilegiados, considerados por nós, para compreender a dinâmica de atividades que atravessam e marcam seu cotidiano parlamentar. Além disso, compreender as formas de atuação, de apresentação de si, do jogo e interesses políticos que se constrói a partir dessas ações e os valores que se interpenetram com essas práticas. Uma tentativa de reconstituição do universo de atuação da deputada e as noções de representação política que se estabelecem e promovem sentido para os atores sociais que mantêm em diferentes níveis contatos e relações mais diretas com a parlamentar.

A rotina das atividades de gabinete desempenhadas pelos assessores pode ser organizada em três planos de ação: atividades administrativas, legislativas e “políticas”. As atividades propriamente de gabinetes são compostas não só de atividades burocrático-administrativas, como também de recepção de pessoas que por diversos motivos aparecem todos os dias, que consiste, sobretudo, em saber identificar e selecionar as pessoas que devem realmente ser atendidas, assim como, reunir previamente informações sobre essas demandas. Esse serviço é considerado uma função intermediária, porque quem estabelece realmente as condições e as possibilidades de atendimento é a própria parlamentar. Nesse sentido, existem diferenças de atenção às solicitações. Há um processo de seleção responsável pela separação dos pedidos que tenham condições de ser atendidos daqueles em que as condições de realizá-los são remotas.

Essas indicações coincidem com aquelas apontadas por Bezerra (1999) em relação à atuação dos parlamentares em Brasília dirigida para a liberação de recursos públicos federais para suas *bases eleitorais*. O autor destaca que os parlamentares definem critérios sobre o atendimento ou não dos *pleitos*. Existe uma hierarquização, segundo o autor, dos pleitos e, por conseguinte, dos laços sociais que se tecem em torno do atendimento desses pedidos. O julgamento da possibilidade ou não de

atender as demandas depende do cruzamento de uma série de elementos: partido, região, votação, “honestidade” do solicitante, das condições efetivas do parlamentar de intervir em favor da demanda. Nesse sentido, a concepção de que o acesso aos parlamentares deve ser feito sem nenhum obstáculo, orientada sob a ideia da representação simbólica que não procura distinguir a população, é definida na prática pela seleção de demandas baseada em critérios que apontam para a preocupação dos parlamentares e assessores com o estabelecimento e manutenção de vínculos que possam gerar, em última instância, votos e notoriedade política.

As atividades que consideramos como legislativas compõem as atuações voltadas para a elaboração de atos legislativos – moções, ofícios, requerimentos, proposituras, projetos de lei e indicações. Nessa atuação, a parlamentar necessita do trabalho de assessores que estão diretamente ligados com a rotina de atividades na Casa legislativa. Esses assessores procuram orientá-la sobre os principais acontecimentos do dia e as discussões do plenário. Por isso, a leitura de jornais é considerada fundamental para essa atividade. É muito comum ver assessores lendo diversos tipos de jornais que abordam questões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes em Sergipe e na esfera nacional.

No gabinete, os assessores buscam constantemente informações na mídia julgadas por eles como de interesse de seus parlamentares. Assinalam matérias, escrevem resumos para apresentar de forma sucinta essas notícias. Procurar essas informações sobre os principais fatos e notícias, como eles definem essa atividade, não é simplesmente uma questão de “estar informado”, mas sim um mecanismo de definição das estratégias de atuação dos parlamentares analisados nas sessões ordinárias e nas comissões permanentes das quais fazem parte.

Geralmente, na elaboração dos textos e discussões dos pontos que precisam ser redigidos nos projetos, a parlamentar necessita de um trabalho mais técnico, mais acurado e objetivo. Esse é um momento no qual as participações dos assessores são restritas, valendo-se da necessidade de uma formação e de experiências técnico-burocráticas desses agentes. O processo de elaboração desses atos legislativos consiste na leitura de estatísticas, de relatos, de discussões mais gerais que permitem um posicionamento mais fundamentado, mais preciso de suas pronúncias e elaborações. Assim, existe um pedido constante de consultorias cujas áreas não apresenta um domínio.

As consultorias são alternativas encontradas para assumir posições mais coerentes e sábias para aqueles que se definem como a base de sua representação política. É uma forma de atuar, assim, em benefício da atuação do parlamentar como uma pessoa legítima para proferir discursos, opiniões e questionamentos com um máximo de eficácia possível, através, sobretudo, dos subterfúgios de informá-la sempre sobre as discussões julgadas como interessantes ao seu mandato, ou seja, uma forma de agir de forma positiva no mundo social a partir do conhecimento que esses agentes possuem acerca desse mundo (Bourdieu, 1996). O êxito de suas atuações é definido

pelo domínio que o político adquire da “cultura parlamentar” em jogo (Kuschnir, 2000). Suas atividades propriamente legislativas exigem o convívio com um universo social com regras específicas e bem definidas, uma forma de atuação em que a formalidade e a objetividade das informações orientam essas práticas. Essa interação implica negociação permanente, regras formais de tratamento, de organização das falas, dos textos, do tempo e do espaço, que obedecem, assim, a uma etiqueta específica, muito diferente dos princípios de tratamento concedidos em seus gabinetes, que em muitos casos a informalidade opera nesse tipo de relações, sem uma elaboração mais requintada de tratamento, linguagem, tom das conversas e gestos.

As atividades “políticas” constituem como “campanha permanente” das atividades parlamentares. Essas ações que podem ser definidas por esse termo estão relacionadas exclusivamente com a função de intermediar o contato da parlamentar com a população em geral. O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais, entre outros) e a tentativa de resolução dessas reivindicações constituem o que definimos como a dimensão “política” das atividades de gabinete. A deputada costuma receber em seu gabinete pessoas oriundas das cidades do interior do Estado, sobretudo, daquelas que obteve votação. São eleitores, amigos, autoridades políticas – vereadores dessas cidades.

Os contatos estabelecidos entre a deputada e a população e autoridades municipais são estabelecidos de duas maneiras. De um lado, o atendimento no gabinete de eleitores, principalmente, das cidades consideradas a “área da deputada”. Os eleitores que a procuram são provenientes de seu colégio eleitoral, definido pela alta concentração de votos no município de Lagarto e algumas cidades nas quais a votação é relativamente menos expressiva. Nesse polo, as demandas são mais referentes às necessidades individuais e não necessitam muito do contato direto com a deputada, o chefe de gabinete é responsável, sobretudo, por esses atendimentos. Por outro lado, existem as reivindicações da população da área da deputada. Esse tipo de atendimento exige a presença física da deputada nessas localidades, geralmente, feita por contatos de assessores em Lagarto e de pessoas que se deslocam até seu gabinete em Aracaju. É interessante observar que esse tipo de pedido, classificado pela deputada como “questões regionais”, diz respeito aos problemas que afetam uma coletividade.

As possibilidades de atendimento ou não constituem um dos elementos de distinção dos parlamentares. A maior “facilidade”, as “chances” de resolver problemas e solicitações de coletividades definem o poder social do parlamentar (Bezerra, 1999) e distingue-os do cidadão comum. O desempenho desses políticos é avaliado, em termos práticos, pela demonstração pública do interesse por essas demandas pessoais ou coletivas e pelo esforço em resolvê-las.

No entanto, existem condições nas quais a resolução dessas solicitações torna-se “complexa”, porque no trabalho do parlamentar há limitações que o impedem de atendê-las, obrigando-o “fazer o que pode”, relativas às atribuições legais e ou

ao posicionamento político que desempenha no jogo de interesses na obtenção de recursos que garantam resolver as demandas dirigidas à parlamentar.

Os assessores, dessa forma, atuam como intermediários entre as comunidades e a deputada, são aqueles que não só pertencem à cidade ou tem “conhecimento” com os moradores, mas também possuem as chances de contatar o poder público para intervir nessas comunidades. Kuschnir (2000) apresenta em seu estudo sobre o cotidiano de atividades do mandato de Marta Silveira, uma vereadora de votação concentrada no subúrbio carioca, o *duplo vínculo* dos assessores de Marta que atuam no “trabalho de rua”, o pertencimento e a comunicação com outros universos. Destacando, nesse caso, as diferentes atuações desses agentes e os códigos acionados em situações específicas, exigindo-lhes traduções de interesses e necessidades de uma esfera para outra, nas quais as lógicas de interação parecem não se combinarem ou são traduzidas em termos não identificados claramente nos respectivos campos de atuação.

AS DIMENSÕES SUBJETIVAS EM TORNO DO COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES

As atividades desenvolvidas no gabinete apontam, basicamente, para duas formas de contato com a população. Em um polo, atividades voltadas, sobretudo, para o atendimento de necessidades individuais. No outro extremo, encontra-se o esforço para resolver problemas que estão ligados a determinadas comunidades / cidades, que afetam diversas pessoas. São solicitações que exigem diferentes formas de ação da parlamentar e de sua assessoria. Esses padrões de relacionamentos com a população são classificados pelos assessores e pela parlamentar, em intensidades diferentes, como “pessoais” e “políticos” ou “comunitários”. Uma distinção não elaborada para indicar que esses agentes dedicam-se exclusivamente a uma ou a outra, pois atuar nesses dois planos não é algo excludente.

Essa separação parece marcar, sobretudo, as concepções a respeito das atribuições parlamentares, nas quais é preciso atuar em benefício da “população” da cidade/do Estado, de forma geral, sem qualquer distinção, assim como, “ajudar” os “eleitores” que os procuram, correspondendo às expectativas daqueles que deram credibilidade. Essas duas frentes de atuação estão presentes na rotina de atividades e encontram-se objetivadas na própria organização do gabinete, no qual encontramos assessores cuja tarefa principal é tratar de questões legislativas e outros responsáveis para o contato mais direto com as *bases eleitorais*. No entanto, há um esforço em privilegiar, por parte dos assessores e da deputada, um contato mais “político”, que questões referentes à coletividade sejam discutidas em detrimento às relações mais “pessoais”, vistas de um ponto de vista ideal como menos legítimas de participação política. Além disso, sinaliza as diferentes interpretações de alguns eleitores e da parlamentar analisada a respeito de suas atribuições políticas. Nesse sentido, esses dois padrões de relacionamento são definidos e redefinidos em termos práticos, nos

quais a atenção dada a um ou ao outro é vista de forma negativa pelas pessoas que por alguma forma os procuram.

Dessa maneira, a importância concedida a esses dois pólos de atividades sinaliza a concepção de tais agentes sobre quais elementos são considerados eficazes em relação a suas práticas de “fazer política”. As atividades dentro do mandato parlamentar são constantemente avaliadas e reorganizadas sob a orientação de atingir uma eficácia política, definida pelo raio de atuação que seus trabalhos possam alcançar e serem reconhecidos pela população. Assim, os elementos considerados fundamentais para o exercício dos respectivos princípios que pautam seu mandato apontam, sobretudo, para uma definição de política como uma atividade que necessita de uma constante elaboração de estratégias de contato com os eleitores. Uma definição que procura distanciar-se daquelas que consideram as campanhas eleitorais o momento mais legítimo e oportuno para um contato mais direto. A valorização da atividade permanente, ao longo de todo o mandato é uma tarefa primordial para esses assessores.

O “trabalho de gabinete”, nesse caso, é definido negativamente, pois se refere ao ambiente fechado dos gabinetes, sem um contato mais amplo possível com a “comunidade”, que permite formulações como *fulano é um político que trabalha no gabinete*. Em contraposição, atuar na área externa significa, nesses termos, “ir à rua”, “trabalhar”, desenvolver um “trabalho de base” que possibilite um reconhecimento positivo, através dos votos. Atribui-se, assim, um sentido para suas tarefas que consiste no trabalho constante, diferentemente das concepções que procuram localizar no tempo essas atividades, principalmente, no período eleitoral. Esse significado de atividade constante aponta para a concepção de campanha permanente, organizada em torno de “visitas” e “conversas” no interregno entre as eleições. Assim, “dar sustentação a esses votos, aos amigos” figura como um valor primordial na organização das atividades que compreendem cada gabinete.

Dessa forma, atuar em contato com os eleitores, com as pessoas que de alguma forma os procuram é outro valor que fundamenta a noção de “campanha permanente”. Como as atividades políticas são identificadas pela população em geral como distantes de suas interações e ações cotidianas, é preciso, de algum modo, torná-las visíveis (Palmeira, 2006). Além de visitas, de atendimento nos próprios gabinetes, os parlamentares e suas assessorias procuram, em níveis diferentes, estar presentes no cotidiano das pessoas. Uma das possibilidades é a inauguração de obras, participação e promoção de eventos, entrevistas concedidas às diferentes mídias, enfim, todos os meios possíveis de tornar-se visível frente àqueles que identificam um tempo certo para essas atividades. Dessa maneira, existem atividades de comunicação elaboradas nos gabinetes que visam, sobretudo, informar à população sobre os benefícios que os parlamentares conseguiram realizar, suas discussões e questões defendidas.

No gabinete, o trabalho de assessoria de comunicação é definido para aproximar os eleitores. Para tanto, a construção do site de Goretti Reis é um indicativo dessa atuação, pois a divulgação de notícias sobre suas indicações e atuações e sua agenda

política é uma tentativa de transparência de seu mandato. Outro aspecto, é a divulgação, nesses três últimos anos de mandato, de um boletim informativo das atividades, uma espécie de jornal que sintetiza suas principais atuações em três grandes domínios: denúncias sobre ações tidas como irregulares do governo do Estado e do município de Lagarto, marcando sua posição política de oposição; suas indicações na Casa de benefícios para sua *base eleitoral*, o município de Lagarto; e as principais visitas e homenagens que visam a destacar sua notoriedade e reconhecimento político dentro de diversas esferas sociais e políticas em Sergipe. Essas práticas não só assinalam a necessidade da constante aproximação, mas também, revelam uma concepção política cujos termos se inclinam para uma atuação nominal e direta do parlamentar, através de concessões de indicações e benefícios para Lagarto, concebidas como espaço de atuação legítimo que lhe rende visibilidade e distinção política.

Os valores e as estratégias de ação que orientam essas atividades podem ser agrupados em torno das concepções de *proximidade*, *identificação* e *transparência*. As diferentes atividades convergem, em diferentes níveis, para o objetivo de ajustar essas práticas em torno de tais eixos de orientação. Nas situações observadas, o contato com o “povo” é muito valorizado, revelando a articulação entre os parlamentares e os eleitores. O significado elaborado de “campanha permanente”, estar em constantes “visitas”, atender as pessoas que chegam até os gabinetes exprimem bem essa ideia de *proximidade*. Além disso, as atividades de comunicação, nas quais a informação das ações e atuações no cenário político-social, as constantes entrevistas em diferentes mídias, a confecção de jornais, calendários e a elaboração de um site são práticas que privilegiam as relações como objeto de contato mais amplo com a população. A função da *proximidade* significa tornar público o nome da parlamentar, na busca de prestígio e reconhecimento diante de seus pares. Estar no centro de notícias, dos acontecimentos ou estar próximo fisicamente constituem, portanto, uma das estratégias rotineiras das atividades pensadas pelos assessores nos gabinetes.

A ideia de *identificação* sugere uma proximidade mais profunda, através da explicitação de características ou condições semelhantes entre a parlamentar e eleitores, acionadas em momentos oportunos, nos quais a dimensão pública das atividades de mandato e do gabinete está em evidência. No caso da deputada, a afirmação em atividades públicas, como eventos, seminários e conferências, de sua condição de mulher, de sua luta pela garantia e efetivação de direitos aos funcionários públicos, principalmente, os profissionais de enfermagem do Estado e sua defesa aos movimentos sociais organizados, conferindo-lhe experiência e uma visão real dos problemas dessas parcelas sociais, apontam como elemento que visa identificar com aqueles que a procuram e votaram. Da mesma forma, a expressão de sua cidade de origem, onde nasceu e viveu desde a infância e que conhece as necessidades da cidade e da região circunvizinha sinaliza também para esse aspecto. Assim, se a ideia de *proximidade* revela distâncias que precisam ser minimizadas entre os parlamentares e as pessoas, percebidas nas formulações *fazemos visitas aos nossos amigos*, a

identificações sugere semelhanças de condições e repõe as diferenças eufemizadas.

Os valores alusivos à *transparência* permitem colocar o funcionamento da “política” em questão. É comum ouvir entre os assessores formulações a respeito das possibilidades em “resolver um caso”. Quando as pessoas os procuram, eles tentam reunir informações sobre as características dos problemas, para informar os procedimentos que têm que ser adotados e se estão dentro dos limites de atuação da parlamentar, funcionando, assim, como uma espécie de freio, de filtro das demandas. No caso de impossibilidade de resolução, são expressos os recursos e os acessos de que dispõem e os trâmites burocráticos que organizam as decisões e a “política”, na tentativa de denunciar os limites impostos pela burocracia do governo e seus esforços em tentar resolver. Assim, apresentar para “aqueles que não sabem” os caminhos que precisam fazer para atender aos pedidos, ou seja, evidenciar os “bastidores” em detrimento das impossibilidades de resolução consiste num valor que procura transparecer as regras para que não sejam enganados com falsas promessas aqueles que os contatam.

A eficácia dessa tarefa é, portanto, definida pelo *potencial de metamorfose* (Velho, 2004) desses políticos, ou seja, pela capacidade que possuem de desempenhar diferentes papéis em universos específicos. Uma *competência* (Bourdieu, 1983) reconhecida socialmente que os caracteriza como aptos e mais propensos para adquirir os recursos necessários para desempenhar essas atividades. Dessa maneira, as atividades que compreendem o funcionamento rotineiro do gabinete e das atividades em geral de seu mandato parlamentar podem ser vistas como um trabalho de representação, que procura definir na prática quais questões e discussões constitui o perfil de sua atuação, de seu mandato, emergindo, assim, uma disputa sobre as formas legítimas de visões e de divisões de mundo. Uma tarefa também de apresentar a parlamentar, suas ideias e vínculos, com o intuito de manutenção da credibilidade firmada em outros contextos, principalmente, nas eleições e que possibilite também novos trunfos para as próximas disputas. Tais atividades constituem formas de reconstrução do sentido da política, nas quais a “transparência” que se revestem as atividades possibilita demonstrar “outro lado” da política, distanciando-se de formulações de opacidade e de distância que muitas vezes caracterizam o universo das atividades políticas. Assim, os valores e os símbolos elaborados em torno desse universo se alimentam dos signos e códigos vigentes nas práticas culturais, tornando-se eficazes pelo conhecimento que os agentes possuem acerca do mundo social (Barreira, 1998; Bourdieu, 1996).

CONCLUSÃO

O objeto deste trabalho foi definido como sendo o estudo das relações, práticas e concepções sociais produzidas a partir da atuação feminina em atividades político-partidárias no legislativo estadual em Sergipe. Uma análise das bases e lógicas que se circunscrevem no jogo propriamente político de definição e classificação de atores ou ações como sinais de *competência* e notoriedade dentro um espaço atravessado pelas

constantes redefinições de *força* e participação política. As evidências produzidas levam à constatação de que esta atuação inscreve-se num sistema complexo de relações de dependências mútuas, constituído, entre outros, pelos “políticos” e “eleitores”, no qual as classificações e as referências de gênero parecem não ganhar visibilidade nessas interações.

Esta rede de contatos e ações funda-se em concepções sobre a política e, especificamente, sobre a representação parlamentar em que ocupam um lugar privilegiado noções como o atendimento de demandas mais particulares e pessoais, a indicação de projetos e medidas governamentais para a localidade à qual os parlamentares encontram-se politicamente vinculados. Desse modo, ao analisar essas relações baseadas na construção de uma notoriedade política, torna-se evidente uma estrutura social cuja análise permite dar inteligibilidade às formas de ação, discursos e classificações construídos como produtos políticos que precisam ser divulgados num espaço onde existem diversas definições sobre o mundo social.

Este empreendimento analítico lançou mão de um conjunto de análises cujos pressupostos teóricos e metodológicos incorporam uma perspectiva nova ao estudo das atividades identificadas como políticas. Procurando identificá-lo no âmbito das discussões em torno da temática do estudo de elites, em especial de elites parlamentares, buscou-se ampliar a perspectiva de análise aplicada a esse estudo ao se tentar aglutinar diferentes referenciais cujos pressupostos analíticos contrastam em certa medida com aqueles até então utilizados nas abordagens da literatura pertinente. Procurou-se privilegiar a análise sobre o processo de participação política mediado por noções de legitimação do profissional da política através de referências de suas propriedades sociais acionadas especificamente em determinados contextos, julgados por esses agentes como trunfos, credenciais à inserção ou ao posicionamento de seus programas políticos.

Essas indicações nos permitem afirmar que existe uma noção de representação parlamentar definida nessa ideia de mediação entre universos definidos como distintos, que não se aproximam e que precisam de estabelecimento de contatos, visto que a política para esses agentes é definida como um “espaço onde se decide tudo”. Nesses termos, o universo político partidário reveste-se de lógicas sociais e culturais, convertidas em indicações e proposituras de intervenção nas regras e na burocracia das instâncias políticas, nas quais expectativas e interesses são revelados em diferentes níveis e contextos.

Cria-se uma lógica de ação caracterizada sob a ótica da conversão de códigos e linguagens para diferentes campos de atuação. Demandas provenientes de localidades ou grupos vistos como a *base eleitoral* da deputada precisam ser ajustadas em termos formais, em que predominam fatores que precisam ser controlados pela parlamentar para poder manter essa rede de relação. Predominam nesse nível termos mais formais da atuação parlamentar, no qual o conhecimento dessas regras e a eficácia na mobilização de recursos para garantir que as demandas sejam efetivadas

são elementos imprescindíveis na constituição e manutenção de laços pessoais conjugados com a impessoalização da burocracia do Estado.

Dessa maneira, a referência às condições de gênero não predominam nessas atuações. Esse universo pesquisado permite-nos afirmar que as noções de *competência* e *notoriedade* são os indicadores de eficácia política. As constantes referências à formação na “área da saúde” e o acompanhamento das ações do governo nessa área são as principais formas de legitimação de seus programas, indicações e atuação dentro do legislativo estadual. Verifica-se que essas indicações não abrem espaço para definições de *mulher* ou características comumente associadas a esse grupo, em que os recursos sociais e culturais que a parlamentar apresentar como trunfos nesse jogo político constituem seu capital político e credencial na intervenção da ordem burocrática que se inscreve sua postura como parlamentar e nas localidades e grupos aos quais está vinculada politicamente.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys A. F. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1998.

BEZERRA, Marcos O. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para a constituição do campo político*. In: Idem. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual*. In: Idem. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. SP: Edusp, 1996a.

_____. *Cultura e Política*. In: Idem. *Questões de sociologia*. RJ: Marco Zero, 1983.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 2001.

_____. *“Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política”*. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. *Como se Fazem Eleições no Brasil?* RJ: Relume-Dumará, 2002.

_____. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas*. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura*. In: Idem. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1973.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.

OLIVEIRA, W. J. F. de. *Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais*. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PALMEIRA, M. *Eleição municipal, política e cidadania*. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, C (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. RJ: Relume Dumará, NuAP / UFRJ, 2006.

PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M (org.). *Antropologia, representação e voto*. RJ: Contra Capa Livraria, 1996.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad.: Augustin Wernet. 4. ed. SP: Cortez, Campinas, SP Editora da UNICAMP. V. 2, 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 23

Assédio 193

C

Casamento 151

Científico 224

Criança 60, 180, 183, 188, 191, 192, 202

Cultura 11, 16, 17, 18, 22, 23, 120, 127, 141, 192, 206, 222, 224

D

Dança 8, 110, 111, 153, 155, 162, 163, 164

Desenvolvimento 2, 8, 153, 164, 224, 225, 226, 227

Discurso 36, 39, 50, 52, 62, 64, 66, 75, 76, 77, 83, 87, 88, 89, 90, 99, 100, 101, 102, 108, 109, 121, 142, 143, 150, 151, 152, 206, 208

E

Ensino 51, 62, 63, 110, 111, 224

Exploração 179, 183, 189, 191, 192

L

Língua 28, 29, 50, 75, 224

Linguagem 24, 35, 50, 51, 75, 99, 151, 164, 206, 224

Literatura 88, 111, 118, 119, 121, 123, 125, 224

M

Machismo 165, 167, 171, 172, 173, 174, 175

Max Weber 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15

Mídia 36, 66, 76, 82, 87, 100

Mulher 72, 177

N

Nacionalidade 128

S

Sociologia 2, 5, 1, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 127, 222, 224, 225, 226, 227

T

Tradução 12, 21, 23, 35, 75, 99, 150, 151, 152, 206, 207

V

Violência 166, 177, 178

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-535-8



9 788572 475358